

TERÇA-FEIRA, 5 DE MAIO DE 2009

PRESIDÊNCIA: ROURE

Vice-Presidente

1. Abertura do período de sessões

(A sessão tem início às 9H05)

2. Debates sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do Estado de direito (comunicação das propostas de resolução apresentadas): ver Acta

3. Redes e serviços de comunicações electrónicas, protecção da privacidade e defesa do consumidor - Redes e serviços de comunicações electrónicas - Autoridade Europeia do Mercado das Comunicações Electrónicas - Bandas de frequências a atribuir às comunicações móveis (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia a discussão conjunta:

- da recomendação para segunda leitura (A6-0257/2009) da Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores referente à posição comum do Conselho tendo em vista a aprovação da directiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Directiva 2002/22/CE relativa ao serviço universal e aos direitos dos utilizadores em matéria de redes e serviços de comunicações electrónicas, a Directiva 2002/58/CE relativa ao tratamento de dados pessoais e à protecção da privacidade no sector das comunicações electrónicas e o Regulamento (CE) n.º 2006/2004 relativo à cooperação entre as autoridades nacionais responsáveis pela aplicação da legislação de defesa do consumidor (16497/1/2008 – C6-0068/2009 – 2007/0248(COD)) (relator: deputado Harbour),

- da recomendação para segunda leitura (A6-0272/2009) da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia referente à posição comum do Conselho tendo em vista a aprovação da directiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Directiva 2002/21/CE relativa a um quadro regulamentar comum para as redes e serviços de comunicações electrónicas, a Directiva 2002/19/CE relativa ao acesso e interligação de redes de comunicações electrónicas e recursos conexos e a Directiva 2002/20/CE relativa à autorização de redes e serviços de comunicações electrónicas (16496/1/2008 – C6-0066/2009 – 2007/0247(COD)) (relatora: deputada Trautmann),

- da recomendação para segunda leitura (A6-0271/2009) da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia referente à posição comum do Conselho tendo em vista a aprovação de um regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que institui o Grupo de Reguladores Europeus de Telecomunicações (16498/1/2008 – C6-0067/2009 – 2007/0249(COD)) (relatora: deputada del Castillo Vera), e

- do relatório (A6-0276/2009) da deputada Pleguezuelos Aguilar, em nome da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia, sobre a proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Directiva 87/372/CEE do Conselho sobre as bandas de frequências a atribuir para a introdução coordenada de comunicações móveis terrestres digitais celulares públicas pan-europeias na Comunidade (COM(2008)0762 – C6-0452/2008 – 2008/0214(COD)).

Malcolm Harbour, relator. – (EN) Senhora Presidente, é um privilégio agora de manhã abrir este debate muito importante e convidar os nossos colegas a apoiarem a reforma do pacote relativo às telecomunicações que temos em cima da mesa.

Sublinho que se trata de uma reforma. Como os senhores ouviram, estiveram quatro relatores a trabalhar em elementos deste processo. No que se refere à reforma principal do pacote, quero prestar homenagem às minhas colegas, Catherine Trautmann e Pilar del Castillo Vera, porque trabalhamos em cooperação muito estreita para reunirmos esse pacote.

Esta é uma reforma importante, porque o pacote existente, em que me empenhei com os meus colegas em 2001 e 2002, funcionou muito bem na economia europeia. Temos um sector das telecomunicações próspero

e dinâmico com consumidores activos no mercado. Contudo, esta reforma actualiza o sistema, e as minhas colegas vão explicar as áreas que pretendem trabalhar. O aspecto mais importante é o facto de tornar o pacote robusto para a próxima década. Há alguns melhoramentos substanciais, que o Parlamento efectuou nesta segunda leitura.

Queria deixar registado, em nome dos três, o nosso agradecimento à Presidência francesa por nos ter apresentado uma posição comum em Novembro que nos permitiu trazer-vos este pacote melhorado hoje, na última sessão deste mandato, porque é vital para os consumidores europeus e para a economia europeia que manifestemos um apoio categórico na nossa votação de amanhã.

Como sempre acontece com estas questões complexas, tive um extraordinário apoio da minha equipa-sombra – Bernadette Vergnaud, Cristian Buşoi e Heide Rühle. Quero ainda agradecer à equipa da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, liderada por Alexander Alvaro, porque um dos elementos importantes das minhas reformas inclui a Directiva relativa à privacidade nas comunicações electrónicas, que foi tratada por aquela comissão.

Nos quatro minutos de que disponho esta manhã, não tenho tempo para abordar todos os pontos e todas as melhorias realizadas em grande pormenor. Serão fornecidas explicações detalhadas sobre este tema mais adiante. Quero apenas dar-vos uma ideia do que conseguimos e do que procuramos.

Nesta directiva, melhorámos significativamente os direitos dos consumidores e utilizadores no espaço electrónico. É necessário habilitar os consumidores a fazerem escolhas entre os serviços de comunicações que lhes são oferecidos e, para esse efeito, têm direito à informação. Têm direito a termos e condições contratuais justas que não os vinculem durante períodos longos a determinados fornecedores. Têm direito a um serviço de emergência de elevada qualidade, a aceder a serviços de informação social na Internet e a comunicação por radiotelefonia. Acima de tudo, têm direito à protecção dos seus dados no espaço das comunicações electrónicas. Este assunto será desenvolvido mais à frente. Precisamos também de atribuir competências aos reguladores para assegurar que aqueles direitos sejam devidamente salvaguardados. Todos estes aspectos estão incluídos na proposta.

Penso que é muito importante realçar que esta é uma proposta que atribui e reforça capacidades. Não é uma proposta que restrinja de alguma forma os direitos das pessoas na Internet ou qualquer serviço. Queremos dar aos consumidores a capacidade de fazer escolhas, e é isso que vai abrir os serviços.

Quero apenas concluir a minha primeira intervenção dizendo o seguinte: houve um número enorme de pessoas a trabalhar nesta proposta, e tivemos recursos extraordinários a apoiar-nos. Quero mencionar em particular Peter Traung da Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores, Luca Vusaggio, o nosso conselheiro jurídico, e Lindsay Gilbert do nosso grupo, que trabalharam todos em estreita cooperação com a minha assistente, Sheena Gooroochurn. Tivemos um apoio excelente da Comissão, de Peter Rodford, da própria senhora Comissária e da sua equipa, e também do Secretariado do Conselho, liderado por Eva Veivo. Refiro estes nomes porque creio que muitas pessoas no exterior não se apercebem da dimensão destes textos complexos e do empenho que eles nos exigem. aguardo com expectativa o vosso apoio nesta questão amanhã, porque é extremamente importante para o futuro de todos nós.

Catherine Trautmann, relatora. – (FR) Senhora Presidente, Senhora Comissária, caros Colegas, iremos votar amanhã o pacote relativo às telecomunicações, a última etapa que assinalará o final de meses de trabalho e de negociações para chegarmos a este compromisso, que foi alcançado após muitas discussões com o Conselho num contexto em que as três instituições partiram de posições muito diferentes.

Quero, em primeiro lugar, agradecer muito sinceramente à senhora deputada del Castillo Vera, ao senhor deputado Harbour, à senhora deputada Pleguezuelos Aguilar, aos relatores-sombra, aos grupos políticos, aos presidentes das comissões e aos respectivos secretariados, à Presidência do Conselho pelo seu trabalho incansável durante estes longos meses, e agradeço a todos os colegas que optaram por depositar a sua confiança em mim oferecendo-me o seu apoio.

Este pacote traz inúmeros progressos. Eles são importantes para os consumidores porque proporcionam melhores serviços a preços mais justos. As telecomunicações caracterizam-se, de facto, pelo seu impacto na vida quotidiana e desempenham um papel social evidente enquanto factor de desenvolvimento e crescimento.

O sector das telecomunicações cria, por si só, mais de 3,5 milhões de postos de trabalho e representa uma parte cada vez mais importante da economia europeia – quase 3,5%. Uma concorrência bem regulada permite um equilíbrio entre operadores novos e mais antigos e assegura um crescimento significativo do sector graças à segurança jurídica, que, por sua vez, encoraja o investimento.

É por isso que, ao longo da ronda de negociações, nos batemos, em conjunto com os meus colegas relatores e com os nossos relatores-sombra, pela criação de um quadro regulamentar que fosse benéfico para todos. A Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia aprovou em Abril a penúltima etapa do processo legislativo, adoptando por larga maioria o compromisso geral sobre o meu relatório e o relatório da senhora deputada del Castillo Vera.

Definimos as bases para um compromisso sólido que, espero, vai merecer – a par dos relatórios do senhor deputado Harbour e da senhora deputada Pleguezuelos Aguilar – o vosso pleno apoio na votação de amanhã.

Gostaria ainda de voltar à alteração 138/46 para clarificar o sentido e o alcance do texto que sustenta o acordo do Parlamento e do Conselho, o chamado “compromisso da última oportunidade”. Desde a votação desta alteração em primeira leitura, o Conselho continuou a rejeitá-la liminarmente, excluindo-a da sua posição comum e recusando-se a mencioná-la nos considerandos ou nos artigos.

O Parlamento demonstrou o seu empenho nesta alteração incluindo no compromisso os elementos fundamentais da alteração 46: defesa das liberdades, direito a um julgamento e recurso a um tribunal – a expressão mais conforme com a da autoridade judiciária – e introduziu duas disposições adicionais para os utilizadores da Internet: a confirmação do papel vital da Internet no exercício dos direitos e liberdades fundamentais, com referência específica à Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais.

O espírito e a letra da alteração 46 foram, portanto, respeitados em benefícios dos utilizadores, evitando-se dessa forma a rejeição desta alteração pelos Estados-Membros a pretexto de o Parlamento Europeu não poder impor uma modificação na sua organização judiciária, que seria necessária para aplicar esta alteração.

A sua colocação no artigo 1.º, respeitante ao âmbito de aplicação e aos objectivos, torna esta proposta, na sua essência, um princípio que se aplica a todas as directivas do pacote, particularmente no que respeita ao acesso e aos serviços. Rectifica-se assim a fragilidade jurídica que resultava da ligação da alteração ao artigo 8.º, que define as tarefas dos reguladores nacionais.

Caros Colegas, estamos perante uma escolha: apoiar a alteração 46 na sua forma actual, remetendo assim novamente todo o pacote relativo às telecomunicações para um processo de conciliação, que reabrirá a discussão sobre todos os pontos definidos nas negociações e provocará a sua supressão devido à oposição generalizada dos Estados-Membros a esta alteração, ou apoiamos o novo texto da alteração 46, que assegura o respeito das liberdades fundamentais, confirmando desse modo o que o Parlamento adoptou durante a votação do relatório Lambrinidis.

Eu acrescentaria que a presença do artigo 1.º, n.º 3, alínea a) e do seu considerando deve ser tomada em consideração na transposição da directiva e que estas disposições vão permitir ao Parlamento legislar posteriormente.

Face a esta escolha impossível, convido-vos, caros Colegas, a pensarem no futuro do nosso trabalho na próxima legislatura, que se irá centrar, entre outros aspectos, no serviço universal, mas também nos conteúdos e na propriedade intelectual, pelo que vos convido a apoiar a nova proposta, num esforço para colocar os direitos dos trabalhadores, artistas e utilizadores da Internet em pé de igualdade.

Pilar del Castillo Vera, relatora. – (ES) Senhora Presidente, quero começar, como os outros relatores, senhora deputada Catherine Trautmann e senhor deputado Malcolm Harbour, por lhes agradecer, em primeiro lugar, pela extraordinária oportunidade que tive de trabalhar nesta reforma da regulamentação europeia relativa aos mercados das telecomunicações porque, do meu ponto de vista, e apesar da minha experiência ainda curta no Parlamento, este esforço tem sido um modelo de cooperação entre diferentes deputados de diferentes grupos. Por isso, muito obrigada.

Naturalmente, gostaria em seguida de agradecer a todos os que participaram neste trabalho: aos relatores-sombra e particularmente ao secretariado da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia, que, a meu ver, desempenhou um papel fundamental para chegarmos a este ponto; além disso, queria agradecer à senhora Comissária e à Comissão por terem facilitado todas as difíceis negociações tripartidas.

Quero ainda recordar os esforços envidados pela Presidência checa, desde as primeiras etapas, bastante hesitantes, até este momento, período em que a Presidência checa revelou verdadeira liderança no Conselho. Quero agradecer-lhes em particular pelos esforços que desenvolveram.

Senhora Presidente, Senhora Comissária, caros Colegas, esta é uma reforma de um regulamento que afecta um sector decisivo para o futuro da Europa: decisivo para os cidadãos e decisivo para sairmos da crise profunda que as nossas economias enfrentam actualmente, na Europa e noutros locais; contudo, por agora, estamos a falar da União Europeia.

Se existe um sector que pode verdadeiramente ser o catalisador e o impulso de que necessitamos para sairmos da crise, é precisamente o das tecnologias da informação e das comunicações, ou seja, o sector das comunicações electrónicas e das telecomunicações. Por isso é extremamente importante termos alcançado este acordo, porque ele nos vai permitir avançar com uma abordagem que me parece ser a mais pertinente: manter uma perspectiva aberta, olhar em frente, rejeitar o proteccionismo e, ao invés, encorajar a concorrência e a competitividade; para isso, o papel deste sector é vital.

No que respeita ao pacote – foram já mencionados vários aspectos dos diferentes relatórios – queria apenas referir, na qualidade de relatora deste documento, a criação de um novo organismo de reguladores europeus no sector das comunicações electrónicas, um instrumento essencial para assegurar que as regras que vamos adoptar amanhã no novo regulamento sejam aplicadas de forma consistente em toda a União e que exista uma harmonização que permita criar e desenvolver um verdadeiro mercado interno com concorrência interna, porque essa é a melhor forma de garantir benefícios para os consumidores e de proporcionar aos cidadãos europeus a oportunidade de usufruírem dos melhores serviços e dos melhores preços.

É a concorrência, e nada mais, que assegura esse resultado e esses benefícios para os consumidores e para as nossas economias. Por isso, digamos “não!” a todas as formas de proteccionismo e “sim!” à abertura e à concorrência; o sector que melhor o pode garantir é precisamente o das comunicações e dos mercados de telecomunicações. Temos, pois, motivos para celebrar.

Francisca Pleguezuelos Aguilar, relatora. – (ES) Senhor Presidente, como fizeram outros oradores, gostaria de me dirigir aos meus colegas e à senhora Comissária para lhes agradecer pelo trabalho que realizaram, com o qual, na minha opinião, todos nos podemos congratular hoje.

Gostaria igualmente de expressar o meu agradecimento pelo apoio incondicional que recebi como relatora da Directiva GSM, particularmente aos relatores-sombra que trabalham comigo e à senhora Comissária Reding pela flexibilidade que demonstrou ao longo do processo destinado a devolver ao Parlamento o papel que tínhamos exigido: participar no planeamento estratégico da utilização do espectro radioelétrico. Devo também, evidentemente, agradecer à Presidência checa por ter demonstrado a sua clara determinação em resolver esta directiva em conjunto com o resto do pacote antes do final da legislatura.

Na qualidade de relatora desta Directiva GSM, entendo que encontrámos a solução final correcta, colocando o planeamento estratégico para o espectro a nível comunitário em futuros programas plurianuais da política relativa ao espectro radioelétrico e associando-o à directiva-quadro. É a decisão correcta, porque reconhecemos assim que o espectro, enquanto activo raro e público, necessita de controlo legislativo bem como de planeamento estratégico no desenvolvimento de novas redes – as redes sem fios e da fibra óptica – que são, como todos concordámos, o futuro, um futuro em que temos de oferecer apoio jurídico aos operadores para os encorajar a investir e em que podemos recuperar a liderança que a União Europeia já ocupou.

Quero salientar o facto de ser igualmente muito importante termos definido o princípio da neutralidade tecnológica para a rede nesse quadro geral porque, dado que ela configurava uma excepção a esse princípio, estaremos a legitimar duplamente as acções do Parlamento numa situação desta dimensão.

Nesse contexto, penso que a directiva é um óptimo exemplo de como conferir maior flexibilidade à gestão do espectro, como pretende a reforma deste pacote relativo às telecomunicações.

Não devemos esquecer – e queria sublinhar este ponto, como fizeram alguns dos meus colegas – que, na União Europeia, os serviços relacionados com o espectro radioelétrico geram um volume de negócios de aproximadamente 300 mil milhões de euros, isto é, 1,2% do PIB comunitário.

Por conseguinte, optimizar a gestão deste recurso raro e público irá trazer certamente benefícios importantes, particularmente neste período de crise económica, e vai seguramente ajudar-nos a sair da crise. Penso que se trata de uma oportunidade de investimento para as empresas desenvolverem novos serviços que possam reanimar a procura e também ajudar a melhorar os serviços públicos para os nossos cidadãos.

É indiscutível que uma política eficiente para o espectro na União Europeia nos permite retirar os maiores benefícios sociais e económicos deste recurso, algo que queremos fazer com a maior rentabilidade possível; essa política proporciona ainda as melhores oportunidades de negócio para os prestadores de serviços.

Não há dúvida de que nos interessa a todos ter mais e melhores serviços para os consumidores, sendo por isso que, em última análise, estamos a legislar, e interessa-nos, acima de tudo, promover uma melhor prestação de serviços públicos aos cidadãos. Por outras palavras, queremos ser capazes de colaborar para alcançar uma maior inclusão social e territorial dos cidadãos europeus.

Caros Colegas, penso que nos podemos congratular por termos concluído este trabalho, que se reveste de excepcional importância para o sector das telecomunicações, um sector que, em 2008, continuou a crescer a um ritmo de 1,3% em termos reais, enquanto o PIB em geral apenas teve um aumento real de 1%. Apelo a todos para que manifestem o vosso apoio ao nosso trabalho amanhã, para podermos finalmente aplicar este quadro legislativo.

Viviane Reding, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhora Presidente, este foi um verdadeiro modelo de cooperação entre as diferentes partes aqui representadas, entre os relatores-sombra, os relatores, a Presidência checa e todos os nossos colaboradores, e felicito-os pelo seu excelente trabalho.

Esse excelente trabalho é o resultado de um acordo que está em cima da mesa hoje depois de a Comissão ter apresentado o pacote em 2007. Os resultados incluem novos direitos dos consumidores, como o direito a mudar de operador de telecomunicações no prazo de um dia útil, a criação de uma autoridade europeia para as telecomunicações, maior interdependência entre reguladores nacionais de telecomunicações, medidas para assegurar que os europeus podem estar ligados a Internet de banda larga, abertura de um espectro radioelétrico a ser utilizado por novos serviços sem fios, um novo instrumento de separação funcional para impulsionar a concorrência e alargar a escolha dos consumidores, uma regra clara favorável à concorrência para investimento em redes de banda larga de alta velocidade, melhores direitos e novas garantias para os consumidores, mecanismos para fazer face a violações de dados, e assim por diante. Trata-se de novas medidas muito importantes para um sector que representa mais de 300 mil milhões de euros em receitas e que está na primeira linha da liderança mundial da Europa em matéria de telemóveis e Internet de alta velocidade.

Gostaria de sublinhar que, se o Parlamento votar a favor deste pacote, será necessário aplicá-lo na legislação nacional até 2010, e a nova autoridade para as telecomunicações será instituída até este Verão. A votação do Parlamento Europeu constitui uma ótima notícia para todos os consumidores em toda a Europa. Com a itinerância, criámos um remédio para um sintoma resultante da falta de um mercado único europeu das telecomunicações. Agora a reforma vai ao cerne do problema; abre caminho a um mercado único genuíno tanto para operadores de telecomunicações como para os consumidores. Este facto é muito importante para a nossa indústria.

O texto legislativo vai criar um quadro jurídico estável, que apoia o investimento e a inovação e proporciona a consistência regulamentar de que a indústria necessita para planear estratégias empresariais para o futuro. Este aspecto é muito importante num período de agitação económica porque aqui, neste momento, temos de maximizar o contributo deste sector para a produtividade e o crescimento da economia no seu conjunto. Devo dizer muito claramente que o Parlamento não se esquivou às suas responsabilidades em face deste desafio.

A economia é muito importante também para os consumidores. Por conseguinte, quero apenas referir o acesso a serviços de emergência, menos entraves à mudança de operador num dia, privacidade no que respeita aos dados pessoais – para todos estes pontos foram encontradas soluções.

Saúdo o reforço, por parte do Parlamento, das regras relativas à utilização de *cookies* e dispositivos semelhantes. Não apenas os utilizadores da Internet estarão mais bem informados sobre o que acontece aos seus dados pessoais, mas também lhes será mais fácil exercer controlo sobre as suas informações pessoais na prática. Congratulo-me com o apoio à notificação obrigatória de violações de dados pessoais. Esta é a primeira vez que é introduzida a nível europeu uma obrigação deste tipo.

Saúdo também – e o Parlamento sempre apoiou este ponto – o facto de as pessoas com deficiência passarem a ter uma posição mais forte. Aplaudo acima de tudo a circunstância de agora os consumidores beneficiarem de garantias em relação à privacidade, à liberdade de expressão e ao acesso à informação. Todos estes factores em conjunto – através da adopção de medidas de harmonização ou de uma maior supervisão das soluções escolhidas pelos reguladores nacionais – vão assegurar uma maior consistência no mercado interno e ajudar a nova autoridade, que vai assumir um papel fundamental neste processo, a reunir os conhecimentos técnicos

e a experiência de 27 reguladores nacionais e ultrapassando os obstáculos restantes de uma verdadeira Europa sem fronteiras.

Regozijo-me com o facto de o Parlamento ter desempenhado um papel importante no reforço do papel dos programas plurianuais da política relativa ao espectro, que serão propostos pela Comissão, e pela primeira vez a Comissão terá aqui uma palavra a dizer. Para este efeito, iremos modificar, antes de a Directiva “Legislar Melhor” entrar em vigor, as decisões da Comissão sobre o Grupo da Política do Espectro de Radiofrequências a fim de permitir a este grupo informar directamente o Conselho e o Parlamento.

Louvo ainda o apoio do Parlamento aos princípios da tecnologia e da neutralidade tecnológica e de serviços e a sua concordância com a possibilidade de harmonizar as faixas de frequências em que seja possível comercializar direitos de utilização. Tudo isto será essencial para o investimento nas redes da próxima geração e para o retorno do investimento, tomando em devida consideração os riscos em causa. Será igualmente importante para nortear a Comissão quando esta apresentar orientações regulamentares mais detalhadas relativas ao acesso na próxima geração.

Tenho de fazer duas declarações em resposta a pontos suscitados por membros do Parlamento. A primeira esclarece que a Comissão vai promover um amplo debate sobre o âmbito de aplicação do serviço universal e apresentar rapidamente propostas sempre que necessário. A segunda indica que a Comissão começará a trabalhar sem demora numa ampla consulta e fará propostas relativas ao alargamento dos requisitos em matéria de violação de dados noutros sectores.

O outro documento em cima da mesa é a Directiva GSM. Aqui, a Comissão pode apoiar inteiramente as alterações destinadas a clarificar as faixas de frequência a abranger pela directiva alterada. Pretendo apenas sublinhar que esta directiva, por si só, origina economias através de cortes até 1,6 mil milhões de euros para o sector das comunicações móveis, o que revela claramente que o Parlamento está a conseguir colocar sobre a mesa um equilíbrio nas decisões – decisões favoráveis à economia, decisões favoráveis à indústria, decisões favoráveis aos consumidores. Tudo isto, em conjunto, constitui um bom pacote que é do interesse da Europa.

- relativa ao serviço universal (considerando 3-A)

A Comissão toma nota do texto do considerando (3-A) acordado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho.

A Comissão pretende neste contexto reafirmar que, como referido na sua Comunicação COM(2008)572, de 25 de Setembro de 2008, relativa ao âmbito do serviço universal nas redes e serviços de comunicações electrónicas, vai promover, ao longo de 2009, um debate alargado a nível da UE que irá examinar um amplo conjunto de abordagens alternativas e permitir a todas as partes interessadas exprimir os seus pontos de vista.

A Comissão fará a síntese do debate numa comunicação dirigida ao Parlamento Europeu e ao Conselho e apresentará até 1 de Maio de 2010 essas propostas a respeito da directiva “serviço universal” sempre que necessário.

- relativa à notificação de violação de dados (artigo 2.º, alínea h) e artigo 4.º, n.º 3 - Directiva relativa à privacidade nas comunicações electrónicas)

A reforma do quadro regulamentar comum para as comunicações electrónicas introduz um novo conceito nas regras em matéria de protecção de dados e privacidade na UE: uma notificação obrigatória de violações de dados pessoais pelos fornecedores de serviços e redes de comunicações electrónicas. Este é um passo importante para reforçar a segurança e a protecção da privacidade, embora nesta fase continue a restringir-se ao sector das comunicações electrónicas.

A Comissão toma nota da vontade do Parlamento de que a obrigação de notificar violações de dados pessoais não se limite ao sector das comunicações electrónicas mas também se aplique a entidades como prestadores de serviços da sociedade da informação. Essa abordagem seria plenamente coerente com o objectivo geral de política pública de reforçar a protecção dos dados pessoais dos cidadãos da UE e a sua capacidade de actuar no caso de a segurança desses dados ser comprometida.

Neste contexto, a Comissão pretende reiterar a sua opinião declarada ao longo das negociações sobre a reforma do quadro regulamentar, que a obrigação dos fornecedores de serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público de notificarem violações de dados pessoais cria condições para alargar o debate a requisitos de notificação de violações geralmente aplicáveis.

A Comissão iniciará, portanto, sem demora, o trabalho preparatório adequado, incluindo a consulta das partes interessadas até 2011, com vista a apresentar propostas neste domínio, sempre que se justifiquem. Além disso, a Comissão irá consultar o Grupo de Trabalho do Artigo 29.º e a Autoridade Europeia para a Protecção de Dados acerca da aplicação noutros sectores dos princípios incorporados nas regras relativas à notificação de violações de dados da Directiva 2002/58/CE, independentemente do sector ou do tipo de dados em questão.

Angelika Niebler, em nome do Grupo PPE-DE. – (DE) Senhora Presidente, Senhora Comissária, caros Colegas, gostaria também de começar por agradecer a todos os que ajudaram a tornar possível um compromisso satisfatório sobre o pacote relativo às telecomunicações. O meu agradecimento vai em primeiro lugar para o nosso Parlamento: acima de tudo, para os relatores, os meus colegas senhor deputado Harbour, senhora deputada del Castillo Vera e senhora deputada Trautmann, e, naturalmente também para a senhora deputada Pleguezuelos Aguilar. Muito obrigada também, Senhora Comissária, por esta excelente colaboração com a Comissão. A senhora esteve muitas vezes presente durante as negociações tripartidas. É um bom sinal. A senhora contribuiu de forma realmente construtiva, em conjunto com a Presidência checa, para nos ajudar a alcançar este compromisso no final.

O compromisso é positivo, e espero sinceramente que, na votação de amanhã, receba ampla aprovação. Como já foi mencionado, o sector das telecomunicações no seu conjunto é um dos mais eficientes da nossa economia europeia e, em plena crise financeira e económica, é particularmente importante criar condições gerais para que este motor do emprego na Europa possa recuperar e funcionar. Existem muitos postos de trabalho associados à indústria das telecomunicações e, no quadro jurídico que vamos adoptar, criámos condições para permitir a este sector continuar a desenvolver-se favoravelmente.

Porque é o pacote relativo às telecomunicações tão importante? Gostaria de distinguir aquele que é, na minha opinião, o ponto mais importante. Nós precisamos de um acesso rápido à Internet em toda a Europa, e não apenas nas cidades, mas também em zonas rurais. Quando digo “nós”, refiro-me aos jovens, que comunicam em todo o mundo. Refiro-me também às empresas que operam a nível mundial e se afirmam internacionalmente e, é claro, às autoridades e às administrações. O que consegue o pacote relativo às telecomunicações a este respeito? Cria o quadro jurídico necessário para que as empresas possam investir na expansão das redes de banda larga a nível nacional. Com este pacote e com a protecção ao investimento nele incluída, criámos incentivos importantes, mas ao mesmo tempo asseguramos, através dos requisitos deste regulamento, que não sejam cimentados novos mercados. Os riscos de construir as novas redes foram distribuídos de modo satisfatório e justo.

Que mais vai regular o pacote relativo às telecomunicações? Em primeiro lugar, a utilização eficaz de faixas de frequência – este aspecto também é importante para o desenvolvimento nacional do fornecimento de banda larga. No pacote, defendemos uma política de frequências mais flexível na Europa. As faixas de frequência que serão libertadas através da transição para a televisão digital – o chamado dividendo digital – devem também ser disponibilizadas para serviços de banda larga móvel, que, em particular, podem preencher lacunas em zonas rurais. Contudo, ao mesmo tempo, reconhecemos igualmente o papel especial que a radiodifusão desempenha para assegurar a liberdade de formar opinião na nossa sociedade democrática. Este é, portanto, um bom compromisso em geral, e espero que receba amplo apoio amanhã!

Erika Mann, em nome do Grupo PSE. – (EN) Senhora Presidente, é fascinante acompanhar este debate – alguns colegas já apresentaram os temas principais e a senhora Comissária já fez a sua declaração –, mas saber que o Conselho está completamente ausente diz-nos muito sobre a forma como por vezes trabalhamos na União Europeia. Esta situação é totalmente inaceitável. Vivemos uma das mais graves crises de sempre na União Europeia e no mundo e estamos a discutir um tema muito pertinente e muito importante para a criação de emprego – num dos domínios em que ainda temos estabilidade, até certo ponto –, e verificar que o Conselho não reflecte nem debate connosco hoje é, a meu ver, um facto eloquente. Espero ver a próxima presidência do Conselho aqui presente mais vezes, porque não podemos continuar a trabalhar desta forma.

Vou abordar dois pontos. Quero agradecer à relatora-sombra, senhora deputada Pilar del Castillo Vera, que fez um excelente trabalho. Era uma tarefa difícil e não sabíamos, no início, se iríamos ter sucesso e alcançar uma maior europeização neste domínio. Afigura-se que encontrámos uma forma que é aceitável e que vai ajudar os reguladores nacionais a trabalharem em conjunto e a aprenderem uns com os outros. Será uma evolução positiva, em especial para os novos Estados-Membros.

Quero abordar duas questões que, felizmente, a senhora Comissária mencionou: investimento em novas infra-estruturas, que serão regidas por um novo quadro jurídico e funcionarão nos termos das regras da

concorrência, o que, embora configurando uma situação diferente, vai permitir a circulação de investimentos neste domínio; e as orientações que serão muito em breve publicadas para o acesso da próxima geração. Espero que essas orientações sigam a filosofia definida neste Parlamento, da qual espero que a senhora Comissária não se afaste.

No que se refere ao serviço universal, faço votos para que a senhora Comissária encontre uma forma de assegurar que os operadores de telecomunicações, que vão agora tirar partido de novas possibilidades de investimento, utilizem recursos, por seu lado, para garantir que todos os cidadãos tenham acesso à banda larga no futuro. Espero que este aspecto seja abrangido na directiva “serviço universal”, que deve ser publicada no segundo semestre do ano.

No meu último ponto, quero exortar o Parlamento, os meus colegas e a Comissão – e ainda o Conselho, espero – a analisarem os domínios onde alcançámos compromissos que, todavia, não nos satisfazem totalmente. Aqui se incluem questões relativas à Internet, por exemplo, o modo como os Estados-Membros podem intervir se entenderem que os cidadãos estão a aceder ilegalmente a conteúdos na Internet, algo a que chamamos “Internet sparen” em alemão, ou, por outro lado, a gestão de redes. Espero que possamos encontrar uma forma de analisar estas questões durante o segundo semestre do ano e de definir um enquadramento que nos permita obter um maior consenso entre nós e os cidadãos, que dependem bastante de nós.

Cristian Silviu Buşoi, *em nome do Grupo ALDE*. – (EN) Senhora Presidente, na qualidade de relator-sombra do Grupo dos Liberais, gostaria de agradecer ao senhor deputado Malcolm Harbour e aos meus outros colegas pela sua excelente cooperação. Este dossiê reveste-se de grande importância para todas as comunicações electrónicas na União Europeia, e o compromisso que alcançámos no final com o Conselho – e não foram, de todo, discussões fáceis – era equilibrado.

Foram realizadas algumas conquistas importantes em resultado das negociações com o Conselho. Uma das grandes melhorias em comparação com a primeira leitura está relacionada com o acesso ao número de emergência europeu, 112, e a obrigação de os operadores disponibilizarem informações sobre a localização da pessoa que efectua a chamada sem qualquer derrogação assente na viabilidade técnica, pelo menos para operadores de telefones fixos e móveis. Esta é uma conquista fundamental porque vai ajudar os serviços de emergência a responder de forma mais eficiente e vai reforçar a protecção da vida de todos os cidadãos, onde quer que se encontrem na União Europeia.

As disposições relativas a políticas de gestão do tráfego foram um ponto controverso do relatório, mas acredito firmemente que o compromisso protege os direitos dos utilizadores a acederem a conteúdos e a utilizarem serviços à sua escolha. Ninguém neste Parlamento alguma vez pretendeu limitar a liberdade na Internet. O nosso objectivo era permitir procedimentos de gestão do tráfego, sempre que eles sejam necessários, para assegurar a melhor experiência possível em linha para os utilizadores finais, e desde que não restrinjam a concorrência entre prestadores de serviços. Considero o compromisso totalmente coerente com este objectivo, e é por isso que o apoio plenamente.

Entendo ainda que todas as medidas relacionadas com o acesso a serviços e com a sua utilização devem respeitar os direitos e liberdades fundamentais de todos os cidadãos, e este aspecto também foi salvaguardado no relatório. Alguns de nós podem não estar satisfeitos com este compromisso, mas eu gostaria de salientar que, apesar das suas lacunas, este foi o melhor documento que conseguimos alcançar com o Conselho, e aconselho-vos fortemente a votar a seu favor amanhã.

Rebecca Harms, *em nome do Grupo Verts/ALE*. – (DE) Senhora Presidente, há um ponto que me leva a saudar particularmente o relator. Penso que é muito positivo que, em determinadas questões, a senhora Comissária Reding se tenha distanciado da sua proposta. A abordagem das faixas de frequência é – tal como o quadro jurídico que vai agora ser criado – muito mais equilibrada do que a abordagem originalmente incluída na proposta da Comissão.

Na minha opinião – como agora acordámos – relativamente às faixas de frequência, será dedicada muito maior atenção aos interesses públicos em benefício da radiodifusão. Tendo em conta o debate em curso à volta dos mercados financeiros, entendo que, com o nosso debate, evitámos de facto alguns problemas. Esta proposta, na forma que conseguimos dar-lhe, irá tomar em consideração, de um modo muito mais equilibrado, a relação entre o mercado e o que o mercado pode criar, bem como as tarefas do Estado. Penso que o documento representa uma evolução na segurança da nossa democracia e pode constituir igualmente um contributo valioso para a cultura.

Embora ainda nos aguardem discussões no grupo, quero afirmar aqui e agora que não estou, de todo, satisfeita com o compromisso no que respeita aos direitos dos utilizadores da Internet nos casos em que se acredite terem sido cometidas infracções.

Sei que a alteração 138 original não tinha a forma ideal em termos judiciais. Contudo, observo que o compromisso agora alcançado não assegura a intervenção de um tribunal antes de se tomar uma decisão que restrinja os direitos fundamentais de um cidadão na União Europeia. Senhora Comissária, eu teria todo o interesse em saber como interpreta o compromisso e, em particular, que significado tem, na sua opinião, este compromisso que está em cima da mesa para o modelo francês Hadopi.

Entendo que vamos criar duas situações diferentes para a análise dos direitos fundamentais. A situação poderá ser melhor num Estado-Membro do que noutro. Penso que se trata de um compromisso muito mal formulado. Enquanto Parlamento, deveríamos fazer melhor do que isto. No que se refere os direitos dos artistas, Senhora Presidente, concordo com a minha colega, senhora deputada Mann, quando afirma que os direitos de autor têm de ser regidos por um regulamento diferente e não no quadro de uma regulação do mercado.

Eva-Britt Svensson, em nome do Grupo GUE/NGL. – (SV) Obrigada, Senhora Presidente. O que vemos hoje é o desenvolvimento de uma nova sociedade. Assistimos a uma renovação tecnológica em que o modelo antigo de comunicação, que era unidireccional no sentido em que “uma pessoa fala e todos os outros ouvem”, foi substituído por uma comunicação mais multidimensional, uma forma de comunicação participativa, e muitos de nós acolheram esta nova cultura de liberdade. Estão em causa a interacção, a liberdade de expressão, a criatividade e o impulso criativo. Está em causa um intercâmbio de informações que é muitas vezes independente de interesses comerciais, mas, infelizmente, as estruturas de poder mais antigas sentem-se ameaçadas e, por isso, querem influenciar, regular e controlar o que se passa na Internet.

A pretexto de enfrentar o crime organizado e o terrorismo, tentam limitar os nossos direitos civis, mas não podemos deixar que isso aconteça. Conjuntamente com os meus colegas do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde, elaborei, por esse motivo, um conjunto de alterações a favor dos direitos civis, destinadas a proteger os direitos dos cidadãos na Internet. Vou voltar a apresentar a minha alteração 166, que foi adoptada na leitura anterior. O objectivo da alteração é assegurar que os utilizadores finais da comunicação electrónica, o mesmo é dizer os cidadãos, tenham a oportunidade de aceder a serviços e aplicações sem restrições injustificadas. Temos de encontrar um equilíbrio entre os direitos das pessoas à liberdade de expressão e à privacidade e a protecção de dados pessoais e das liberdades e direitos dos outros, incluindo o direito à protecção da liberdade intelectual e a protecção da ordem e da segurança pública.

Em alguns países, os governos pretendem introduzir legislação nova e mais restritiva que permita aos fornecedores de Internet bloquear o acesso de algumas pessoas à Internet. Entendemos que não deve ser possível impedir qualquer cidadão de aceder à Internet sem uma audiência prévia em tribunal. Enquanto cidadã, devo igualmente ter a liberdade de poder navegar em vários sítios da Internet e sentir-me segura sabendo que as empresas privadas não conseguem obter estas informações. Aqueles de nós que apreciam de facto a Internet e as oportunidades que ela oferece afirmam que os direitos dos utilizadores devem ser determinados pela forma como utilizámos os nossos serviços. Não queremos ser reduzidos a consumidores, com direitos que consistem apenas no que está escrito no contrato de fornecimento. Infelizmente, a posição comum do Conselho e o compromisso abrem caminho a esta situação, mas nós queremos ser cidadãos na Internet, não meros clientes e consumidores. A Internet é um local de encontro, um fórum para a informação livre, uma espécie de território comum. Vamos agora regulamentar este fórum e adequá-lo aos interesses dos representantes comerciais? Não, não me parece. A questão é a seguinte – em que tipo de sociedade queremos viver? Queremos viver numa sociedade da vigilância ou queremos uma sociedade em que as pessoas possam ter a certeza de que o Estado de direito é respeitado? Uma sociedade em que as pessoas possam saber que a sua privacidade é respeitada e uma sociedade em que a liberdade expressão é mais valorizada do que o controlo sobre a vida das pessoas. Esse é o tipo de sociedade em que desejo viver e para a qual pretendo trabalhar. Por conseguinte, insto-vos a apoiarem as alterações favoráveis aos direitos dos cidadãos apresentadas por mim e pelo Grupo GUE/NGL.

Kathy Sinnott, em nome do Grupo IND/DEM. – (EN) Senhora Presidente, a Internet mudou o mundo como o conhecemos. Informação que seria muito difícil ou impossível de encontrar está agora apenas a poucos segundos de distância; mas a característica que define a Internet não é a velocidade nem a tecnologia, é a liberdade: liberdade de exprimir opiniões, liberdade de trocar ideias e liberdade de partilhar informação.

Alguns defendem um futuro restringido, em que a livre circulação de dados seja contida, em que as grandes empresas possam sufocar a inovação e em que os fornecedores de Internet se transformem em vigilantes. Já vimos esta abordagem – na China.

Espero que optemos por manter a liberdade que originou tanto sucesso e mudou o nosso mundo para melhor. Num período em que as economias necessitam de toda a ajuda possível, temos de escolher a abertura ao progresso – não um protecçãoismo a curto prazo direccionada para o lucro. Em nome dos meus eleitores, votarei a favor da liberdade de informação e do nosso acesso gratuito à Internet no futuro para todas as utilizações legais. Ao fazê-lo, estarei a votar a favor da democracia e de uma economia com oportunidades para todos.

Bruno Gollnisch (NI). – (FR) Senhora Presidente, embora tenha sido apresentada com o fundamento legítimo da protecção da criação artística, a chamada lei “Hadopi”, que está a ser preparada em Paris, é na verdade uma lei que destrói a liberdade.

Na verdade, este texto não promove a criação. Limita-se a estipular um policiamento generalizado das actividades de quem utiliza a Internet. Não inclui quaisquer propostas específicas destinadas a melhorar o fornecimento legal de bens culturais. Está ridiculamente atrasada em relação às possibilidades técnicas de ocultar ou falsificar endereços IP. Constitui um passo atrás em termos do direito à cópia privada, no âmbito do qual todos pagam, em qualquer caso, um imposto sobre os suportes digitais. Confere a uma autoridade puramente administrativa o poder exorbitante de mover acções judiciais e impor penalizações. Recupera a dupla penalização de utilizadores de Internet a quem é negado o acesso à Web mas que são obrigados a pagar o seu serviço. Finalmente, despreza a presunção de inocência e o direito de cada um a defender-se.

Bloqueando esta lei, digna da China comunista ou de outros regimes totalitários, uma lei que o Presidente Sarkozy pretende, todavia, forçar, este Parlamento reafirmaria o direito de cada um de nós à privacidade, ao acesso à informação, à liberdade de expressão e a procedimentos legais adequados. Este aspecto é absolutamente vital.

Bernadette Vergnaud (PSE). – (FR) Senhora Presidente, Senhora Comissária, caros Colegas, devo, em primeiro lugar, agradecer aos relatores e relatores-sombra e felicitá-los. Trabalhámos todos arduamente ao longo destes últimos meses para chegarmos a um pacote que é, na minha opinião, consistente e de elevada qualidade.

Reconheço que as negociações não foram fáceis no Parlamento nem no Conselho e na Comissão, mas as opiniões mudaram bastante desde a primeira votação em comissão parlamentar, em que questões relacionadas com o conteúdo eclipsavam completamente os restantes elementos deste pacote.

Por conseguinte, no relatório do senhor deputado Harbour, os muitos progressos obtidos para os consumidores praticamente não foram mencionados. Espero que desta vez a situação seja diferente, não apenas porque os compromissos alcançados em matéria de direitos fundamentais e respeito da privacidade são positivos, mas também porque este dossiê tem um potencial extraordinário tanto para os consumidores como para os sectores das telecomunicações e os seus empregados. Os compromissos alcançados na directiva-quadro e na directiva “serviço universal” fazem referência clara à obrigação de os Estados-Membros respeitarem os princípios do direito a um processo equitativo, o que deve seguramente ser tranquilizador para os que se opõem ao projecto francês de aplicação de sanções através de um órgão administrativo. Estes textos não passam de um cavalo de Tróia da resposta graduada e opõem-se mesmo ao princípio em si.

Uma outra preocupação é a neutralidade da Internet e a questão da limitação do acesso. O texto final é muito claro nesta matéria. Qualquer política para a gestão de redes apenas se justifica em função do objectivo de manter um nível mínimo de qualidade dos serviços e não deve originar discriminação entre serviços e aplicações, com todas as vertentes controladas por autoridades reguladoras nacionais.

Quero igualmente realçar o que conseguimos para os consumidores no contexto da directiva “serviço universal”. A partir de agora, será impossível a um operador esconder-se atrás de questões de viabilidade técnica como motivo para não fornecer um acesso fiável a serviços de emergência e a localização de qualquer pessoa que utilize o número de emergência 112. Este ponto vital para a segurança dos cidadãos europeus vai finalmente ser regulamentado; foi tecnicamente possível durante anos, mas as autoridades e os operadores preferiram sacrificar a segurança no altar das economias de investimentos.

O mesmo se aplica à melhoria da transparência e qualidade das informações relacionadas com contratos que terão de ser prestadas de forma obrigatória e regular. Os consumidores vão poder beneficiar de análises

de preços adequadas ao seu perfil de consumidor e também de mensagens de aviso quando ultrapassarem o seu pacote de preços normal, o que é particularmente útil para tarifas especiais a utilizar no estrangeiro ou para jovens, que são os principais utilizadores de SMS de tarifa majorada. A duração dos contratos será, de agora em diante, limitada a 24 meses, com uma obrigação de os operadores oferecerem contratos de 12 meses, e, no caso de uma mudança de operador, essa transferência terá de se concretizar no prazo de um dia. Conseguimos o máximo acesso para utilizadores com deficiências, bem como uma revisão do âmbito de aplicação do serviço universal a fim de o alargar em especial aos telemóveis até ao próximo ano.

Caros Colegas, espero que votemos a favor deste texto final, que é o fruto de meses de negociações, sem nos deixarmos perturbar por preocupações que, apesar de compreensíveis, tendo em conta a importância fundamental...

(A Presidente retira a palavra à oradora)

Alexander Alvaro (ALDE). – (DE) Senhora Presidente, na qualidade de relator sobre a directiva relativa à protecção de dados pessoais no domínio comunicações electrónicas, gostaria, em primeiro lugar, de agradecer ao senhor deputado Harbour, que imprimiu um novo significado ao conceito de cooperação reforçada. Não se tratou do primeiro procedimento deste tipo mas, nesta forma, foi provavelmente o mais proveitoso. Queria agradecer à senhora Comissária Reding, que esteve presente em todos os trólogos e assumiu um papel pessoal, o que hoje não podemos dizer de todos os Comissários.

Entendo que conseguimos demonstrar que, acima de tudo, a melhor protecção dos consumidores é uma protecção de dados eficaz; creio que, num momento em que as pessoas navegam na Internet e não sabem exactamente o que se passa por trás dos seus ecrãs, é particularmente importante que sejam esclarecidas. Aceitámos a proposta da Comissão de tornar obrigatória a notificação de violações de segurança e melhorámo-la. É um procedimento que vai ser aplicado por etapas em cooperação com os reguladores nacionais, os fornecedores de serviços de telecomunicações e os decisores políticos. Regozijo-me com o anúncio da Comissão de que, até ao final de 2011, será apresentada uma directiva horizontal para esse efeito, porque não faz sentido abordar simplesmente esta questão no domínio das comunicações electrónicas.

Ao mesmo tempo, assegurámos a obrigatoriedade de obter a autorização do utilizador para armazenar programas ou aplicações, incluindo dados pessoais, que estejam no disco rígido. A este respeito, gostaria de mencionar brevemente que desenvolvemos as propostas originais em cooperação bastante estreita com o sector em causa. Para alguns segmentos do sector, o documento não foi suficientemente ousado ou foi longe demais. Provocaram depois problemas e confusão no Conselho e na Comissão antes de, no final, pretenderem um regresso ao que tinha sido originalmente proposto, porque não estavam satisfeitos com as propostas do compromisso. O ensinamento a retirar da história é que, enquanto instituições, devemos ter fé no facto de podermos cooperar bem em conjunto e não devemos deixar que as partes com outros interesses criem uma divisão entre nós.

Para concluir, gostaria, mais uma vez, de referir o relatório da minha colega, senhora deputada Trautmann. Alguns deputados do meu grupo e de outros não vão concordar com uma lei do tipo “três ocorrências – exclusão”. Precisamos de controlo judicial antes de bloquear o acesso à Internet.

David Hammerstein (Verts/ALE). – (ES) Senhora Presidente, Senhora Comissária, obrigado; foi um prazer participar neste processo tão interessante. Queria igualmente agradecer a todos os relatores.

Neste preciso momento, o Presidente Sarkozy está a desafiar as instituições europeias a propósito do futuro da Internet. Qual será a nossa resposta? Vamos continuar em silêncio e não responder? Qual é a posição da União Europeia e da Comissão no que respeita à nova lei “Hadopi” (Alta Autoridade para a Difusão de Obras de Arte e Protecção dos Direitos na Internet) relativa à resposta graduada?

Devemos ouvir a grande maioria de europeus, particularmente os jovens que cresceram na era digital; essas pessoas não querem portões vigiados, não querem um cadeado no intercâmbio de conhecimento, cultura e informação na Internet.

A grande maioria quer liberdade; deseja manter a sua privacidade, ter acesso à cultura sem medo nem ansiedade, preservar a neutralidade da Internet; não quer filtros nem discriminação no que se refere à transmissão de dados.

O que a imensa maioria não pretende é que os operadores se transformem em polícias digitais, em espíões, em juízes em causa própria, que põem de lado os procedimentos jurídicos normais de uma democracia. Este ponto tem de ser claro.

Solicitamos, portanto, à relatora, senhora deputada Trautmann, que altere a lista de votação para que, antes de votarmos o compromisso – a posição já adoptada por mais de 80% do Parlamento –, possamos pelo menos votar a favor dos direitos na Internet e de só haver uma intervenção se tiver sido tomada uma decisão jurídica prévia.

A neutralidade da Internet está em risco, não apenas por este motivo, mas também pela chamada “gestão do tráfego”, e receio que alguns aspectos do relatório Harbour relativamente aos serviços universais não protejam claramente essa neutralidade.

A mera prestação de informação aos consumidores em contratos não é suficiente.

Mary Lou McDonald (GUE/NGL). - (EN) Senhora Presidente, este pacote relativo às telecomunicações reveste-se de enorme interesse para muitos cidadãos no meu país, a Irlanda, e, na verdade, em toda a União Europeia, e com razão. Enquanto eurodeputados, espero que consigamos enviar uma mensagem forte em nome dos cidadãos que são a favor de uma Internet livre, em que a privacidade dos utilizadores e os seus direitos são plenamente respeitados. Hoje, devemos apoiar o conjunto de alterações relativas aos cidadãos que foram apresentadas, porque essa é a melhor forma de defendermos os direitos dos nossos cidadãos.

Essas alterações, se forem aprovadas, vão repor algum equilíbrio entre os direitos e liberdades dos utilizadores finais e os direitos e liberdades dos outros, incluindo o direito à propriedade intelectual e, de facto, o direito à privacidade. O objectivo desta proposta deve ser proteger quem necessita de protecção, mas também reforçar os direitos dos cidadãos a acederem a informação de forma legal quando e onde entenderem. Os prestadores de serviços devem ser obrigados a actuar sempre de forma transparente e se, em casos muito excepcionais, forem necessárias restrições ao acesso, devem assumir plenamente a responsabilidade de justificar estas restrições. Os poderes nacionais devem assumir um papel na investigação de qualquer restrição que os prestadores de serviços imponham.

Finalmente, espero que o Parlamento se mantenha do lado dos nossos cidadãos, esta semana, no apoio ao pacote de alterações relativas aos cidadãos, colocando-se assim a favor da liberdade dos utilizadores da Internet e das liberdades civis em toda a União.

Hanne Dahl (IND/DEM). - (DA) Senhora Presidente, Senhora Comissária, não creio que o compromisso seja suficiente no que respeita aos direitos dos cidadãos. Preocupa-me que o Ministro da Cultura francês ainda entenda que deve ser possível encerrar administrativamente o acesso à Internet de acordo com a regra de “três ocorrências – exclusão”. Consequentemente, eu e alguns dos meus colegas apresentámos novamente uma alteração que já foi aprovada uma vez por este Parlamento. Contudo, não é possível votá-la na forma como as votações estão previstas neste momento, porque temos de votar primeiro o compromisso. Peço, pois, aos meus colegas que alterem a ordem das votações para podermos votar as alterações relativas aos cidadãos antes de votarmos o texto de compromisso completo.

Luca Romagnoli (NI). - (IT) Senhora Presidente, caros Colegas, penso que a Internet deve manter-se aberta. Uma vez que o sector das comunicações gere a transmissão de dados, tem um controlo real sobre a discussão democrática e o acesso ao conhecimento. Controla efectivamente o nosso acesso ao comércio e, mais em geral, controla a circulação da informação.

De acordo com as disposições do pacote relativo à telecomunicações, na fase das negociações em que se encontra, os operadores das redes poderão bloquear o acesso a sítios Web, conteúdos, aplicações e tudo o resto. Por este motivo, na pergunta que apresentei recentemente, alertei para o facto de o risco de limitar a liberdade de imprensa, de pensamento, de expressão e de associação, garantida na Carta dos Direitos Fundamentais da UE, estar muito próximo quando um governo nacional, como estava prestes a acontecer em Itália, ou um sector da comunicação pode assumir a responsabilidade de bloquear um sítio Web por sua iniciativa, seja o seu conteúdo ilícito ou não. Este é o principal facto que releva desta questão: a possibilidade de bloquear um sítio Web mesmo que não esteja qualquer crime em curso, pendente ou a ser instigado.

É certamente uma boa ideia salvaguardar o papel nacional na gestão do espectro radioelétrico, porque temos de preservar e tomar em devida conta as características específicas dos sistemas nacionais, mas o compromisso que aprovámos em Abril contém alguns elementos inquestionavelmente encorajadores em matéria de protecção dos consumidores e, mais em geral, de privacidade, do combate ao *spam* – vou terminar – e de tudo o resto. Continuo convencido, todavia, de que o conteúdo da alteração 138 é absolutamente louvável e deve, portanto...

(A Presidente retira a palavra ao orador)

Gunnar Hökmark (PPE-DE). - (SV) Obrigado, Senhora Presidente. O sector das telecomunicações é um dos sectores de ponta mais dinâmicos da Europa. Necessita de investimento, concorrência e inovações contínuas a fim de proporcionar aos cidadãos as melhores oportunidades, no que respeita tanto à vida económica como à informação, à democracia e à diversidade. O que vemos neste pacote são regras mais claras para a concorrência e um papel mais diferenciado para a autoridade europeia no objectivo de assegurar que o mercado seja aberto a concorrentes. Estamos a falar de aspectos como os planos de frequências e o dividendo digital: o novo espaço criado para permitir a presença de mais serviços e mais operadores. Tudo isto, Senhora Presidente, resultará numa maior liberdade para os consumidores e em mais oportunidades. Olhando para o meu país de origem, a Suécia, como exemplo, este facto implicará que o domínio de que a Telia, o antigo monopólio, pôde desfrutar em matéria de concorrência na prestação de serviços a habitações será agora anulado, porque passará a haver concorrência aberta mesmo nas casas das pessoas. Trata-se de um progresso: vai-se abrir caminho a mais escolha, criando melhor concorrência e reforçando o poder do consumidor individual e, conseqüentemente, a liberdade dos indivíduos face à Internet e à banda larga.

Senhora Presidente, a questão geral da liberdade na Internet foi tema de debate neste Parlamento. Surpreende-me, por vezes, que os que se opõem à União Europeia e ao Tratado de Lisboa exijam maior autoridade do que os Estados-Membros contra quem votam noutros contextos. Ouvi hoje aqui a minha colega da esquerda, senhora deputada Svensson, pedir uma alteração que permita à UE influenciar directamente a abordagem dos Estados-Membros em relação ao processo jurídico. Está em causa um desvio relativamente aos tratados que temos hoje em vigor e ao Tratado de Lisboa, que estamos a discutir, e esta é uma forma de supranacionalismo que, na verdade, ninguém discutiu. Contudo, na introdução da legislação, assegurámos uma divisão clara entre o que têm de fazer as autoridades judiciais e os operadores de Internet. Estipulámos que ninguém poderá violar a liberdade do utilizador individual da Internet sem que exista um processo judicial e jurídico que cumpra os requisitos fundamentais. As exigências da alteração 138 são, portanto, cumpridas e as várias ameaças que existiam foram eliminadas. Penso que se trata de um progresso com que nos devemos regozijar porque, ao mesmo tempo, o mercado de telecomunicações da Europa se abriu de modo a proporcionar mais liberdade, mais diversidade e mais concorrência, criando assim as bases para o tornar mais dinâmico e para o manter na liderança também no futuro.

Reino Paasilinna (PSE). - (FI) Senhora Presidente, caros Colegas, gostaria, naturalmente, de agradecer à senhora deputada Trautmann em particular, mas também aos outros relatores. Dirijo um agradecimento muito especial à senhora Comissária Reding, pelos excelentes níveis de cooperação que demonstrou durante tanto tempo. Temos muitos comissários, mas, como já foi mencionado, a senhora está definitivamente em primeiro lugar no que respeita ao trabalho connosco.

Gostaríamos de melhorar a situação dos grupos para quem as novas tecnologias trazem oportunidades mas que ficam sem acesso à sociedade da informação a não ser que os seus direitos sejam acompanhados. Esses grupos incluem os idosos e as pessoas com deficiências. Os direitos dos clientes também devem ser assegurados, para que a concorrência desleal não os impeça de utilizar novos serviços. No final, o Conselho aceitou quase todas as nossas sugestões relativas à protecção dos consumidores, pelo que este é um desfecho positivo.

Há mais de 10 anos que estamos a reformar a legislação que controla a sociedade da informação e, mais recentemente, a sociedade civilizada. Hoje, estamos a decidir que a utilização da Internet é um direito civil. É necessário protegê-la e diversificá-la. Já decidimos noutra ocasião que a informação é um direito civil.

O receio é que as comunicações electrónicas que atingem amplas audiências sejam ainda mais superficiais na sua natureza e pouco mais do que disparates sem sentido. O objectivo de uma sociedade civilizada é, com certeza, demasiado exigente para nos permitir simplesmente avançar no sentido de uma sociedade baseada no tipo de conteúdos que temos neste momento. Estamos a utilizar os nossos excelentes instrumentos técnicos para conduzir a humanidade à ignorância na sociedade da informação e à tacañez na sociedade civilizada. Um mau livro é sempre mau, por muito boa que seja a qualidade da impressão ou do papel. Um crime é sempre um crime na Internet e, da mesma forma, disparates são sempre disparates também na Internet.

Será então que as redes inteligentes resultam em estupidez? Caros Colegas, com este tipo de conteúdos, não podemos realmente transformar-nos na maior economia ou sociedade baseada no conhecimento do mundo. O nosso conhecimento é simplesmente insuficiente para esse efeito. Queria perguntar à senhora Comissária o que devemos fazer, agora que temos instrumentos muito eficazes em funcionamento, para elevarmos a qualidade dos conteúdos ao nível de uma sociedade civilizada.

Fiona Hall (ALDE). - (EN) Senhora Presidente, saúdo o acordo sobre o pacote relativo às telecomunicações porque traz consigo um outro acordo em relação a um tema menos discutido: a revogação da Directiva GSM.

O sector da telefonia móvel tem estado, como é compreensível, bastante ansioso por obter o acesso à banda larga do espectro radiofónico actualmente reservada para o sistema GSM, a fim de manter a sua competitividade global. Contudo, os eurodeputados estavam ansiosos por manter a responsabilização democrática acima da utilização do espectro.

Os actos legislativos anteriores relacionados com o espectro, como a decisão sobre as comunicações móveis via satélite, demonstraram que muitas questões que a Comissão considerou serem técnicas têm, de facto, um lado político. Os factores técnicos podem, efectivamente, afectar os princípios da coesão e do acesso para todos. Saúdo, pois, o facto de, através do pacote relativo às telecomunicações, os eurodeputados preservarem neste momento o escrutínio da atribuição do espectro.

Votarei a favor do pacote relativo às telecomunicações, mas faço-o com alguma relutância, porque entendo que houve uma traição fundamental, ao mais alto nível, do princípio essencial da liberalização das telecomunicações que esta directiva pretendia alcançar. Refiro-me à redacção do artigo 8.º sobre a garantia de acesso para os operadores históricos e a sua abordagem do mercado. Parece-me que o acordo alcançado sobre esta redacção numa conversa privada entre o Primeiro-Ministro Gordon Brown e a Chanceler Merkel conferiu aos operadores históricos, como a Deutsche Telekom, uma enorme vantagem. Não sabemos o que o Primeiro-Ministro Brown conseguiu em troca. Receio que os acordos privados entre líderes à porta fechada não sejam a melhor forma de fazer legislação da UE. Lamento que isto tenha ocorrido.

Godfrey Bloom (IND/DEM). - (EN) Senhora Presidente, tenho algumas observações a fazer. Não confio na Comissão; não confio nos burocratas não eleitos nos bastidores que realizam reuniões das quais não tenho actas. Não confio neste lugar, que pretende dar uma imagem de democracia mas é, em grande medida, constituído por pessoas apenas interessadas em cargos.

Penso que estamos perante controlo editorial político sobre os conteúdos na Internet – o novo meio de comunicação. É o tipo de situações que condenamos quando acontecem na China. Não me agradam. Deixam-me muitas dúvidas. Não sei o que se passa nos bastidores, como referiu o orador anterior, e que acordos estão a ser consumados sem o nosso conhecimento.

Temos leis perfeitamente adequadas em matéria de direitos de autor. Temos leis perfeitamente adequadas em matéria de protecção de dados. Isso deveria ser suficiente. Não quero que seja atribuído mais controlo a esta instituição sinistra e corrupta.

Paul Rübig (PPE-DE). - (DE) Senhora Presidente, caros Colegas, posso apenas recomendar ao meu colega que não volte a candidatar-se a este Parlamento; nessa altura, terá feito bem o seu trabalho.

Gostaria de manifestar à senhora Comissária Reding e também à Presidência checa o meu sincero agradecimento, porque, em conjunto com os nossos relatores, conseguiram mais uma vez dar um grande passo em benefício dos cidadãos da Europa. O conceito de mercado internacional proporciona aos cidadãos enormes progressos no domínio das telecomunicações em particular, bem como em domínios nos quais nos confrontávamos anteriormente com monopólios. Além disso, já verificámos, com o regulamento relativo à itinerância, que podem gerar-se aqui economias significativas para os agregados familiares e que os cidadãos ficam protegidos.

Em particular, o acesso ao mercado para pequenas e médias empresas é uma condição bastante importante para assegurar que é prestado um bom serviço, que a neutralidade das redes é aplicada e que, evidentemente, autorizamos as autoridades reguladoras nos Estados-Membros a representarem o seu sector e as suas empresas, mas também os seus consumidores em outros países europeus.

O respeito pelos direitos dos cidadãos de uma nação noutro Estado-Membro reveste-se de particular significado para as pequenas e médias empresas, e devemos assegurar que, no futuro, a banda larga continue a ser utilizada em benefício da população e que os seus preços desçam, porque com o desenvolvimento bastante dinâmico dos serviços de banda larga e da Internet que está a ter lugar, em especial no domínio da telefonia, temos possibilidades totalmente novas para a utilização da banda larga. Por esse motivo, estou grato, igualmente, pelo facto de a banda de frequência GSM 900 estar também à disposição do sistema UMTS e por, pela primeira vez, ter sido dedicada alguma atenção à rede de quarta geração, que, assim o esperamos, receberá a ajuda contínua da Comissão, para termos um apoio geral ao fornecimento de banda larga, em especial nas zonas rurais.

A protecção dos consumidores também é muito bem regulamentada nesta legislação: o facto de os tribunais estarem a trabalhar para que a Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem seja devidamente aplicada é um enorme progresso, por nos proporcionar uma óptima oportunidade de, com a atribuição de bandas de frequência, tirar igualmente partido da utilização ilimitada e sem impedimentos da Internet, mantendo, ao mesmo tempo, a garantia de que serão os tribunais a decidir sobre eventuais restrições.

Evelyn Gebhardt (PSE). – (DE) Senhora Presidente, caros Colegas, quero agradecer a todos os meus colegas pelo excelente trabalho que realizaram. Gostaria também de poder agradecer ao Conselho, mas vejo que não está presente; contudo, a senhora Comissária está aqui. Penso que conseguimos algo positivo.

Senhor Deputado Harbour, o senhor foi o relator da Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores, e tenho de dizer que a nossa colaboração e acção conjunta foram muito positivas. Alcançámos um acordo excelente para os cidadãos, o que, no domínio do serviço universal, é especialmente importante para nós, sociais-democratas. Este pacote relativo às telecomunicações passou a ser muito mais favorável para os clientes, o que significa que foi prestado um importante contributo para a protecção dos consumidores. No futuro, os fornecedores de serviços de telecomunicações terão também de disponibilizar contratos com uma duração de apenas 12 meses, o que é muito importante. Até ao momento, muitos desses prestadores de serviços ofereciam apenas contratos de 24 meses, o que constitui um período de tempo muito longo e impede as pessoas de abandonarem um contrato numa fase inicial. Este é um contributo muito importante. Ao mudarem de fornecedor, é obrigatório dar aos consumidores a possibilidade de manterem o seu número no prazo de um dia. Até agora, os longos períodos de espera levavam frequentemente as pessoas a desistirem da mudança para um operador mais barato e prejudicavam a concorrência neste domínio. Também aqui obtivemos um enorme sucesso.

O Grupo Socialista procurou entretanto assegurar que, no momento de uma chamada de emergência de um telemóvel, a posição do dispositivo fosse transmitida automaticamente, permitindo assim que a ajuda chegasse mais rapidamente à pessoa que efectuou a chamada. Houve uma longa luta para incluir também este ponto, porque, desde logo, muitos defendiam que esta solução não era sequer tecnicamente possível. Provou-se que é possível e por isso era necessário introduzir igualmente este aspecto. Trata-se de uma grande ajuda para os cidadãos.

Em breve, deve também facilitar-se este processo a pessoas com deficiências. Deve ser-lhes concedido acesso livre a meios de telecomunicação. Também aqui devemos – particularmente quando falamos de serviços universais – avançar nesta questão, e isso é igualmente positivo.

Houve um ponto que foi controverso do princípio ao fim: como gerimos a acção penal quando surgem questões relativas a infracções penais ou matérias de direito civil? Demos um passo importante através do compromisso que alcançámos hoje com o Conselho, porque incluímos a reserva judicial. A reserva judicial significa que não entregamos exclusivamente às empresas a decisão sobre as sanções a impor; ao contrário, utilizando direitos, como constam da Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem, conseguimos que os consumidores sejam capazes de se defender e que os prestadores de serviços não tenham um poder excessivo. Este é um ponto muito importante.

Anne Laperrouze (ALDE). – (FR) Senhora Comissária, caros Colegas, queria em primeiro lugar elogiar o trabalho dos nossos relatores neste pacote relativo às telecomunicações, que será submetido a votação amanhã, porque é um bom texto. Toma em consideração todos os aspectos desta revolução nas comunicações que vivemos: redes de telecomunicações, regulação, aspectos económicos, direitos dos consumidores e acesso à Internet.

Contudo, neste último ponto, tenho de dizer que a delegação do Movimento Democrático ficou desapontada. O compromisso alcançado na semana passada sobre o relatório da senhora deputada Trautmann nesta questão em particular não é satisfatório. O ponto fraco deste projecto reside no facto de não ter sido tomada em conta a jurisprudência relativa ao artigo 6.º da Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem. Este projecto, na verdade, apenas legitima as tentativas do Governo francês de impor o seu conceito de uma alta autoridade administrativa, a célebre lei “Hadopi”.

Há pessoas que temem a Internet, pessoas que não entendem o seu desenvolvimento ou o seu interesse. Estas pessoas dizem muitas vezes que a Internet é um domínio sem lei.

É precisamente para evitar que a Internet se transforme num domínio sem lei que a delegação do Movimento Democrático considera que a interrupção do acesso à Internet não deve ser uma decisão administrativa, mas uma decisão judicial. A Internet é um óptimo instrumento para exercermos os nossos direitos fundamentais.

Algumas pessoas entendem que a gestão administrativa é a solução. Isso diz-nos muito sobre a importância que atribuem aos direitos fundamentais. As regras que asseguram a liberdade de comunicação entre pessoas são intemporais e não dependem de um meio ou de outro. O direito a um processo judicial não pode ser colocado em causa seja sob que pretexto for.

Bernard Wojciechowski (IND/DEM). – (PL) Senhora Presidente, as pessoas receiam que medidas como o pacote relativo às telecomunicações impliquem uma limitação da sua liberdade. Recebi centenas de cartas sobre este tema, e não apenas da Polónia. Passo a citar uma delas: “O Parlamento Europeu propõe introduzir alterações à legislação que vão afectar o meu acesso à Internet e que podem restringir ou condicionar a utilização de algumas páginas e sítios da Internet. As alterações legislativas propostas pelo Parlamento Europeu vão permitir ao meu fornecedor de serviços de Internet prestar-me serviços limitados ou condicionados. Receio que essas alterações destruam a Internet e possam ter consequências indesejáveis para a economia na União Europeia.”

Esta é a voz da Europa, a voz dos eleitores. Eu apoio-os. Aconselho as pessoas a terem cuidado durante a votação, em especial no que respeita a candidatos da Polónia, onde nem o partido Plataforma Cívica nem o partido Lei e Justiça sabem o que está aqui em causa.

(EN) Dirigindo-me agora ao senhor deputado Harbour, parece que alguns palhaços dos círculos da Plataforma Cívica e da Lei e Justiça se preocupam mais com focas e macacos do que com pessoas.

Giles Chichester (PPE-DE). – (EN) Senhora Presidente, é justo dizer-se que o sector das telecomunicações é uma história de sucesso na UE, o que torna ainda mais importante definirmos o quadro regulamentar mais correcto. Gostaria de felicitar os relatores pelo seu trabalho e em particular a minha colega Pilar del Castillo Vera por ter melhorado significativamente a proposta da Comissão sobre os reguladores, transformando-a neste Organismo dos Reguladores Europeus das Comunicações Electrónicas (ORECE).

É pena que um debate sobre a Internet e a censura na Internet e as competências jurídicas dos Estados-Membros tenha desviado a atenção da substância deste pacote. Queria felicitar o meu colega Malcolm Harbour por ter discutido em pormenor um texto de compromisso com o Conselho relativamente a esta questão controversa conhecida como alteração 138.

Quanto mais não seja, esta secção do pacote provocou uma torrente de mensagens de pressão por correio electrónico, e tenho de dizer a essas pessoas que acreditam que grandes volumes de mensagens de correio electrónico e muitas palavras acabam por prevalecer, que esses meios se tornam rapidamente contraproducentes. O que é fácil de enviar num instante é igualmente fácil de eliminar num instante, mas, infelizmente, é preciso passar demasiado tempo a percorrer as mensagens para encontrar algo que não seja *spam*.

Espero sinceramente que os reguladores se sintam plenamente equipados para promover mais concorrência, condições uniformes e direitos dos consumidores bastante reforçados, bem como para atingir o equilíbrio adequado, a fim de encorajar investimento e inovação que mantenham a Europa numa posição de vanguarda.

Outro aspecto importante deste pacote é o reforço dos direitos dos consumidores que foi conseguido, em particular a portabilidade do número no prazo de um dia útil e maior transparência em contratos e na facturação. Trata-se de matérias práticas que são importantes para o consumidor individual.

Hannes Swoboda (PSE). – (DE) Senhora Presidente, caros Colegas, quero, naturalmente, em primeiro lugar, manifestar o meu sincero agradecimento a todos os participantes pelo trabalho importante que realizaram.

Sei que a comissão e em particular a senhora deputada Trautmann demonstraram grande empenho na concretização de dois objectivos: por um lado, criar uma base para a modernização, para a revolução técnica permanente na Europa em termos de criação de postos de trabalho e também no que se refere à competitividade do nosso continente – dando assim uma ajuda importante a Lisboa – e, por outro lado, proteger os direitos dos consumidores, que já fora mencionados aqui várias vezes.

Penso que ambos os objectivos foram realizados. A libertação no futuro de determinadas faixas de frequência, quando migrarmos para o sistema digital, vai criar novas possibilidades e mais inovação. Esta medida representará igualmente um contributo importante para uma sociedade inovadora, e estamos gratos por isso.

É claro que existem também algumas matérias delicadas. Enquanto utilizador frequente da Internet, que escreve em blogs e participa activamente no Facebook e no Twitter, sei que há aqui bastantes problemas.

Contudo, estou plenamente convencido de que não devemos intervir sem uma decisão judicial. Não apenas seria incorrecto por uma questão de princípio, mas também enviaria um sinal errado, em especial aos nossos jovens, que navegam constantemente na Internet e utilizam muito intensamente estes meios de comunicação modernos.

Congratulo-me, pois, pelo facto de, entre outros aspectos, ter sido indicado claramente nos considerandos que, por um lado, não estamos, evidentemente, dispostos a aceitar actividades criminosas, mas que, por outro lado, também não estamos na disposição de permitir uma intervenção sem o veredicto de um juiz, sem uma base jurídica. Do meu ponto de vista, este é um princípio essencial que tem de ser respeitado. Estou muito grato à minha colega, senhora deputada Trautmann, e a todos os outros por terem perseverado nesta questão e assegurado um limite claro.

Sophia in 't Veld (ALDE). – (NL) Senhora Presidente, em primeiro lugar, também eu quero felicitar os relatores pelo seu trabalho árduo e expressar o meu agradecimento. Todavia, ainda tenho, infelizmente, alguma dificuldade com o pacote. Ele contém muitos elementos positivos e, na verdade, é claramente necessária regulação neste sector.

Os progressos aqui alcançados incluem uma protecção dos consumidores significativamente melhorada e as promessas da Comissão de que irá apresentar propostas para um requisito de notificação geral no caso de perda de dados. No entanto, tenho um problema com este pacote. O problema já foi referido por numerosos eurodeputados, incluindo o meu colega de França: os governos tentaram introduzir o elemento de “três ocorrências – exclusão” no compromisso pela porta das traseiras, que, na realidade, não tem absolutamente nada a ver com a Directiva. Tenho de dizer que acho este facto extremamente irritante.

Assim, não considero este compromisso aceitável e, por esse motivo, gostaria de apelar aos meus colegas para que votem a favor da alteração do senhor deputado Alvaro e do senhor deputado Schmidt. Esta é uma condição essencial para o meu apoio a este pacote. A meu ver, seria extremamente lamentável se esta alteração não fosse adoptada.

Queremos, de facto, um compromisso com o Conselho, como é evidente, mas não a qualquer custo. Acho também incomodativo que o Conselho nos encoste sempre à parede, deixando-nos sem alternativa. O Conselho tem tanta responsabilidade na obtenção de um compromisso como o Parlamento Europeu. O Parlamento Europeu tem uma reputação a manter no que respeita à protecção dos direitos civis, particularmente nos últimos anos. Espero que o Parlamento esteja à altura dessa reputação durante a votação de amanhã.

Finalmente, Senhora Presidente, também eu quero dizer algumas palavras sobre o grupo de pressão. Devo dizer que, mesmo não concordando com o senhor deputado Chichester na substância, também me incomodou a onda de mensagens de correio electrónico, por vezes bastante ameaçadoras. Penso, ou antes, estou convencida...

(A Presidente retira a palavra à oradora)

Erna Hennicot-Schoepges (PPE-DE). – (FR) Senhora Presidente, quero felicitar os relatores, a Comissão e a senhora deputada Trautmann e o senhor deputado Harbour, que lograram alcançar um compromisso de última hora. Após dois anos de trabalho intenso, conseguimos este compromisso num domínio que vai marcar o futuro de um sector industrial de ponta.

A proposta da Comissão relativa à utilização do espectro foi alterada no sentido correcto, revelando respeito pelas conquistas em matéria de tecnologia de satélites, e o anúncio da Comissão de um futuro debate sobre o serviço universal e os outros problemas jurídicos que ainda persistem sugerem que o trabalho vai continuar. Este é, pois, apenas um primeiro passo em antecipação de outros regulamentos.

Este projecto irá proporcionar aos cidadãos um extraordinário acesso à informação e à cultura. No entanto, subsistem ainda muitos problemas do ponto de vista das infra-estruturas e da qualidade, porque o acesso ainda não é disponibilizado a todos com a mesma qualidade, se tivermos em conta os muitos problemas técnicos que ainda existem em relação à comunicação sem fios.

As questões da liberdade de acesso à Internet, problemas de direitos de autor e confidencialidade, a par da preocupação de protecção contra a criminalidade, a salvaguarda das regras éticas e a protecção dos jovens – não serão demasiados factores para gerir? Quanto aos que estão cépticos acerca do compromisso, serão eles capazes de apresentar uma solução pronta a utilizar que seja aplicável de imediato?

Penso que este projecto representa um avanço considerável. Dêmos, pois, uma oportunidade aos reguladores que nomeámos, e os cépticos poderão depois influenciar estas novas instituições, que terão apenas de provar a sua eficácia.

Edít Herczog (PSE). - (EN) Senhora Presidente, após dois anos de esforços, quero felicitar todos os colegas pelo seu trabalho árduo. O pacote relativo às telecomunicações presta um enorme contributo para a Estratégia de Lisboa, já que o sector representa 4% do PIB e 25% do crescimento do PIB. É um dos sectores fundamentais para o poder económico da Europa.

Este pacote representa um passo importante no caminho para uma economia baseada no conhecimento, não apenas no próprio sector, mas também através do aumento das oportunidades para os utilizadores, sejam eles empresas, particularmente pequenas e médias empresas, ou indivíduos. Todos podem beneficiar destas medidas.

O pacote relativo às telecomunicações contribui de forma significativa para o Plano de relançamento da economia europeia através do desenvolvimento da rede. Contribui também para reforçar os direitos dos consumidores e as suas oportunidades, visto que cada vez mais pessoas podem utilizar as telecomunicações. Por outro lado, este pacote contribui significativamente para o desenvolvimento da democracia. Faculta o acesso a todos os europeus e cria novos meios para exercermos os nossos direitos e cumprirmos as nossas obrigações, mas constitui também um equilíbrio definido pela entidade reguladora: um equilíbrio entre proporcionar à Europa um instrumento para a concretização de um verdadeiro mercado interno no sector das telecomunicações e a utilização dos conhecimentos técnicos disponíveis ao nível de regulação nacional.

Os meus parabéns aos relatores e à Comissão. Durante os próximos cinco anos, daremos o primeiro passo, que terá depois de ser seguido por outros.

PRESIDÊNCIA: ROTHE

Vice-Presidente

Silvia-Adriana Țicău (PSE). - (RO) Começaria por felicitar os nossos relatores que têm trabalhado ininterruptamente neste pacote há mais de um ano. Trata-se, com efeito, de um pacote extremamente importante para os cidadãos da União Europeia.

Este pacote inclui numerosos documentos. Penso que é importante para mim referir em primeiro lugar o relatório da senhora deputada Trautmann, que traça o quadro regulamentar para o sector das comunicações electrónicas e abrangeu um conjunto de aspectos importantes, como a separação funcional e a política em matéria de espectro, bem como a utilização e promoção de redes de nova geração. Saúdo o facto de a separação funcional ter sido adoptada e aceite como uma medida urgente e especial.

Além disso, entendo que é vital para nós sublinhar aqui que os direitos dos consumidores têm de ser protegidos. Foi por isso que o relatório do senhor deputado Harbour abordou estes aspectos e o nosso colega Reino Paasilinna conseguiu sustentar o ponto de vista dos socialistas europeus, defendendo que o elemento fundamental tem de ser o consumidor. A forma como as cláusulas contratuais são negociadas é importante para que o consumidor possa ser protegido.

No que respeita à neutralidade tecnológica, é útil que seja disponibilizado um amplo conjunto de opções técnicas a todos desta forma. Contudo, eu queria salientar que a Internet oferece enormes oportunidades. É importante que os consumidores e os utilizadores estejam protegidos e que não haja interferência em dados pessoais, que também é essencial proteger. Acima de tudo, devemos proteger a propriedade intelectual, mas não em detrimento dos interesses dos consumidores.

(A Presidente retira a palavra à oradora)

Charlotte Cederschiöld (PPE-DE). - (SV) Obrigada, Senhora Comissária; precisamos de uma maior harmonização nas comunicações electrónicas e de legislação mais clara e mais simples, e esta harmonização deve contribuir para um mercado interno que funcione correctamente. O principal objectivo é aumentar a concorrência, o que resultará em mais escolha, preços mais baixos e melhor qualidade para os clientes finais. Para termos êxito, é necessário pesar muitos interesses diferentes e encontrar um bom equilíbrio. O pacote relativo às telecomunicações não pode nem pretende ser utilizado para fins de direito criminal ou sanções penais nem para afectar o direito processual dos Estados-Membros. Melhorar a concorrência tem de ser um factor central. É fundamental que todos os cidadãos possam levar o seu caso a tribunal – a decisão não pode ser entregue às forças comerciais. Espero, pois, que os meus colegas não apoiem este compromisso.

O problema da privacidade surge na legislação comercial, no armazenamento de dados, na legislação criminal e na legislação relativa à transparência. A União europeia ainda não encontrou uma abordagem comum, com princípios comuns que possam ser aplicados a todos os três domínios, e será necessária uma avaliação global para evitar legislação contraditória a longo prazo. Continua a ser um desafio para o futuro encontrar um equilíbrio entre os interesses da polícia, dos defensores da transparência, de quem pretende proteger os dados e, naturalmente, das empresas de TI.

A Comissão deve ser capaz de contribuir para esse propósito criando um grupo de acção comum destinado a procurar princípios comuns e um equilíbrio entre os diferentes interesses neste domínio importante.

Finalmente, gostaria de felicitar a senhora Comissária e os relatores pelo seu bom trabalho.

Jacques Toubon (PPE-DE). – (FR) Senhora Presidente, quero, em primeiro lugar, agradecer à senhora Reding, a nossa Comissária, à Presidência francesa, que em Dezembro conseguiu uma posição comum muito inteligente, e depois à Presidência checa, que acaba de realizar o seu objectivo. Queria igualmente agradecer e dar os parabéns aos nossos três relatores, senhor deputado Harbour, senhora deputada Trautmann e senhora deputada del Castillo Vera, que fizeram um trabalho magnífico.

O pacote que votamos hoje inclui disposições que seguem em absoluto a direcção mais desejável para o desenvolvimento do mercado das telecomunicações, de modo ordenado e em benefício de todos: um regulamento europeu confiado a um Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Electrónicas (ORECE) com financiamento misto, sem veto; um equilíbrio entre concorrência e a necessidade de novos investimentos – a separação funcional é limitada a casos especiais; um desejo de centrar atenções em serviços públicos na gestão do espectro; novos serviços; novos acessos livres; e, graças ao senhor deputado Harbour em particular, um reforço considerável dos direitos dos consumidores. Lamento apenas que a obrigação de transporte tenha sido rejeitada.

Para a França, este texto é perfeitamente equilibrado, é um bom compromisso, e aqui quero dizer que, no que respeita às célebres alterações controversas, o que foi proposto no final é inteligente, na minha opinião, porque possibilita a aplicação de direitos de propriedade intelectual na Internet sem comprometer a liberdade de acesso. A Internet tem de aplicar a legislação neste domínio como noutros. O mundo virtual não é um mundo sem lei e não se pode submeter ao poder da publicidade introduzida pelos operadores e pelos fornecedores de serviços de Internet. É por isso que partilho da opinião da senhora deputada Trautmann. O compromisso coloca os direitos dos empregados, dos artistas e dos utilizadores da Internet em pé de igualdade, e esse facto é positivo.

Syed Kamall (PPE-DE). – (EN) Senhora Presidente, quero começar por prestar homenagem ao trabalho árduo desenvolvido pela Comissão e pelos seus funcionários e também por todos os relatores. Falo na qualidade de um dos relatores-sombra da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos no período dedicado à secção da privacidade nas comunicações electrónicas em todo o pacote. Quero ainda de prestar homenagem ao trabalho do deputado Alexander Alvaro e dos outros relatores-sombra, incluindo o deputado Lambrinidis, do Grupo Socialista.

Todos trabalhámos muito arduamente para alcançarmos um equilíbrio entre protecção de dados, que todos concordamos ser uma questão muito importante, e o direito das empresas a desenvolverem programas de segurança para que as nossas redes sejam seguras e para detectarem as pessoas que procuram introduzir *software* malicioso e vírus nas redes. Este é um aspecto que implica examinar o tráfego de dados.

O que nunca esteve em debate foi avançar para o critério de “três ocorrências – exclusão”. Muitos colegas apoiam essa medida, e é bastante lamentável que algumas pessoas fora deste Parlamento tenham procurado apresentar este pacote como defensor da regra de “três ocorrências”.

Já que falamos do assunto dos pacotes de dados, permitam-me que passe para a questão da neutralidade das redes. Penso que temos de concordar que é necessário um certo nível de gestão das redes. Enquanto algumas empresas constroem canais mais amplos, surgem outras empresas que preenchem esses canais, e esta situação pode provocar problemas de congestionamento. Quem poderia ter imaginado, há alguns anos, que teríamos agora serviços como o iPlayer da BBC ou o YouTube? Por conseguinte, é importante que os operadores possam gerir as suas redes. Esta ideia de que “o primeiro pacote a entrar é o primeiro pacote a sair” pode revelar-se prejudicial, em particular quando os serviços de emergência são cancelados devido ao congestionamento do tráfego.

Quero agradecer a todos os relatores dedicados a este tema por terem procurado um equilíbrio adequado e gostaria de pedir aos grupos de pressão exteriores a este Parlamento que não representem este pacote como a introdução da medida de “três ocorrências – exclusão” e que não o classifiquem como um ataque fundamental às nossas liberdades. Estamos apenas a tentar alcançar um equilíbrio adequado.

Christofer Fjellner (PPE-DE). - (SV) Muito obrigado, Senhora Presidente. Peço desculpa por ter chegado um pouco atrasado. Começaria por dizer que penso ser importante assinalar que o pacote relativo às telecomunicações, na sua forma actual antes da votação, é essencialmente um bom pacote. Reforça a concorrência e os direitos dos utilizadores, e é importante salientar este aspecto, porque creio que ele por vezes é esquecido no debate. Concentramo-nos quase exclusivamente nos pormenores, não vendo, por vezes, não vemos a imagem completa, e é afinal isto que está em causa no pacote relativo às telecomunicações – reforçar a concorrência e os direitos dos utilizadores.

Todavia, existem actualmente várias ameaças às nossas liberdades e direitos civis na Internet a à estrutura aberta e livre da Internet. Essas ameaças nunca foram tão claras como neste debate sobre se devemos excluir os utilizadores da Internet sem uma audiência em tribunal. Orgulha-me muito que aqui no Parlamento tenhamos decidido considerar essa situação inaceitável. Não é possível bloquear o acesso das pessoas à Internet sem que os seus argumentos sejam ouvidos por um tribunal. Este aspecto é importante porque implica uma restrição séria das liberdades e direitos civis. Esse bloqueio também inverte os princípios jurídicos de uma forma que nunca aceitaríamos noutros contextos. Não proibimos ninguém que roubou uma bicicleta de utilizar as estradas. Congratulo-me, portanto, por dizermos um rotundo “não” a essas propostas amanhã.

Ao mesmo tempo, estas medidas não eliminam todas as ameaças à Internet. Há muitas outras questões que vão continuar a ser discutidas, e aguardo com expectativa esses debates. Existem alguns domínios em que gostaria que conseguíssemos ir um pouco mais longe, mas em geral este pacote constitui um passo na direcção certa. Orgulha-me que deixemos claro, amanhã, que as liberdades e direitos dos cidadãos na Internet, em particular no que respeita à possibilidade de não serem excluídos sem uma audiência em tribunal, são aspectos que o Parlamento Europeu vai apoiar.

Helga Trüpel (Verts/ALE). - (DE) Senhora Presidente, gostaria de dizer que o debate de hoje foi dominado pela seguinte questão: como podemos conseguir harmonia entre liberdade na Internet, livre acesso, protecção dos direitos de autor e respeito dos direitos fundamentais? Esta é, na verdade, a fórmula mágica para encontrar aqui um equilíbrio adequado.

Quero salientar que não se pretende um bloqueio arbitrário da Internet. Não podemos desactivar o YouTube, como aconteceu na Turquia, por ter havido, aparentemente, insultos a Atatürk. Não queremos o tipo de situação que se vive na China. É claro que não é possível encerrar sítios Web aleatoriamente por motivos políticos. Contudo, gostaria de dizer claramente que os cidadãos não podem ter direito ilimitado a descargas de ficheiros ilegais sem restrições! Este não é um ponto que possa ser negociado. Todavia, devemos assegurar – e este é o equilíbrio que procuramos e ainda não conseguimos encontrar – que os produtores de conteúdos criativos, cujo trabalho aparece na Internet, possam ser devidamente compensados. Precisamos aqui de um novo modelo. Não é o modelo francês. Pretendemos uma reserva judicial, uma decisão judicial em matéria de direitos fundamentais. No entanto, ainda temos de encontrar este novo contrato social na sociedade do conhecimento entre direitos de autor e protecção dos direitos fundamentais.

Viviane Reding, Membro da Comissão. - (FR) Senhora Presidente, muito obrigada a todos os que contribuíram para que este importantíssimo pacote visse a luz do dia. Estou a pensar, como é evidente, nos relatores e nos seus colaboradores, mas estou a pensar, também, na Presidência checa, e quero aqui dizer, oficialmente, que a senhora Embaixadora Jana Reinišová foi fantástica na forma como colaborou com o Parlamento e com a Comissão para tornar possível este projecto.

Dispomos agora de um texto equilibrado, que facilita a abertura dos mercados, o investimento, a liberdade na Internet e o direito à Internet. É um texto que tem potencial para desenvolver a indústria – e, portanto, para manter e criar postos de trabalho – e para os utilizadores. O texto equilibra, por um lado, a Estratégia de Lisboa para o Crescimento e o Emprego, e, por outro lado, inúmeros avanços no domínio dos direitos dos consumidores que utilizam a Internet.

(EN) Permitam-me que responda a algumas das perguntas apresentadas.

Uma das perguntas dizia respeito à promoção do investimento em redes de acesso da próxima geração, por meio da garantia de um retorno satisfatório do investimento aos operadores das telecomunicações, tendo em devida conta o risco envolvido. Ao abrigo das regras actuais, várias empresas podem já partilhar o risco

de investimento. As novas regras confirmam esta possibilidade e, paralelamente, estabelecem que a concorrência efectiva e as normas de não discriminação têm de ser mantidas. Isto é muito importante. Quero sublinhar este ponto porque, às vezes, este aspecto não é referido, e é importante aplicar integralmente na prática o quadro relativo ao investimento.

A segunda questão tem que ver com as violações de dados. Os operadores têm de assumir as responsabilidades que estão associadas ao processamento e ao armazenamento destas enormes quantidades de informação. Em consequência, as novas regras introduzem, pela primeira vez no direito comunitário, a notificação obrigatória das violações de dados pessoais. Isto significa que os fornecedores de serviços de comunicações electrónicas serão obrigados a notificar as quebras de segurança que afectem dados pessoais às autoridades e aos assinantes afectados. Além disso, haverá um reforço das disposições relativas à privacidade e à protecção de dados em domínios como a utilização de *cookies* e dispositivos semelhantes. Os utilizadores da Internet estarão mais bem informados sobre a utilização que é dada aos seus dados pessoais e ser-lhes-á mais fácil exercer na prática um controlo sobre esses dados.

Um segundo ponto diz respeito a uma Internet mais aberta e neutral para os consumidores. Os consumidores europeus poderão optar entre um leque cada vez mais vasto de fornecedores de serviços de banda larga concorrentes. Os fornecedores de serviços de Internet dispõem de ferramentas eficientes que lhes permitem diferenciar entre os vários tipos de transmissão de dados na Internet, como comunicações vocais ou *peer-to-peer*. Embora a gestão do tráfego permita o desenvolvimento de serviços de elevada qualidade e ajude a garantir a segurança das comunicações, as mesmas técnicas podem, também, ser utilizadas para degradar a qualidade das comunicações ou de outros serviços até níveis inadmissivelmente baixos. Por este motivo, ao abrigo das novas regras comunitárias, as autoridades reguladoras nacionais terão o poder de estabelecer níveis de qualidade mínimos para os serviços de transmissão em rede, a fim de promover a neutralidade da Internet e a liberdade na Internet dos cidadãos europeus.

No novo texto, adicionámos novos requisitos de transparência que são de importância vital.

O quarto elemento que quero salientar é o reconhecimento do direito de acesso à Internet. As novas regras reconhecem explicitamente que o acesso à Internet é um direito fundamental, equiparado à liberdade de expressão e à liberdade de acesso à informação. Consequentemente, as regras estabelecem que quaisquer medidas adoptadas que afectem o acesso ou a utilização de serviços e aplicações devem respeitar os direitos e as liberdades fundamentais das pessoas singulares, incluindo o direito à privacidade, a liberdade de expressão, o direito de acesso à informação e à educação, assim como as garantias processuais.

(FR) Senhora Presidente, achei que era muito importante destacar estes direitos fundamentais, porque formam a base dos valores europeus, que assentam, de igual modo, nas novas regras aplicáveis às telecomunicações.

Além disso, quero dizer algumas palavras sobre a liberdade na Internet, uma vez que foi um assunto referido por muitos deputados. O compromisso alcançado é uma vitória para a liberdade dos cidadãos e dos utilizadores da Internet.

Em primeiro lugar, o compromisso afirma muito claramente as liberdades dos nossos cidadãos que estão consagradas na Carta dos Direitos Fundamentais, incluindo o direito de acesso à Internet, que é parte integrante da liberdade de expressão e de informação. Em segundo lugar, o compromisso estipula que as soluções desproporcionadas que foram propostas com vista a restringir os direitos dos utilizadores da Internet não são legais. Em terceiro lugar, o compromisso confirma que deve ser sempre oferecida a possibilidade de remeter um processo para um tribunal independente e imparcial, cuja decisão tem de ser respeitada.

Tudo isto está incluído no compromisso em que assentará o trabalho que a Comissão e o Parlamento irão realizar num futuro muito próximo e que, em meu entender, terá uma base sólida que acentuará os direitos dos nossos cidadãos e os valores intrínsecos da nossa Europa.

Dito isto, gostaria de solicitar ao Conselho que aja rapidamente, para que a versão final do texto, que espero ver aprovada amanhã, possa ser disponibilizada com a maior brevidade possível.

Malcolm Harbour, relator. – (EN) Senhora Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer a todos os intervenientes. Foi um debate muito construtivo. Saúdo, em particular, o apoio que o Parlamento me concedeu, assim como aos meus colegas da Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores, para que pudéssemos introduzir melhorias consideráveis no texto da directiva relativo aos direitos dos utilizadores e à privacidade dos dados.

Fiquei muito satisfeito por, no decurso do debate, todos os oradores terem dado o seu contributo nestes aspectos. São importantes para todos os consumidores. Ao aproximarmo-nos das eleições, espero que todos os deputados divulguem o trabalho que têm vindo a realizar nesta Assembleia em prol dos utilizadores da Internet, pois esse trabalho é absolutamente vital.

A minha segunda e importante observação é que o próprio espaço da Internet – as comunicações electrónicas, o próprio sector – é um sector florescente, evolutivo e dinâmico. A nossa missão enquanto reguladores é permitir a continuidade desse dinamismo, dessa inovação. Criámos um quadro regulamentar para garantir que os consumidores têm acesso aos serviços, que estão informados sobre eles e que dispõem das condições necessárias para tirar partido desses mesmos serviços – isto é crucial. Mas a Internet não é o espaço florescente que é – e puderam constatar o seu dinamismo em resultado do correio electrónico que têm vindo a receber a respeito desta proposta – por termos restringido a actividade em linha ou por termos imposto novos modelos comerciais. Temos estado a impor limitações ao que as pessoas criaram. Queremos novos operadores, queremos pequenas empresas, queremos grandes empresas, queremos investimentos.

É este sentido de dinamismo e de urgência que temos de incentivar. A senhora Comissária Reding tem razão: é necessário encorajar os Estados-Membros a aplicar estas melhorias logo que seja possível. Queremos o novo ORECE em funcionamento; queremos que o novo organismo regulador colabore com o Parlamento para que estes avanços possam ser concretizados com a maior brevidade possível.

Que este seja o nosso ponto de partida para prepararmos o futuro. Obrigado, Senhora Comissária, pelas importantíssimas declarações relativas à protecção de dados e ao serviço universal, que nos permitirão colaborar e evoluir nestes domínios cruciais.

Catherine Trautmann, relatora. – (FR) Senhora Presidente, muito obrigada, Senhora Comissária, pela sua declaração que ilumina de forma muito positiva o debate que acabou de ter lugar, e agradeço a todos os colegas que nele participaram.

Quero dizer que o nosso Parlamento, ao votar a favor do compromisso sobre o pacote de telecomunicações, marca claramente uma escolha: a escolha de um mercado regulado em vez de uma concorrência sem regras. Testemunha, também, uma estratégia, uma estratégia útil de desenvolvimento num contexto de crise, que prepara a sociedade europeia para a era digital. Este voto permitirá, ainda, assegurar o equilíbrio entre os direitos dos Estados e as competências da Comissão, entre os velhos e os novos operadores, graças às cláusulas de não discriminação, mas assinalará, também, a evolução do próprio Parlamento Europeu no exercício dos seus poderes de co-decisão, sobretudo em matéria de política de atribuição do espectro, que é considerado um bem público, e no apoio que exprime, mais uma vez, às empresas de radiodifusão e aos serviços.

Muitos deputados referiram a questão da Internet como um espaço público que, enquanto tal, exige liberdade e segurança; estou de acordo com eles. Consequentemente, pela primeira vez numa directiva, foi criado um elo entre a acessibilidade da Internet e os direitos fundamentais dos cidadãos, em resultado da nova versão da alteração 46.

Com efeito, a expressão "medidas adoptadas" funciona em certa medida como o elo que faltava entre quaisquer medidas adoptadas em matéria de redes de comunicações electrónicas, como a suspensão do acesso ou a filtragem, e os direitos fundamentais dos utilizadores. Relativamente às dúvidas dos meus colegas sobre a vontade do relator em defender o direito de intentar uma acção judicial antes da suspensão do acesso, devo dizer que a expressão "órgão de recurso que seja independente das partes envolvidas" garante aos utilizadores da Internet o direito de recorrer aos tribunais.

Para que a Alta Autoridade para a Difusão das Obras e a Protecção dos Direitos na Internet (HADOPI) fosse um tribunal independente e imparcial seria necessário impor a esta autoridade todas as obrigações que um juiz deve respeitar: direito de defesa, processo contraditório e publicidade. Obviamente que isto conduziria à implosão de um sistema que assenta, por natureza, como é o caso no direito francês, na informatização e na massificação das acusações e das sanções. Por conseguinte, insto a Comissão Europeia a ser extremamente vigilante quanto à transposição do pacote de telecomunicações.

Quando um princípio fundamental é consagrado num texto comunitário que resultou de um compromisso entre o Conselho e o Parlamento Europeu, actuando como co-legisladores, deve ser correctamente transposto para as leis nacionais.

Gostaria de terminar, Senhoras e Senhores Deputados, dizendo que estou muito satisfeita com a possibilidade de ser levada a cabo uma vasta consulta pública com base em parcerias multilaterais, que nos permitirá dar

seguimento ao trabalho intenso que temos vindo a realizar, no quadro de um compromisso que respeita as disposições estabelecidas na alteração 46 e que possibilita a sua aplicação.

Pilar del Castillo Vera, relatora. – (ES) Senhora Presidente, muito brevemente, quero agradecer mais uma vez a todos aqueles que participaram neste debate, que já vai longo, sobre o pacote de telecomunicações: a senhora Comissária, os outros relatores; em resumo, todos aqueles que participaram, sem esquecer a Presidência-em-exercício do Conselho.

Irei salientar três pontos que considero cruciais para sintetizar os benefícios da decisão, que penso será aprovada amanhã por uma grande maioria desta Assembleia. A actual revisão do quadro legislativo das telecomunicações tem três consequências imediatas.

A primeira é que facilita o desenvolvimento de redes da próxima geração e, portanto, trará benefícios para os consumidores, que terão a possibilidade de aceder, navegar e efectuar transacções numa Internet mais rápida e mais segura, que é mais vantajosa a todos os níveis, não só para os consumidores particulares, mas também para as pequenas e médias empresas, para as quais a Internet é essencial.

Em segundo lugar, haverá mais concorrência no mercado interno, o que também beneficiará os consumidores, quer indivíduos quer empresas. Haverá benefícios porque haverá melhores preços, melhores produtos e mais inovação, em resultado de a concorrência ser mais alargada e mais real.

Por último, tudo isto será feito – e que ninguém na Europa, para lá das paredes deste Parlamento, duvide disto – no pleno respeito pelos direitos fundamentais; não pode haver norma nacional alguma que não respeite esses direitos, uma vez que a Europa decidiu que o princípio em que a presente reforma assenta garante o direito fundamental de acesso à Internet.

Francisca Pleguezuelos Aguilar, relatora. – (ES) Senhora Presidente, quero reiterar os meus agradecimentos a todos os colegas pelas suas intervenções e por este debate que, com efeito, foi muito positivo.

Creio, sem dúvida alguma, que esta reforma é um grande contributo para a sociedade inovadora do século XXI. Lançámos as bases para que possamos continuar a proporcionar novas oportunidades ao sector das telecomunicações, que dinamiza grandemente o desenvolvimento económico e social da União Europeia e, acima de tudo, a protecção dos consumidores.

Estou certa, e julgo que ficou claro no debate, que os aspectos positivos estão em grande maioria, ainda que possam haver alguns pontos mais nebulosos, como a inclusão no pacote do debate sobre os conteúdos, como referiram a senhora Comissária e alguns senhores deputados.

Porém, penso que foi encontrada uma boa solução para este problema no compromisso porque, como foi dito, o âmbito das duas directivas inclui, pela primeira vez, no artigo 1.º, o reconhecimento dos direitos e das liberdades fundamentais, assim como o direito de acesso à Internet.

Que não haja dúvidas de que apoio o pedido da senhora deputada Trautmann de que quando os Estados-Membros forem responsáveis por garantir a privacidade, a liberdade de expressão, a liberdade de informação e, de um modo geral, todos os direitos consagrados na Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, o façam sob a supervisão rigorosa e estrita da Comissão Europeia que é, juntamente com o Parlamento, a melhor garantia neste momento, de que a liberdade na Internet seja um princípio ao nível de todos os outros direitos.

É tudo. Muito obrigada, Senhoras e Senhores Deputados. Penso que fizemos um bom trabalho e que estamos de parabéns; assim sendo, peço o vosso voto favorável.

Presidente. – Muito obrigada, está encerrada a discussão conjunta.

A votação terá lugar amanhã, quarta-feira.

ooo

Carl Schlyter (Verts/ALE). – (SV) Noto que o Conselho não está presente para comentar o acordo. Gostaria que a presidência solicitasse a presença do Conselho antes da votação de amanhã. Penso que muitos cidadãos europeus gostariam de saber por que motivo o Conselho se opõe a um texto que declara expressamente que ninguém deve ser excluído da Internet na falta de decisão judicial prévia. Gostaria que o Conselho se fizesse ouvir e explicasse os motivos pelos quais se opõe. Creio que milhares de europeus querem saber a razão.

Presidente. – O seu pedido será transmitido.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (PSE), por escrito. – (PL) O quadro legislativo da União Europeia em matéria de telecomunicações surgiu na década de 1990 e tinha como finalidade liberalizar os mercados nacionais dominados por monopólios estatais. Desde então, testemunhámos evoluções tecnológicas revolucionárias nos domínios da telefonia móvel e da Internet. Os projectos de reforma da legislação que rege o mercado das telecomunicações na UE, que o Parlamento irá votar amanhã, visam adaptar o direito comunitário a estas evoluções, melhorando a posição dos utilizadores no mercado de serviços electrónicos, por exemplo.

Pessoalmente, considero que o acesso à Internet é um factor importante de apoio ao processo educativo e atesta o exercício da liberdade de expressão, assim como do direito de acesso à informação e ao mercado de trabalho. O acesso dos utilizadores à Internet não pode ser proibido ou limitado na falta de decisão judicial prévia. Por este motivo, acredito firmemente que devemos recuperar as duas alterações mais importantes, 138 e 166, que foram aprovadas pelo Parlamento na primeira leitura, em Setembro de 2008. Estas alterações restaurariam a garantia dos direitos dos utilizadores, atribuiriam o dever de monitorização às autoridades reguladoras nacionais e ilegalizariam o bloqueio arbitrário e a restrição discricionária do acesso dos cidadãos a aplicações, serviços e conteúdos publicados na Internet.

Na versão em que foram apresentadas para segunda leitura em 6 de Maio, ambas as alterações, que aparentemente foram apenas modificadas, mas que na verdade foram substancialmente alteradas, constituem uma séria ameaça à liberdade de expressão, à liberdade de acesso à Internet e ao direito à informação — pilares das sociedades modernas, democráticas e cívicas.

Katrin Saks (PSE), por escrito. – (ET) As novas regras apresentadas no novo pacote de telecomunicações ajudarão a regular o mercado das telecomunicações e a promover a protecção dos consumidores. Será consideravelmente mais fácil para os consumidores obter informações dos seus fornecedores de serviços, assim como mudar de fornecedores de serviços. A informação pré-contratual deve indicar se o consumidor ficará vinculado pelo contrato durante um período específico de tempo. Além disso, os contratos celebrados entre fornecedores de serviços e utilizadores não podem estipular um compromisso inicial superior a 24 meses. A transferência de um número de telefone de um fornecedor de serviços para outro deve ser executada no prazo de um dia útil. A transparência do fornecimento de serviços foi aumentada, os consumidores podem comparar preços na Internet e os operadores locais podem ser obrigados a fornecer serviços a pessoas com deficiências. Os consumidores podem solicitar a fixação de um tarifário máximo, quando o seu consumo mensal atinja um certo nível. Se um fornecedor de serviços divulgar inadvertidamente os dados pessoais de um indivíduo na Internet, é obrigado a notificar devidamente a pessoa em questão.

As novas regras ajudarão, também, a regular o mercado das telecomunicações e a preparar a entrada de novos serviços no mercado. A gestão coordenada do espectro de radiofrequências na UE torna possível o fornecimento de serviços completamente novos e elimina os obstáculos até agora existentes, por exemplo ao visionamento de programas televisivos em telemóveis. Os direitos das autoridades reguladoras nacionais foram aumentados e foi criado um novo organismo regulador europeu, com o objectivo de reforçar a vigilância independente do mercado, que trará claras vantagens para os consumidores. Obrigada.

4. Indicação do consumo de energia por meio de rotulagem (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o relatório (A6-0146/2009) de Anni Podimata, em nome da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia, sobre a proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à indicação do consumo de energia e de outros recursos dos produtos relacionados com o consumo de energia por meio de rotulagem e outras indicações uniformes relativas aos produtos (reformulação) [COM(2008)0778 – C6-0412/2008 – 2008/0222(COD)].

Anni Podimata, relatora. – (EL) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, em primeiro lugar, quero saudar a proposta de reformulação da directiva relativa à indicação do consumo de energia, apresentada pela Comissão Europeia, que tem como principal objectivo alargar o âmbito de aplicação a todos os aparelhos que consomem energia durante o uso doméstico, comercial e industrial e a produtos relacionados com o consumo de energia. A directiva integra um pacote mais extenso de propostas legislativas que visam promover a eficiência energética, que constitui uma das prioridades da UE, uma vez que pode desempenhar um papel decisivo no reforço da segurança energética, na redução das emissões de

dióxido de carbono e na reanimação da economia europeia, para que possa sair mais rapidamente da recessão e da crise.

Quero agradecer calorosamente a todos os meus colegas pelas suas propostas, em especial aos relatores-sombra, ao secretariado do PSE e à Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia porque, com a sua ajuda, conseguimos – creio eu – reforçar a directiva relativa à indicação do consumo de energia. É por esta razão que atribuímos especial importância às disposições relacionadas com os contratos públicos, é por esta razão que atribuímos especial importância à adopção de incentivos para promover os aparelhos mais eficientes em termos energéticos e é por esta razão que queremos reforçar as disposições relativas ao controlo e à vigilância do mercado.

Irei comentar apenas duas questões que foram motivo de grandes divergências. A primeira tem que ver com a nossa proposta de que os anúncios incluam uma referência ao consumo de energia, que originou reacções desproporcionadas por parte da Federação dos Editores Europeus e de proprietários de estações de rádio e de televisão. Digo "desproporcionadas" porque foram ouvidos argumentos extremos, como por exemplo que a medida limita a liberdade de imprensa, que as receitas publicitárias estão a diminuir no sector sensível dos meios de comunicação social e, finalmente, que o financiamento de uma imprensa livre e independente está a ser prejudicado. Analisemos os factos, aquilo que propomos no nosso relatório. Consideramos que a publicidade a produtos relacionados com a energia deve disponibilizar informações sobre o consumo de energia ou poupanças energéticas ou uma referência à classe energética do produto apenas quando o anúncio incluir referências a especificações técnicas ou informação técnica. Quando os anúncios não incluem estas referências, não existe a obrigação de que seja indicado o consumo de energia.

Deixei para último lugar a questão do formato do rótulo, que se revelou o tema mais quente da directiva. A directiva não terá cumprido o seu objectivo e não será eficaz se o rótulo não puder ser facilmente reconhecido e comparado pelos consumidores a quem se destina prioritariamente, a fim de os ajudar a fazer as melhores escolhas. Utilizamos actualmente, e com resultados positivos, um modelo de rotulagem que assenta numa escala de A a G, em que A indica os produtos mais eficientes e G os menos eficientes; esta escala é utilizada como padrão em muitos países terceiros. O formato de A a G é, sem dúvida, muito eficaz e reconhecível e contribuiu substancialmente para que fossem realizadas economias de energia. Todavia, apresenta também inúmeros problemas. O mais grave desses problemas, a razão que subjaz a esses problemas, é o facto de o rótulo não ser acompanhado por uma indicação do seu prazo de validade. Se os rótulos não indicam o respectivo prazo de validade, e os produtos que são classificados como pertencentes à classe A permanecem nessa categoria durante toda a sua vida útil, mesmo que sejam lançados no mercado produtos mais eficientes em termos energéticos, é evidente que estamos a enviar mensagens contraditórias. Como podemos solucionar este problema? Introduzindo a obrigação de que os rótulos tenham um prazo de validade específico, de entre 3 a 5 anos, por exemplo, e de que, assim que o prazo expirar, a escala de eficiência energética seja revista à luz dos progressos tecnológicos.

Para concluir, quero dizer que estou firmemente convicta de que, nos debates que se seguirão, e a fim de alcançarmos um acordo em segunda leitura, encontraremos a melhor solução possível, uma solução que será reconhecida pelos consumidores e que promoverá a inovação na indústria europeia.

Andris Piebalgs, Membro da Comissão. – (EN) Senhora Presidente, demos início à rotulagem energética em 1992, com o objectivo de realizar economias de energia nos produtos do sector doméstico. Esta iniciativa teve resultados muito positivos e trouxe muitos benefícios aos cidadãos da UE nos últimos 15 anos.

Porém, 1992 já foi há algum tempo. Alguns anos passaram desde então, e a Comissão decidiu apresentar uma proposta de reformulação da directiva relativa à indicação do consumo de energia, com vista a aumentar as vantagens para os cidadãos europeus, para a indústria e para as autoridades públicas, em primeiro lugar através do alargamento do âmbito de aplicação da directiva a todos os produtos relacionados com a energia, em segundo lugar através do reforço da vigilância do mercado, e, em terceiro lugar, através da promoção de contratos públicos eficientes em termos energéticos e da criação de incentivos.

Estou muito grato à relatora, senhora deputada Podimata, por ter produzido, num curto espaço de tempo, o relatório sobre uma proposta extremamente complexa, o que possibilita um acordo em segunda leitura, fase em que o Conselho participará verdadeiramente no debate. Quero, ainda, agradecer aos relatores-sombra e a todos os membros da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia (ITRE) a cuidada ponderação da proposta.

O relatório introduzirá inquestionavelmente melhorias muito significativas, que a Comissão saúda, na proposta inicial. A relatora faz bem em salientar duas questões que serão as pedras angulares dos futuros

debates entre o Conselho e o Parlamento. A primeira é a questão da publicidade e de até onde podemos ir para promover técnicas de venda de produtos eficientes em termos energéticos sem limitarmos as liberdades civis ou a liberdade de imprensa, e a segunda é a questão do formato do rótulo – se deve assentar numa escala fechada ou numa escala numérica aberta.

Esta manhã, quando vinha a caminho do Parlamento, encontrei alguns panfletos nos elevadores que provam que esta questão aparentemente simples da rotulagem não é assim tão simples. Temos, por um lado, organizações de consumidores, e, por outro lado, fabricantes, que também gostariam de cumprir o objectivo de fornecer aos consumidores produtos mais eficientes em termos energéticos.

Houve um debate aceso na comissão ITRE na primeira leitura, e temos de encontrar a melhor solução para as questões levantadas pela relatora na segunda leitura. Posso garantir que a Comissão fará tudo ao seu alcance para acomodar os diferentes pontos de vista, pois está a trabalhar em benefício dos consumidores e da sociedade. Os rótulos devem ser eficazes e concludentes, e, paralelamente, os fabricantes devem ser devidamente incentivados para desenvolverem produtos mais eficientes.

Obrigado pelo relatório. Estou sinceramente agradecido à relatora por todo o trabalho que aplicou na sua preparação.

Jan Březina, em nome do grupo PPE-DE. – (EN) Senhora Presidente, estamos a debater o relatório sobre a rotulagem energética, que é de importância vital por várias razões.

Em primeiro lugar, o aumento da eficiência energética é a forma mais rápida e económica de reduzir as emissões dos gases com efeito de estufa. Em segundo lugar, a eficiência energética pode constituir parte da solução para a actual recessão económica: a supressão da procura e da utilização de energia pode ajudar a gerar crescimento de longa duração e a criar sólidas oportunidades de trabalho.

Estou de acordo com a intenção de garantir que os utilizadores finais possam encontrar informações completas no rótulo, mesmo que o produto seja comprado à distância, através da Internet ou de *telemarketing*. O mesmo se aplica à intenção de reforçar as disposições relativas à vigilância do mercado, a fim de garantir a aplicação correcta e harmonizada em toda a UE da directiva relativa à indicação do consumo de energia e das suas medidas de aplicação.

Existem, porém, dois pontos a que tenho de me opor firmemente. Em primeiro lugar, quero alertar para o facto de que a alteração 32, caso seja aprovada, irá criar obstáculos à independência dos meios de comunicação social. Devo salientar que a publicidade é fundamental para a liberdade, independência, diversidade e qualidade dos meios de comunicação social. Consequentemente, o nosso grupo preparou uma alteração alternativa – a alteração 2 apresentada ao Plenário – que respeita a importância da liberdade e da diversidade dos meios de comunicação social para a democracia. A nossa solução consiste em dar aos fabricantes e retalhistas a possibilidade de fornecerem informação sobre aspectos específicos relacionados com a economia de energia.

Em segundo lugar, solicito a rejeição de duas propostas de resolução sobre as medidas de aplicação, que têm como objectivo excluir os televisores e os frigoríficos. Esta iniciativa, contestada pela indústria, pela Comissão e pelo Conselho, prejudicaria a coerência da nova legislação em matéria de rotulagem energética como um todo.

Permitam-me concluir sublinhando que o relatório sobre a rotulagem energética é um acto legislativo muito importante que merece ser aprovado, desde que a questão da publicidade seja resolvida de forma satisfatória.

Silvia-Adriana Țicău, em nome do grupo PSE. – (RO) Antes de mais, quero felicitar a relatora, senhora deputada Podimata, pelo seu relatório.

Considero que a directiva relativa à indicação do consumo de energia é de extrema importância. A União Europeia propôs reduzir o consumo de energia em 20%. Se conseguirmos informar devidamente os consumidores, de molde a que possam optar com base na informação recebida, então poderemos também reduzir o consumo de energia dos produtos já em utilização.

Quanto ao rótulo, tem de ser simples; este aspecto é vital. Tem, ainda, de ser completo e, naturalmente, de fornecer aos consumidores a informação de que precisam para poderem fazer o investimento necessário. Por este motivo, penso que é importante que o rótulo contenha informações sobre o consumo de energia ou sobre as economias de energia que poderiam ser realizadas.

Além disso, julgo que é essencial manter a escala A-G, que é simples. Contudo, quero referir que considero importante que o prazo de validade seja especificado, para que os consumidores estejam informados, desde logo nos anúncios a certos produtos. Não acredito que a obrigação de fornecer informação sobre o consumo de energia irá interferir com a liberdade de expressão e com as disposições relativas aos meios de comunicação social. Penso que é de todo o nosso interesse ter consumidores bem informados que podem tomar a decisão esclarecida de reduzir o seu consumo de energia.

Quero felicitar a relatora. Este é um documento muito importante que integra um pacote sobre a eficiência energética. Continuarei a apoiar este interessante debate, mesmo em segunda leitura.

Satu Hassi, *em nome do grupo Verts/ALE*. – (FI) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, os meus sinceros agradecimentos vão para a senhora deputada Podimata pelo seu excelente trabalho, que apoio plenamente. A Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia apoiou uma rotulagem energética clara e de fácil compreensão por parte dos consumidores que, pessoalmente, também gostaria de ver mantida.

É essencial que o consumidor possa sempre confiar que o equipamento pertencente à categoria A funciona com base na melhor tecnologia – a tecnologia mais eficiente em termos energéticos – disponível no mercado. O rótulo energético da UE foi um sucesso. Libertou o mercado de equipamentos com consumos de energia excessivos e foi adoptado como modelo em diferentes países de todo o mundo, como o Brasil, a China, a Argentina, o Irão, Israel e a África do Sul. É lamentável que os fabricantes de equipamento queiram trocar este sistema de rotulagem claro e eficaz por uma escala pouco clara, e que a Comissão esteja inclinada a apoiar esta transição.

O novo modelo que está a ser promovido pelos fabricantes seria o equivalente, no desporto, a chamar, *ad aeternum*, recorde mundial a um recorde estabelecido há décadas; quando esse recorde fosse batido, falar-se-ia em recorde mundial menos 5%, recorde mundial menos 10%, recorde mundial menos 20%, etc. Isto não faria sentido, e deveríamos continuar a aplicar à rotulagem energética o mesmo sistema inequívoco que utilizamos quando falamos de recordes mundiais.

Herbert Reul (PPE-DE). – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, este é um projecto adequado e essencial para melhorar a eficiência energética e economizar mais energia. É importante focarmos métodos que, infelizmente, não estamos a aplicar noutros domínios, nomeadamente o recurso à rotulagem, para ajudar os consumidores a escolher produtos eficientes em termos energéticos, e, paralelamente, para estimular a concorrência no fabrico de aparelhos mais eficientes. Esta decisão é sensata e acertada.

Sensato foi, também, o procedimento seguido até agora, com resultados positivos. O actual sistema de rotulagem em classes A-G, que funcionou bem durante mais de 15 anos e que passou a incluir há alguns anos as categorias A+ e A++, tem agora de ser novamente alargado e alterado, uma vez que enfrentamos novos desafios.

Contudo, temos de ponderar cuidadosamente as coisas e de ter em devida consideração as reservas manifestadas pela Comissão. Se seguirmos a sugestão da maioria dos membros da comissão ITRE, ou seja, manter simplesmente a escala A-G, temo que aparelhos antigos continuem a pertencer à categoria A, enquanto aparelhos novos e mais eficientes em termos energéticos serão classificados apenas como pertencentes à categoria B. Por conseguinte, ou teremos um período de transição para a re-rotulagem – que dará azo a confusões –, ou teremos alterações constantes, novas rotulagens constantes.

Em consequência, a proposta de utilizar o modelo substractivo é muito mais simples e clara. Precisamos de um procedimento que seja de fácil compreensão pelos consumidores, que seja aprovado e que possa continuar a ser apoiado pelos consumidores a longo prazo. Precisamos de um sistema que incentive, também, os fabricantes a investir na concepção ecológica dos produtos. Portanto, na minha opinião, a proposta da Comissão é a mais inteligente e sensata.

Um segundo comentário muito breve, que também me parece importante: na minha opinião, tudo o que foi proposto no sentido de sobrecarregar a publicidade nos meios de comunicação social com informação obrigatória é prejudicial. É inaceitável! Não podemos seguir este caminho. Não faz sentido! Além disso, é totalmente desnecessário. Não faz falta, a informação no rótulo é suficiente.

Claude Turmes (Verts/ALE). – (DE) Senhora Presidente. Penso que o senhor Comissário se sente pouco à vontade aqui hoje, e julgo saber porquê. A razão é que a Comissão está a assumir uma posição que defende mais os interesses do lóbi da indústria do que a simplificação da protecção dos consumidores e da protecção do ambiente na Europa.

Tenho acompanhado a legislação em matéria de rotulagem ao longo dos últimos 15 anos. O que estipula a directiva relativa à indicação do consumo de energia desde o início da década de 1990? Estipula que o rótulo A-G deve ser actualizado regularmente de acordo com a evolução tecnológica, a fim de que só os melhores equipamentos pertençam à categoria A. O que fez a indústria? Obstruiu a actualização no final da década de 1990. Em consequência, no início de 2000, mais de 50% de todos os aparelhos estavam incluídos na categoria A. Depois, lembraram-se de inventar as categorias A+ e A++. E agora inventaram as categorias A-20, A-40 e A-60.

O senhor deputado Reul está sempre do lado do lóbi da indústria. Consequentemente, não me espanta que defenda este modelo de rotulagem. Por favor, Senhor Comissário! O rótulo A-G é fácil de compreender. Quinze anos de *lobbying* descarado por parte de vários círculos da indústria, com vista a arruinar o sistema de rotulagem europeu, é isto que está a acontecer aqui. Amanhã, o Parlamento tem de pôr termo a este episódio medonho.

Miloslav Ransdorf (GUE/NGL). - (CS) Senhora Presidente, intervim diversas vezes nesta Assembleia sobre questões energéticas, e este poderá ser o meu comentário final durante a actual legislatura. Penso que, nesta altura, é oportuno apresentar os nossos agradecimentos ao senhor Comissário Piebalgs, a quem foi atribuída uma missão muito difícil, uma vez que criar um mercado europeu da energia a partir dos 27 mercados distintos dos Estados-Membros é uma tarefa extraordinária, é um esforço de Sísifo que não terminará com esta legislatura, e não duvido de que iremos certamente delegar muitas tarefas nos nossos sucessores. Gostaria de dizer que, para nós, membros da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia, o senhor Comissário Piebalgs foi um dos comissários mais populares: aprendemos muito com ele e admirávamos o seu entusiasmo. Espero que não tenhamos sido demasiado exigentes com ele, porque estou certo de que o encontraremos em futuras legislaturas, e o senhor Comissário Piebalgs trabalhou afincadamente para que se tornasse possível sequer falar de um mercado europeu da energia. Apoio a rotulagem energética, é um padrão necessário, e penso que as críticas quanto a quem pertence ou não a um dado lóbi da indústria devem ser postas de parte. De igual modo, julgo que é lamentável que o Parlamento se tenha tornado, nos últimos meses, um local de divulgação de notícias alarmistas. Precisamos de decisões baseadas em factos.

Andris Piebalgs, Membro da Comissão. - (EN) Senhora Presidente, é difícil. Agradeço ao senhor deputado Ransdorf as suas palavras muito amáveis, mas penso que não está certo fazer acusações – indústria, lóbi ou não –, porque a indústria cria emprego e gera crescimento. A indústria também está a desenvolver esforços para fabricar e colocar no mercado aparelhos mais eficientes em termos energéticos. Paralelamente, os consumidores estão muito familiarizados com o rótulo A-G. Há uma grande necessidade de consolidar a experiência do rótulo A-G e de envolver a indústria, não pela força, mas promovendo o seu envolvimento. É isto que a Comissão está a tentar fazer.

Neste debate, houve dois pontos que talvez tenham gerado confusão. Um é a directiva-quadro, e o relatório da senhora deputada Podimata versa exactamente sobre este assunto. Sei que, em segunda leitura, o Conselho, o Parlamento e a Comissão irão trabalhar arduamente, a fim de encontrar o equilíbrio desejado entre os seguintes elementos: a pressão da indústria e a experiência positiva que temos tido com o rótulo energético actual.

O segundo ponto foi a medida de concepção ecológica aplicável aos frigoríficos e aos televisores. Não é uma solução perfeita, mas pelo menos é uma solução que introduz estes dois produtos no sistema de rotulagem; actualmente, os televisores não estão sujeitos a quaisquer medidas de rotulagem, ao passo que a situação relativa aos frigoríficos é confusa: cada frigorífico pertence a uma categoria. Por conseguinte, propusemos e acordámos esta medida enquanto medida temporária, até que tenhamos directivas-quadro que estabeleçam regras claras. Não o fizemos por estarmos limitados pela indústria, mas sim por ser a melhor maneira de consolidar as duas abordagens.

Não estamos à procura de inimigos: estamos a tentar consolidar uma experiência positiva e, ao mesmo tempo, a envolver a indústria. A indústria não está a oferecer resistência, mas deveria, no meu entender, ter mais em conta a perspectiva dos consumidores e consciencializar-se dos benefícios que daí pode retirar.

Nesta fase, o relatório não oferece uma solução completa. Existem diferenças de opinião, mas estamos no caminho certo e, como sempre, a legislação mais complicada é aprovada em compromissos e consensos. Teremos de continuar a trabalhar, sem acusar este ou aquele de lutar contra a eficiência energética, uma vez que a rotulagem é a forma mais fácil de cumprir os nossos objectivos nesse domínio. A escolha informada dos aparelhos pelos consumidores, em benefício do interesse da sociedade global. Esta é a melhor solução, e devemos promovê-la.

Seria lamentável se terminasse dizendo que estamos à beira de uma catástrofe: não, estamos a trabalhar juntos. Todos gostaríamos de alcançar o mesmo resultado, mas nesta fase ainda não encontramos o compromisso que reúne todo o potencial para resolvermos esta questão.

Obrigado pelo debate. Sei que ouvimos opiniões divergentes, mas a Comissão está empenhada em continuar a trabalhar para que seja encontrada uma solução rápida em segunda leitura.

Anni Podimata, relatora. – (EL) Senhora Presidente, antes de mais, quero agradecer a todos os meus colegas pelas suas intervenções, assim como ao senhor Comissário pela sua recomendação e pela sua intervenção no final do debate.

Gostaria de fazer dois breves comentários. Em primeiro lugar, sobre a polémica questão da rotulagem energética. Quero deixar claro que a escala de A a G, que todos consideramos muito eficaz e reconhecível e que contribuiu enormemente para que fossem realizadas economias de energia, tem obviamente os seus problemas que, Senhor Deputado Reul, enunciei na minha primeira intervenção; por outras palavras, esta escala tem de ser actualizada. O principal problema do rótulo energético actual é não ter um prazo de validade, o que dá origem à situação que foi descrita pelo senhor deputado, designadamente a presença no mercado de produtos relacionados com o consumo de energia com o mesmo rótulo e níveis diferentes de eficiência energética. O que se afigura necessário é introduzirmos um prazo de validade específico na rotulagem energética A-G e actualizarmos regularmente os indicadores de eficiência energética de três em três, de quatro em quatro ou de cinco em cinco anos, à luz dos progressos tecnológicos do mercado.

Por último, julgo que a conclusão que temos de tirar é simples. Temos – e todos o reconhecemos – uma receita testada e de sucesso para a rotulagem energética, que se tornou um modelo a seguir em países terceiros. Quando dispomos de uma receita de sucesso que ficou desactualizada com o passar dos anos, não a devemos destruir, mas sim actualizar, uma vez que se a destruirmos e não a substituirmos por um novo sistema, arriscamo-nos a perder o valor acrescentado que foi gerado nos últimos anos pela rotulagem energética. Ao longo de todos estes anos, a mensagem da Europa para os consumidores foi: "opte pelo rótulo energético A". Não podemos, unilateralmente, enfraquecer esta mensagem.

Presidente. – Está encerrado o debate.

A votação terá lugar hoje, às 12H00.

(A sessão, suspensa às 11H35 enquanto se aguarda o período de votação, é reiniciada às 12H00.)

PRESIDÊNCIA: Hans-Gert PÖTTERING

Presidente

5. Período de votação

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o período de votação.

(Resultados e outros pormenores da votação: ver Acta)

5.1. Alteração do Regulamento (CE) n.º 1234/2007 (comercialização de carne de aves de capoeira) (A6-0223/2009, Ilda Figueiredo)

– Antes da votação:

Ilda Figueiredo, relatora. – Senhor Presidente, Colegas, apenas uma breve explicação para referir que este relatório inclui as emendas aprovadas por unanimidade na Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, seguindo a resolução aprovada neste plenário na sessão de 19 de Junho de 2008, visando a rejeição da proposta da Comissão Europeia que pretendia autorizar a comercialização da carne de aves de capoeira para consumo humano, mesmo depois de submetida a tratamento antimicrobiano.

Assim, quero agradecer a todos quantos trabalharam comigo na elaboração deste relatório, incluindo também os colegas e o relator de parecer da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar.

Esperamos que a Comissão Europeia e o Conselho tenham em conta este relatório e a opinião do Parlamento Europeu na defesa da saúde pública, da segurança alimentar e dos produtores de aves de capoeira da União Europeia.

5.2. Pedido de defesa da imunidade de Aldo Patriciello (A6-0286/2009, Aloyzas Sakalas)

5.3. Pedido de defesa da imunidade de Umberto Bossi (A6-0269/2009, Klaus-Heiner Lehne)

5.4. Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (A6-0266/2009, Reimer Böge)

5.5. Recomendação à Comissão no processo relativo à Queixa 185/2005/ELB (A6-0201/2009, Miguel Angel Martínez Martínez)

5.6. Recuperação de vapores de gasolina (A6-0208/2009, Dimitrios Papadimoulis)

– *Antes da votação:*

Dimitrios Papadimoulis, relator. – (EL) Senhor Presidente, tendo em conta que o debate não se realizou por razões de ordem técnica, permita-me que profira algumas palavras antes da votação. No seguimento de negociações intensas com o Conselho e a Comissão, julgo que alcançámos um bom compromisso em primeira leitura. Com o contributo do Parlamento Europeu, acelerámos a aplicação da directiva em um ano, alargámos o seu âmbito de aplicação às estações de serviço situadas em zonas de habitação, reforçámos os mecanismos de informação e de controlo das estações de serviço e os mecanismos de informação dos cidadãos.

A directiva representa uma mudança, cuja aplicação melhorará a qualidade do ar e reduzirá consideravelmente as emissões dos gases com efeito de estufa que causam as alterações climáticas. A Comissão comprometeu-se, acatando a nossa proposta, a apresentar uma proposta de reformulação passado um certo período de tempo, para que tenhamos melhores tecnologias que nos permitam alcançar resultados ainda mais positivos no futuro.

O compromisso final é apoiado por todos os grupos políticos, o que indica que fizemos um bom trabalho.

5.7. Acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão (A6-0077/2009, Michael Cashman)

– *Antes da votação:*

Michael Cashman, relator. – (EN) Senhor Presidente, foi-me atribuído um mandato pelo Parlamento para entabular negociações com as outras instituições neste importante dossiê. Infelizmente, sou obrigado a comunicar que as negociações não foram produtivas, pelo que recomendo a suspensão da votação e que submetamos a decisão relativa a este dossiê fundamental à apreciação do próximo Parlamento, tendo em conta que a Comissão deverá elaborar uma nova proposta no Outono deste ano.

Andris Piebalgs, Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, a Comissão toma nota da decisão do Parlamento de adiar a votação sobre a resolução legislativa que acompanha o relatório do senhor deputado Cashman até à próxima legislatura. Embora respeite plenamente a decisão do Parlamento, a Comissão não está convencida que a votação que encerraria a primeira leitura do actual Parlamento deixaria o próximo Parlamento de mãos atadas. Em consequência, a Comissão irá reconsiderar a sua proposta apenas após os dois ramos da autoridade legislativa terem adoptado as suas posições, mas tenciona continuar, entretanto, a encetar um diálogo construtivo com as duas instituições, e confirma a sua vontade de alcançar um compromisso com o Parlamento e com o Conselho.

Michael Cashman, relator. – (EN) Senhor Presidente, penso que isto ilustra a razão pela qual é extremamente importante que o próximo Parlamento exerça todas as suas prerrogativas. Um diálogo significa que todas as instituições têm de ouvir. Até agora, nenhuma das instituições está a ouvir o Parlamento. Por este motivo, não devemos realizar a votação e devemos atribuir plenos poderes ao próximo Parlamento.

(Aplausos)

(O Parlamento aprova a proposta)

(A questão é devolvida à comissão competente)

Presidente. – Não tenho a certeza se são devidas felicitações ao senhor deputado Cashman. Sim? Então, felicitamo-lo.

5.8. Organização do tempo de trabalho das pessoas que exercem actividades móveis de transporte rodoviário (A6-0120/2009, Marie Panayotopoulos-Cassiotou)

– Antes da votação:

Stephen Hughes (PSE). – (EN) Senhor Presidente, a fim de não interromper o curso da votação após o seu início, gostaria de informar a Assembleia de que o Grupo Socialista retira a terceira parte da alteração 62, ou seja, a parte relativa ao artigo 2.º, n.º 1, alíneas b) e c).

(O Parlamento rejeita a proposta da Comissão)

Antonio Tajani, Vice-Presidente da Comissão. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a Comissão toma nota da posição assumida pelo Parlamento Europeu e, tendo em conta os compromissos assumidos perante esta Assembleia, retirará as devidas conclusões do voto negativo de hoje, sem esquecer a posição do Conselho.

A Comissão analisará a melhor solução para alcançar o resultado desejado, nomeadamente a garantia da protecção social dos trabalhadores sem que haja um aumento da carga administrativa no sector dos transportes rodoviários.

(Nos termos do artigo 52.º, n.º 3, do Regimento, a questão é devolvida à comissão competente)

5.9. Comércio de produtos derivados da foca (A6-0118/2009, Diana Wallis)

– Antes da votação:

Hartmut Nassauer (PPE-DE). – (DE) Senhor Presidente, gostaria de chamar a atenção para a existência de um erro na lista de voto do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus. Na votação final da proposta alterada e da resolução legislativa, deveria ler-se "votos livres". Peço, em meu nome e em nome do Grupo, que tenha em conta este facto.

Hans-Peter Martin (NI). – (DE) Senhor Presidente, gostaria de perguntar qual é o artigo do Regimento que permite aos Grupos corrigir as listas de voto em Plenário, com o seu consentimento. É um abuso da independência parlamentar dos deputados!

5.10. Protecção dos animais utilizados em ensaios para fins científicos (A6-0240/2009, Neil Parish)

– Antes da votação:

Neil Parish, relator. – (EN) Senhor Presidente, quero agradecer a todos os relatores-sombra, que estiveram sempre disponíveis para trabalhar comigo num dossiê incrivelmente técnico e difícil. Trabalhando juntos, conseguimos alcançar o que penso ser um bom compromisso.

A experimentação com animais é um domínio altamente controverso e emotivo que envolve um dilema moral. Fizemos o nosso melhor para criar uma posição que melhorará o bem-estar dos animais que são utilizados para fins experimentais e, paralelamente, para assegurar um nível muito elevado de qualidade e

de fiabilidade da investigação biomédica na Europa. Melhorámos a proposta da Comissão em muitas matérias e, acima de tudo, clarificámos a classificação dos níveis de severidade. Conseguimos um bom compromisso na Comissão da Agricultura que não deve ser desarticulado nesta fase.

Todos queremos colaborar com vista a melhorar, reduzir e substituir a experimentação animal. Contudo, não podemos esquecer que muitas vacinas e a cura para várias doenças foram desenvolvidas através da experimentação com animais, sobretudo primatas não humanos – por exemplo, as vacinas contra a poliomielite, a difteria, a hepatite B, além da estimulação cerebral profunda no tratamento da doença de Parkinson. Todos são exemplos dos benefícios da experimentação animal. A fim de tranquilizar os muitos deputados que se mostraram preocupados com a utilização de células estaminais embrionárias, a alteração 170, se for aprovada, assegurará que as decisões de ordem ética neste domínio serão tomadas pelos Estados-Membros e não pela Comissão.

Temos aqui uma excelente oportunidade para melhorar a legislação relativa ao bem-estar dos animais utilizados para fins científicos. Devemos colocar de lado as divergências partidárias e apoiar o relatório. A indústria, os centros de investigação biomédica e as organizações de protecção dos animais estão convencidos que o acto legislativo em apreço constitui um passo em frente e que iremos actualizar e melhorar a legislação actual. Se a directiva não for aprovada na presente legislatura, a nova legislação poderá ser adiada por, pelo menos, mais dois anos, o que seria o equivalente a dar um passo atrás. Insto os senhores deputados a apoiar o relatório.

Por último, dado que esta é, provavelmente, a última vez que intervenho neste Plenário, uma vez que me irei dedicar à política interna do meu país, aproveito para agradecer o trato cortês que o senhor Presidente me dispensou, e agradeço aos senhores deputados, que me trataram igualmente com grande urbanidade.

(Aplausos)

Presidente. – Muito obrigado, Senhor Deputado Parish. Fazemos votos de que o trabalho no seu Parlamento nacional lhe suscite o mesmo entusiasmo que demonstrou no Parlamento Europeu.

5.11. Poluição por navios (A6-0080/2009, Luis de Grandes Pascual)

5.12. Indicação do consumo de energia por meio de rotulagem (A6-0146/2009, Anni Podimata)

5.13. Previsão de receitas e despesas do Parlamento para o exercício de 2010 (A6-0275/2009, Vladimír Maňka)

– Antes da votação da resolução:

Presidente. – O que pretendia dizer era que esta é a última votação em que ocuparei a presidência. Gostaria de deixar aqui um agradecimento especial ao Sr. Paul Dunstan, à minha esquerda, que desempenhou brilhantemente o seu cargo ao longo dos anos.

(Vivos aplausos)

Paul, quero dizer-lhe que, juntos, cometemos alguns erros – umas vezes fui eu, outras vezes foi o Paul. Porém, formámos uma equipa imbatível. Estou-lhe sinceramente agradecido.

PRESIDÊNCIA: Mario MAURO

Vice-Presidente

6. Declarações de voto

Declarações de voto orais

- Relatório: Miguel Angel Martínez Martínez (A6-0201/2009)

David Sumberg (PPE-DE). - *(EN)* Senhor Presidente, agradeço a oportunidade de usar da palavra. Apoiei o relatório, mas, uma vez que irei deixar o Parlamento nas próximas eleições, quero utilizar esta intervenção

como uma derradeira oportunidade para sublinhar a muito poderosa mensagem que o Presidente da República Checa, Presidente em exercício do Conselho, transmitiu recentemente a este Parlamento: "Procuramos agora um novo mandato do povo". A verdade é que, contudo, o povo não está verdadeiramente representado nesta Assembleia. Como afirmou o Presidente em exercício do Conselho, o projecto europeu não tem opositores neste Plenário.

O povo – os homens e as mulheres dos nossos círculos eleitorais, sobretudo do Reino Unido – não quer uma Constituição europeia, não quer que lhe seja imposto um tratado. O que o povo quer é o direito de votar, e espero que essa oportunidade lhe seja conferida o mais rapidamente possível.

- Relatório: Dimitrios Papadimoulis (A6-0208/2009)

Richard Corbett (PSE). - (EN) Senhor Presidente, saúdo a aprovação do relatório. Eu e o meu grupo votámos favoravelmente. Com este relatório, o Parlamento enviou uma mensagem muito importante. Cabe-nos agora, todavia, dar-lhe seguimento.

- Relatório: Marie Panayotopoulos-Cassiotou (A6-0120/2009)

Ewa Tomaszewska (UEN). - (PL) Senhor Presidente, o comportamento anti-social dos empregadores está a obrigar os trabalhadores por conta de outrem a tornarem-se trabalhadores por conta própria, incluindo os condutores e as pessoas que prestam serviços de transporte. Os empregadores querem reduzir os custos com a segurança social e adquirir uma maior flexibilidade, o que leva a que tenhamos de votar sob a pressão deste comportamento anti-social.

Por este motivo, é necessário rejeitar o relatório em apreço, uma vez que o referido comportamento anti-social atingiu proporções dramáticas. A sua existência ameaça não só a higiene no trabalho, mas, acima de tudo, a segurança do tráfego rodoviário, e pode afectar praticamente todos os cidadãos e a situação de todos os utentes das estradas, quer automobilistas quer peões. Esta é uma razão muito clara para abordarmos muito a sério este problema e para realizarmos uma nova análise, pois a solução proposta não nos forneceu uma saída para esta situação.

- Relatório: Diana Wallis (A6-0118/2009)

Michl Ebner (PPE-DE). - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, queria dizer que votei a favor do relatório, apesar de as nossas duas alterações não terem sido aprovadas.

Penso que teria sido muito pertinente tomar medidas para ajudar as comunidades inuítes a alcançar paz e tranquilidade no seu modo de vida, na sua maneira de viver e nas suas práticas de caça, assim como a serem mais respeitadas no âmbito dos programas LEADER da União Europeia para os países escandinavos no domínio da caça às focas. Queria, também, aproveitar a oportunidade para dizer que os actos praticados no Canadá nada têm que ver com a comunidade inuíte e não constituem uma caça, tal como a entendemos, mas sim uma chacina de animais, e não "caça" na verdadeira acepção da palavra. Por conseguinte, considero que as duas coisas têm de ser objecto de tratamento em separado, independentemente das reacções que isso possa vir a suscitar. Penso, ainda, que teria sido melhor abordar este assunto num período pós-eleitoral e não num período pré-eleitoral, como aquele em que nos encontramos.

Zuzana Roithová (PPE-DE). - (CS) Senhor Presidente, também eu saúdo o facto de o Parlamento Europeu, através da proibição total da importação de todos os produtos derivados da foca para a União Europeia, ter seguido o exemplo dos Estados Unidos e da Rússia. Estou certa de que estamos a enviar uma mensagem clara de que o Governo canadiano terá de alterar os seus mecanismos de monitorização do cumprimento das normas no que respeita aos métodos humanos de caça às focas. Contudo, estou também convicta de que a nossa proposta permitirá que os povos indígenas, dentro e fora da Europa, continuem a caçar focas pelos métodos tradicionais. Agradeço a todos, em especial à Presidência checa, por ter permitido que o Parlamento e o Conselho alcançassem, em 24 de Abril, o compromisso que pudemos hoje aprovar.

Richard Corbett (PSE). - (EN) Senhor Presidente, estou extremamente satisfeito por o relatório ter sido aprovado por uma maioria tão esmagadora e por podermos contar com a proibição total da importação de todos os produtos derivados da foca para a União Europeia.

Devo dizer que me entristeceu constatar que a nossa relatora, a democrata liberal Diana Wallis, não se mostrou plenamente a favor desta linha de acção. Enquanto relatora, a senhora deputada Wallis deveria ter representado as opiniões da comissão, onde existia uma maioria muito clara, em vez de ter procurado por diversas formas

anular o que constituía claramente a vontade de uma grande maioria desta Assembleia. Não obstante, estou satisfeito por uma maioria tão evidente do Parlamento ter demonstrado a sua firme determinação em resolver a questão segundo a via que agora aprovámos.

Daniel Hannan (NI). - (EN) Senhor Presidente, o relatório confrontou-me com um dilema. A atribuição de um tratamento especial às focas envolve motivações que não são de ordem estritamente racional. As focas não são uma espécie em vias de extinção – até o WWF o diz. Porém, não ouvimos em nome das vespas, dos bichos-de-conta, dos glutões ou das minhocas os protestos acesos que a caça às focas suscita.

Mas a verdade é que a democracia não é estritamente racional. As pessoas não são sempre máquinas de calcular. Poderão ser, como argumentam os biólogos evolucionistas, as características infantis dos bebés-foca – os seus olhos grandes, etc. – que a um nível genético profundo nos predis põem para empatizar com as focas. Não sei. O facto é que abrimos uma porta perigosa ao dizermos que os eleitores estão errados só porque as suas objecções à caça às focas são de ordem estética e não racional ou ética. Se abirmos este precedente, estaremos a um pequeno passo de dizermos que estão errados em se oporem à Constituição Europeia ou ao Tratado de Lisboa ou seja ao que for.

Portanto, após cuidada ponderação, cheguei à seguinte conclusão a respeito do relatório: uma vez que é claramente uma questão muito sensível e importante para muitos dos nossos eleitores, não deve ser decidida ao nível da UE, mas deve, em contrapartida, ser devidamente resolvida pelos mecanismos e procedimentos nacionais e democráticos de cada Estado-Membro.

Neena Gill (PSE). - (EN) Senhor Presidente, ergo-me orgulhosa por esta Assembleia ter aprovado o relatório por uma esmagadora maioria. Votei a favor do relatório porque me apraz estarmos a fazer uma afirmação categórica, sem lacunas, sobre o comércio de produtos derivados da foca na UE.

Fomos contactados por muitas pessoas do meu círculo eleitoral – e milhões de pessoas participaram neste processo – que quiseram dizer que a caça às focas constitui uma chacina revoltante e cruel de animais encantadores. Sei que há quem diga que o motivo dos protestos assenta apenas no facto de as focas serem animais cativantes, mas quando visionamos imagens dos métodos usados, percebemos que a caça comercial às focas, em particular, é desnecessária, pois existem muitas alternativas.

Estou muito satisfeita por termos votado em tão grande número para pôr termo a este comércio cruel.

Peter Skinner (PSE). - (EN) Senhor Presidente, esta proibição é um enorme progresso e representa uma verdadeira vitória dos defensores do bem-estar dos animais do sudeste de Inglaterra, em particular – como podem imaginar – e de toda a União Europeia, muitos dos quais escreveram aos membros do Parlamento Europeu exigindo o fim deste comércio cruel.

O facto de ter sido uma presidência de comissão trabalhista a liderar esta campanha, face ao intenso *lobbying* dos intervenientes neste comércio cruel e obsceno, é crucial para compreendermos o seu sucesso. Não foi o original diluído – como salientou o meu colega Richard Corbett – a ser aprovado na comissão e, agora, no Parlamento, mas sim a proibição total, após terem sido propostas alterações fundamentais pela senhora deputada Arlene McCarthy.

Fiquei surpreendido ainda agora ao ouvir o senhor deputado Hannan, do Partido Conservador, afirmar que esta questão deveria ser submetida a debates e aos procedimentos democráticos nacionais. Se enveredássemos por essa via, apenas oito países adeririam a esta proibição específica, em vez dos 27 países que a aprovaram por intermédio do Parlamento Europeu. Isto prova que o comércio e o bem-estar dos animais são compatíveis, pelo que nos devemos congratular.

Cristiana Muscardini (UEN). - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, (...) o relatório Wallis representa um passo em frente na protecção dos direitos dos animais, uma vez que limita em grande medida a importação de produtos derivados da foca para a União Europeia.

A UE fez uma escolha civilizada e esperamos que outros países lhe sigam o exemplo, embora preferíssemos que tivesse sido o texto da Comissão relativo ao mercado interno a ser apresentado, o qual limitava muito claramente as possíveis excepções à venda de produtos derivados da foca aos casos em que estivessem em causa as necessidades de subsistência da comunidade inuíte. A menos que sejam devidamente controladas pelas autoridades aduaneiras, novas excepções poderão abrir perigosas lacunas que tornarão possível contornar a medida que, após uma longa batalha, pune a futilidade e a crueldade de certas práticas do ser humano que não deveriam poder continuar a ofender a nossa consciência.

Espero que o passo que hoje foi dado não constitua uma medida isolada e que sejam desenvolvidos mais esforços para encontrarmos novas formas de impedir que os nossos países importem produtos derivados de animais abatidos com sofrimento atroz. A este respeito, recorro a enorme infâmia de continuar a apoiar, na Europa, o esquartejamento de animais sem que sejam atordoados e que são deixados a sangrar até à morte.

- Relatório: Neil Parish (A6-0240/2009)

Hiltrud Breyer, *em nome do grupo Verts/ALE*. – (DE) Senhor Presidente, ao passo que a votação relativa à caça às focas foi tão bem sucedida, o que me enche de alegria, a votação do relatório Parish é particularmente decepcionante. Gostaria que também nesta questão tivéssemos assumido uma posição clara em defesa da protecção dos animais, uma posição progressiva, que indicasse o caminho a seguir, que deixasse claro que precisamos de alternativas às experiências com animais. A experimentação animal deve pertencer ao passado. Todavia, pesaram claramente os interesses concretos da indústria – em particular da indústria farmacêutica – e, em consequência, eu e o meu grupo estamos muito desiludidos por não termos garantido que a experimentação animal e as condições bárbaras em que os animais são mantidos pertencem a um passado ultrapassado.

Infelizmente, não conseguimos alterar o acto de genuflexão efectuado pela Comissão com a proibição total da experimentação animal em grandes símios. Este facto entristece-me, uma vez que a sociedade tem sempre de ser avaliada pela forma como trata os animais, pelo que a União Europeia não pode continuar a ser sinónimo de experimentação animal desnecessária. Assim sendo, gostaria que a análise de métodos experimentais alternativos que não envolvem animais tivesse merecido mais atenção na proposta de directiva, pois apenas o apoio inequívoco a alternativas à experimentação animal conduzirá ao fim das experiências bárbaras e desnecessárias com animais na União Europeia.

Este objectivo não será alcançado com declarações de intenções, mas sim realçando a importância de alternativas à experimentação animal e assegurando o financiamento da investigação. Não podemos falar de alternativas à experimentação animal sem apoiarmos o seu desenvolvimento e a sua rápida validação. As fontes de financiamento de métodos alternativos que não impliquem a utilização de animais não podem secar. O bom projecto da Comissão deveria ter exigido mais apoio no Parlamento.

Kathy Sinnott (IND/DEM). – (EN) Senhor Presidente, fiquei satisfeita por a alteração 170 ter sido aprovada no relatório Parish sobre a experimentação animal. Nos termos da directiva, esta alteração proíbe a utilização de células embrionárias e fetais humanas em alternativa à experimentação com animais; todavia, este facto pouco me serve de consolação, pois a alteração delega as decisões de natureza ética nos Estados-Membros: o Governo e os tribunais irlandeses têm recusado sistematicamente proteger os embriões e fui assegurada de que a Irlanda importa células fetais abortadas para fins de investigação.

Protegemos as focas, o que é positivo. Adoptámos algumas medidas para limitar e reduzir a experimentação animal e é necessário ir mais longe, mas nunca esquecendo o princípio de que não podemos utilizar seres humanos em substituição de outros métodos de experimentação. Temos de reduzir as experiências com animais, mas os seres humanos não podem constituir ainda a alternativa.

Richard Corbett (PSE). – (EN) Senhor Presidente, apesar de hoje ter sido um dia produtivo para o bem-estar dos animais no que diz respeito às focas, não foi assim tão positivo tendo em conta a votação relativa à experimentação animal.

No início deste mês, tive o prazer de visitar uma empresa no meu círculo eleitoral, Simcyp, que foi recentemente galardoada com um prémio nacional, atribuído pelo Dr Hadwen Trust, pelo desenvolvimento de alternativas à utilização de animais na investigação. Esta empresa provou que é possível desenvolver alternativas viáveis. Com efeito, provou também que, muitas vezes, os resultados da experimentação com animais no domínio da investigação biomédica não fornecem necessariamente dados fiáveis quando aplicados aos seres humanos.

A Simcyp é pioneira na busca de alternativas a este método. É possível ir mais além. Hoje, deveríamos ter ido mais longe. Demos apenas um pequeno passo. Temos de fazer muito mais.

Neena Gill (PSE). – (EN) Senhor Presidente, abstive-me na votação do relatório porque sou, desde há muito tempo, uma defensora dos direitos dos animais. Esta é uma das questões que é essencial a UE focar, se queremos estabelecer um equilíbrio entre a justiça e o mercado interno, e temos de insistir na moralidade do mercado.

Recebi várias cartas sobre este assunto, em que os eleitores da minha região manifestam a sua consternação. Estes cidadãos acreditam que deveria haver uma maior protecção dos animais utilizados para fins científicos.

Abstive-me porque queria pôr termo à captura de primatas não humanos no meio selvagem para fins de criação, pelo que apoio o texto da Comissão. Além disso, as alterações que eliminam a obrigação de cada estabelecimento conservar um registo rigoroso não foram apoiadas. Acredito, também, que as alterações que tornam as disposições relativas ao princípio dos 3R – Replacement, Reduction, Refinement (Substituição, Redução, Aperfeiçoamento) – menos estritas tinham de ser apoiadas. Penso, ainda, que as condições de alojamento deveriam ser adaptadas ao objectivo científico e que deveriam constituir parte integrante do processo de autorização do projecto. Quero evitar o sofrimento dos animais e assegurar que dispomos de métodos humanos de abate ou, no mínimo, menos dolorosos. Esta é uma das razões pelas quais me abstive, pois julgo que o relatório não foi suficientemente ambicioso.

- Relatório: Diana Wallis (A6-0118/2009)

Inese Vaidere (UEN). – (LV) Obrigada, Senhor Presidente. Enquanto ex-Ministra do Ambiente da Letónia, preocupo-me desde há muito tempo com o que acontece neste sector, com esta crueldade espantosa para com os animais, assim como com o facto de esta crueldade espantosa ser praticada em grande escala. Quero dizer que esta prática nada tem que ver com o modo de vida tradicional da comunidade inuíte, uma vez que este não envolve o abate de animais em grande escala com o objectivo de abastecer todo o mundo com produtos derivados da foca. Abstive-me na votação da proposta alterada porque considero que não são necessários compromissos nesta questão. Por outro lado, votei decididamente a favor da resolução legislativa, e estou muito satisfeita por o Parlamento ter acatado a louvável decisão dos cidadãos europeus relativa à proibição do comércio de produtos derivados da foca. Obrigada.

- Relatório: Anni Podimata (A6-0146/2009)

Inese Vaidere (UEN). – (LV) Obrigada, Senhor Presidente. Em relação ao relatório Podimata, gostaria de dizer que podemos, de facto, apoiar as propostas da Comissão e o relatório da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia, assim como as propostas do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia e de outros grupos políticos, uma vez que, no meu entender, o relatório aborda essencialmente os interesses dos consumidores. O ponto essencial consiste em que os consumidores saibam quais são os aparelhos eléctricos mais económicos e menos prejudiciais para o ambiente. Na votação, por conseguinte, estou a tentar demonstrar uma abordagem equilibrada e, neste caso, salientar os interesses dos consumidores europeus.

- Relatório: Vladimír Maňka (A6-0275/2009)

Richard Corbett (PSE). – (EN) Senhor Presidente, neste preciso momento, está a decorrer na estação de rádio britânica "5 Live" um programa em directo sobre o Parlamento Europeu – tem estado no ar toda a manhã. Há ouvintes que telefonam para o programa, e uma das perguntas que colocam sistematicamente é quanto custa o Parlamento Europeu. Quanto custa este Parlamento e poderá o Parlamento Europeu justificar o seu custo?

Como recentemente referi, se dividirmos esse custo pelo número de cidadãos, o Parlamento Europeu custa anualmente 1,74 libras por cidadão, mais ou menos o preço de uma *pint* de cerveja. Em comparação, a Câmara dos Lordes custa 1,77 libras e a Câmara dos Comuns 5,79 libras por ano, muito mais por cidadão. Evidentemente, o Parlamento Europeu, com um vasto eleitorado, reparte amplamente os seus custos. São-nos impostos custos pelos Estados-Membros, que derivam dos três locais de trabalho e das 23 línguas oficiais, que nenhum outro parlamento tem de suportar no seu orçamento. Porém, não obstante esse facto, conseguimos otimizar os nossos recursos.

Christopher Heaton-Harris (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, não vou contestar os números que o senhor deputado Corbett acabou de ler. Não me interessa particularmente se o Parlamento Europeu custa menos *per capita* do que outros parlamentos – apesar de pensar que talvez haja mais uma ou duas pessoas na União Europeia do que no Reino Unido.

O que me preocupa no relatório é o facto de ser uma oportunidade perdida. O relatório destaca muitos dos regimes onerosos que todos tivemos oportunidade de constatar enquanto aqui estivemos – estou neste Parlamento há 10 anos, como o Senhor Presidente. É interessante, por exemplo, que a principal biblioteca do Parlamento Europeu esteja situada no Luxemburgo, onde ninguém lhe pode aceder, uma vez que os deputados se deslocam entre Bruxelas, Estrasburgo e os seus gabinetes nacionais.

Há muitas oportunidades perdidas neste lugar, e o presente relatório é certamente uma delas. Numa altura em que os nossos eleitores se vêem obrigados a apertar o cinto, deveríamos ter demonstrado neste relatório que também nós estamos dispostos a fazer sacrifícios, o que não fizemos. É uma oportunidade perdida.

Presidente. – Obrigado, Senhor Deputado Heaton-Harris, se aqui estiver na próxima legislatura, poderá ajudar-nos a melhorar.

Declarações de voto escritas

- Relatório: Ilda Figueiredo (A6-0223/2009)

Alessandro Battilocchio (PSE), *por escrito*. – (IT) Votei a favor.

De acordo com o Regulamento (CE) n.º 1 234/2007, a carne de aves de capoeira pode ser vendida no mercado internacional, mesmo depois de submetida a tratamento antimicrobiano. Em Junho de 2008, o Parlamento Europeu conseguiu aprovar, após várias tentativas, uma resolução que proíbe este tipo de comercialização.

Uma vez que os Estados Unidos só exportam para a UE carne de aves de capoeira tratada com substâncias químicas ou antimicrobianas, a Comissão não honrou, contudo, a resolução. Esta estratégia esquece os investimentos efectuados pelos profissionais do sector da carne de aves de capoeira nos países da União Europeia, em conformidade com a legislação comunitária em vigor, que estabelece que só podem ser aplicados métodos de protecção aprovados pela UE, como o tratamento pelo frio, a fim de reduzir os riscos de contaminação por agentes patogénicos.

Em consequência, apoiamos as seguintes propostas de alteração do Regulamento (CE) n.º 1 234/2007: 1) supressão do considerando n.º 5 da proposta da Comissão Europeia, onde se lê que "a referência exclusiva ao tratamento pelo frio na definição de 'carne de aves de capoeira' é demasiado restritiva, atendendo à evolução tecnológica. É necessário, por conseguinte, adaptar essa definição"; 2) substituição do considerando 5 por outro que exija o controlo da origem da carne a comercializar, a fim de informar e de assegurar a transparência para os consumidores; 3) manutenção do método a frio como o único tratamento de protecção.

Călin Cătălin Chiriță (PPE-DE), *por escrito*. – (RO) Votei a favor do projecto de resolução legislativa porque penso que o âmbito de aplicação das normas de comercialização da carne de aves de capoeira deve ser alargado de modo a que abranja as preparações e os produtos à base de carne de aves de capoeira, bem como a carne de aves de capoeira em salmoura, cuja presença no mercado é cada vez mais importante.

Não podemos esquecer que quando a carne de aves de capoeira é vendida como "fresca", o consumidor espera que nunca tenha sido congelada, mesmo que por pouco tempo, o que representa uma garantia de qualidade para o consumidor. Consequentemente, o princípio segundo o qual a carne de aves de capoeira vendida "fresca" não pode ter sido nunca congelada deve ser reforçado e alargado às preparações e aos produtos à base de carne de aves de capoeira.

Deve notar-se que a presente proposta não afecta o orçamento comunitário.

Šarūnas Birutis (ALDE), *por escrito*. – (LT) Os objectivos das normas de comercialização da carne de aves de capoeira visam salvaguardar a estabilidade dos preços de mercado neste sector, facilitar a comercialização dos produtos e velar pela segurança dos consumidores e por normas elevadas de qualidade para os produtos alimentares. As normas de comercialização da carne de aves de capoeira devem ser revistas em função do progresso tecnológico e incluir preparações de carne de aves de capoeira já que os hábitos dos consumidores mudaram desde a década de 1990. Estou de acordo com a proposta de que o princípio segundo o qual a carne de aves de capoeira vendida "fresca" não pode ter sido nunca congelada seja reforçado e alargado às preparações e produtos à base de carne de aves de capoeira.

Edite Estrela (PSE), *por escrito*. – Votei favoravelmente a proposta sobre a comercialização de carne de aves de capoeira. Esta proposta tem como objectivo actualizar as normas existentes desde 1990 sobre a comercialização de carnes de aves de capoeira, adaptando-se à nova realidade do mercado. Visa também salvaguardar a estabilidade dos preços de mercado neste sector, facilitar a comercialização dos produtos e velar pela segurança dos consumidores e por normas elevadas de qualidade para produtos alimentares.

Penso que o tratamento da carne de aves de capoeira com substâncias descontaminantes não é aceitável e por isso defendi o tratamento pelo frio.

Hélène Goudin e Nils Lundgren (IND/DEM), *por escrito*. – (SV) Votámos a favor dos projectos de alterações apresentados pela Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, uma vez que reforçam as disposições de rotulagem relativas à indicação de origem da carne de aves de capoeira. Acreditamos que este reforço é positivo.

Contudo, as alterações da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural contém, também, disposições que consideramos deverem ser abordadas a um nível administrativo. Tendo em conta que o texto foi submetido a uma votação única, não nos pudemos opor a estas propostas.

O nosso voto a favor das alterações relativas à indicação de origem não significa de modo algum, como é evidente, que apoiamos a política agrícola comum.

Véronique Mathieu (PPE-DE), *por escrito*. – (FR) Chegámos a um bom compromisso no relatório, que nos permitirá ter um regulamento equilibrado que satisfaz os requisitos da União Europeia em matéria de segurança alimentar.

Ao proibirmos a comercialização de carne de aves de capoeira congelada com o rótulo "produto fresco", ao rejeitarmos a utilização de substâncias tóxicas, como cloro, na descontaminação de carcaças, e ao optarmos pela indicação obrigatória da origem e da data de abate no rótulo, favorecemos uma abordagem baseada no bom senso e escolhemos fazer da defesa dos interesses dos consumidores europeus a nossa prioridade.

Com a aprovação da resolução de Junho de 2008, o Parlamento tinha já manifestado a sua firme oposição à autorização da comercialização de carne de frango tratado com cloro no mercado europeu, posição que foi posteriormente assumida pelos Ministros da Agricultura no Conselho de Dezembro último.

Confirmámos na votação de hoje o nosso desejo de garantir que, da exploração agrícola até à mesa, o nível de segurança dos alimentos seja o mais elevado possível para os consumidores na União Europeia.

Zdzisław Zbigniew Podkański (UEN), *por escrito*. – (PL) A questão afigura-se óbvia. A proposta em debate é já a segunda que tem como finalidade autorizar a comercialização de carne de aves de capoeira para consumo humano depois de submetida a tratamento antimicrobiano. Desta vez, a proposta foi apresentada por sugestão dos EUA, que temem a imposição de uma proibição da importação da sua carne para a Europa.

Numa situação em que a investigação provou que a utilização de substâncias antimicrobianas não contribui para reduzir as taxas de infecção bacteriana e em que a Europa está a lutar por alimentos saudáveis, temos de falar a uma só voz. É isso também que temos de fazer no caso dos OGM. É uma pena que no caso dos organismos geneticamente modificados a questão não seja tão óbvia para todos.

- Relatório: Reimer Böge (A6-0266/2009)

Neena Gill (PSE), *por escrito*. – (EN) Saúdo o relatório porque diz respeito a uma questão em que tenho vindo a trabalhar há algum tempo. Numa visita à fábrica da Michelin, em Stoke-on-Trent, a administração e os sindicatos explicaram-me os motivos pelos quais apoiam a mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização.

Desde então, escrevi ao Ministro do Comércio e da Indústria do Reino Unido, Lord Mandelson, solicitando que considerasse a apresentação à UE de um pedido de activação do Fundo de Ajustamento. É minha convicção, assim como das pessoas com quem falei na Michelin, que este fundo tem de ser mobilizado com a maior brevidade possível. Foi exactamente para este tipo de situações que a UE foi criada – para ajudar colectivamente os Estados-Membros e, acima de tudo, os seus trabalhadores, em tempos difíceis.

Porque o fundo não se destina só a salvar empresas – a sua finalidade é apoiar uma estratégia que criará crescimento sustentado e gerará emprego no futuro. O enfoque do relatório na importância das pequenas empresas para a recuperação económica e a ênfase dada à aquisição de competências e às actividades de formação contribuirão, em grande medida, para garantir que as pessoas que perderem os seus empregos sejam reintegradas no mercado de trabalho.

Hélène Goudin e Nils Lundgren (IND/DEM), *por escrito*. – (SV) Criticamos severamente os argumentos para a criação de um Fundo de Globalização. Para começar, assentam na ideia de que a globalização em si mesma é um problema. No nosso entender, a globalização é um meio de aumentar a prosperidade, sobretudo dos países mais desfavorecidos e em desenvolvimento, desde que os principais actores económicos, como a UE e os EUA, reformem as suas posições proteccionistas em matéria de política comercial no quadro da Organização Mundial do Comércio.

Os Estados-Membros da UE têm capacidade para aplicar medidas nacionais de apoio aos sectores que considerem necessitar de ajuda financeira. Um fundo especial da UE resultaria em arbitrariedade, ineficiência, burocracia e despesas injustificadas. Como pode a Comissão decidir, de um modo pertinente, se a globalização teve um impacto negativo num dado sector? Além disso, os montantes que estão actualmente a ser discutidos fazem pensar que esta poderia quase ser considerada uma manobra de relações públicas da UE.

Pelas razões supracitadas, votámos contra o relatório em questão.

- Relatório: Dimitrios Papadimoulis (A6-0208/2009)

Šarūnas Birutis (ALDE), *por escrito*. – (LT) Há várias décadas que se fala da necessidade de melhorar a qualidade do ar, tendo sido tomadas medidas a nível nacional e a nível da União Europeia, bem como através de convenções internacionais.

Melhorar a qualidade do nosso ar ambiente continua a ser um grande desafio sem resposta. O problema da poluição atmosférica só pode ser resolvido a longo prazo e num quadro europeu, principalmente através da intensificação de medidas transfronteiriças. A proposta da Comissão é importante porque é necessário continuar a trabalhar ao nível dos compostos orgânicos voláteis (COV) para melhorar a qualidade do ar a nível regional e local e zelar pelo interesse público, fazer adoptar os sistemas de recuperação de vapores de gasolina da fase II em todo o mundo e melhorar a capacidade da tecnologia para reduzir em 95% as emissões durante o reabastecimento.

Martin Callanan (PPE-DE), *por escrito*. – (EN) O acto legislativo em apreço constitui mais um exemplo do ataque da UE à indústria automóvel e da maneira como a União Europeia tenta frequentemente impor legislação gritantemente desproporcionada para resolver problemas relativamente menores.

A Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar votou a favor da antecipação da data de transposição das novas medidas para reduzir as emissões de vapores de gasolina para a atmosfera durante o reabastecimento. A comissão votou, também, a favor da redução dos limiares referentes à venda de gasolina, a fim de incluir muitas mais estações de serviço no âmbito da legislação proposta.

A aplicação das novas medidas a pequenas estações de serviço independentes teria repercussões para outras empresas locais, quase não geraria benefícios ambientais e potenciaria o aumento das emissões dos gases de escape se os condutores fossem obrigados a percorrer distâncias maiores para efectuar o reabastecimento após a hora de fecho da estação de serviço local. Os custos da modernização do equipamento em termos de despesas de capital e de perdas de negócio devido ao encerramento temporário seriam substanciais.

Edite Estrela (PSE), *por escrito*. – Votei favoravelmente o relatório sobre a recuperação de vapores de gasolina. A gasolina contém compostos orgânicos voláteis (COV) que se evaporam dentro do depósito de combustível, enchendo o espaço vazio por cima do combustível. Quando um veículo é reabastecido, os vapores são empurrados para fora do depósito pelo combustível que entra e, se não forem capturados, escapam para a atmosfera.

A proposta da Comissão tem como objectivo a recuperação dos vapores de gasolina que são emitidos para a atmosfera durante o reabastecimento dos automóveis ligeiros de passageiros. É de grande importância a implementação de sistemas de recuperação de vapores de gasolina nas estações de serviço, com uma eficiência de captura elevada, para uma melhoria da qualidade do ar.

- Relatório: Michael Cashman (A6-0077/2009)

Šarūnas Birutis (ALDE), *por escrito*. – (LT) A transparência é um princípio fundamental da União Europeia. Está claramente estabelecido no artigo 255.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia: "Qualquer cidadão da União, bem como qualquer pessoa singular ou colectiva com residência ou sede social num Estado-Membro, tem direito de acesso aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão".

O actual Regulamento (CE) n.º 1049/2001 constituiu um passo significativo para uma maior abertura. Nos seis anos que passaram desde a sua aplicação, contribuiu para a criação de uma cultura administrativa mais transparente nas instituições europeias. Na minha opinião, a abertura contribui para conferir às instituições maior legitimidade aos olhos dos cidadãos europeus e para aumentar a confiança dos mesmos.

Carlos Coelho (PPE-DE), *por escrito*. – A transparência é um princípio fundamental da UE. As decisões deverão ser tomadas de forma tão aberta e tão próxima dos cidadãos quanto possível, conferindo desta

forma, aos olhos dos cidadãos europeus, uma maior legitimidade às instituições, ao mesmo tempo que deverá contribuir para um aumento da confiança.

O Regulamento aprovado, em 2001, foi sem dúvida um passo significativo nessa direcção, mas são várias as alterações que se afiguram necessárias e que deverão contribuir para que o processo europeu de tomada de decisões se torne mais compreensível, para aumentar o nível de transparência e melhorar as práticas das instituições.

A presente iniciativa tem, assim, como objectivo introduzir essas melhorias. Porém, apesar de ter algumas propostas positivas, estas são lamentavelmente superadas por aquelas que o PE considera serem negativas.

De facto, a maior parte das alterações solicitadas pelo Parlamento, na sua Resolução de Abril de 2006, não foram tidas em conta, como é o caso, por exemplo, das propostas que diziam respeito às possibilidades de o PE exercer o seu direito de controlo democrático, através do acesso a documentos sensíveis.

Desta forma, apoio a proposta do Relator – Michael Cashman – no sentido de se reenviar esta iniciativa para a Comissão LIBE.

Andreas Mölzer (NI), *por escrito*. – (DE) Embora esteja prevista a realização de debates públicos, em todas as línguas, sobre o Tratado de Lisboa, o “não” à reforma da Constituição Europeia não está a ter boa aceitação, evitando-se os referendos. Embora as páginas da Internet da UE proclamem a importância do multilinguismo, este aspecto não se encontra reflectido na estrutura das respectivas páginas. Estas não usam, de modo sistemático, as três línguas de trabalho, nomeadamente o alemão, o inglês e o francês, as quais nos permitiriam chegar à maioria da população. Nem mesmo a actual Presidência considera que vale a pena o esforço. Embora a UE esteja extremamente preocupada com o acesso aos seus documentos, ao mesmo tempo pretende anular os concursos europeus publicados nos jornais nacionais e, por conseguinte, em todas as línguas nacionais.

No entanto, o relatório apresenta algumas boas soluções para a melhoria do acesso a documentos, uma das razões pelas quais votei a seu favor.

- Relatório: Marie Panayotopoulos-Cassiotou (A6-0120/2009)

Guy Bono (PSE), *por escrito*. – (FR) Votei contra o relatório apresentado pela minha colega grega do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus, senhora deputada Panayotopoulos-Cassiotou, relativo à organização do tempo de trabalho das pessoas que exercem actividades móveis de transporte rodoviário.

O meu voto foi motivado pelo facto de este relatório, que visa a organização do tempo de trabalho das pessoas que exercem actividades móveis de transporte rodoviário, poder resultar na exclusão dos condutores independentes do âmbito de aplicação da legislação europeia relativa à organização do tempo de trabalho.

Partilho com os meus colegas socialistas a opinião de que não podemos aceitar uma legislação social a duas velocidades: uma legislação que protege alguns condutores, mas que deixa pelo caminho os transportadores rodoviários.

A adopção da proposta da Comissão iria criar uma discriminação inaceitável entre os condutores que trabalham por conta de outrem, protegidos pela legislação europeia, e os motoristas independentes. O Parlamento registou as nossas reservas. Cabe agora ao Parlamento que em breve será eleito pronunciar-se, durante a nova legislatura.

Edite Estrela (PSE), *por escrito*. – Votei a favor da rejeição da proposta da Comissão Europeia sobre a organização do tempo de trabalho das pessoas que exercem actividades móveis de transporte rodoviário, pois considero inaceitável e discriminatório que esta proposta exclua os trabalhadores dos transportes rodoviários que trabalham por conta própria.

Todas as pessoas que exercem actividades móveis de transporte rodoviário devem ser protegidas pelas regras comunitárias que limitam o número de horas de trabalho semanais. Trata-se, pois, de assegurar a protecção da saúde e segurança destes trabalhadores, bem como a segurança rodoviária.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL), *por escrito*. – Foi muito importante que a maioria do Parlamento Europeu tivesse aprovado a proposta que subscrevemos de rejeição desta proposta de directiva que a Comissão Europeia tinha apresentado sobre a organização do tempo de trabalho das pessoas que exercem actividades móveis de transporte rodoviário. A proposta de directiva era um retrocesso relativamente à que está em

vigor, seja quanto aos trabalhadores independentes e *falsos* independentes, seja quanto aos horários de trabalho actuais, designadamente nocturnos.

Já na Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais tinha apresentado essa proposta, que tinha merecido o voto favorável da maioria. Mas a relatora (PPE) insistiu em trazer o relatório a plenário, persistindo no ataque a direitos essenciais dos trabalhadores. Daí a importância desta rejeição em plenário, mantendo-se em vigor a actual directiva que obriga a aplicar aos trabalhadores independentes a mesma legislação laboral.

Mathieu Grosch (PPE-DE), *por escrito*. – (DE) Durante o debate na Comissão dos Transportes, introduzi duas alterações que afectam todos os trabalhadores do sector dos transportes. Em meu entender, é vantajoso para a harmonização da política social e de emprego na Europa que as condições de trabalho afectem todos os trabalhadores por igual. A ideia de incluir os condutores independentes na directiva relativa ao tempo de trabalho é irrealista. É simplesmente impossível controlar as horas de trabalho dos condutores independentes. No que diz respeito à segurança, todos os condutores, incluindo os condutores independentes, estão sujeitos às regras relativas aos períodos de condução e aos períodos de repouso em autocarros e camiões com mais de 3,5 toneladas. O alargamento das regras relativas aos períodos de condução e aos períodos de repouso de modo a incluir condutores de camiões com menos de 3,5 toneladas teria mais impacto a nível da segurança. A Comissão deve rever este ponto, mas ainda não apresentou uma proposta. Espero que o novo Parlamento aceite essas propostas.

Pedro Guerreiro (GUE/NGL), *por escrito*. – Saudamos a rejeição da proposta da Comissão Europeia, presidida por Durão Barroso, que visava a exclusão dos trabalhadores rodoviários, denominados de independentes, da directiva relativa à organização do tempo de trabalho das pessoas que exercem actividades móveis de transporte rodoviário – em resultado da proposta de rejeição que apresentámos.

Aliás já na Comissão dos Transportes e do Turismo do PE, em Fevereiro passado, tínhamos apresentado uma proposta que instava à rejeição desta inaceitável iniciativa da Comissão Europeia.

Esta é a melhor resposta a uma nova tentativa de intensificar a concorrência e exploração dos trabalhadores rodoviários, pondo em causa os seus direitos laborais e a segurança rodoviária.

O que se exige é a defesa e melhoria dos direitos e das condições de trabalho dos trabalhadores rodoviários, combatendo a precariedade, respeitando os períodos de pausa, repouso ou permanência – sem prejuízo das suas remunerações salariais – e a legislação laboral ou as convenções colectivas existentes em cada um dos Estados-Membros.

O que se impõe é que as regras de tempo de trabalho e de períodos de condução e de repouso se apliquem, de igual modo, a todos os condutores profissionais, incluindo os condutores independentes, por forma a garantir a sua segurança e a segurança rodoviária, evitando tempos de trabalho excessivamente longos e períodos de repouso ou padrões de trabalho inadequados.

Carl Lang (NI), *por escrito*. – (FR) O relatório da senhora deputada Panayotopoulos-Cassiotou recomenda a rejeição da proposta da Comissão que altera uma directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à organização do tempo de trabalho das pessoas que exercem actividades móveis de transporte rodoviário.

Votei a favor deste relatório, cujo objectivo é a rejeição de uma proposta da Comissão Europeia que não permitirá corrigir as falhas constatadas no âmbito da aplicação e do controlo das regras relativas aos períodos de condução e aos períodos de repouso directamente ligados à segurança e aos direitos sociais. Além disso, não há qualquer clarificação sobre o âmbito de aplicação desta directiva e os meios de controlo possíveis. Seja como for, os Estados-Membros devem ser os únicos responsáveis neste domínio.

Por último, esta proposta não inclui uma melhor definição da noção de “trabalhadores móveis” ou de “condutores independentes”, e com razão, uma vez que é aí que reside o verdadeiro desafio desta directiva. Devemos excluir desta directiva todos os condutores independentes? A questão permanece em aberto, porque o problema é complexo.

Existe, com efeito, uma prática generalizada de falsos condutores independentes, que, na verdade, trabalham para empresas e que, por motivos de rentabilidade, contornam as regras relativas aos tempos de condução e aos tempos de repouso.

Mary Lou McDonald (GUE/NGL), *por escrito*. – (EN) Há inúmeras razões para a rejeição da proposta da Comissão de excluir os condutores independentes desta directiva.

Ao votar a favor da rejeição da proposta da Comissão, votei a favor da segurança nas estradas, no sentido de excluir a discriminação no domínio da saúde e da segurança e das condições de remuneração e de trabalho dos condutores, e de assegurar a equidade aos empregadores e trabalhadores no sector do transporte rodoviário.

Dimitrios Papadimoulis (GUE/NGL), por escrito. – (EL) Votei a favor da alteração 54 porque constitui uma mensagem política importante para a Comissão e para o Conselho. O Parlamento Europeu apoia os direitos dos condutores e rejeita qualquer concorrência entre os condutores por conta de outrem e os condutores independentes. A proposta isentaria os condutores independentes do âmbito de aplicação da actual directiva e, pela primeira vez na legislação europeia, haveria uma tentativa de distinção entre verdadeiros condutores independentes e falsos condutores independentes. Trata-se, no entanto, de uma distinção imperfeita que pode dar azo à interpretação de outras disposições do direito comunitário. É uma vitória para a segurança rodoviária e para a Europa social.

Bilyana Ilieva Raeva (ALDE), por escrito. – (BG) A directiva do Parlamento Europeu relativa à organização do tempo de trabalho das pessoas que exercem actividades móveis de transporte rodoviário, que foi rejeitada pelos votos do Grupo Socialista no Parlamento Europeu, do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia e da extrema-esquerda, tornará os trabalhadores móveis independentes menos competitivos.

A rejeição irresponsável da proposta da Comissão Europeia significa que deixa de fazer sentido os condutores independentes trabalharem nesse regime. Deixam de poder determinar livremente a extensão das suas horas de trabalho.

Não há qualquer regulamentação semelhante em nenhum outro sector. Esta decisão terá um impacto adverso irreversível na competitividade da economia europeia.

Ao contrário dos trabalhadores por conta de outrem, os trabalhadores independentes no sector dos transportes não estão vinculados por um contrato de trabalho, determinando livremente os seus próprios clientes e carga. O que ganham não depende das horas que trabalham, como acontece com os trabalhadores por conta de outrem, mas sim do número de transportes efectuados e do tipo de mercadoria. A determinação das horas de trabalho com base na nova directiva restringe a sua liberdade “empresarial”.

Em resultado da votação de hoje, os Estados-Membros foram privados da possibilidade de definir individualmente o quadro temporal que determina o período nocturno e, por conseguinte, da possibilidade de maximizar o número de horas de trabalho para transporte de passageiros ou mercadorias, de acordo com as diferentes condições de luz natural diurna existentes nos vários Estados-Membros.

A rejeição da directiva compromete a competitividade. As pequenas transportadoras e os operadores individuais serão os mais prejudicados. Serão obrigados a cumprir as condições aplicáveis aos trabalhadores de grandes empresas de transportes, os quais, inevitavelmente, ameaçarão as suas posições no mercado.

Georgios Toussas (GUE/NGL), por escrito. – (EL) A rejeição da proposta de directiva da Comissão é uma manobra das forças da “via de sentido único europeia” no período de tempo que antecede as eleições europeias. O Partido Comunista da Grécia opôs-se à proposta da Comissão desde a primeira hora, tendo votado contra ela na comissão competente do Parlamento Europeu e no plenário. Informou os trabalhadores e apoiou as suas manifestações. A isenção dos condutores independentes beneficia apenas as empresas monopolistas no sector dos transportes; prejudica os interesses dos trabalhadores e dos condutores independentes e acarreta perigos elevadíssimos para a segurança rodoviária. Irá exacerbar ainda mais as condições de trabalho dos condutores, irá prolongar os períodos de condução para 84 horas por semana e irá intensificar ainda mais a exploração dos condutores que trabalham.

As manifestações dos trabalhadores e o receio de perderem o emprego em virtude das eleições europeias obrigaram uma grande parte dos deputados dos partidos que apoiam a via de sentido único europeia a votar contra a proposta. No entanto, os trabalhadores têm de estar cientes de que os grupos monopolistas continuarão a impor as suas exigências através de partidos com recursos financeiros que estejam dispostos a satisfazer a sua vontade. Esta conquista é reveladora do poder e da importância da luta dos trabalhadores. Contudo, gostaríamos de referir que poderá ser efémera, se o movimento trabalhador e popular não conseguir organizar o seu contra-ataque e definir as condições para as mudanças radicais a nível do poder e da economia.

- Relatório: Diana Wallis (A6-0118/2009)

Jan Andersson, Göran Färm, Anna Hedh, Inger Segelström e Åsa Westlund (PSE), por escrito. – (SV) Nós, sociais-democratas suecos, decidimos votar a favor do compromisso negociado com o Conselho, na medida em que, de acordo com a nossa interpretação, o por nós temido impacto negativo na caça sueca é suprimido pela exceção prevista no n.º 2 do artigo 3.º. Todos nós ficámos chocados com as imagens da caça às focas no Canadá.

Por conseguinte, a maioria dos consumidores rejeitaria produtos provenientes da caça às focas, que não cumprem – muito pelo contrário – as condições a que a caça na Suécia está sujeita, que resultam em sofrimento desnecessário e que se realizam em larga escala em condições não controladas.

Opomo-nos, em princípio, à intervenção directa ou indirecta da UE em questões relacionadas com a caça, que é uma matéria nacional, nomeadamente nos casos em que pode pôr em causa o bom funcionamento das normas suecas. Neste caso, decidimos julgar com base na situação global. Nestas circunstâncias, aceitámos o compromisso, porquanto envia uma mensagem clara de que o Parlamento não considera aceitável que as pessoas tratem os animais como lhes aprouver.

Šarūnas Birutis (ALDE), por escrito. – (LT) Estou plenamente convencido de que a caça às focas deve ser proibida, com determinadas exceções para as comunidades locais. Não devemos igualmente ignorar o facto de várias sondagens em diferentes Estados-Membros da UE revelarem que uma grande maioria dos cidadãos da UE é contra a caça comercial às focas e os seus métodos. Além disso, uma clara maioria dos cidadãos é a favor de uma proibição total do comércio de produtos derivados de focas.

Niels Busk, Anne E. Jensen e Karin Riis-Jørgensen (ALDE), por escrito. – (DA) Votámos contra a proposta de proibição do comércio de produtos derivados de focas e o compromisso entre o Parlamento e o Conselho. Não cremos que uma proibição do comércio de produtos derivados de focas vá aumentar o bem-estar dos animais e consideramos lamentável que a proposta tenha sido aprovada, apesar de não ter qualquer base no Tratado.

Martin Callanan (PPE-DE), por escrito. – (EN) Fui fortemente pressionado pelos grupos de protecção dos direitos dos animais e pelos eleitores em relação a esta questão, mas, por princípio, sou muito céptico relativamente a proibir seja o que for. Em última análise, são os consumidores que decidem se querem comprar produtos derivados de focas. Fiquei orgulhoso de ter contribuído para a campanha a favor da proibição da importação de peles de gato e de cão da China, mas a importação de produtos derivados de focas é uma questão muito diferente que se baseia na cultura tradicional e em práticas seculares.

As touradas e as lutas de galos são espectáculos de mau gosto, mas a UE reconhece que devem ser permitidos na UE em regiões onde há uma tradição continuada. Seria, portanto, hipócrita da parte da UE proibir produtos derivados de focas do Canadá sob o pretexto de crueldade para com os animais. Tenho igualmente alguma relutância em hostilizar o Canadá, uma vez que é um grande aliado da UE e partilha os nossos valores comuns.

Rejeito a crueldade para com os animais, mas considero que esta questão foi deliberadamente distorcida a fim de provocar uma reacção emocional entre os eurodeputados. Devemos abordar estas questões de uma forma mais equilibrada e desapaixonada.

Edite Estrela (PSE), por escrito. – Votei favoravelmente o relatório sobre o comércio de produtos derivados da foca, uma vez que este assenta em dois pressupostos: a proibição na União Europeia do comércio de certos produtos derivados da foca e o respeito pelas tradições e culturas dos povos indígenas do Ártico.

Anualmente, são mortas no âmbito da caça comercial em larga escala cerca de 900 000 focas (este número não tem em conta os exemplares atingidos, mas não recuperados, nem os abates não declarados), das quais 60% no Canadá, na Gronelândia e na Namíbia. A Noruega e a Rússia são os outros países que se dedicam à caça comercial em larga escala destes animais. Na Comunidade, a Suécia, a Finlândia e o Reino Unido (Escócia) praticam uma caça à foca em pequena escala, principalmente por razões de gestão das populações de peixes e de controlo de pragas.

Penso que este acordo irá proteger as focas da crueldade e ao mesmo tempo irá proteger a cultura das comunidades Inuítes. Penso também que este regulamento assegura que o comércio sem escrúpulos irá acabar e serão criadas regras harmonizadas que mudarão todo o mercado interno.

Glyn Ford (PSE), *por escrito*. – (EN) A primeira vez que fui eleito para o Parlamento Europeu, há 25 anos, foi pouco depois de uma “proibição inicial” do comércio de produtos derivados de focas, em 1983. Infelizmente, apesar de a questão ter sido por diversas vezes reanalisada, não ficará por aqui.

A situação, passado um quarto de século, não é muito melhor do que em 1983. Continuamos a assistir ao abate, da forma mais cruel e brutal, de centenas de milhares de focas no Canadá. Espero que a votação de hoje seja suficientemente esmagadora para, finalmente, conseguir o que pensámos ter conseguido há 25 anos. Nem eu nem as focas queremos continuar neste impasse em 2034.

Mathieu Grosch (PPE-DE), *por escrito*. – (DE) Pessoalmente, considero lamentável que as propostas da Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores, que foram muito claras, não tenham sido aprovadas pelos grupos. A conservação das espécies – sobretudo face às conhecidas condições de abate – exige medidas decisivas escrupulosas. Os empregos relacionados com esta actividade podem ser facilmente reorientados.

Małgorzata Handzlik (PPE-DE), *por escrito*. – (PL) A decisão do Parlamento Europeu de proibir o comércio de produtos derivados de focas na Comunidade Europeia constitui um passo no sentido de pôr termo aos métodos brutais usados por alguns países para abater estes animais. O projecto de resolução é uma resposta às preocupações da opinião pública com questões relacionadas com o bem-estar dos animais durante o abate e a esfolação das focas.

O texto do regulamento deixa espaço para diversas excepções que, em alguns casos, são necessárias. O que inclui, nomeadamente, uma isenção à proibição, a fim de permitir produtos derivados de focas que são obtidos pelas comunidades inuítes através de métodos tradicionais de caça como meio de garantir a sua subsistência.

Congratulo-me com o facto de o Parlamento Europeu ter manifestado o seu apoio à aprovação deste regulamento através de uma maioria tão ampla. É um sinal muito claro das instituições europeias de que os cidadãos da Europa não concordam com o tratamento e o abate brutais dos animais.

Roger Knapman e Thomas Wise (NI), *por escrito*. – (EN) Entendemos e partilhamos as preocupações com o comércio de produtos derivados de focas. Não temos qualquer problema em relação à proibição dos produtos derivados de focas por parte dos Estados-Membros, mas consideramos que é um assunto da competência de cada país e não da Comissão. Por conseguinte, não nos foi possível apoiar esta proposta.

Zdzisław Zbigniew Podkański (UEN), *por escrito*. – (PL) Na presente legislatura, o Parlamento Europeu dedicou uma atenção relativamente grande à protecção dos animais.

É indubitável que a introdução de uma proibição de comércio de determinados produtos derivados de focas na União Europeia reforça essa protecção. É igualmente motivo de satisfação para os 425 deputados que assinaram a declaração escrita sobre esta matéria. Há igualmente que referir que, através da sua resolução, o Parlamento manifestou o desejo de respeitar a cultura e as tradições dos povos indígenas. A forma como as medidas de protecção das focas evoluirão no futuro dependerá de muitos factores no contexto internacional e na OMC. No entanto, esta iniciativa dos deputados merece aprovação e apoio.

Catherine Stihler (PSE), *por escrito*. – (EN) Estou muito satisfeita por hoje termos votado a favor da proibição do comércio de produtos derivados de focas na UE.

Marianne Thyssen (PPE-DE), *por escrito*. – (NL) Em Janeiro de 2007, a Bélgica foi o primeiro país europeu a proibir todos os produtos derivados de focas, e o seu exemplo foi posteriormente seguido por diversos Estados-Membros. A legislação belga prevê uma excepção para os produtos da caça praticada pelas comunidades inuítes, por isso estou muito satisfeita por o Parlamento Europeu seguir hoje o exemplo da Bélgica. A proposta que visa permitir a importação de produtos derivados de foca sujeitos a um requisito de rotulagem não teve o nosso apoio. Se os negociantes de peles do Canadá, da Gronelândia, da Namíbia e da Rússia deixarem de poder vender pele de foca num dos maiores mercados do mundo, esse facto será um significativo passo em frente para o bem-estar desta espécie. Além disso, uma proibição é a forma mais eficaz de pôr termo às práticas desumanas de que centenas de milhares de animais são vítimas todos os anos.

Em minha opinião, uma proibição total é a abordagem certa. Foi por esta razão que subscrevi o relatório da senhora deputada Wallis.

- Relatório: Neil Parish (A6-0240/2009)

Alessandro Battilocchio (PSE), *por escrito*. – (IT) Votei a favor do relatório.

Até à data, a Directiva 86/609/CEE garantiu a protecção dos animais utilizados para fins científicos: pouco depois de ter sido emitida, esta directiva foi transposta e aplicada de maneiras diferentes nos vários Estados-Membros. No entanto, temos de apresentar uma proposta de alteração a esta directiva, a fim de assegurar uma comunhão total de objectivos no território europeu e também uma maior protecção das cobaias de laboratório para fins científicos relacionados com a saúde humana e animal.

As alterações mais importantes de entre as muitas que devem ser efectuadas, e que esperamos estejam de acordo com os ideais da Comissão, são as seguintes: 1) a criação de uma comissão de ética para o bem-estar dos animais; 2) o alargamento do conceito de cobaia, de modo a incluir as diversas espécies de formas invertebradas e fetais no último trimestre de desenvolvimento, ou as larvas e outros animais usados em investigação básica e formação; 3) a utilização de animais apenas nas experiências para as quais tenham sido criados; 4) o estudo de métodos alternativos à experimentação animal, para minimizar o número de animais utilizados; 5) a garantia de que o objectivo principal dos Estados-Membros deve ser melhorar os métodos de criação, para minimizar o sofrimento dos animais; 5) a utilização de anestesia local ou geral.

Derek Roland Clark e Nigel Farage (IND/DEM), *por escrito*. – Embora o meu partido (UKIP) concorde com muitos dos aspectos incluídos no relatório, este é manchado pelas suas origens ilegítimas e antidemocráticas no mecanismo da UE. Consequentemente, não posso apoiá-lo.

Christine De Veyrac (PPE-DE), *por escrito*. – (FR) O texto da Comissão Europeia é absurdo. É absurdo em termos científicos, porque atrasa e penaliza a investigação, e absurdo em termos de progresso médico, porque os cientistas que recorrem à experimentação animal trabalham diariamente para descobrir medicamentos e tratamentos que futuramente irão curar novas pandemias.

Por último, é absurdo em termos económicos e sociais. Os nossos grupos farmacêuticos serão proibidos de fazer investigação, mas os laboratórios estabelecidos fora da União Europeia poderão continuar a fazê-la! O relatório Parish, felizmente, reequilibra as coisas, porque não apoiarei algo que enfraqueça a competitividade da nossa indústria ou que incentive a deslocalização.

Konstantinos Droutsas (GUE/NGL), *por escrito*. – (EL) A proposta de directiva relativa à protecção dos animais utilizados para fins científicos visa sobretudo a conclusão do mercado interno único, a concorrência e a limitação de custos no domínio da investigação e não tanto a protecção dos animais.

As multinacionais exigem cada vez mais lucros da investigação. Os animais nela utilizados são, de um modo geral, sacrificados e torturados com base num critério de aumento dos lucros, que não serve as necessidades científicas. Ninguém pode esperar uma conduta amiga dos animais do capital, cuja motivação é a exploração e que se comporta de forma desumana e grosseira inclusivamente em relação aos seres humanos.

A investigação requer experimentação a fim de resolver problemas de saúde pública importantes e inúmeras doenças, inclusivamente incuráveis. Os animais são frequentemente necessários para essa investigação.

Porém, a protecção dos animais, à semelhança da protecção da saúde pública, exige uma luta contra os monopólios, contra o poder do capital, que protege os medicamentos com patente, com vista a assegurar lucros elevados decorrentes da comercialização da saúde.

Exige uma luta que liberte a investigação dos grilhões do capital e que use as descobertas científicas da investigação para satisfazer as necessidades das populações.

Edite Estrela (PSE), *por escrito*. – Votei favoravelmente o relatório relativo à protecção dos animais utilizados para fins científicos. A presente proposta abrange a protecção dos animais utilizados para fins científicos relacionados com a saúde humana ou animal ou com o bem-estar dos animais. Todos os anos, na UE, aproximadamente 12 milhões de animais são utilizados para fins científicos e, entre eles, 12 000 primatas não humanos.

A directiva prevê a obrigação de proceder a análises éticas e de submeter as experiências em que são utilizados animais a uma autorização. Com esta proposta passam também a estar incluídas determinadas espécies de invertebrados e fetos no seu último trimestre de desenvolvimento, bem como larvas e outros animais utilizados na investigação fundamental, educação e formação profissional.

Deste modo, penso que a proposta visa uma melhor protecção dos animais utilizados em experiências e um reforço das regras do bem-estar animal face à evolução da pesquisa científica.

Martine Roure (PSE), *por escrito*. – (FR) Graças à iniciativa da Comissão Europeia, que permite rever a directiva em vigor relativa à protecção dos animais utilizados para fins científicos, a UE pode desempenhar um papel determinante no âmbito da investigação e do desenvolvimento de testes e tecnologias que não utilizam animais. Além disso, o âmbito de aplicação desta directiva deve ser alargado. Algumas das alterações apresentadas pela Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, em detrimento da protecção dos animais de laboratório, eram contrárias a este objectivo. É essencial que a investigação europeia não sofra por isso, mas sim que seja desenvolvida. Todavia, isso não deverá ser feito à custa do bem-estar dos animais, nem do desenvolvimento e da validação de métodos de substituição completa da utilização de animais. O desenvolvimento destes métodos de substituição exige um orçamento. Além disso, é essencial que a utilização de primatas não humanos na investigação seja gradualmente suprimida, para que haja um controlo para esse efeito e para que a transparência na matéria seja reforçada.

Lydia Schenardi (NI), *por escrito*. – (FR) Era tempo de as partes interessadas considerarem o bem-estar dos animais utilizados para fins de investigação e a proibição de captura de macacos selvagens para explorações de reprodução animal, o que resulta em violência, *stress* durante a captura, detenção, separação de grupos familiares, grupos sociais desfeitos, impacto ambiental, perturbação do equilíbrio natural da população e a remoção das fêmeas.

Apoiaremos, portanto, o objectivo de utilizar ao máximo os animais criados para estes fins, cujos antecedentes genéticos e médicos são conhecidos, e que, consequentemente, garantem uma maior coerência e reprodutibilidade dos dados.

Por outro lado, se as normas de bem-estar dos animais utilizados para fins de investigação provocassem a exportação da investigação, o impacto seria mais evidente nos países que já trabalham sob controlos regulamentares rigorosos, como a Suíça e o Reino Unido. O facto é que, nesses países, a indústria farmacêutica continuou a prosperar apesar de 20 anos de regulamentação rigorosa. A regulamentação não constituiu, portanto, um entrave ao sucesso desta indústria. Os controlos melhoraram inclusivamente as normas relativas às práticas científicas. O que confirma, portanto, o receio de assistir à exportação da investigação no seguimento desta regulamentação.

Brian Simpson (PSE), *por escrito*. – (EN) Fiquei desapontado com a posição do Parlamento relativamente à revisão das normas europeias sobre os ensaios em animais. Acabei por decidir abster-me na votação do relatório final. Embora apoie na totalidade as disposições sobre o desenvolvimento e o fomento da utilização de alternativas à experimentação animal e a revisão bianual temática da utilização de primatas, que considero serem ambas cruciais para acabar com a dependência da nossa investigação em relação aos animais, nomeadamente aos primatas, a posição geral do Parlamento enfraqueceu muitas das disposições importantes sobre o bem-estar dos animais propostas pela Comissão.

O Parlamento foi dominado pelo receio de que a indústria de investigação abandone a UE, caso os nossos organismos de investigação sejam confrontados com demasiadas exigências. Considero, contudo, que algumas exigências são essenciais se nós, na Europa, quisermos assegurar níveis elevados de protecção dos animais, e temo que o resultado de hoje seja contrário a este raciocínio. Duas questões cruciais para mim foram o afastamento da Europa da utilização de macacos selvagens para fins de reprodução e a necessidade absoluta de autorização para todas as experiências que envolvam animais, cimentando assim o nosso empenho na substituição e na redução dos animais em experiências. Infelizmente, hoje o Parlamento Europeu perdeu a oportunidade de tomar uma posição forte sobre a questão.

Roger Knapman e Thomas Wise (NI), *por escrito*. – (EN) Aceitamos que a experimentação animal por vezes é necessária, mas entendemos e aceitamos igualmente que a necessidade dessa experimentação por vezes é questionável. Apoiamos o avanço de métodos alternativos de investigação e gostaríamos que as experiências em todos os animais vivos fossem reduzidas ao estritamente necessário, bem como realizadas sob orientações humanitárias tão rigorosas quanto possível. No entanto, consideramos que é um assunto que compete a cada país decidir, razão pela qual, infelizmente, não podemos votar a favor desta proposta num contexto da UE.

- Relatório: Luis de Grandes Pascual (A6-0080/2009)

Edite Estrela (PSE), *por escrito*. – Votei favoravelmente a proposta relativa à poluição por navios, uma vez que penso ser essencial combater uma prática continuada no transporte marítimo, que são as descargas ilegais de substâncias poluentes no mar efectuadas por determinados navios.

Penso que esta proposta de alteração é absolutamente necessária para prevenir desastres ambientais e a degradação da qualidade da água, através de sanções penais suficientemente severas para dissuadir potenciais poluidores.

Hélène Goudin e Nils Lundgren (IND/DEM), *por escrito*. – (SV) O relatório recomenda a alteração de uma directiva existente relativa à poluição por navios. Tem por objectivo permitir a aplicação de medidas de direito penal em caso de poluição. A Lista de Junho apoia as medidas destinadas a prevenir a poluição causada por navios. No entanto, consideramos que o direito penal é uma matéria exclusivamente do foro nacional. Além disso, as descargas de navios em águas internacionais devem ser tratadas no âmbito das Nações Unidas. Por conseguinte, votámos contra o relatório na votação final.

Georgios Toussas (GUE/NGL), *por escrito*. – (EL) A tão apregoada directiva que, segundo anunciaram várias forças, aparentemente iria punir as companhias de navegação com sanções penais por poluição dos mares e proteger o ambiente teve precisamente o efeito contrário. Protege as companhias de navegação da imposição de sanções contra elas. Mesmo esta proposta inadequada da Comissão é letra morta na sequência da proposta do Parlamento Europeu de não punir as descargas menores de substâncias poluentes efectuadas por navios. O nosso povo sabe perfeitamente o que são descargas menores e quem determinará que o são e com base em que critérios. Os habitantes de Santorini, por exemplo, que protestaram contra o naufrágio do navio de cruzeiros *Sea Diamond*, que ainda se encontra nas águas da ilha, estão fartos das respostas dadas pela UE e pelo Governo do partido Nova Democracia – as mesmas respostas dadas pelo PASOK no caso do ferry *Express Samina* e outros – de que, aparentemente, os naufrágios não causam poluição.

Devido à lacuna das descargas menores de substâncias poluentes, os armadores, os operadores, os administradores, os agentes, as seguradoras, os fretadores e os proprietários de carga e de navios e os responsáveis por crimes no mar e desastres ambientais sairão impunes. Por outro lado, a aplicação muito rigorosa transformará, uma vez mais, os homens do mar em bodes expiatórios.

- Relatório: Anni Podimata (A6-0146/2009)

Alessandro Battilocchio (PSE), *por escrito*. – (IT) Votei a favor do relatório.

No que diz respeito às políticas relativas ao consumo energético, a UE deve tomar as declarações feitas pelo famoso economista inglês Nicholas Stern como modelo para as suas escolhas: “Em períodos de recessão e de preços elevados do petróleo, há mais incentivos ao investimento na eficiência energética. O investimento nas indústrias de energia de fontes renováveis e noutros sectores com baixas emissões de carbono pode contribuir para o estímulo da economia”.

Seria conveniente procurar criar uma política energética capaz de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, continuar a ter fé nos acordos celebrados ao abrigo do Protocolo de Quioto e apoiar o papel de liderança da UE na luta contra as alterações climáticas. A aplicação desse protocolo seria um contributo muito importante não só ao nível do emprego, como também ao nível da competitividade no domínio económico e social.

Embora a actual Directiva 92/75/CEE relativa à rotulagem energética tenha o apoio do sector industrial e das associações de consumidores, não é possível afirmar que tenha acompanhado as evoluções tecnológicas e a inovação do mercado energético, porque, acima de tudo, é necessário ultrapassar esta situação de inércia em toda a Europa, de modo a abrir uma nova dimensão nas vidas dos utilizadores.

Călin Cătălin Chiriță (PPE-DE), *por escrito*. – (RO) Votei a favor do relatório sobre a proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à indicação do consumo de energia e de outros recursos dos produtos relacionados com o consumo de energia por meio de rotulagem e outras indicações uniformes relativas aos produtos (reformulação). Julgo que é necessário fornecer mais e melhor informação sobre a eficiência energética dos produtos. Qualquer anúncio que promova as características técnicas de frigoríficos, máquinas de lavar ou fornos domésticos deve indicar o consumo de energia do produto.

A rotulagem energética ajuda os consumidores a avaliarem os seus custos energéticos no acto da aquisição de electrodomésticos como frigoríficos, máquinas de lavar, secadoras de roupa ou fornos. Os fabricantes

devem indicar o consumo de energia dos produtos, independentemente de serem “mais eficientes” (verde) ou “menos eficientes” (rosa) do ponto de vista energético.

A rotulagem aplicar-se-á também aos produtos comerciais e industriais que consomem energia, como câmaras frigoríficas ou montras frigoríficas. Qualquer anúncio deve indicar o consumo de energia e a poupança de energia.

Os Estados-Membros podem aprovar medidas de incentivo, incluindo incentivos fiscais para produtos que são extremamente eficientes do ponto de vista energético.

Edite Estrela (PSE), por escrito. – Votei favoravelmente a directiva sobre a indicação do consumo de energia por meio de rotulagem. As questões ambientais e, em particular, a eficiência energética, assumem uma grande importância e são fundamentais para o combate às alterações climáticas. A reformulação da directiva tem como objectivo permitir a rotulagem de todos os produtos relacionados com o consumo de energia, incluindo os dos sectores doméstico, comercial e industrial.

Tendo em conta que existe uma necessidade urgente de combater as alterações climáticas e que a União Europeia se propôs atingir a meta de aumento de 20% da eficiência energética até 2020, penso que uma rotulagem simples, clara e facilmente reconhecível pode influenciar os consumidores a tomar decisões mais sustentadas e contribuir para a promoção de produtos mais eficientes em termos energéticos.

Hélène Goudin e Nils Lundgren (IND/DEM), por escrito. – (SV) A Lista de Junho considera que a resolução das questões ambientais transfronteiriças é uma das funções mais importantes da UE. Julgamos que as alterações são mais positivas do que a proposta da Comissão, uma vez que, ao melhorarem a informação sobre o consumo de energia e o impacto ambiental dos produtos, permitem aos consumidores finais fazer escolhas mais sensatas.

No entanto, criticamos determinadas redacções individuais constantes nas alterações, que visam regulamentar a política energética europeia em maior detalhe. As boas intenções das alterações excedem os aspectos negativos, pelo que decidimos apoiar as alterações na globalidade.

7. Correções e intenções de voto: ver Acta

(A sessão, suspensa às 13H05, é reiniciada às 15H00)

PRESIDÊNCIA: PÖTTERING

Presidente

8. Aprovação da acta da sessão anterior: Ver Acta

9. Preparação do Conselho Europeu (18-19 de Junho de 2009) (debate)

Presidente. – Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre a preparação do Conselho Europeu de 18 e 19 de Junho.

Alexandr Vondra, Presidente em exercício do Conselho. – (EN) Senhor Presidente, congratulo-me de veras com a oportunidade de comparecer perante vós muito antes da próxima reunião do Conselho Europeu, na qual não me é possível estar presente. Obviamente, desta vez as circunstâncias são um tanto invulgares, uma vez que está iminente a nomeação de um novo Governo checo. Direi algumas palavras sobre o assunto no final da minha declaração.

Permitam-me que aborde rapidamente as questões principais da agenda do Conselho Europeu de Junho, uma vez que somos nós, a Presidência, quem está a prepará-la. Começarei pelas questões institucionais. Em Dezembro de 2008, o Conselho Europeu chegou a acordo sobre um caminho a seguir com vista à entrada em vigor, até final de 2009, do Tratado de Lisboa. Essencialmente, isso implica a prestação de garantias jurídicas, bem como garantias em relação a diversas questões de interesse para os irlandeses, em troca das quais o Governo irlandês se compromete a concretizar a ratificação do Tratado antes do final de Outubro.

O trabalho com vista à aplicação desse acordo ainda está em curso, e, nesta fase, não me é possível entrar em pormenores. Estou convencido de que o próximo Conselho Europeu estará em condições de cumprir a sua parte do acordo.

Como provavelmente é do vosso conhecimento, amanhã realizar-se-á no Senado checo uma votação sobre a ratificação do Tratado de Lisboa. Regresso a casa de madrugada para assistir a tudo desde o início. Acredito que o resultado dessa votação enviará uma mensagem positiva aos outros Estados-Membros e serenará algumas preocupações infundadas. Estou a trabalhar arduamente! No entanto, os senadores checos devem sempre ter independência total no âmbito deste processo democrático de tomada de decisão. É obvio que qualquer tentativa de os pressionar poderá revelar-se contraproducente.

Em Dezembro último, ficou igualmente acordado que o processo de nomeação da futura Comissão, nomeadamente a nomeação do seu presidente, iniciar-se-á imediatamente após as eleições para o Parlamento Europeu, que se realizarão em Junho de 2009.

Conheço perfeitamente as opiniões manifestadas nesta Assembleia sobre a necessidade de envolver neste processo, de forma adequada, o Parlamento Europeu. A Presidência irá, obviamente, trabalhar em estreita colaboração não só com os Estados-Membros, como também com este Parlamento.

Passo agora a dizer algumas palavras sobre a crise económica e financeira, que certamente irá dominar uma parte importante da agenda, e sobre a necessidade de ir mais longe na resposta à crise económica e financeira.

A crise revelou a necessidade premente de reforçar a eficácia da supervisão e da regulamentação das instituições financeiras e de reforçar os mecanismos de gestão da crise. Já começámos a fazê-lo, quer a nível da UE quer a nível mais global. Nesse contexto, o grupo presidido pelo senhor deputado Larosière contribuiu com ideias muito interessantes e, na passada semana, a Comissão apresentou um primeiro conjunto de propostas. Esperam-se novas propostas ao longo das próximas semanas.

Estas estão e continuarão a ser discutidas pelo Ecofin – cuja reunião se realiza hoje – e o nosso objectivo será a tomada de decisões iniciais pelo Conselho Europeu. É um objectivo ambicioso e, naturalmente, o trabalho terá de prosseguir depois de Junho, por isso é fundamental que o Conselho Europeu de Junho dê um sinal forte com vista à aprovação rápida das propostas que a Comissão irá apresentar.

Em termos mais gerais, o Conselho Europeu de Junho fará o ponto da situação nos mercados financeiros e avaliará a eficácia das medidas tomadas até ao momento. Fará igualmente o ponto da situação das medidas tomadas para apoiar a economia “real” e, neste contexto, analisará a situação do emprego.

Depois de amanhã, na quinta-feira, realizaremos em Praga uma cimeira especial sobre o emprego com os parceiros sociais e deve abordar estas questões importantes. Ainda hoje, durante um debate especial, serão informados em detalhe sobre a agenda dessa cimeira.

Além do resultado da cimeira de quinta-feira em Praga, bem como os seminários e *workshops* muito interessantes organizados nas últimas semanas na República Checa, na Suécia e em Espanha, a Comissão emitirá também, muito em breve, uma comunicação, antes do Conselho Europeu de Junho, de modo a que, aquando do Conselho Europeu, tenhamos sobre a mesa um vasto leque de ideias e recomendações interessantes para apreciação.

No entanto, permitam-me que sublinhe que não está em causa o lançamento de uma nova grande estratégia para o emprego. Já temos uma – a Estratégia de Lisboa para o Crescimento e o Emprego. Reafirmámos recentemente as orientações para o emprego existentes e aprovámos recomendações para cada país. Em termos mais gerais, permitam-me lembrar que os pacotes de estímulo que a União e os Estados-Membros aprovaram desde o final do ano passado são importantes contributos para o fomento do emprego.

Relativamente às alterações climáticas, o Conselho Europeu de Junho reportar-se-á aos preparativos da Cimeira de Copenhaga sobre as Alterações Climáticas. Fará o ponto da situação dos progressos realizados, quer a nível internacional quer no que se refere aos nossos próprios preparativos internos.

Trata-se de uma questão complexa, sobretudo porque as negociações com os nossos parceiros internacionais decorrem em simultâneo com as nossas discussões internas. Ontem realizou-se em Praga uma cimeira entre a UE e o Japão. É evidente que serão necessários montantes significativos de financiamento para sustentar um acordo ambicioso em Copenhaga. A UE está empenhada em arcar com a sua parte desse montante, o que, obviamente, requer igualmente um acordo de cooperação interna justo.

Os resultados do Conselho Europeu de Junho no que se refere a acordos internos da UE dependerão grandemente dos resultados dos nossos parceiros internacionais, incluindo os EUA, e do estado das negociações no quadro multilateral. Permitam-me que sublinhe a permanente vontade da UE de demonstrar liderança, com o objectivo de obter um resultado ambicioso em Copenhaga.

Nesta fase, é muito prematuro falar em detalhe sobre a agenda do Conselho Europeu no que se refere a relações externas. No entanto, no final desta semana realizar-se-ão em Praga duas cimeiras importantes com países terceiros: a Cimeira da Parceria Oriental, em 7 de Maio, e a Cimeira “Corredor Sul – Nova Rota da Seda”, no dia seguinte. É muito provável que o Conselho Europeu venha a discutir medidas de acompanhamento destes acontecimentos cruciais para os interesses da União a longo prazo.

Do mesmo modo, podemos esperar alguns debates sobre as cimeiras da tróica com o Japão e o Canadá e outras cimeiras e reuniões importantes já previstas para Maio, incluindo a Rússia. A agenda das relações externas será, em todo o caso, actualizada com base nas evoluções actuais, nomeadamente as reuniões do Conselho de Assuntos Gerais e Relações Externas, em Maio e Junho, cuja agenda irá privilegiar as questões da defesa e do desenvolvimento.

Gostaria de manifestar os meus agradecimentos pelo vosso interesse na agenda do próximo Conselho Europeu e sem dúvida gostaria de ouvir os vossos comentários e opiniões inspiradores durante a discussão que se segue.

José Manuel Barroso, Presidente da Comissão. – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o próximo Conselho Europeu terá lugar no mesmo mês que as eleições europeias. Este escrutínio essencial realizar-se-á num contexto de dificuldades reais para muitos dos nossos cidadãos. Estou a pensar, nomeadamente, no impacto da crise no emprego, e teremos ocasião de falar mais detalhadamente sobre o assunto mais tarde.

A nossa resposta à crise deve alicerçar-se nos nossos valores fundamentais de responsabilidade, solidariedade e justiça social. Esta crise é uma oportunidade para renovarmos o nosso modelo europeu de uma economia social de mercado ecológica e baseada nos nossos valores.

Todos os cidadãos europeus de alma e coração devem estar preparados para participar. Devem explicar por que razão a Europa é tão importante, por que razão os cidadãos devem participar nela e por que razão devem votar.

Senhoras e Senhores Deputados, podem estar legitimamente orgulhosos do trabalho realizado. A legislatura que se aproxima do fim pode orgulhar-se de um balanço notável. O Parlamento demonstrou a sua determinação em obter resultados concretos para os cidadãos. Provou que tinha uma visão ambiciosa para o nosso futuro comum.

O legado destes últimos cinco anos é muito importante. Foram tomadas decisões históricas para lutar contra as alterações climáticas e reforçar a nossa segurança energética. Foram aprovadas medidas que tiveram efeitos directos na segurança e na liberdade dos cidadãos, e que, ao mesmo tempo, lhes abriram novas possibilidades.

Foram efectuadas reformas de fundo nos domínios do mercado interno, da agenda social, das telecomunicações, da energia, do ambiente, da justiça e dos assuntos internos. Em todos estes domínios, a modernização da Europa que foi levada a cabo tem o cunho do Parlamento.

Também durante as últimas semanas, o Parlamento Europeu e a Presidência checa chegaram a acordo sobre um vasto leque de questões fundamentais. Até à data, quase 50 propostas legislativas da Comissão foram já aprovadas definitivamente em co-decisão sob a Presidência checa.

Permitam-me que cite algumas propostas legislativas que estiveram no centro da agenda da Comissão a que presido: o mercado interno da energia, a segurança marítima, as medidas de reforço da regulamentação e da supervisão dos mercados financeiros, o pacote de medidas de recuperação de 5 mil milhões de euros destinado a transformar a Europa numa economia sustentável.

Quero felicitar o Parlamento e a Presidência checa, sob a liderança do senhor Primeiro-Ministro Topolánek e do senhor Vice-Primeiro-Ministro Vondra, pelo trabalho realizado. Estou convencido de que esse trabalho prosseguirá até ao final do mês de Junho.

Temos de falar com clareza e convicção aos eleitores sobre esta Europa dos resultados. Será isso que nos permitirá dar um novo dinamismo a uma União Europeia ousada e confiante. A Europa precisa que assim

seja. Tem de fazer deste ano de crise e de transição um ano mais activo, mais imaginativo e mais determinado que nunca.

Será esse o nosso princípio orientador para o Conselho Europeu de Junho. Não nos podemos permitir abrandar o ritmo dos nossos esforços. Temos de ter êxito para bem da Europa. Por conseguinte, não vou debruçar-me agora sobre outras questões – que o senhor Vice-Primeiro-Ministro Vondra, aliás, já referiu – como o Conselho para a Parceria Oriental, que é muito importante, mas sim concentrar-me nomeadamente nos domínios que, em minha opinião, constituem prioridades para o Conselho Europeu de Junho.

() O Conselho Europeu será convidado a avançar em diversas questões de importância crítica para os próximos meses e anos.

Será convidado a continuar o trabalho que nos conduzirá ao nosso objectivo de assistir à entrada em vigor do Tratado de Lisboa. A União Europeia necessita dos benefícios que este Tratado proporcionará. Temos de pôr em vigor o pacote institucional acordado em Dezembro passado e apoiado por este Parlamento: estabelecer as garantias jurídicas necessárias para levar por diante o processo de referendo na Irlanda e tomar as medidas no sentido de garantir uma transição fluida e a estabilidade das instituições.

No que se refere às alterações climáticas, temos de manter a dinâmica com vista a um acordo ambicioso em Copenhaga, em Dezembro. Demonstrámos que são possíveis metas fortes e credíveis. Temos de incentivar outros a assumir um nível comparável de ambição – e de mostrar que estamos preparados para ajudar quem precisa. Em suma, temos de traduzir esta dinâmica num resultado verdadeiramente global.

Inevitavelmente, o enfoque principal do Conselho Europeu será, mais uma vez, a crise económica. Desde o primeiro momento, a União Europeia teve de adaptar-se às diferentes exigências da crise: estabilizar a crise financeira imediata; recuperar a confiança no sistema financeiro; incentivar os bancos a conceder novamente empréstimos; produzir medidas globais adaptadas ao alcance global da crise; e prestar ajuda directa às pessoas que ficaram desempregadas ou que estão em risco de perder o emprego.

Até ao Conselho Europeu, a atenção centrar-se-á sobretudo em duas áreas. A primeira é o trabalho contínuo de reconstrução de um sistema de regulamentação e supervisão – um sistema que deve inspirar a confiança tanto do público como da comunidade de investimento. Não se trata apenas de construir um sistema mais forte a longo prazo para impedir que exponhamos novamente a nossa economia da mesma forma; trata-se igualmente de recuperar a confiança agora, e mostrar aos mercados e ao público que a União Europeia sabe o que tem de ser feito.

Na passada semana, foram apresentadas as nossas propostas relativas a fundos de investimento especulativo e a participações privadas, bem como à remuneração dos administradores. Essas propostas demonstram a nossa capacidade de impulsionar a execução das reformas acordadas na reunião do G20, e de estabelecer uma norma para as medidas que esperamos que os nossos parceiros internacionais venham também a aprovar nos próximos meses. Com efeito, a Comissão é o primeiro órgão executivo do mundo a apresentar propostas concretas nesta matéria muito difícil e complexa. A Comissão, o Parlamento e o Conselho terão de cooperar estreitamente ao longo dos próximos meses para chegar a acordo sobre essas propostas.

O próximo passo será definir em detalhe a forma como nos propomos organizar a supervisão a nível europeu. Não vale a pena estar com rodeios. O sistema actual de supervisão nacional falhou. Foi por isso que criei o Grupo Larosière, para fornecer dados sobre o modo de construção de uma arquitectura europeia de supervisão eficaz. No final de Maio, a Comissão apresentará um projecto sobre o modo de organização desse sistema de supervisão financeira na Europa. Neste contexto, uma vez mais, gostaria que a Europa fosse a primeira a agir a nível global.

A segunda vertente, obviamente, é o emprego. Mais tarde discutiremos a Cimeira sobre o Emprego em mais detalhe. Posso desde já anunciar que a Comissão fará acompanhar esta cimeira de uma comunicação detalhada antes do Conselho Europeu de Junho. Estou empenhado em que a União Europeia faça tudo o que estiver ao seu alcance para ajudar quem mais sofre neste tempo de crise.

A nossa resposta a esta crise não se pode limitar a medidas técnicas que visam resolver os problemas de regulamentação. Deve, manifestamente, basear-se nos nossos valores fundamentais – valores como a solidariedade, a justiça social e a responsabilidade, e também a responsabilidade em relação às gerações futuras. Temos de aproveitar esta oportunidade para reconstruir os alicerces da nossa muito própria economia de mercado social e ecológica.

Esta deve ser a mensagem prevalecente do Conselho Europeu do próximo mês: uma União Europeia activa, virada para o futuro, que trabalha arduamente em prol dos cidadãos e que merece a confiança desses cidadãos.

Joseph Daul, em nome do Grupo PPE-DE. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Presidente da Comissão, Senhoras e Senhores Deputados, o Conselho Europeu, que encerrará a Presidência checa, ainda é muito vago, quer em termos de data quer em termos de conteúdo. A tarefa de hoje é, pois, um pouco difícil, mas constitui uma oportunidade para reafirmarmos as nossas prioridades no final desta legislatura. O Conselho Europeu de Junho deverá, em primeiro lugar, proceder à nomeação do novo Presidente da Comissão Europeia, em conformidade com os resultados das eleições europeias.

Tal como aconteceu em 2004, a Presidência do Conselho será convidada a escolher como titular deste importante cargo uma personalidade do principal grupo parlamentar europeu, e caberá então ao nosso Parlamento, em 15 de Julho, emitir a sua opinião sobre essa escolha, o que constituirá um dos primeiros grandes actos políticos da nova legislatura.

Senhoras e Senhores Deputados, os cidadãos queixam-se frequentemente de que a Europa não tem rosto. Queremos dar um rosto à Europa pondo fim à presidência rotativa e, desse modo, proporcionando um Conselho Europeu estável. É isso que está previsto no Tratado de Lisboa e seria uma evolução positiva. No entanto, uma vez que a Presidência da Comissão tem a duração de cinco anos, a Europa já possui um rosto que todos conhecem e o Presidente do Parlamento Europeu, por seu lado, dá voz a 500 milhões de cidadãos. O Conselho Europeu de Junho realizar-se-á no quadro jurídico do Tratado de Nice, e parece que certos Estados-Membros serão tentados a esperar pelo Tratado de Lisboa para tomar decisões institucionais e, nomeadamente, proceder à nomeação do Presidente da Comissão.

Por outro lado, infelizmente, ainda não sabemos se e quando o Tratado de Lisboa entrará em vigor, e é claramente necessário colocá-lo em vigor sem hesitações. Adiámos as eleições europeias porque o Tratado de Lisboa teria tido maior aceitação no seio do Parlamento Europeu? Não, e o nosso grupo aguarda do Conselho, no mais breve prazo possível, uma mensagem clara sobre as suas intenções sobre esta questão institucional.

Do mesmo modo, os deputados do Grupo PPE-DE esperam sinceramente que a votação no Senado checo, prevista para amanhã, abra a via à ratificação próxima do Tratado de Lisboa pelo país que detém a Presidência do Conselho. Senhor Presidente em exercício do Conselho Vondra, isso seria uma prenda fantástica por ocasião do 1º de Julho.

Gostaria igualmente de referir o quanto apreciámos a forma como o senhor Presidente em exercício do Conselho conduziu os trabalhos durante os primeiros meses desta presidência, num contexto assaz difícil, dominado pelo conflito energético entre a Rússia e a Ucrânia e, obviamente, pela crise financeira. Durante a Cimeira de Praga, entre a Europa e os Estados Unidos, que contou com a participação de Barack Obama, sublinhou igualmente a importância da continuidade da política europeia e a importância da unidade entre os nossos países no âmbito das nossas relações com os nossos principais parceiros. Espero que a Presidência checa termine num espírito tão positivo e construtivo como começou. É a credibilidade da União Europeia que está em jogo.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o Conselho Europeu debaterá também certamente as últimas evoluções da crise económica e as medidas aplicadas, a pedido da Europa, para moralizar os sistemas financeiros internacionais. Neste contexto, quero saudar as últimas propostas da Comissão Europeia, em particular no que diz respeito aos acordos de indemnização pela cessação da relação de trabalho, aos prémios pagos aos operadores económicos ou aos fundos especulativos. São, todas elas, medidas que estão no bom caminho, no caminho da imposição de regras aos mercados financeiros, para nos ajudar a regressar tão rápido quanto possível ao caminho do crescimento e do emprego. São, todas elas, medidas que salientam, uma vez mais, que quem acusa, frequentemente por demagogia, a Comissão e a União Europeia de paralisia ou de fraqueza está enganado e a iludir os nossos concidadãos.

Quando esta Presidência chegar ao fim, dando lugar à Presidência sueca, os europeus manifestar-se-ão através das eleições europeias, e espero que as escolhas que façam nos ajudem a assumir colectivamente os compromissos importantes que nos esperam.

Hannes Swoboda, em nome do Grupo PSE. – (DE) Senhor Presidente, gostaria de começar por agradecer ao senhor Vondra, Presidente em exercício do Conselho, pelo seu empenho pessoal, uma vez que, só graças a

ele, foi possível aprovar os grandes pacotes legislativos durante a Presidência checa. Por essa razão gostaria de lhe apresentar os meus sinceros agradecimentos.

No entanto, gostaria de retomar o que disse, nomeadamente sobre a nomeação da nova Comissão. Referiu que consultaria o Parlamento. Quero, desde já, dar-lhe, ou ao Conselho, um conselho: sabe muito bem, e o senhor Presidente Barroso também, que queremos uma mudança de rumo. Queremos uma mudança de rumo, queremos uma Comissão que dê mais atenção à política social que anteriormente.

Infelizmente, Senhor Presidente da Comissão, o que o senhor Comissário McCreevy avançou relativamente aos fundos de investimento especulativo, não corresponde ao que o senhor relator Nyrup Rasmussen propôs e trata-se de algo que não podemos aceitar. O Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus parece estar por trás disso. Não somos a favor dessa directiva, que, tal como o queijo suíço, tem mais buracos do que conteúdo. Não acreditamos no plano do senhor Comissário McCreevy.

Uma vez mais, gostaria de voltar à sua consulta, que pode ficar a conhecer hoje. Para nós, a escolha do rumo a seguir implica que a política social deve estar mais fortemente representada no trabalho da Comissão e do Conselho. Em nosso entender, é igualmente necessário confiar no candidato e conferir-lhe autoridade para atribuir um papel de relevo à força social.

No caso de este conceito parecer demasiado abstracto, nós, o Grupo Socialista no Parlamento Europeu, definimo-lo num documento de posição intitulado "Por uma Europa de progresso social". Isso vai da alteração à directiva relativa ao destacamento de trabalhadores ao Capítulo Social, que, para além dos tratados, para além do Tratado de Lisboa, deve igualmente estabelecer a dimensão social desta Europa. Isso é diferente, senhor deputado Daul, do documento que o PPE-DE concluiu recentemente em Varsóvia. Se comparar ambos os documentos, verá que há uma grande diferença. Comprometemo-nos claramente com a economia social de mercado, sendo que "social" está sublinhado três vezes. No seu documento, o PPE-DE refere, em algumas partes, a economia social de mercado e, noutras, a economia de mercado livre, ou seja, sem limitações e não regulamentada. Não é isso que queremos, é precisamente essa a diferença entre o PPE-DE e o nosso grupo.

Permita-me que diga mais algumas palavras sobre a situação económica, a que fez alusão. O senhor relator Nyrup Rasmussen terá oportunidade de o expressar de forma clara e articulada. Para além desta actividade, que o senhor deputado Schulz se encontra a divulgar e a promover por toda a Europa neste preciso momento – pelo que lhe peço que aceite as desculpas do senhor deputado Schulz – gostaria de esclarecer novamente o seguinte: a crise económica tornou, uma vez mais, evidente que a falta de coordenação económica, facto pelo qual não só a Comissão, como também o Conselho é responsável, é, em parte, culpada pela forma branda como estamos a fazer face a esta crise. A crise acabaria por existir, de uma maneira ou de outra, mas o facto de não termos instrumentos suficientes para a combater e de ainda não termos registado progressos com fundos europeus é algo que nos entristece profundamente.

O último ponto a que gostaria de fazer menção, e que me deixa especialmente preocupado, é o crescente desemprego juvenil. O senhor Comissário Špidla disse-o muito claramente: uma geração de jovens está presentemente a entrar no mercado de trabalho e o que encontra? Desemprego juvenil em massa! Por isso, todos nós temos de fazer alguma coisa em relação ao assunto. Todos nós – o Conselho, a Comissão e os governos nacionais devem procurar assegurar que a primeira coisa que os jovens encontram no mercado de trabalho não seja o desemprego, mas sim formação e educação complementar, de modo a estarem melhor preparados para o mercado de trabalho. Juntos temos de transmitir esta mensagem aos jovens, porque é uma matéria extremamente importante para a estabilidade social na nossa sociedade.

Graham Watson, em nome do Grupo ALDE. – (EN) Senhor Presidente, abordamos o próximo Conselho Europeu com uma mescla de ansiedade e ambição. Um ponto importante da agenda deve ser, obviamente, a nomeação do próximo Presidente da Comissão, mas essa nomeação não deve ser analisada de forma isolada. O Presidente alicerça-se nos comissários e, tendo em conta o impasse de Lisboa, não progredimos muito em relação à forma como esses cargos serão ocupados.

Assim, quando pedimos aos cidadãos europeus que escolham os seus novos deputados daqui a apenas quatro semanas, fazemo-lo numa base de incerteza e corremos o risco desse vácuo ser preenchido pelo oportunismo dos opositores da Europa. É chegado o momento de clarificarmos o modo como iremos proceder. O senhor deputado Daul manifestou a sua determinação de que o grupo mais votado deve propor o Presidente da Comissão, como aconteceu há cinco anos. O meu grupo está de acordo. O próximo Presidente da Comissão, quando for nomeado, deve conhecer a base jurídica e o prazo para a nomeação do Colégio de Comissários. A abordagem lógica é proceder a todas as nomeações ou com base no Tratado de Nice ou com base no

Tratado de Lisboa. É desta certeza que os cidadãos necessitam. Os Estados-Membros que ainda não ratificaram o Tratado de Lisboa devem proceder de modo a facilitar esse processo. Amanhã o Senado checo procederá à votação do Tratado, que requer uma maioria de três quintos. Partindo do princípio que é aprovado, o documento seguirá para o senhor Presidente Klaus, que deve assiná-lo de imediato.

Senhor Presidente em exercício do Conselho, a sua Presidência não foi má. Tal como o senhor Presidente Barroso referiu, foram concluídos com êxito vários actos legislativos, mas o que chamou mais a atenção – apesar de todos os seus esforços, Senhor Presidente em exercício do Conselho Vondra, e da sua equipa, pelo que o felicitamos – foi o facto de termos tido o primeiro Presidente do Conselho eurocético e termos assistido ao colapso de um governo a meio da presidência. Lamento lembrá-lo, mas pode demorar algum tempo a esquecer a escultura *Entropa*, por muito que queiramos. Por conseguinte, quando o Presidente substituir o Primeiro-Ministro na presidência da cimeira, deixe-o terminar o mandato com uma nota positiva. Deixe-o confirmar a sua assinatura do Tratado de Lisboa.

Por muito importante que o Tratado de Lisboa seja, não irá definir a campanha para estas eleições europeias. Os eleitores da Europa estão mais interessados em soluções práticas para os problemas que enfrentam do que em questões constitucionais, e peço-lhe que reconheça estes problemas na sua cimeira. A economia da Europa continua a ceder sob o peso da recessão, e os cidadãos têm de saber de que forma iremos aliviar esse peso. Nesse contexto, o meu grupo saúda as propostas da Comissão relativas aos fundos de investimento especulativo, considerando-as um primeiro passo positivo. O ambiente da Europa continua em perigo, à medida que o caos climático se aproxima a passos largos, e os eleitores devem perceber que a União Europeia está em condições de liderar o contra-ataque. Os valores da Europa estão comprometidos por abusos dos direitos humanos que acontecem muito próximo de nós, e os cidadãos devem perceber que a União Europeia continua determinada a corrigir essas injustiças. São estes os desafios do nosso tempo. Esta campanha eleitoral deve mostrar que a Europa está à altura da tarefa e que está preparada para o fazer sozinha.

Brian Crowley, em nome do Grupo UEN. – (GA) – Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Presidente da Comissão, a reunião do Conselho que terá lugar no próximo mês centrar-se-á particularmente nos assuntos económicos da União Europeia. É necessário elaborar propostas que permitam repor a economia no estado em que se encontrava. Essas propostas devem ser aplicadas de imediato com vista a uma retoma da economia.

(EN) Actualmente, quando falamos do futuro da Europa, 99% das pessoas com quem falamos, ou com quem afirmamos falar, preocupam-se mais com o seu futuro do que com o futuro da Europa. Preocupam-se com a situação económica e com a incerteza reinante. Demasiadas vezes neste Hemiciclo, ou inclusivamente nas instituições da União Europeia, parecemos perder-nos em questões ideológicas, em vez de encarar os problemas reais e sérios que os cidadãos enfrentam.

Nessa medida, julgo que a Comissão e o Conselho já nos deram provas de grande liderança no que se refere à sua resposta inicial à crise económica. Medidas decisivas e rápidas para estabilizar o sistema bancário; medidas decisivas e rápidas para criar um nível de certeza e confiança no âmbito do funcionamento dos mercados da União Europeia; e, acima de tudo, ambição – uma visão ambiciosa do que o futuro pode ser. Não esperar para reagir ou responder a acontecimentos noutros pontos do mundo, mas sim liderar o ataque ao que irá acontecer.

Em vez de apontar o dedo acusador a um ou outro comissário, e em vez de fazer política partidária, como alguns tentaram, devemos procurar unir-nos e traçar um novo caminho sobre a melhor forma de resposta. Para isso, temos de ser inovadores, criativos e, acima de tudo, honestos com os cidadãos no que se refere ao que somos capazes de proporcionar e de fazer. Com muita frequência, temos tendência para recorrer a frases-chave e para representar para a galeria, em vez de abordarmos os factos que se nos apresentam.

Cometemos erros no passado, mas errar é humano, e perdoar é divino, como diz o ditado. O que é mais importante, como diz o ditado, embora possamos andar todos pelas ruas da amargura, alguns de nós conseguem vislumbrar as estrelas. É desta ambição que necessitamos para conseguirmos recuperar a situação económica na União Europeia, criar novo emprego, nova esperança e novas oportunidades para assegurar que a sabedoria colectiva, a força colectiva e o poder colectivo que a União Europeia actualmente possui são usados como um instrumento benéfico, não só na Europa, como também em todo o mundo, para dar o exemplo do que deve acontecer.

Por último, gostaria de agradecer ao Presidente em exercício do Conselho, o senhor Vondra, pelo seu contributo contínuo para este debate no Hemiciclo, pelo respeito e pela cortesia com que sempre nos tratou

e, apesar das circunstâncias políticas difíceis que existem no seu país, por continuar a cumprir o programa da Presidência checa.

Para concluir, gostaria de dizer que, quando disputarmos as próximas eleições, não tenho o privilégio que outros colegas terão de fazer parte de uma lista. Tenho de sair à rua e falar com os cidadãos comuns todos os dias e lidar com as suas preocupações do dia-a-dia. Estão preocupados com os postos de trabalho, com as hipotecas e com o futuro dos filhos, e é para isso que devemos encontrar resposta.

Monica Frassoni, em nome do Grupo Verts/ALE. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, amanhã decidirão se aprovam ou não o Tratado de Lisboa. Esperamos, obviamente, que nos tirem desta situação espinhosa.

Posto isto, resta-nos dizer que a situação em que nos encontramos hoje demonstra mais uma vez a total inadequação do processo de reforma do tratado. O processo de aprovação por unanimidade é um erro. Este Parlamento fez dele um ponto de discórdia em 1984 e propôs, juntamente com Altiero Spinelli, que os tratados devem ser ratificados por maioria e quem não quiser ratificá-los deve, naturalmente, ser convidado a sair com um acordo sobre como avançar. Consideramos que essa teria sido uma reforma constitucional adequada aos nossos tempos e temo que este Parlamento, nesta legislatura, tenha desperdiçado uma oportunidade de ser o motor da integração e o motor da reforma positiva dos tratados ao tolerar este procedimento insatisfatório.

O Presidente sublinhou também, é verdade, que o próximo Conselho Europeu terá lugar depois das eleições, tendo igualmente afirmado – no que foi reiterado por muitos de nós – que este Conselho Europeu deve nomear o próximo Presidente da Comissão. No entanto, não consideramos que tal seja necessário, sobretudo se não houver clareza em relação ao futuro do tratado: consideramos que ou toda a Comissão, incluindo o seu Presidente, deve ser nomeada nos termos do Tratado de Nice, ou que o Presidente e também a Comissão devem ser nomeados nos termos do Tratado de Lisboa. Julgo que seria um erro misturar as duas; seria estar a enganar os eleitores e os cidadãos em geral, porque tornaria ainda mais notório que esta instituição é simplesmente um “capacho” no que diz respeito aos interesses dos Estados-Membros e dos governos.

Senhor Deputado Swoboda, o senhor censurou com alguma brandura o senhor Presidente Barroso pelas suas políticas, mas gostaria de repetir-lhe o que o nosso grupo vem dizendo há algum tempo: se quisermos evitar que as políticas do Presidente Barroso voltem a obter a maioria neste Parlamento, não só temos de ganhar as eleições, como também temos de apresentar outro candidato, coisa que o seu grupo recusa fazer. O Presidente Barroso está obviamente sozinho nesta campanha e julgo que isso é um erro muito grave, pelo qual considero o seu grupo o principal responsável: porque o problema não é o pobre do senhor Comissário McCreevy, mas sim a abordagem de toda esta legislatura, os esforços de sociais-democratas como o senhor Comissário Verheugen e outras coisas que, tal como a si, não nos causaram boa impressão nesta legislatura.

Quero dizer duas coisas muito rapidamente sobre a questão da liderança, ou da suposta liderança, da União Europeia em matéria de alterações climáticas. Uma coisa é muito clara: o Conselho Europeu não quis pôr o seu dinheiro na mesa. Consequentemente, tal como as coisas estão, não há negócio, porque é evidente que, mesmo que os Estados Unidos nos acompanhem, se não oferecermos um negócio financeiro, 100 mil milhões de euros, a países que têm de adoptar medidas de adaptação e de mitigação das alterações climáticas, não chegaremos a qualquer acordo em Copenhaga. Uma vez que fomos nós que fizemos tanta gala de ser os líderes, se não pusermos este dinheiro e estas medidas na mesa, não chegaremos a acordo e os maiores responsáveis serão os europeus.

Relativamente à questão da crise no mercado financeiro, gostaria de dizer que somos um tanto incoerentes, porque, por um lado, afirmamos que é absolutamente imperativo gerir os mercados, que devemos impor-lhes restrições e regulamentá-los, mas, por outro, quando, por exemplo, propomos que a Caricom chegue a acordo nesta matéria, que estamos na realidade a propor? A liberalização total das contas correntes para todos os residentes, das contas de capitais para os investidores que possuem bens praticamente ilimitados sem regras para os serviços financeiros: por conseguinte, quer em matéria de serviços financeiros quer em matéria de alterações climáticas, adoptamos regras que depois não conseguimos fazer respeitar a nível interno e nas relações externas. Julgo que a coerência é, actualmente, o verdadeiro problema da União Europeia.

Ilda Figueiredo, em nome do Grupo GUE/NGL. – Senhor Presidente, no próximo Conselho tem de estar em cima da mesa a gravidade da situação económica e social que a crise do capitalismo e as políticas neoliberais criaram. Não se pode mais iludir as responsabilidades que têm os líderes da União Europeia, bem como todos quantos remeteram para segundo plano a defesa da produção e os direitos sociais e laborais para darem prioridade ao liberalismo da Estratégia de Lisboa, aos critérios irracionais do Pacto de Estabilidade, às

orientações do Banco Central Europeu, com a sua falsa autonomia que, de facto, sempre serviu apenas os interesses dos grupos económicos e financeiros.

As actuais previsões da Comissão Europeia, que apontam para uma queda do PIB da ordem dos 4% este ano e a estabilização apenas em 2010, acompanhada de uma perda de 8 milhões e meio de empregos nestes dois anos, prevendo que a taxa de desemprego atinja cerca de 11%, é algo de muito grave e demonstra a ineficácia das medidas que foram tomadas até agora.

Quem pode ficar indiferente a este crescimento exponencial do desemprego, que pode atingir os 30 milhões de desempregados na União Europeia? Por isso, impõe-se uma ruptura urgente com as políticas neoliberais a nível comunitário que agravaram a crise do capitalismo. É urgente dar prioridade à criação de emprego com direitos, à defesa da produção comunitária, à melhoria dos serviços públicos, a uma repartição justa dos rendimentos para reduzir a pobreza. É urgente que a coesão económica e social deixe de ser uma mera expressão sem conteúdo claro e que continue o princípio do *salve-se quem puder*.

É preciso um orçamento comunitário suplementar para que haja solidariedade e se reforcem os níveis e apoios às populações mais atingidas e às economias mais frágeis. Para criar emprego com direitos para os jovens, as mulheres e os desempregados, para aumentar o poder de compra da população, dinamizar a procura e apoiar as micro, pequenas e médias empresas.

Em vez de continuar a insistir no projecto de Tratado de Lisboa, o que se impõe é respeitar a decisão soberana do povo da Irlanda.

Em vez de continuar a insistir na prioridade ao sector financeiro, o que se impõe é acabar com os paraísos fiscais e dar prioridade aos sectores produtivos da União Europeia, acabando com o Pacto de Estabilidade e substituindo-o por um pacto de desenvolvimento e progresso social.

Em vez de continuar as liberalizações de regulamentações e flexibilidade laboral, é necessário apostar em investimentos públicos, que dinamizem os sectores produtivos, impeçam os despedimentos, diminuam a jornada média de trabalho sem perda de salários, travem o desemprego, universalizem serviços públicos de qualidade, na saúde, educação e formação, na investigação, habitação, justiça e ambiente.

É isso que as pessoas dos nossos países esperam de nós. Se querem mais cidadãos e cidadãs a participar nas eleições europeias, dêem a resposta que os trabalhadores e as populações dos nossos países desejam e merecem.

Hanne Dahl, em nome do Grupo IND/DEM. – (DA) Senhor Presidente, na verdade a cimeira sobre o emprego estava prevista para 7 de Maio, em Praga. Como todos sabemos, nos últimos anos o emprego tem sido uma constante da agenda da Cimeira da Primavera. Nela os líderes dos Estados-Membros discutiram a chamada estratégia de Lisboa, que é o plano da UE para mais e melhores empregos. É igualmente o fórum onde os representantes das partes do mercado de trabalho tiveram oportunidade de apresentar os seus pontos de vista sobre o emprego. No entanto, não tinha a pretensão de se tornar uma grande cimeira conjunta sobre o aumento do desemprego na Europa. Em vez disso, realizar-se-á uma cimeira da tróica, que é muito menos ambiciosa. Assim, os dirigentes da UE decidiram não enviar um sinal claro antes das eleições para o Parlamento Europeu. Quase se podia dizer que foi de propósito!

Numa reunião com o Secretário-Geral da Confederação Europeia dos Sindicatos (CES), John Monks, depreendi que o anúncio é um sinal muito negativo para os trabalhadores. O senhor Monks não tem dúvidas de que dá a impressão de que os líderes da Europa não estão suficientemente preocupados com o desemprego. Os trabalhadores sentem que não têm possibilidade de fazer ouvir a sua voz ao mais alto nível. Segundo a Comissão – vários dos meus colegas focaram este aspecto –, o desemprego subirá 11% em 2010 e o défice orçamental aumentará substancialmente para 7,5% do produto interno bruto. Não se trata de uma sobreavaliação da situação, muito pelo contrário. Representa um desafio importante ao actual sistema de moeda única.

Diversos países debatem-se com problemas muito grandes com o euro. Entre eles, a Irlanda, os países do Mediterrâneo e os países da Europa Oriental, e os problemas foram consideravelmente agravados pela crise económica internacional. Os países que não pertencem à zona euro, como o Reino Unido, a Dinamarca e a Suécia, estão a lidar bem com a situação. Consequentemente, julgo que a cimeira de Junho pode evitar que se adopte uma posição sobre o facto de haver tantas tensões internas no Eurosistema. A cimeira de Junho tem de explicar de que modo os países que enfrentam problemas particularmente importantes podem libertar-se do jugo do euro.

Naturalmente, pode optar-se pela criação de um “governo económico”, mas nunca ouvi falar de um país que quisesse ceder fatias substanciais da sua política financeira à UE – nem mesmo a Alemanha, a nação mais poderosa da UE. Por isso pergunto: quantas pessoas na UE terão de sofrer sob um Eurosistema que, na realidade, implica que as pessoas na Europa têm de sofrer sob os critérios irrealizáveis da estabilidade e do pacto de crescimento? Como foi anteriormente referido, a situação é particularmente grave na Irlanda, na Grécia e em vários outros países. Considero que esses países têm de saber que podem, como é óbvio, libertar-se a si próprios das condições rigorosas do euro, embora não haja nenhuma cláusula de saída. Julgo que é altura de os países poderem escolher a sua própria política de emprego.

Jana Bobošíková (NI). – (CS) Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Vice-Primeiro-Ministro Vondra, embora seja o representante de um governo debilitado, isso não o exime da responsabilidade não só perante os cidadãos da República Checa, como também perante toda a União Europeia. Peço-lhe, pois, que ponha termo à promoção antidemocrática e falsa do Tratado de Lisboa, e que informe os cidadãos da situação real. Por favor, diga-lhes que a União Europeia funciona eficazmente mesmo no meio de uma crise económica, que está a tomar as medidas necessárias, que os Estados-Membros são capazes de se ajudarem mutuamente e que o Tratado de Lisboa é completamente desnecessário para que tudo isso aconteça. Deve retratar-se publicamente da afirmação inadmissível da Presidência checa de que quem não concorda com o Tratado de Lisboa deve sair da União. Deve dizer francamente que os trunfos jurídicos estão agora nas mãos de quem não ratificou o Tratado de Lisboa, os irlandeses e outras nações de livre pensamento da UE. Deve dizer que os actuais tratados não podem ser revogados unilateralmente, e que a saída da UE só é possível com o consentimento de todos os Estados-Membros; e que, consequentemente, nenhum Estado-Membro pode ser excluído da UE sem o seu próprio consentimento.

Por último, Senhor Vice-Primeiro-Ministro Vondra, deve retirar a sua afirmação falsa de que 25 países aprovaram o Tratado de Lisboa. Caso esteja a par dos acontecimentos, deve saber que a ratificação não foi concluída em seis países, incluindo a Alemanha e a Polónia. Tenha igualmente presente que o Tratado de Lisboa foi rejeitado não só pelos cidadãos irlandeses, mas também, por exemplo, pelo proeminente político alemão de esquerda, Oskar Lafontaine, pelo proeminente político democrata-cristão e antigo Presidente do Tribunal Constitucional Federal e Presidente da Alemanha, Roman Herzog, e pelo antigo membro deste Parlamento, Graf von Stauffenberg, filho do aspirante a assassino de Adolf Hitler. Por último, mas não menos importante, foi rejeitado por Václav Klaus, Presidente do seu país. Os argumentos apresentados por estas pessoas têm um denominador comum: as preocupações relativamente ao impacto de uma perda maciça da soberania dos Estados-Membros na vida quotidiana dos cidadãos dos Estados-Membros da UE.

Senhor Vice-Primeiro-Ministro Vondra, há 20 anos contribuiu pessoalmente para a queda de um regime que oprimia os seus vizinhos, desprezava os seus cidadãos e mentia ao seu povo. E isso granjeou-lhe legitimamente o respeito de todos. Por conseguinte, não consigo perceber por que razão se rebaixa agora às mesmas práticas. Está a promover os argumentos de todos aqueles que comparam a União Europeia ao Conselho de Assistência Económica Mútua socialista e que equiparam Bruxelas a Moscovo. Gostaria de salientar que a reputação da Presidência checa não foi maculada pela queda do Governo checo, mas sim pela pressão flagrante que foi exercida sobre a Irlanda, na qual a Presidência checa participa. Já para não falar das mentiras sobre o Tratado de Lisboa proferidas pelos representantes máximos da Presidência – mentiras essas com que está a desacreditar os processos democráticos da União Europeia. Embora se tenha demitido, continua a ter responsabilidades. Assegure-se de que o último Conselho Europeu sob a Presidência checa desempenha a sua função de modo a que a impressão deixada pelo nosso país não seja de totalitarismo, coerção e mentiras, mas sim de respeito pela democracia, pela liberdade e, acima de tudo, pela veracidade dos factos. Só assim poderá confirmar que as manifestações de há 20 anos, quando as pessoas fizeram tilintar as chaves nas praças da cidade, não foram em vão.

Timothy Kirkhope (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, a Presidência checa obteve êxitos importantes em épocas difíceis e isso deve-se também às capacidades pessoais do senhor Primeiro-Ministro Topolánek e do senhor Vice-Primeiro-Ministro Vondra, que se encontra hoje entre nós. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para lhes prestar homenagem e agradecer-lhes pelo seu trabalho realizado ao longo dos últimos cinco meses.

A situação económica irá, sem dúvida, dominar a cimeira de Junho, a qual, obviamente, se centrará em medidas a curto e a médio prazo para que os consumidores voltem a consumir e os bancos voltem a emprestar dinheiro. Contudo, deve igualmente analisar a forma como a UE pode ajudar as empresas a longo prazo. Para algumas pequenas empresas isso implicará o reforço do acesso ao financiamento e a maximização das suas oportunidades no mercado único, mas para muitas a resposta será simplesmente os políticos reduzirem a burocracia e a ingerência.

É por esta razão que, em Junho próximo, não se pode permitir que a Europa enverede pelo caminho socialista. A recessão económica obrigou os socialistas a revelar as suas verdadeiras intenções. Consideram que os políticos devem ditar quantas horas se pode trabalhar. Consideram que os sindicatos devem ditar as condições de trabalho. Acima de tudo, consideram que são eles, e não o povo, quem sabe. Nada ilustra melhor a atitude de “os políticos é que sabem” do que o recente debate sobre a directiva relativa ao tempo de trabalho.

Na passada semana, os deputados conservadores ficaram muito satisfeitos por dizerem adeus à mais recente tentativa dos deputados trabalhistas do Reino Unido de eliminarem a cláusula de auto-exclusão britânica da directiva. Na Grã-Bretanha, 3 milhões de pessoas utilizam a cláusula de auto-exclusão. As suas empresas, trabalhadores e serviços públicos podem invocar essa cláusula.

A Presidência checa está do lado dos trabalhadores neste debate, e felicito-a por nos ajudar a dizer adeus ao mais recente ataque dos socialistas. Insto o Conselho de Julho a resolver esta questão de uma vez por todas, e a deixar bem claro que devem ser os trabalhadores, e não os políticos, a escolher o seu tempo de trabalho.

Poul Nyrup Rasmussen (PSE). - (EN) Senhor Presidente, encontro-me nesta Assembleia com a sensação de que estou noutra planeta e pergunto-me o que se estará a passar. É estranho. Encontramo-nos no meio da pior crise desde 1929. Há dois dias o senhor Comissário Almunia afirmou que este ano vamos registar um crescimento negativo de 4% e que no próximo haverá 27 milhões de desempregados. Senhor Presidente Barroso, comparativamente aos últimos dois anos – este ano e o anterior – isso equivale a um aumento de 10 milhões de desempregados.

E que oiço eu? Nada! Absolutamente nada! Oiço que a intenção é haver uma mensagem e oiço que pretende fazer alguma coisa para ajudar quem mais sofre. Mas será preciso lembrar-lhe que uma taxa de desemprego de 11,1% no próximo ano corresponde a 27 milhões de pessoas desempregadas? Será preciso lembrar-lhe que na Cimeira do G20, com alguma relutância de alguns líderes europeus, aceitou que, por uma boa razão, estamos dispostos a fazer mais com vista a um crescimento económico elevado?

Senhor Presidente da Comissão, lembro-me de 27 milhões de boas razões para fazer mais. É por esse motivo que hoje lhe faço este apelo. Sei que é um homem razoável; sei que escuta os argumentos. Posso apresentar-lhe a seguinte proposta? Proponho-lhe que realize três cimeiras muito bem planeadas antes da Cimeira de Junho, com um grupo restrito de pessoas, onde formulará um novo plano de recuperação – um plano de recuperação correspondente a mais 2% em termos de procura real, com 0,5% de financiamento a nível europeu – metade financiado pelos países e metade financiado pelo município; a que acrescentará um novo plano social destinado a resolver os custos substanciais desta crise de desemprego e a avançar para uma partilha inteligente do trabalho, ao mesmo tempo que usa os programas Erasmus para assegurar que os jovens, em vez de estarem desempregados, são afectados a um plano de formação; e, por último, como o próprio senhor Presidente afirmou hoje de forma indirecta, que tente seriamente propor euro-obrigações de uma forma bem orientada, bem feita e bem planeada para responder às necessidades dos países que não têm possibilidade de financiar o seu próprio plano de recuperação.

Consegui-lo-emos se tomarmos uma nova decisão; consegui-lo-emos se efectuarmos uma verdadeira gestão da crise e consegui-lo-emos se afirmarmos efectivamente: não perguntemos a Berlim, a Londres ou a Paris o que fazer, demonstremos a liderança da Comissão fazendo uma proposta que não vise agradar a todos. No início, nem todos ficarão contentes, mas isso é essencial para retirar a Europa desta terrível crise económica.

A senhora deputada Elisa Ferreira, a nossa excelente relatora, juntamente com a maioria do Parlamento Europeu, propôs-lhe um esforço de recuperação renovado e forte. Deste modo, não se trata apenas da nossa posição do Grupo Socialista, do Partido dos Socialistas Europeus, dos Sociais-Democratas, mas sim um desejo comum de que deve fazer algo mais. Por favor, faça-o. A liderança implica correr riscos e tomar a iniciativa.

Andrew Duff (ALDE). - (EN) Senhor Presidente, não proponho que pressionemos os senadores checos ou o povo irlandês no debate desta tarde, por isso vou aumentar a pressão sobre a Comissão e, em particular, sobre o seu Presidente.

Prevê-se que o Conselho Europeu nomeie o Presidente Barroso para um segundo mandato e, nessas circunstâncias, seria de esperar ver e discutir um manifesto do Presidente Barroso. Irá ele publicar tal programa e, em caso afirmativo, qual será o seu conteúdo? Deve, fundamental e indubitavelmente, retirar conclusões da turbulência financeira e do colapso económico, sobretudo porque nos aproximamos da revisão orçamental anterior a 2012.

Temos de alterar a dimensão e o formato do orçamento, de modo a responder de forma mais satisfatória às nossas principais prioridades políticas. A nova Comissão deve defender uma transferência das despesas do nível nacional para o nível europeu no interesse da relação custo-eficácia e do valor acrescentado. Deve incluir, como objectivo importante, uma expansão da dimensão da zona euro e promover um Eurogrupo mais forte, empenhado numa disciplina fiscal mais rigorosa e numa política económica comum, e não apenas nas políticas macroeconómicas nacionais mal coordenadas que existem actualmente.

E, sim, deve incluir uma proposta relativa ao aumento das euro-obrigações, maior supervisão federal no sector financeiro e um estímulo fiscal adequado, acompanhado por um estímulo comercial adequado gerado pela reabertura das negociações comerciais de Doha.

Georgios Toussas (GUE/NGL). - (EL) Senhor Presidente, a única novidade que a Cimeira do Conselho da União Europeia de 18 de Junho de 2009 pode trazer são novas dificuldades para as classes trabalhadoras e as classes populares e novos subsídios e apoio a grupos monopolistas na União Europeia. A União Europeia e os governos dos Estados-Membros servem sistematicamente os interesses do capital e os trabalhadores pagarão o preço da crise capitalista. Todos sabemos o que isso significa: despedimentos colectivos, aumento acentuado do desemprego, cortes drásticos nos salários e nas pensões, novas medidas fiscais opressivas, a abolição do dia de trabalho de oito horas, a divisão do tempo de trabalho em tempo activo e inactivo, um aumento do tempo de trabalho não remunerado e uma semana de trabalho de 78 horas e a aplicação geral da flexigurança, o que acarreta, por um lado, relações industriais mínimas, emprego temporário em tempo parcial, mais desemprego, um ataque aos acordos colectivos e nova privatização dos sistemas de seguros e de pensões, da saúde, da segurança social e do ensino, e por outro, subsídios e pacotes de isenção fiscal para os monopólios.

A próxima Cimeira sobre o Emprego, em 7 de Maio, está a ser preparada com base nesta estratégia de servir os interesses do capital. Ao mesmo tempo, a agressão imperialista e a militarização da União Europeia estão a intensificar-se. A imposição do Tratado de Lisboa está a ser promovida, não obstante e contra a vontade dos cidadãos e da sua oposição manifestada nos referendos, como aconteceu em França, nos Países Baixos e na Irlanda. A histeria anticomunista e a indizível e grosseira equação do fascismo e do comunismo estão a tornar-se a política oficial da União Europeia e dos Estados-Membros, que visam os partidos comunistas a fim de atacar os direitos fundamentais e as conquistas dos trabalhadores. No final deste período, os trabalhadores devem fazer o ponto da situação da União Europeia com base no critério relativo à sua realidade diária e experiência de vida. Que ganharam os trabalhadores? Que ganharam os monopólios?

PRESIDÊNCIA: KRATSA-TSAGAROPOULOU

Vice-Presidente

Frank Vanhecke (NI). - (NL) Senhora Presidente, estamos de facto a despedir-nos da Presidência checa, que teve um início brilhante com o discurso conservador do senhor Presidente Klaus nesta Assembleia. Infelizmente, esse discurso não teve praticamente quaisquer efeitos práticos.

Se amanhã o Parlamento checo ratificar igualmente o Tratado de Lisboa, isso significará que fomos completamente iludidos na altura. Porém, a Europa oficial encontra-se num beco sem saída. O que precisamos realmente é de uma União que esteja preparada para se cingir às suas tarefas básicas e não determinada em agir como um grande super-Estado em formação.

Estamos actualmente a atravessar uma crise económica particularmente assustadora, com um enorme crescimento do desemprego na União Europeia, e o fim ainda não está à vista. Perante estas circunstâncias, um Conselho de Chefes de Estado ou de Governo que não decida que é um erro, por exemplo, procurar ainda mais imigração e considerar a integração da Turquia, um país ainda muito atrasado em relação a nós em termos de desenvolvimento económico, é, em meu entender, um Conselho incompreensível que, em todo o caso, está a cometer um erro particularmente grave.

Alojz Peterle (PPE-DE). - (SL) Saúdo vivamente a ambição da Presidência checa e estou contente com os excelentes resultados que obteve numa conjuntura difícil. Não creio que a futura rotação da Presidência e as eleições europeias devam limitar o âmbito das ambições da UE na resposta aos desafios que exigem, seguramente, mais políticas comuns. Não repetirei quão importante é, nesse contexto, ratificarmos o Tratado de Lisboa.

Foi com agrado que ouvi o senhor Vice-Primeiro-Ministro Vondra e o senhor Presidente Barroso falarem nas metas. Se quisermos ter êxito na luta contra as alterações climáticas, teremos de definir metas elevadas

em Copenhaga. Essas metas são cruciais para o sucesso da reestruturação económica. Todos sabemos que, há muitos anos, quando o Estado japonês definiu metas ambientais elevadas, a economia japonesa acabou por, pela primeira vez, reforçar a sua competitividade.

Devo igualmente acrescentar que algumas pessoas estão presentemente a contestar a sustentabilidade do modelo social europeu. Naturalmente, é fácil aplicar esse modelo em períodos de expansão económica e durante décadas de crescimento positivo, mas julgo que é precisamente em tempos de recessão que a força do modelo social europeu e do modelo da economia social de mercado se têm de fazer sentir. Acredito firmemente que seremos igualmente capazes de superar esse desafio, e espero que possamos usar este período de crise para melhorar a nossa abordagem ao desenvolvimento. Espero igualmente que possamos afirmar a dimensão ambiental dessa abordagem, e não apenas da abordagem social.

Robert Goebbels (PSE). – (FR) Senhora Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Presidente da Comissão, Senhoras e Senhores Deputados, a economia mundial mergulha, cada vez mais, numa recessão profunda. Apesar das inúmeras cimeiras e de outras reuniões entre várias partes, a queda da actividade económica continua a ser extremamente importante na Europa e no mundo.

Na melhor das hipóteses, os diferentes planos de recuperação económica abrandaram esta descida aos infernos, mas os sinais de recuperação ainda não são visíveis. E, o que é pior, o desemprego continua a aumentar, e este ano ultrapassará os 25 milhões na Europa, chegando talvez mesmo aos 27 milhões de desempregados, como sugeriu o senhor deputado Rasmussen.

Porém, em vez de, na próxima cimeira de Praga, se concentrarem na situação dramática do emprego, os Chefes de Estado preferem ocupar-se da “grande política”, das futuras relações com certos países situados na fronteira oriental da União.

As relações de boa vizinhança são certamente muito importantes, mas há que deixar algo perfeitamente claro: o Parlamento pronunciou-se, em inúmeras ocasiões, contra qualquer alargamento futuro da União, a menos que seja executada uma reforma institucional que permita aos 27 Estados-Membros existentes funcionar melhor.

Gostaria de acrescentar que qualquer futuro alargamento deve ser precedido de uma reforma profunda das perspectivas financeiras e de um aumento adequado do orçamento da União. A diplomacia, sem meios financeiros, não passa de um gesto inútil.

A Presidência checa da União teria servido melhor as ambições da Europa se tivesse organizado uma verdadeira cimeira sobre o emprego. Sei que esta cimeira tão necessária foi, na verdade, sabotada pelos Sarkozy, que preferem as manobras publicitárias ao trabalho político concreto, e espero que, no próximo mês de Junho, os eleitores europeus usem o seu boletim de voto para eleger deputados capazes de determinar as reais prioridades para a Europa: o emprego, o emprego, o emprego, a protecção social e a defesa do poder de compra.

Nem sempre estou de acordo com o meu Primeiro-Ministro, Jean-Claude Juncker, mas tem certamente razão quando prognostica, e passo a citar, “uma crise social no caso de um aumento acentuado do desemprego previsto para os próximos meses”. Consequentemente, o facto de se limitarem a uma reunião informal sobre a problemática do emprego demonstra que os líderes europeus recuaram perante a crise e que correm o risco de uma crise social e política muito grave.

Margarita Starkevičiūtė (ALDE). – (LT) Em 9 de Maio de 1950, Robert Schumann propôs o “Plano Schumann”, que lançou os alicerces da cooperação económica entre as nações europeias. Os grandes políticos e pensadores europeus compreenderam muito bem que a força que podia unir a Europa era uma abordagem comum aos problemas económicos. Os grupos financeiros e económicos entre Estados, que criaram mais-valia e emprego, estavam na base dessa abordagem.

Ao aplicarem os seus próprios planos nacionais de recuperação económica, os Estados-Membros perturbaram as actividades desses grupos europeus; assim, estamos a enfrentar muitos problemas, que se multiplicarão se não conseguirmos reconstruir a coordenação da política económica a nível da União Europeia.

Espero que, entre os novos líderes da Europa, haja pessoas como Robert Schumann, Jean Monet e Konrad Adenauer, que vejam para lá dos seus próprios interesses nacionais.

Tunne Kelam (PPE-DE). – (EN) Senhora Presidente, gostaria de congratular a Presidência checa pela iniciativa de avançar com uma Parceria Oriental, que irá ser oficialmente apresentada em breve, e gostaria de instar os

governos dos Estados-Membros a empenharem-se plenamente nesta iniciativa. Acima de tudo, os nossos vizinhos de leste necessitam de sentir que são parceiros em pé de igualdade, que são genuinamente aceites enquanto associados a longo prazo.

Concordo que a Parceria Oriental deve reger-se pelos princípios da apropriação conjunta, da diferenciação e da condicionalidade. No entanto, o principal objectivo é garantir uma vitória convincente da democratização e da criação do Estado de direito nestes países. No que respeita à Bielorrússia, é necessário ir reagindo gradualmente a todos os sinais de progresso concreto no sentido da democracia efectuado pelos actuais líderes bielorrussos.

Um dos aspectos mais cruciais da Parceria Oriental será a liberdade de concessão de vistos. Gostaria de vos recordar a proposta da Comissão de Dezembro último no sentido de ir eliminando gradualmente todos os requisitos em matéria de vistos para os cidadãos dos seis futuros parceiros. Infelizmente, esta abordagem revolucionária foi substituída por outra muito mais modesta: a proposta de introduzir procedimentos de concessão de vistos simplificados a longo prazo, ponderados caso a caso. Todavia, uma Parceria Oriental de sucesso necessita de determinação da nossa parte e de uma abertura positiva.

É essencial motivar os nossos parceiros a assumirem um compromisso pleno relativamente aos valores e às regras comunitários. Isso aplica-se especialmente à Ucrânia. Não podemos dar início à nossa Parceria Oriental com mensagens vagas e hesitantes sobre o futuro da Ucrânia. Uma Ucrânia democrática e firmemente europeia é fundamental para uma Rússia democrática, fiável e cumpridora das leis.

Jo Leinen (PSE). – (DE) Senhora Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Presidente da Comissão, a cimeira de Junho terá de voltar a abordar o Tratado de Lisboa, esperemos que pela última vez antes da sua entrada em vigor. Senhor Presidente Vondra, desejo-lhe o melhor amanhã, no Senado checo, e espero que tudo corra bem e que depois tenhamos apenas o referendo irlandês. Posteriormente, V. Exa. teria então de negociar o pacote de garantias com a Irlanda. Como é óbvio, teremos depois de responder às expectativas da população irlandesa e do Governo irlandês. No entanto, temos de ter o cuidado de não colocar novos obstáculos a todos os outros Estados-Membros, por exemplo, se uma destas garantias tivesse de voltar a ser ratificada em todos os Estados. Talvez o Senhor Presidente Vondra pudesse dizer algo sobre o modo como este pacote está a ser preparado para o mês de Junho.

Em segundo lugar, Senhor Presidente José Manuel Barroso, estamos, como é óbvio, interessados na eleição do novo Presidente da Comissão. Nós, o Parlamento Europeu, gostaríamos de chegar a um acordo com o Conselho relativamente ao procedimento para Junho-Julho. Gostaríamos de realizar uma consulta, tal como se encontra previsto para o futuro no Tratado de Lisboa. Poderia o Senhor Presidente em exercício do Conselho pronunciar-se também sobre esta matéria?

Olle Schmidt (ALDE). – (SV) Muito obrigado, Senhora Presidente, Senhor Presidente da Comissão, José Manuel Barroso e Senhor Presidente Vondra. Um dos principais pontos da cimeira de Junho será, provavelmente, a nomeação de um novo Presidente da Comissão. Os meios de comunicação social já noticiaram que o Grupo Socialista no Parlamento Europeu não irá votar a favor da sua reeleição, Senhor Presidente Barroso, se não prometer abrir a directiva relativa ao destacamento de trabalhadores.

Trata-se de uma discussão estranha. A posição anterior da Comissão é tentar evitar a abertura de uma directiva muito complexa e sensível do ponto de vista político e, pelo contrário, procurar que os Estados-Membros que não consigam cumprir os requisitos da directiva alterem as suas legislações nacionais. Senhor Comissário Barroso, gostaria de lhe perguntar muito explicitamente o seguinte, tendo em vista a próxima campanha eleitoral: a Comissão e o Senhor Comissário continuam a ser da opinião de que, dada a situação actual, não existe *qualquer* razão para a abrir a Directiva relativa ao destacamento de trabalhadores?

Pervenche Berès (PSE). – (FR) Senhora Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho e Senhor Presidente da Comissão, estou um pouco surpreendida com a cronologia europeia. A Comissão apresenta-nos as previsões económicas, segundo as quais nos próximos três meses as perspectivas de crescimento irão cair de menos 1,9% para menos 4% na União Europeia e na zona euro e quando os ministros das Finanças se reunirem, as suas principais preocupações serão a viabilidade a longo prazo, a qualidade das finanças públicas e a consecução das reformas estruturais. Só podem estar a brincar.

Durante a campanha, os eleitores não param de nos questionar. Onde está a Europa? O que está a Europa a fazer? Que propostas apresentou o Presidente Barroso para auxiliar as pessoas que amanhã podem vir a ficar no desemprego?

Estamos numa situação em que parece cada vez mais evidente que a estratégia adoptada pela equipa actual, sob a direcção do Presidente Barroso, é uma estratégia *à la japonaise*: por outras palavras, agir tarde demais e de forma ineficaz e dispendiosa. Não é isso que queremos.

Permita-me também dizer, Senhor Presidente Barroso, dado que esta será, sem dúvida, a última vez que o verei neste Hemiciclo, que a sua resposta ao desafio da directiva relativa aos fundos de retorno absoluto e fundos de investimento foi totalmente inaceitável. O Senhor Presidente sugere que talvez não devêssemos ter tecido quaisquer comentários relativamente aos trabalhos em curso na Comissão. Que texto teria sido produzido se nós não o tivéssemos alertado? A sua conclusão sobre esta matéria é pensar que pode legislar neste domínio, mas só está a legislar relativamente aos gestores e não está a intervir na realidade destes fundos. A sua única preocupação é a protecção dos investidores, enquanto o desafio está também na estabilidade dos preços. Não entendeu o que está em questão, Senhor Presidente Barroso.

Georg Jarzembowski (PPE-DE). – (DE) Senhora Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Presidente da Comissão, as declarações do Conselho e da Comissão sobre a preparação da sessão do Conselho Europeu desiludiram muito aqueles que, como eu, se interessam pelos transportes.

Em particular, durante a actual crise económica global é essencial actualizar adequadamente as infra-estruturas de transportes – ferroviárias, rodoviárias, de navegação interior, de navegação marítima, os portos e os aeroportos – e desenvolver uma política de transportes europeia orientada para o futuro com sistemas logísticos e de transportes inteligentes para a retoma do comércio no seio da União Europeia e nas importações e exportações, o que esperamos que venha a acontecer em breve.

Além disso, os nossos cidadãos estão à espera de declarações claras da União Europeia quanto ao modo como o volume de transportes pode ser gerido de uma forma que respeite o ambiente, não com instrumentos dirigistas, mas com ferramentas baseadas no mercado. Um bom exemplo disso é a introdução do regime de comércio de licenças de emissão para a aviação a partir de 2012, que as instituições europeias acabaram de concluir.

No entanto, continuam a faltar outras regras, por exemplo, em matéria de navegação marítima. Precisamos, por conseguinte, de uma estruturação da política de transportes compatível com o ambiente. Esta questão é importante, Senhor Presidente em exercício do Conselho, porque é essencial discutir e definir com os Estados terceiros mais importantes, como os EUA e o Japão, mas também com a Rússia, a China, a Índia e o Brasil, soluções semelhantes para a estruturação dos transportes compatível com o ambiente. Só assim podemos conseguir uma melhoria global do ambiente. E só assim podemos evitar as regras unilaterais que distorcem a concorrência e comprometem a economia europeia.

O meu grupo exorta, por isso, o Conselho Europeu, e espero que o Presidente em exercício do Conselho adopte esta ideia, a discutir e preparar, no próximo Conselho, abordagens equilibradas das políticas de transporte globais e respeitadoras do ambiente, ainda antes da conferência de Copenhaga sobre o clima. Se quisermos ser bem sucedidos em Copenhaga temos de discutir também uma política de transportes compatível com o ambiente.

Enrique Barón Crespo (PSE). – (ES) Senhora Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Presidente da Comissão, Senhoras e Senhores Deputados, a reunião do Conselho Europeu de 18 e 19 de Junho irá realizar-se duas semanas após as eleições europeias e, numa democracia, as eleições são fundamentais.

Gostaria de agradecer ao Presidente em exercício do Conselho, a quem o Senado checo irá amanhã dar luz verde relativamente à ratificação do Tratado de Lisboa. Agora só falta que o Presidente Imperador que se encontra no Castelo de Praga se digne a assinar o Tratado, mas, de qualquer forma, parece que estamos a avançar.

Agora há um ponto importante: as eleições irão realizar-se ao abrigo do Tratado de Nice, mas a próxima legislatura vai decorrer ao abrigo do Tratado de Lisboa. Do ponto de vista democrático, isso significa uma atribuição de mais poderes à Comissão do que na legislatura anterior e permitam-me que me dirija agora a um dos candidatos, o senhor Presidente Barroso: o senhor é candidato desde domingo passado, mas é o Presidente em exercício. Senhor Presidente Barroso, parece-me que faz todo o sentido que o senhor se interrogue sobre quais serão as soluções em termos económicos e sociais para os problemas com que nos deparamos neste momento e para a crise que atravessamos, não tirando partido dos serviços da Comissão, mas enquanto líder do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus;

acho que isso é extremamente importante para que não nos encontremos na situação de o Conselho Europeu pretender que o Parlamento seja apenas consultado (recordemos o caso Buttiglioni).

Senhora Presidente, posso pedir-lhe, na minha última intervenção no Parlamento Europeu, para se dirigir ao Presidente do Parlamento e lhe dizer que é extremamente importante que, na reunião do Conselho Europeu, mencione o facto de o próximo Parlamento ir ter menos 19 deputados porque o Tratado de Lisboa ainda não foi ratificado. Trata-se de uma questão essencial para a democracia e considero que o Presidente do Parlamento deve defendê-la.

Íñigo Méndez de Vigo (PPE-DE). - (ES) Senhora Presidente, permita-me, em primeiro lugar, agradecer ao senhor deputado Enrique Barón pelo seu percurso na UE e tudo o fez por este Parlamento. Iremos sentir muito a sua falta.

Senhora Presidente, em 9 de Maio celebramos o “Dia da Europa” em todos os nossos países, mas a verdade é que, por vezes deveríamos celebrar o “Dia da Não Europa” para ver como seria a Europa se a União Europeia não existisse.

No entanto, penso que hoje se sentiu neste Parlamento uma certa febre eleitoral, e parece-me que muitas das críticas que aqui ouvimos, especialmente sobre a Comissão Europeia, são totalmente infundadas. Creio que a Comissão reagiu bem à crise económica e interrogo-me sobre o que teria acontecido se não tivéssemos reagido. Gostaria também de recordar a uma cara colega e amiga, que não me está a ouvir, um compatriota seu, André Gide, que dizia que tudo o que é exagerado não tem valor, e parece-me que há que definir bem as coisas.

Senhora Presidente, permita-me reafirmar as palavras do Presidente Leinen. Considero que é muito importante que, em todo este processo de eleição do presidente da Comissão, nos recordemos do espírito de Lisboa. Estou convicto de que o senhor Presidente Vondra e o seu sucessor o irão fazer, porque me parece que não faz qualquer sentido político realizar eleições para o Parlamento Europeu e não levar em conta os resultados dessas eleições, nem consultar os grupos políticos parlamentares antes de apresentar um candidato a esta Câmara.

Isto é o que tem de ser dito com toda a clareza ao Conselho: “Não cometam o erro de ir contra o que este Parlamento vai aprovar por ampla maioria no relatório do deputado Dehaene”.

Por fim, Senhor Presidente Vondra, gostaria de o congratular pela sua Presidência. Em última análise, há que distinguir o que é acidental do que é necessário e importante, e considero que fez um bom trabalho. Aprendi há muitos anos, graças a Milan Kundera e a outros, que a República Checa era uma parte importante da Europa; o senhor demonstrou-o e fico-lhe por isso grato. O Senhor Presidente Vondra atravessou tempos difíceis, mas quero pensar que amanhã vai ser um grande dia no Senado checo e (“Não devemos dizer sempre o que sentimos?”), citando um autor clássico) sinto e sentirei um grande orgulho quando amanhã a República Checa ratificar o Tratado de Lisboa.

Muito obrigado, Senhora Presidente, e que assim seja, como dizemos no meu país.

Genowefa Grabowska (PSE). – (PL) Senhora Presidente, a Presidência checa não foi fácil, sobretudo devido aos problemas internos e também em virtude da crise económica mundial. Estou, no entanto, convicta de que irá terminar com um êxito significativo, se conseguir produzir um resultado favorável ao processo de ratificação do Tratado de Lisboa. Gostaria, por conseguinte, de perguntar se a Presidência pretende abordar os Estados-Membros que concluíram os procedimentos parlamentares nesta matéria e em que apenas o Chefe de Estado está a adiar a assinatura do documento. Isso inclui o meu país, a Polónia.

A segunda questão que eu gostaria de abordar é a do diálogo civil. Fui a relatora desse relatório e sei que os europeus estão à espera que a União Europeia resolva as questões graves e desenvolva soluções adequadas. Acreditam que a Europa irá fazê-lo melhor que os seus próprios Estados-Membros. Gostaria de pedir que isso fosse também levado em consideração. E a última questão, Senhora Presidente. Não se esqueçam, por favor, da solidariedade e não permitam que a União Europeia se transforme numa plataforma para o nacionalismo. Não queremos um regresso ao nacionalismo. Gostaria de apelar muito insistentemente à solidariedade.

Luís Queiró (PPE-DE). - Senhora Presidente, caros Colegas, Senhor Presidente da Comissão, no início desta legislatura, um dos temas centrais de debate era a questão institucional. Começámos com o Tratado de Nice e cinco anos passados será ainda com Nice que teremos de tomar algumas decisões importantes. A reeleição do Presidente José Manuel Barroso, que naturalmente apoio, é certamente uma delas. Espero, todavia, que

o Tratado de Lisboa entre rapidamente em vigor, não só pelas suas virtudes e pelas melhorias de que tem beneficiado com o tempo, mas também para permitir a estabilização do debate institucional. Espero, sobretudo, que a nossa energia seja depois melhor utilizada e dirigida para a Europa dos resultados, de que falou e tem sempre falado o Presidente da Comissão.

Se, num próximo referendo, os irlandeses disserem sim será mais por terem percebido que a Europa é um porto seguro, sobretudo em tempos de crise. A realidade é, pois, o nosso mais poderoso aliado mas também pode ser o mais temível dos adversários. Hoje, a promessa moderna da Europa é sobretudo a da prosperidade e do bem-estar para as pessoas e essa promessa depende, em muito, do que formos capazes de decidir, incluindo no próximo Conselho Europeu. Sobretudo, precisamos de vontade política para responder à situação económica. O proteccionismo, a estatização, o medo da globalização não nos ajuda. É necessário libertar as energias criadoras da economia, dar-lhes espaço, insistir nas reformas e no cumprimento da lei e, claro, apoiar os mais vulneráveis.

Assim se contribuirá para uma Europa de resultados e não para uma abstracção de que os cidadãos inevitavelmente se manterão alheados. Num momento em que deixo o Parlamento, Sra. Presidente, é esta a esperança que quero deixar expressa, é esta a esperança que me anima.

Proinsias De Rossa (PSE). - (EN) Senhora Presidente, posso sugerir que os deputados neste Parlamento oriundos de Estados-Membros que não a Irlanda que desejem falar em nome do povo irlandês sobre o Tratado de Lisboa escrevam os seus nomes no boletim de voto nas eleições europeias na Irlanda?!

Ratificarmos, ou não, o Tratado de Lisboa depende de uma decisão que cabe aos irlandeses. Espero que ratifiquemos e irei trabalhar intensamente para que isso aconteça. Quero que a Irlanda permaneça no centro dos processos decisórios na Europa.

Todos os que estão a apelar a um segundo “não” irlandês estão à espera que a Irlanda possa ser o golpe fatal que vai dar início à destruição da União Europeia. Não posso apoiar isso. A nossa história leva-nos a ser cuidadosos. Também nos ensinou que a solidariedade e a partilha do poder com outros Estados europeus são a melhor garantia da nossa soberania e da nossa prosperidade.

O senhor Ministro Vondra, não fez, na sua intervenção de abertura, qualquer referência à crise social que enfrentamos neste momento. Exorto-o a rever a sua linha. Estamos, efectivamente, a atravessar uma crise económica, financeira e social. Vinte e sete milhões de pessoas e respectivas famílias vão enfrentar situações desesperantes nos próximos anos. Não podemos ter uma União Europeia que ignora essa situação.

Elisa Ferreira (PSE). - Senhora Presidente, Senhor Presidente da Comissão, Senhor Presidente em exercício, estamos numa crise sem precedentes. Não era de facto a altura de discutirmos internamente a maneira de nos organizarmos, por isso os meus votos são para que o Tratado de Lisboa seja rapidamente ratificado para que possamos encarar a cena mundial unidos e solidários, enquanto europeus.

Quanto à crise económica, no relatório de que fui autora e que este Parlamento aprovou maioritariamente, admitia-se que o plano de relançamento, entretanto apresentado pela Comissão, não foi suficiente. Hoje temos a certeza de que ele não é suficiente. Uma crise que começou financeira estende-se à economia real, a seguir ao emprego e a seguir é social. Ele não é suficiente e está desfocado. Cada crise encerra uma oportunidade, esta é a oportunidade da Comissão responder aos verdadeiros problemas dos europeus através de uma regulação financeira séria e não da mais leve e parcelar que for possível, como é a que está em curso, não feita de planos nacionais e individualistas mas de uma verdadeira iniciativa europeia, não através de meios dispersos mas concentrando-se no verdadeiro desafio que é o emprego.

Em cada crise há uma oportunidade, esta é a oportunidade da Comissão e da Europa responder aos verdadeiros problemas dos cidadãos europeus e espero que assim aconteça através de uma nova abordagem do plano de relançamento.

Alexandr Vondra, Presidente em exercício do Conselho. - (EN) Senhora Presidente, penso que esta será a minha última aparição aqui neste Parlamento, por isso acho que é o momento certo para lhe agradecer. Gostaria de começar por aí, porque se tratou de uma experiência única para mim. Ocasionalmente tivemos algumas divergências de opinião, mas no geral, trabalhar aqui foi uma experiência muito gratificante. Não obstante todos os problemas no meu país, e na Europa, para fazer face à actual crise, conseguimos obter resultados. Vou partir mais cedo e os senhores deputados vão também partir mais cedo, uma vez que vão sair em campanha eleitoral. A Presidência irá voltar a encontrar-se convosco aqui em finais de Junho. Algumas das pessoas podem ser diferentes, mas o trabalho continua. Deixem-me, uma vez mais, agradecer-lhes pelo

trabalho que realizámos em conjunto nos últimos meses, convosco como co-legisladores. Penso que realizámos um bom trabalho.

Eu vou partir, mas a Presidência continua. Na tarde de sexta-feira, 8 de Maio, um novo governo deverá assumir funções em Praga, após a conclusão da última grande reunião do Corredor Sul. Não tenho dúvida de essa reunião que irá contribuir para uma conclusão bem-sucedida da Presidência checa. Hoje, tive oportunidade de passar uma hora com o Primeiro-Ministro Jan Fischer, que passará a assegurar a Presidência. É um europeu empenhado e um homem que entende o que está em causa. Estará preparado para encontrar-se com o Presidente Barroso na terça-feira em Bruxelas, durante a sua primeira visita à capital, e irá trabalhar arduamente até ao final de Junho. Não tenho quaisquer razões para duvidar de que o Conselho Europeu de Junho se irá realizar na data prevista e que a agenda irá ser preparada com todo o profissionalismo.

Relativamente ao Senado, muitos de vós se pronunciaram acerca da votação de amanhã. O Senado é soberano, e não posso precisar o resultado da votação, mas todos trabalhámos intensamente, e estou certo de que não existem motivos para preocupação. O mesmo se aplica ao trabalho da Presidência relativamente a um dos resultados mais importantes do Conselho de Junho, nomeadamente o texto da Declaração para a Irlanda. Irá ficar preparado.

No que respeita à questão de estarmos em diálogo uns com os outros, a resposta é “sim”, apesar de não querermos exercer quaisquer pressões. Não vou fazer apelos ao Tribunal Constitucional alemão. Como é evidente, trata-se de uma instituição soberana, mas todos estamos em crer que o resultado irá ser positivo.

Muitos de vós se referiram à questão do emprego. No contexto da actual crise económica, é o desafio mais importante para todos nós. Jean-Claude Juncker pronunciou-se sobre essa matéria na segunda-feira, ontem, antes do início da reunião do Conselho Ecofin no Eurogrupo. Nós, e a Comissão, temos estado a trabalhar arduamente desde o início deste ano e iremos pronunciar-nos sobre isso aqui, ainda hoje. Gostaria de destacar a reunião que irá realizar-se em Praga na presença do Primeiro-Ministro checo, do Presidente da Comissão e dos parceiros sociais, assim como das duas próximas presidências, a Suécia e a Espanha, para discutir medidas e recomendações. A intenção é, claramente, preparar com todo o profissionalismo o Conselho de Junho e as medidas que podem ser tomadas, tanto a nível nacional, como a nível europeu, relativamente à situação do emprego.

Ao senhor deputado Rasmussen, diria que foi o senhor Presidente da Comissão, José Manuel Barroso, que assumiu a liderança e incentivou a participação na discussão, numa altura em que muitos políticos preferiam resolver os seus problemas internos, uma vez que se trata de um desafio sério.

(Aplausos)

Eu não misturaria a Parceria Oriental com os desafios do emprego. Trata-se de uma missão estratégica destinada a promover a estabilidade, o bem-estar e a prosperidade na nossa vizinhança oriental. Aí existem problemas, mas nós necessitamos de estender a mão e oferecer-lhes ajuda para resolver esses problemas.

Voltando ao Conselho de Junho, muitos de vós referiram-se à futura Comissão. Deixei ficar bem claro que nós, assim como a Presidência, iremos consultar o Parlamento Europeu imediatamente após as eleições. Como é evidente, temos de esperar pelo resultado das eleições, mas iremos proceder imediatamente à consulta e podemos fazê-lo com o espírito, não com a letra do Tratado de Lisboa.

Agora gostaria de vos deixar o meu testemunho pessoal. Estamos a discutir quem irá ser um bom líder e não tenho dúvidas de que este senhor é o verdadeiro líder da Comissão Europeia. Se pretenderem uma recomendação particular do ministro Vondra, e eu, a partir da próxima segunda-feira, serei um cidadão comum e apenas mais um senador, que aguarda ansiosamente uma viagem a França, uma vez que, segundo o que acabei de ler, em França dorme-se, em média, 9 horas por dia e eu tenho andado a dormir apenas duas ou três horas nos últimos meses, considero que este é o homem que nos deve conduzir durante os próximos cinco anos.

(Aplausos)

José Manuel Barroso, Presidente da Comissão. – (FR) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, tal como alguns de vós já afirmaram, esta é a última vez que aqui estarão, em sessão plenária, num debate que precede um Conselho Europeu. Não poderei estar convosco em Julho, nem em Setembro, uma vez que o mandato desta Comissão termina, como sabem, no final do mês de Outubro.

Gostaria, por isso, de me dirigir em particular a todos os colegas que trabalharam no projecto europeu, que são deputados ao Parlamento Europeu, e de lhes dizer uma vez mais: podem sentir-se orgulhosos do trabalho realizado pelo Parlamento Europeu.

Se recuarmos um pouco e fizermos uma avaliação do trabalho realizado durante esta legislatura, considero que podemos todos sentir-nos muito orgulhosos. A verdade é que a Europa foi pioneira em muitos domínios, como a luta contra as alterações climáticas, a luta por uma nova política de segurança energética e em todos os domínios relacionados com a resposta à crise económica e financeira, que está, de facto, a afectar muito gravemente a Europa. No entanto, hoje ainda não ouvi grandes referências a essa questão.

Esta crise está a afectar os Estados Unidos da América e foi, na realidade, aí que começou. Está a afectar a Rússia, o Japão e até a China. Está a afectar os mercados emergentes. A Europa tentou, desde o início, reagir a este crise, não apenas a curto prazo, mas também através de programas dirigidos às grandes questões da regulamentação e da supervisão.

É essa a mensagem que eu gostaria de vos deixar aqui hoje. Em virtude do actual período eleitoral, alguns de vós lançaram-me alguns desafios, mas considero que não posso, nem devo, enfrentá-los agora. A futura Comissão tem, como é evidente, de definir o seu próprio programa, mas não me cabe a mim, agora, dizer-vos o que irá constar do manifesto da próxima Comissão.

Por isso, aceito o vosso desafio e encaro-o, aliás, como um sinal de confiança. No entanto, não posso, de momento, dar uma resposta a esse desafio. Considero que, fazendo um balanço deste mandato do Parlamento, temos boas razões para nos sentirmos orgulhosos. Todavia, prefiro concentra-me agora no Conselho Europeu de Junho, que tem, efectivamente, de tratar algumas questões extremamente importantes, que exigem uma enorme responsabilidade.

Em primeiro lugar, há a questão do Tratado de Lisboa e da transição que temos de efectuar de uma legislatura para a outra, e há também a questão da constituição de uma nova Comissão. Trata-se de um desafio extremamente delicado, tal como alguns de vós já referiram, uma vez que o Tratado de Lisboa ainda não se encontra em vigor, um Tratado que foi assinado, mas que ainda não foi ratificado pelos 27 governos.

A culpa não é do Parlamento Europeu, nem da Comissão. A verdade é que estes governos assinaram um Tratado que não estavam em condições de aprovar definitivamente e, devido a este revés, estamos perante um problema grave no que respeita à transição institucional. É um problema que exige um grande sentido de responsabilidade da parte de todos: do Conselho, do Parlamento e da Comissão.

É por esse motivo que saúdo as palavras tão sensatas da Presidência checa e também dos deputados que manifestaram a sua posição nesta matéria. Temos de encontrar soluções que respeitem plenamente o tratado actual; somos uma comunidade baseada no Estado de direito e não podemos suspender um tratado que já se encontra em vigor. Temos de encontrar soluções sensatas, no pleno cumprimento da legislação, que garantam a estabilidade do projecto europeu. Irei apelar aos Chefes de Estado ou de Governo presentes no Conselho Europeu de Junho para discutirem esta questão.

O outro problema que temos de resolver diz respeito à nossa resposta à questão económica. Considero que temos também de reconhecer que, nestas circunstâncias, apresentar diariamente novos programas não constitui prova de verdadeira responsabilidade. Trata-se de um erro. Penso que a liderança constitui sobretudo um exercício de responsabilidade; não se trata de uma exibição para a bancada.

Não seria difícil para a Comissão apresentar todos os dias ideias novas, sabendo perfeitamente que não teriam quaisquer possibilidades de vir a ser aplicadas. No entanto, não iremos fazer isso, porque pensamos que a nossa função, enquanto Comissão Europeia em representação dos interesses gerais da Europa, não pode resumir-se às opções mais fáceis ou a encenar manobras publicitárias. Queremos propor medidas e orientações reais que tenham possibilidades de reunir a Europa no seu conjunto, com as outras instituições, o Parlamento e o Conselho, e de unir os cidadãos europeus.

Na realidade, foi a Comissão que avançou com as primeiras propostas de um plano de relançamento europeu, utilizando todos os instrumentos à sua disposição. Tal como sabem, a maior parte destes instrumentos, como os orçamentos nacionais, enquadram-se no âmbito dos Estados-Membros. O orçamento europeu é mínimo comparativamente com os orçamentos nacionais.

Talvez alguns dos mais impacientes, e que exigem muito de nós, possam ajudar a Comissão durante as próximas perspectivas financeiras, a convencer os Estados-Membros, nomeadamente onde os partidos

votaram a favor de um máximo de 1% dos seus recursos, o clube do 1% que colocou um limite nos seus recursos financeiros. Ora, *aí* está algo que seria interessante conseguir durante a próxima legislatura.

Posso confirmar que temos um plano de acção para 2009; iremos apresentar linhas de orientação para a revisão financeira e para o nosso futuro plano de acção. No entanto, não serve de nada pedir às instituições europeias aquilo que elas não conseguem, neste momento, proporcionar.

Seria melhor perguntar-nos o que conseguimos *efectivamente* fazer, e digo-o com toda a sinceridade a propósito de determinadas críticas tecidas por pessoas que partilham comigo o mesmo ideal europeu, que estão fundamentalmente equivocadas ao criticar constantemente a Europa por aquilo que ainda não se fez, quando sabem perfeitamente que se a Europa ainda não o fez, não é por culpa das instituições comunitárias, mas devido à falta de ambição a nível nacional. Não é justo criticar dessa forma e essa atitude não facilita a nossa tarefa, que é avançar com o projecto europeu.

A verdade é que a Comissão apresentou algumas propostas ambiciosas, que estamos constantemente a acompanhar a situação económica e que iremos apresentar outras propostas que se revelarem necessárias. Todavia, neste momento, cremos que o que é importante é concentrarmo-nos na execução, tal como já afirmei, na execução e na aplicação do que está decidido, e não em gestos simbólicos, porque também temos preocupações muito sérias em matéria de estabilidade, com a dívida pública a atingir um nível deveras alarmante em toda a Europa. A situação em alguns dos nossos Estados-Membros é muito grave, e é por essa razão que temos de apresentar propostas que possam dar resposta a essas preocupações.

Considero também que temos de apoiar o trabalho que a Europa está a fazer. Reconheço que, por vezes, existe uma grande tentação de estar contra a Europa, em questões de política imediata e, particularmente, no contexto das eleições europeias, especialmente por parte dos deputados dos partidos que, nos seus respectivos países, estão na oposição.

Peço-vos que pensem bem, porque amanhã poderão os senhores estar no poder, amanhã poderão ser os senhores a apelar aos cidadãos para votarem na Europa e eles não irão votar numa Europa que foi por vós descrita como tribal. As pessoas irão votar numa Europa que reúne o apoio de todas as forças políticas à direita, à esquerda e ao centro e que é o reflexo do projecto europeu.

Ora, esse é, a meu ver, um enorme desafio. Sou a favor de uma Europa política, mas oponho-me às politiquices quando se trata do projecto europeu. Sou também contra as clivagens políticas impróprias em termos partidários. A verdade é que só podemos construir a Europa através de grandes famílias políticas. A Comissão é composta por estas famílias: o PPE, os socialistas, os sociais-democratas, os liberais e outros independentes. A Comissão irá continuar a funcionar desta forma. Reconheço que, do ponto de vista da política imediata, particularmente no Parlamento Europeu, e no contexto das eleições para o Parlamento Europeu, é legítimo que todos queiramos destacar o nosso próprio programa e o nosso próprio partido.

Eu também sou um defensor do meu partido. Fui eleito para o Parlamento português com 29 anos de idade. Fui líder da oposição e Primeiro-Ministro. Por isso, sou claramente um defensor do meu partido. No entanto, é importante não esquecer que a política europeia necessita de pessoas que defendam o seu partido, mas que também sejam capazes de ir além do seu próprio partido, que sejam capazes de constituir coligações que ultrapassem as diferentes posições partidárias. Se somos supranacionais, temos também de ter uma visão que vá além da do nosso próprio partido.

É para esse facto que eu vos pretendo alertar, e digo-o com todo o respeito, porque bem sei que a maior parte de vós se encontra, neste momento, ocupada com uma campanha eleitoral que é, por vezes, muito exigente, numa altura de importantes desafios nacionais. Penso que se trata de algo importante para o futuro. Se quisermos entender os enormes desafios que se colocam à Europa, temos de unir todos os europeus à esquerda, à direita e ao centro, todos os que apoiam os fundamentos do projecto europeu e não podemos sucumbir a esta escalada da dramatização partidária, porque é, a maior parte das vezes, totalmente artificial.

Posso dizer-vos que as propostas sobre os fundos de retorno absoluto, criticadas por alguns de vós, foram alvo de consenso no seio da Comissão, entre todos os comissários, membros da família socialista, membros da família liberal e membros do PPE. Não houve clivagens sobre esta matéria. Por isso, embora eu entenda que, em termos de combate político, faz todo o sentido centrarmo-nos na crítica deste ou daquele comissário, não creio que isso seja justo do ponto de vista político, nem do ponto de vista intelectual.

Para concluir, gostaria de dizer que admiro cada vez mais os pais fundadores. A verdade é a seguinte, e há que ser claro: a República Checa está a enfrentar um problema político. O Vice-Primeiro-Ministro, Vondra demonstrou uma grande honestidade ao admiti-lo inequivocamente. É evidentemente muito difícil para um

país que assume a Presidência da União ter de fazer face a uma crise política interna e de substituir o seu próprio governo. A verdade é que, apesar disso, estamos a caminho de obter bons resultados graças a vós, o Parlamento Europeu. Permito-me dizer que é também um pouco graças a nós, a Comissão, pelas propostas que apresentámos. Todavia, é também graças à Presidência checa. Estamos em fase de conclusão de 50 casos de co-decisão, alguns dos quais extremamente difíceis. Conseguimos fazê-lo, enquanto o país que exerce a Presidência se encontra em plena crise política. Penso que devemos prestar homenagem à capacidade institucional da Europa, em virtude da qual, mesmo numa situação como a actual, o Conselho Europeu consegue apresentar resultados.

É por isso que, agora que acabei de prestar homenagem à Presidência checa e, em particular, ao Vice-Primeiro-Ministro Vondra, o fiz com grande sinceridade, porque sei que é extremamente difícil, tal como presenciei todos os dias, trabalhar nestas condições e, ainda assim, conseguir apresentar resultados. Há aqui, portanto, uma escolha a fazer. Apesar de reconhecer que, para aqueles de nós que são mais ambiciosos, nomeadamente eu, ainda não atingimos os objectivos que fixámos, temos também de realçar o que fizemos e o que conseguimos fazer em conjunto. Outros centram-se, sobretudo, no que ainda não foi possível fazer. A mensagem que estão a enviar aos cidadãos europeus é sempre negativa. Tal como já repeti, o pessimismo dos pró-europeus é, por vezes, mais preocupante do que o eurocepticismo dos anti-europeus, porque não transmite uma mensagem de esperança aos que acreditam na Europa.

Gostaria agora de apresentar, perante o Vice-Primeiro-Ministro Vondra, a quem tenho de agradecer pelas suas intervenções, perante a Presidência checa e perante todos vós, os meus agradecimentos pelo que conseguiram fazer em conjunto, não obstante todas as nossas diferenças de opinião, pela Europa, que é um grande projecto de paz, de liberdade e de solidariedade.

Presidente. – Está encerrado o debate.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Charlotte Cederschiöld (PPE-DE), por escrito. – (EN) O proteccionismo está dissimulado nos Estados-Membros que demonstram menos confiança uns nos outros e menos interesse em cooperar. A UE foi criada não apenas como uma tentativa de assegurar a paz, mas também como uma ferramenta para a cooperação. Em alturas como esta, durante crises económicas e financeiras, é importante que os Estados-Membros não construam muros em redor das suas fronteiras nacionais, mas que continuem a agir de forma coordenada.

Temos de manter a solidariedade europeia, respeitando embora as regras e princípios que advêm do Tratado UE. A UE tem de tirar o máximo partido do mercado único e apoiar o comércio aberto na recessão económica.

As tentativas de encontrar um bode expiatório, como os mercados financeiros, não irão resolver os problemas. As novas regras irão pôr cobro aos abusos, mas não irão evitar o acesso ao capital e ao investimento quando sairmos do outro lado da crise.

Não é fácil superar os problemas. O proteccionismo não é, seguramente, a solução. A solução após a conclusão das actividades suscitadas pelas situações de alarme é mais comércio, mais harmonização, um mercado interno funcional com produtos e ainda mais serviços. A cooperação transfronteiriça aumenta a inovação e a criação de postos de trabalho, as únicas saídas sustentáveis da crise.

Pedro Guerreiro (GUE/NGL), por escrito. – A UE tenta esconder o "sol com a peneira", mas é evidente o quanto esta está na causa da contínua degradação das condições de vida dos trabalhadores e das populações.

Nos últimos 23 anos, a CEE/UE promoveu a circulação de capitais e a financeirização da economia, liberalizou e impulsionou as privatizações, concentrou sobreprodução, destruiu e deslocalizou capacidade produtiva, promoveu o domínio económico de uns à custa da dependência de outros, intensificou a exploração dos trabalhadores, centralizou, como nunca, a riqueza, aumentou as desigualdades sociais e as assimetrias regionais, tudo sob a batuta das grandes potências e dos grandes grupos financeiros e económicos.

As catastróficas previsões "da Primavera" da Comissão Europeia não são mais que o retrato das consequências das políticas neoliberais da UE - decididas e executadas pela direita e a social-democracia -, para Portugal: mais de 600 mil desempregados, perda de salário real, dois anos de recessão, crescimento da dívida pública e um défice orçamental que ultrapassará, novamente, os 6%.

Mas muito pior que estas previsões é a actual realidade para milhões de portugueses que vêem as suas dificuldades a aumentarem de dia para dia.

Dia 7 de Junho, os portugueses terão mais uma oportunidade para dizer basta, votando CDU!

10. Preparação da cimeira sobre o emprego - Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização - Agenda social renovada - Inclusão activa das pessoas excluídas do mercado de trabalho (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia a discussão conjunta:

- das declarações do Conselho e da Comissão sobre a preparação da cimeira sobre o emprego,
- do relatório (A6-0242/2009) da deputada Gabriele Stauner, em nome da Comissão do Emprego e Assuntos Sociais, sobre o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização [COM(2008)0867 – C6-0518/2008 – 2008/0267(COD)],
- do relatório (A6-0241/2009) do deputado José Albino Silva Peneda, em nome da Comissão do Emprego e Assuntos Sociais, sobre a Agenda Social Renovada [2008/2330(INI)], e
- do relatório (A6-0263/2009) da deputada Jean Lambert, em nome da Comissão do Emprego e Assuntos Sociais, sobre a inclusão activa das pessoas excluídas do mercado de trabalho [2008/2335(INI)].

Alexandr Vondra, *Presidente em exercício do Conselho.* – (EN) Senhora Presidente, como todos bem sabemos, estamos a ser atingidos por uma das mais graves crises económicas e financeiras desde há muitos anos. A União e os Estados-Membros adoptaram um vasto leque de medidas destinadas a atenuar os efeitos desta crise e também a atacar algumas das suas causas profundas, levando, simultaneamente, em conta, a necessidade premente de nos prepararmos melhor para o futuro a fim de enfrentarmos os desafios da economia global.

Estamos também cientes de que as actuais dificuldades não têm apenas a ver com números nos balanços financeiros ou com alterações às previsões económicas. Têm consequências reais nas pessoas: na sua subsistência, nas suas famílias e nos seus níveis de vida. Os mais directamente afectados são os que já perderam o emprego em resultado desta crise ou os muitos mais que estão em risco de perder o seu posto de trabalho nos próximos meses.

O Conselho Europeu da Primavera concordou com a realização de uma cimeira sobre o emprego para permitir uma troca de experiências sobre o grau de êxito das medidas de recuperação adoptadas, destinadas a apoiar o emprego e a criação de mais e de novos postos de trabalho. A cimeira irá realizar-se em Praga, na próxima quinta-feira.

O mandato conferido à Presidência foi claro. Necessitamos de analisar questões como a manutenção dos níveis de emprego através da flexigurança e da mobilidade, a criação de um ambiente favorável ao investimento e à criação de postos de trabalho pelas empresas, especialmente pelas de pequena e média dimensão, a actualização de competências e a antecipação das necessidades do mercado de trabalho. Devemos também centrar a nossa atenção no reforço e reestruturação do mercado de trabalho, a fim de o preparar para o futuro. O nosso objectivo é garantir que a cimeira não constitui apenas uma oportunidade para falar, mas que produz resultados concretos e recomendações que beneficiem a sociedade no seu todo.

Entre os participantes contar-se-ão a tróica social ao nível dos primeiros-ministros e ministros do emprego da actual Presidência checa e das próximas Presidências sueca e espanhola. Os parceiros sociais irão ser representados pelos presidentes e secretários-gerais da Business Europe e da Confederação Europeia dos Sindicatos, juntamente com os representantes das pequenas e médias empresas e dos empregadores do sector público. A Comissão Europeia será representada pelo Presidente José Manuel Barroso e pelo Comissário Špidla.

As presidências do Comité do Emprego, do Comité da Protecção Social e do Comité de Política Económica também irão estar presentes. Como é óbvio, foram também convidados representantes do Parlamento Europeu. Pelo que sei, o Presidente do Parlamento Europeu, senhor Pöttering, também estará presente.

Para preparar a cimeira, foram organizados três seminários nos países das três delegações participantes: em Madrid, Estocolmo e Praga. Estes seminários visaram sobretudo as questões da actualização de competências, do aumento do acesso ao emprego e da manutenção do emprego, da criação de postos de trabalho e da promoção da mobilidade.

Os seminários permitiram-nos centrar-nos, em conjunto com os parceiros sociais, nas principais áreas problemáticas. Foi com grande satisfação que constatámos a presença nos seminários preparatórios do representante do Parlamento Europeu, senhor deputado Andersson, presidente da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais.

O seminário sobre a actualização de competências, que teve lugar em Madrid, sublinhou que as competências são fundamentais para nos prepararmos para o futuro. A curto prazo, as competências aumentam tanto a produtividade como a mobilidade. A longo prazo, preparam o caminho para a recuperação, aumentam a competitividade e são fundamentais para a redução da exclusão e para a promoção de uma maior igualdade social.

No que respeita à actualização de competências, que é apoiada por todas as partes interessadas, não tem apenas a ver com qualificações formais, mas também com a promoção de domínios como a capacidade de comunicação entre os jovens.

A questão do financiamento da aquisição de qualificações mais elevadas não pode ser ignorada, especialmente numa altura de crise. Exige um compromisso não apenas das autoridades públicas, mas também dos empregadores e dos próprios trabalhadores e candidatos a emprego. A nível comunitário, existe a necessidade de explorar ainda mais as possibilidades da utilização do Fundo Social Europeu. No que respeita aos empregadores, o seu interesse no desenvolvimento das capacidades é evidente, uma vez que as empresas que não investem na actualização das competências têm duas vezes e meia mais probabilidades de não sobreviverem do que as investem.

O seminário realizado em Estocolmo sobre o acesso ao emprego centrou-se no modo de conseguir que as pessoas que perderam o emprego há pouco tempo e os inactivos recuperem ou encontrem trabalho o mais rapidamente possível. Os desempregados recentes não devem ficar em desemprego prolongado. É particularmente importante que os sistemas de protecção social funcionem como trampolim para o novo emprego e não apenas como redes de segurança passiva. A necessidade de incentivos à procura activa de emprego não pode ser esquecida. A abordagem da flexigurança deve contribuir para que as transições compensem, nomeadamente proporcionando o elemento de segurança necessário.

Durante este seminário realizado em Estocolmo, foi também sublinhado que as medidas a curto prazo não podem prejudicar o longo prazo. Os sistemas de reforma antecipada constituem uma má solução para a criação de mais postos de trabalho para os jovens, uma vez que reduzem as taxas de participação globais e são inevitavelmente acompanhados de aumentos dos custos da segurança social.

Ao nível comunitário, foi identificada a possibilidade da utilização do Fundo Social Europeu para o financiamento de medidas de inclusão activa, assim como a possibilidade de os trabalhadores mais velhos permanecerem no mercado de trabalho através da redução das suas contribuições para a segurança social.

No último seminário, que teve lugar na semana passada em Praga, foi realçada a necessidade de manter o emprego e de desenvolver um ambiente favorável ao empreendedorismo e à criação de postos de trabalho. Os regimes de trabalho temporário e de curta duração podem ser vantajosos, mas há que garantir a sua sustentabilidade financeira. No entanto, temos de evitar a tendência para o proteccionismo, que só pode prejudicar a União.

Temos também de adoptar medidas activas para promover a mobilidade e, uma vez mais, e neste contexto, o aumento da flexibilidade dos nossos mercados de trabalho tem um papel fundamental a desempenhar. Não obstante as consequências da crise, ainda há um número substancial de ofertas de emprego na Europa, mas existe falta de coordenação dentro e entre os Estados-Membros. As pessoas encontram-se frequentemente no local errado, ou não possuem as competências adequadas, ou verifica-se uma combinação de ambas as situações.

Ficou claro, a partir destes seminários, que a actual crise não é apenas cíclica, mas estrutural. Irá ser necessário proceder a alterações profundas para fazer face à forte concorrência de uma economia globalizada e para salvaguardar o emprego a longo prazo na UE. No entanto, em muitos casos, estas alterações prendem-se, na realidade, com a continuação das iniciativas e mesmo com a aceleração das reformas há muito esperadas, que têm sido prosseguidas há muitos anos no contexto da estratégia europeia para o emprego.

Para além dos esforços para manter os actuais postos de trabalho, temos também de criar um ambiente favorável ao investimento e à criação de novos postos de trabalho pelos investidores e empresas. Não podemos manter todos os postos existentes: a crise exige a introdução de alterações estruturais, e algumas pessoas irão perder o emprego. Mas temos de proporcionar aos desempregados a possibilidade de melhorarem as

suas competências e empregabilidade e de encontrarem rapidamente um novo posto de trabalho que foi criado noutra local.

Permitam-me também abordar rapidamente outros temas que os senhores deputados irão discutir hoje durante o debate da Agenda Social. Felicito, em particular, o senhor deputado Silva Peneda pelo seu relatório exaustivo e de grande alcance, que engloba um vasto leque de questões e que exige especificamente uma ambiciosa agenda de política social.

O senhor deputado Silva Peneda sublinha a necessidade da criação de postos de trabalho e da flexigurança no local de trabalho no quadro da política social europeia alargada. Reconhece também a importância do desenvolvimento de novas competências, da aprendizagem ao longo da vida e da promoção da cooperação entre as universidades e o mundo empresarial. São aspectos fundamentais que também farão parte da nossa agenda para a cimeira desta semana.

Este relatório, de âmbito muito vasto, é complementado pelo da senhora deputada Lambert sobre a forma de incluir as pessoas que são frequentemente excluídas do mercado de trabalho. A cimeira desta semana terá seguramente de levar em conta este importante objectivo. Não podemos e não iremos incentivar a criação de postos de trabalho só para alguns. O nosso objectivo, ainda mais agora, que nos encontramos numa situação difícil, é a adopção de uma abordagem inclusiva da política de emprego.

A Presidência checa apoia as metas de emprego a longo prazo da União Europeia e reiterou a necessidade de incentivar mais as pessoas a procurarem emprego e a aumentarem a sua empregabilidade. Todos devemos concordar que é preferível as pessoas garantirem elas próprias a sua subsistência e serem livres do que serem dependentes do sistema de protecção social. É por isso que temos de reduzir a segmentação dos nossos mercados de trabalho.

O Fundo de Ajustamento à Globalização apoia os trabalhadores que perderam o emprego por causa da globalização. Congratulo-me com o facto de existir acordo entre o Parlamento e o Conselho sobre a alteração do Fundo e agradeço à senhora deputada Stauner pelo seu trabalho nesta matéria. Com a introdução de uma maior flexibilidade no modo como o Fundo é utilizado e com a redução do número de despedimentos de 1000 para 500, irá tornar-se um instrumento ainda mais eficaz para ajudar a combater os efeitos da crise económica.

Permitam-me concluir afirmando que a necessidade mais premente neste momento é que as muitas ideias que saíram dos seminários preparatórios, e que irão alimentar o debate na Cimeira sobre o emprego desta semana, sejam traduzidas em acções. Tal como afirmei logo desde o início, estamos à procura de um resultado concreto que beneficie a sociedade no seu todo, assim como os cidadãos europeus.

Não podemos esperar que os efeitos da actual crise fiquem resolvidos com uma única reunião, mas devemos centrar-nos em recomendações e iniciativas específicas que, em conjunto, contribuam para minimizar os efeitos da crise e nos ajudem a sair dela ainda mais fortes.

PRESIDÊNCIA: SIWIEC

Vice-Presidente

José Manuel Barroso, *Presidente da Comissão*. – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o forte aumento do desemprego é a consequência mais dramática da crise económica mundial. Afecta os cidadãos individuais e as famílias, que se encontram submersas em dificuldades reais. Afecta a sociedade, privando-a de vitalidade, e afecta a economia, que perde competências e experiência que demorarão anos a reconstruir.

É aí que o custo humano e social da crise se faz sentir mais severamente. O desemprego é um fenómeno local, nacional, mas também europeu. No seio do mercado europeu, onde cada vez mais cidadãos exercem o seu direito de liberdade de circulação, o emprego é uma antiga preocupação tanto da política nacional como europeia. É por isso que é absolutamente necessário encontrar respostas numa perspectiva europeia.

O desemprego é a principal preocupação da Comissão. A Comissão está a trabalhar de forma incansável para que todos os que possuem responsabilidades políticas na Europa ouçam este apelo e dediquem toda a sua energia à procura de um fim para a crise.

Sei que, no Parlamento Europeu, não é necessário explicar a importância e a gravidade do desemprego. Todos os dias, um dos vossos eleitores perde o seu emprego e três outros receiam vir a ter o mesmo destino.

Em Março, o Conselho Europeu aprovou a iniciativa da Comissão e da Presidência checa do Conselho de dedicar uma cimeira à dimensão “emprego” da actual crise económica e financeira. Esta questão tem estado no centro das nossas principais preocupações desde o início da crise e deu origem à nossa proposta, de Dezembro passado, de um plano de relançamento da economia europeia. A respectiva aplicação a nível nacional e europeu já está a desempenhar um papel importante na preservação do emprego existente e na criação de novos postos de trabalho.

No entanto, é necessário avaliar urgentemente o seu impacto no emprego. Temos de retirar os ensinamentos necessários para adaptar a nossa acção aos meses que estão para vir. Continuo a considerar que a questão do emprego teria justificado a realização de uma cimeira europeia propriamente dita, uma cimeira que reunisse os 27 Chefes de Estado ou de Governo.

O Conselho Europeu de Março optou, com grande pena minha, por um formato mais restrito. Não obstante, isso não constitui razão para a Comissão refrear as suas ambições relativamente ao conteúdo desta cimeira sobre o emprego e o respectivo acompanhamento durante as Presidências sueca e espanhola que se seguem.

A dimensão europeia é absolutamente vital por duas razões principais. Em primeiro lugar, temos de enviar um sinal claro aos cidadãos e dizer-lhes que a União Europeia entende bem a verdadeira natureza da crise, que não se trata meramente de uma questão para os economistas e banqueiros, mas que é o bem-estar dos cidadãos, dos trabalhadores e das suas famílias nos quatro cantos da Europa que está em causa.

A nossa resposta à crise não pode limitar-se a medidas técnicas destinadas a resolver problemas de regulamentação. Devem ter na sua essência os nossos valores mais fundamentais: a justiça social e a solidariedade. A nossa resposta deve ser entendida desta forma, como uma resposta que deriva da importância que atribuímos a determinados valores essenciais.

Sou da opinião de que todas as crises proporcionam também oportunidades que devem ser aproveitadas, oportunidades de renovar o nosso modelo europeu de uma economia social de mercado e igualmente de uma economia ecológica; proporciona oportunidades de mostrar a vontade firme da Europa de contribuir para o bem-estar dos seus cidadãos.

Em segundo lugar, a Europa pode verdadeiramente mudar a realidade e contribuir. Como é óbvio, e sejamos bem claros quanto a isto, se o nível nacional detiver a maioria do poder, a Europa pode fazer muito. Podemos utilizar os instrumentos à nossa disposição de modo a tirarmos deles o máximo partido. O Fundo Social Europeu pode ajudar um número considerável de pessoas; este Fundo permite o acesso à formação a nove milhões de pessoas todos os anos.

Podemos também agir como centro de recepção de ideias, como um laboratório. Os governos nacionais, as autoridades locais, os parceiros sociais e todas as partes interessadas na Europa estão a tentar encontrar soluções para as consequências do desemprego. Necessitam de ideias e de projectos. A União Europeia é o quadro ideal para reunir ideias, para escolher as que irão funcionar melhor e, especialmente, para ajudar na respectiva aplicação.

Trabalhámos neste processo com a Presidência checa, com as futuras Presidências sueca e espanhola e com os parceiros sociais.

(EN) Senhor Presidente, como sabe, a cimeira foi preparada com um processo de consulta intenso, elaborado em redor dos três seminários preparatórios. A contribuição deste Parlamento para esse processo foi extremamente valiosa. Gostaria particularmente de prestar a minha homenagem ao empenho pessoal dos membros da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais e, em especial, ao seu presidente, senhor deputado Andersson.

Os seminários organizados em Madrid, Estocolmo e Praga deram provas de ser excelentes pontos de convergência para a fase de reunião de ideias sobre as estratégias que funcionam melhor. Saúdo a participação activa dos parceiros sociais e a colaboração das outras partes interessadas. O Comité Económico e Social Europeu desempenhou um papel activo na reunião de ideias dos seus congéneres nacionais, que irão enriquecer o debate e, aliás, irei reunir-me em Praga com o Comité Económico e Social.

Gostaria de destacar quatro questões fundamentais que surgiram destes seminários.

Em primeiro lugar, a principal prioridade deve ser manter as pessoas nos seus postos de trabalho, fazer tudo o que for possível para evitar um novo aumento do desemprego. Os que perdem o seu emprego têm de ser ajudados a encontrar outro. Esta ajuda deve ser oferecida imediatamente: não serve de nada esperar que as

peçoas estejam desempregadas há vários meses, tempo esse durante o qual as suas competências se deterioram e a sua confiança atinge níveis mínimos. O desemprego prolongado é dramático para as peçoas atingidas e causa danos reais na nossa estabilidade social e da nossa competitividade a longo prazo.

Em segundo lugar, a crise atinge mais intensamente os mais vulneráveis – as peçoas menos qualificadas, os recém-chegados ao mercado de trabalho ou as peçoas com deficiências, que, mesmo nas alturas mais favoráveis, têm dificuldade em encontrar emprego. É chegada a hora da inclusão activa, de intensificar os esforços destinados a apoiar particularmente estes grupos – uma repercussão muito clara do relatório Lambert que consta da ordem de trabalhos de hoje.

Em terceiro lugar, temos também de trabalhar para aumentar as oportunidades para os jovens. Sei que esta é uma especial preocupação deste Parlamento. Temos de agir para combater o risco que muitos jovens correm de concluírem os seus estudos e irem directamente para o desemprego. Os jovens necessitam do nosso apoio activo para encontrarem estágios ou formação complementar para poderem encontrar emprego e manter os seus postos de trabalho no futuro.

Por fim, há que actualizar as competências e dar resposta às necessidades do mercado de trabalho. Em períodos de dificuldades económicas, é ainda mais importante que as peçoas adquiram competências que melhorem a sua empregabilidade durante e também após a crise. Temos de preparar as peçoas para os empregos do futuro: os postos de trabalho ecológicos e noutros sectores em crescimento, como a saúde e o sector dos serviços sociais.

Este debate também constitui uma oportunidade para a elaboração conjunta da análise deste Parlamento da agenda social renovada. Considero as questões abrangidas pelo relatório do senhor deputado Silva Peneda uma parte importante do legado desta Comissão: uma abordagem ao acesso, à solidariedade e à oportunidade para garantir que as nossas políticas se enquadram simultaneamente nos nossos sólidos valores fundamentais e nas realidades da sociedade de hoje. Quero felicitar veementemente o senhor deputado Silva Peneda pelo seu extraordinário trabalho e penso que a nossa cooperação, nomeadamente com o meu colega da Comissão, Vladimír Špidla, foi extremamente importante.

Esta agenda, uma agenda de inclusão social e de inovação social, procura capacitar e equipar os europeus para enfrentarem realidades em rápida mudança, moldadas pela globalização, pelo progresso tecnológico e pelo envelhecimento das sociedades e ajudar os que sentem dificuldade em fazer face a essas mudanças.

Não podemos separar a nossa agenda económica da agenda social: não pode existir recuperação económica com base no colapso social, tal como não pode existir progresso social num quadro de deserto económico.

Agradeço a análise detalhada destas propostas efectuada pelo Parlamento, à qual o Comissário Špidla irá responder posteriormente com mais pormenor, ainda durante o debate. Permitam-me incidir sobre uma questão, pela qual nutro um especial sentimento de paternidade, que é a do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização. Gostaria de agradecer ao Parlamento por tratar com tanta celeridade as propostas da Comissão que visam a renovação do Fundo. As novas regras irão aumentar a utilização dos recursos financeiros destinados à reafecção e reciclagem dos trabalhadores que estão a perder o emprego devido à actual recessão; mais empresas tornar-se-ão elegíveis e o orçamento comunitário passará a suportar uma parte maior dos custos. A vossa votação desta semana constitui uma excelente notícia, que surge antes da Cimeira de Praga sobre o emprego.

A Cimeira sobre o emprego, que se realiza esta semana, proporciona a oportunidade de manter a questão do emprego no topo das prioridades europeias, que é onde deve estar. Pretendo que esta cimeira produza resultados concretos e tangíveis. Estou com esperança de que isso irá acontecer. E, em vez de ser um acontecimento pontual, espero também que se trate de mais um marco importante num processo contínuo que começou muito antes da crise, um processo de cooperação entre a Comissão, os Estados-Membros e os parceiros sociais, que se prolongará durante e para além da crise.

Enquanto Presidente da Comissão, irei levar esta prioridade ao Conselho Europeu de Junho e colocá-la à consideração dos 27 Chefes de Estado e de Governo. Não é caso para menos. A Europa não é apenas um projecto económico e político. Sempre foi e será também um projecto social.

Gabriele Stauner, *relatora*. – (DE) Senhores Presidentes, Senhoras e Senhores Deputados, tanto esforço para tão pouco resultado! É assim que podemos resumir o trabalho para adaptar o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG) às necessidades da crise económica e financeira.

Pouco resultado, porque face ao número de trabalhadores em causa e à dimensão da crise, a totalidade dos fundos afectados a este instrumento, concretamente 500 milhões de euros, parece um montante diminuto. No entanto, essa conclusão seria um enorme equívoco. As conquistas do FEG, após a reestruturação em conjunto com os outros instrumentos de solidariedade e apoio de que dispomos a nível europeu, estão bem patentes.

O bebé aqui é o FEG. Foi criado em 2006 e deveria ser um sinal claro de que a globalização não tem apenas efeitos positivos para os trabalhadores, mas que, devido aos despedimentos em massa e, especialmente, às deslocalizações das empresas, pode também ter repercussões negativas para eles. Por isso, até os especialistas em matéria orçamental mais prudentes puseram de parte os seus receios, e decidimos abrir mais uma linha de financiamento.

Agora, os efeitos da globalização foram totalmente ultrapassados pela crise económica e financeira e a nossa reacção calculada é o ajustamento dos critérios de financiamento do FEG. Simultaneamente, um dos problemas das nossas deliberações sobre a revisão foi que, devido ao facto de o FEG ser um instrumento recente, não existia uma grande experiência na Comissão e continuamos a encontrar dificuldades em avaliar a eficiência das actuais regras.

Gostaria também de referir que, no futuro, a coexistência do FEG e do Fundo Social Europeu não deve ser ignorada.

A maioria dos membros da Comissão do Emprego manifestou-se a favor da validade temporária do regulamento que vai ser alterado, para que as disposições passem agora a aplicar-se a todas as candidaturas apresentadas até 31 de Dezembro de 2011 e, no que respeita ao conteúdo, afectem os trabalhadores que perderam os seus empregos em consequência directa da crise económica e financeira mundial. Isto significa que a partir de 2012 temos de voltar a reflectir sobre a manutenção da validade do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização.

No que respeita ao conteúdo, este representa seguramente um desagravamento, se o número de trabalhadores despedidos numa determinada região necessários para accionar a intervenção do FEG for reduzido de 1000 para 500 e, simultaneamente, o período de pagamento for aumentado de 12 para 24 meses. Esta alteração facilita o processo de aplicação e proporciona um apoio sustentável aos nossos trabalhadores, até encontrarem um novo emprego.

O nível de distribuição do financiamento da UE e do co-financiamento proveniente dos orçamentos nacionais foi uma questão altamente controversa. Mas chegámos a um compromisso. Mantêm-se, basicamente, os 50%, ou 50:50, e apenas em casos especiais poderá a quota de financiamento proveniente dos fundos comunitários chegar a 65%. Fiquei muito satisfeita com este resultado. Por isso, na comissão já pusemos cobro às ilusões, uma vez que o Estado-Membro que receber financiamentos destinados aos seus trabalhadores já deve saber bem quais são as suas responsabilidades. Os resultados serão mais facilmente alcançados se o Estado-Membro prestar também uma contribuição financeira substancial.

Estou especialmente satisfeita por termos conseguido obter uma consolidação, 20% dos custos directos, nas nossas conversações com o Conselho e com a Comissão. Foi exactamente isso que aprovámos na comissão, há alguns dias, relativamente ao Fundo Social Europeu. Continua a existir suficiente margem para futuras alterações e melhoramentos. Gostaria de agradecer a todos pela vossa colaboração construtiva em todas as fases, tanto na comissão como com o Conselho e com a Comissão, e de vos pedir para apoiarem a alteração.

José Albino Silva Peneda, relator. – Senhor Presidente, caros Colegas, durante os últimos meses em que decorreu a elaboração do relatório sobre a Agência Social Renovada, os efeitos da crise económica, financeira e social que afectam a Europa e o mundo têm vindo a ser agravados. Assistimos todos os dias a mais despedimentos, a mais encerramentos de empresas, a mais famílias em situações dramáticas.

Mais do que uma crise económica e financeira, eu sinto que vivemos uma crise de confiança. Segundo os últimos dados do Eurostat, em Fevereiro de 2009, mais de 19 milhões de homens e mulheres estavam desempregados na União Europeia. Perante este quadro e se nada for feito, a seguir ao aumento do desemprego, teremos com certeza mais pobreza, mais exclusão social, mais insegurança, mais criminalidade e sobretudo mais desconfiança.

Tenhamos a noção de que o desemprego, a face mais visível desta crise, não implica apenas a perda de rendimentos para aqueles que estão desempregados e as suas famílias. O desemprego desencoraja e pode levar à perda de confiança nos próprios e nos outros que os rodeiam. Mesmo antes da crise que hoje enfrentamos, os Estados-Membros da União Europeia estavam já confrontados com os problemas sociais

que resultam de um fraco crescimento económico, de uma situação demográfica complicada e das dificuldades em conviver com uma economia mundial cada vez mais globalizada.

Neste relatório eu procurei reflectir de forma tão clara quanto possível e tão pragmática quanto possível estas preocupações. Eu sei que uma agenda social é um conceito muito amplo e portanto tentei chegar a um relatório equilibrado e apresentar de forma clara e concisa aquilo que é realmente prioritário.

Em primeiro lugar, as Instituições da União Europeia podem desempenhar um papel de relevo no reafirmar da importância dos modelos sociais e das estruturas de carácter social dos Estados-Membros, ajudando a construir consensos sobre a importância do seu acesso universal, da sua qualidade e sobretudo da sua sustentabilidade.

Em segundo lugar, temos que mobilizar todos os instrumentos ao nosso alcance para conseguir uma maior e melhor inserção das pessoas no mercado de trabalho.

A terceira prioridade resulta da conclusão de que ainda há muito por fazer para a plena mobilidade dos cidadãos dentro da União Europeia.

Quarta prioridade, penso que a União Europeia tem que ter um papel muito mais activo na promoção de normas sociais e ambientais, nas suas relações externas, com potências emergentes, como o Brasil, a Rússia, a Índia e a China, isto é particularmente importante quando se fala de acordos comerciais.

A quinta prioridade que a Comissão tem tentado implementar, ainda hoje com esta votação que vamos também ter sobre o relatório dos fundos de globalização, diz respeito à flexibilização dos Fundos Estruturais europeus.

Para que os cidadãos europeus entendam e possam enfrentar as mudanças que o contexto actual implica, o diálogo social deve ser reforçado com o objectivo de aumentar a transparência nas decisões da adaptação social e da reestruturação económica. Costumo dizer que temos de passar de uma fase de conflitualidade para uma fase de cooperação nas relações de diálogo social. Por outro lado, o método aberto de coordenação deve ser reforçado, um complemento essencial da legislação da União Europeia. As políticas sociais não podem ser uma manta de retalhos de acções e ideias soltas, é preciso uma melhor articulação entre iniciativas do ponto de vista económico, laboral, social e ambiental.

É fundamental que a política social ande de mãos dadas com a política económica, visando uma recuperação sustentável não só do tecido económico mas também do tecido social. Há um ponto onde quero ser muito claro, a crise que vivemos não pode servir de pretexto para reduzir despesas sociais, mas tem de ser dito que se este não é o tempo de fazer cortes nas despesas sociais, também é o tempo de continuar de forma decidida a implementar as reformas estruturais necessárias, por isso tenho que saudar a Comissão e o Presidente Barroso que, em circunstâncias bem complexas, têm conseguido pôr a Europa a tratar dos problemas da crise de forma coordenada...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Jean Lambert, relatora. – (EN) Senhor Presidente, disparei ainda de alguns minutos, mais tarde, para me pronunciar sobre algumas das outras questões aqui em discussão esta tarde. Mas o relatório em que estive especificamente a trabalhar diz respeito à questão da inclusão activa das pessoas excluídas do mercado de trabalho.

Em primeiro lugar, quero agradecer a todos os colegas que nele participaram e às muitas organizações da sociedade civil que também deram o seu contributo.

Temos estado esta tarde a falar sobre o perigo de os períodos de recessão aumentarem os riscos de exclusão, caso não tomemos os cuidados necessários: os riscos de as pessoas perderem agora o emprego e poderem não conseguir voltar a ingressar no mercado de trabalho num futuro próximo; de os que já estão em dificuldades nem sequer conseguirem aceder ao mercado de trabalho; e também, como é óbvio, há os que nem sequer fazem parte do mercado de trabalho. Arriscam-se a ficar esquecidos, e essa é uma situação a que temos de estar muito atentos.

Temos de analisar algumas das barreiras estruturais que nós, enquanto sociedade, estamos também a colocar no que respeita à inclusão activa. Um dos aspectos em que acordámos na comissão foi que a inclusão activa não deve surgir em substituição da inclusão social, esse sentimento mais amplo de que temos um papel a desempenhar na sociedade. Estamos, em termos gerais, inteiramente de acordo com o Conselho e com a

Comissão quanto à suas recomendações nesta matéria, no que respeita ao apoio adequado ao rendimento, expressão que é utilizada no presente relatório.

Também nos referimos ao rendimento mínimo nos casos em que queremos dizer precisamente isso. Nos casos em que as pessoas necessitam desse rendimento para poderem ter uma vida condigna, para poderem ter opções e oportunidade de participar activamente na sociedade. É importante no que respeita ao apoio aos mais vulneráveis, às carreiras profissionais, aos que precisam de apoio para terem uma vida independente e, efectivamente, para as pensões.

O relatório afirma também que é importante que os Estados-Membros considerem a questão do salário mínimo. Deparamo-nos com o problema cada vez maior dos trabalhadores pobres na União Europeia.

No relatório falámos também das dificuldades com os sistemas de segurança social e com a sua falta de capacidade de resposta, em particular quando tentamos que as pessoas não percam o contacto com o mundo do trabalho e possam fazer trabalho esporádico, temporário ou com contrato a termo. Os sistemas de segurança social nem sempre respondem a essas situações da melhor forma.

Mas também alertamos quanto às medidas de activação, em particular as que por vezes introduzem penalizações que podem ter consequências indirectas, por exemplo, nas famílias das pessoas afectadas, ou aos casos em que as pessoas frequentam vários programas de formação para postos de trabalho que simplesmente não existem.

Estamos também de acordo relativamente às questões que se prendem com o mercado de trabalho inclusivo. Foi por isso que destacámos as questões da luta contra a discriminação e da necessidade da aplicação adequada da legislação, as questões relacionadas com a formação e o ensino destinadas a manter as pessoas na escolaridade e evitar o abandono escolar precoce e uma abordagem mais individualizada que vá ao encontro das necessidades dos indivíduos.

Também concordámos quanto à questão do acesso a serviços de qualidade, uma vez que estes são extremamente importantes para os indivíduos vulneráveis e em dificuldades. Sublinhámos o papel que as autoridades locais têm a desempenhar em todo este processo e a necessidade de mais um quadro em redor dos serviços de interesse geral, para podermos garantir que as pessoas estão a ter acesso aos serviços de que necessitam.

Igualmente importante para nós é, a meu ver, a questão da voz de todo este processo: que as pessoas que sentem excluídas devem também ser incluídas quando estamos a analisar as medidas a implementar e considerar se estas medidas irão realmente dar resposta às necessidades das pessoas em situação de desemprego prolongado, das pessoas mais velhas ou dos jovens que estão a tentar aceder ao mercado de trabalho. Essa questão de a voz ser estruturada através do método de coordenação aberta é extremamente importante e não deve ser esquecida.

Anne Ferreira, *relatora de parecer da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar*. – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, na qualidade de relatora de parecer da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar, gostaria de agradecer ao senhor deputado Silva Peneda por ter especificado no seu relatório o facto de a Comissão não estar a propor medidas concretas para compensar as consequências sociais e sanitárias das crises ecológica e climática. Gostaria também de lhe agradecer por ter mencionado a economia social, embora seja de lamentar que o seu papel em matéria de política de coesão e de criação de emprego de qualidade e não deslocalizável não tenha sido referido.

Em vésperas das eleições europeias, este relatório seria mais bem-vindo se determinados objectivos não sofressem de uma clara falta de ambição. Será que nos podemos contentar com a flexigurança e com normas mínimas em matéria de legislação laboral? Não, não podemos. Não obstante, devemos preocupar-nos que amanhã, a direita possa rejeitar estas normas mínimas, como tem recusado, neste últimos cinco anos, uma directiva sobre os serviços de interesse geral.

Iremos amanhã, finalmente, aprovar o salário mínimo? Os cidadãos europeus já reclamam há anos uma Europa social forte. O próximo Parlamento tem de conseguir concretizar os diversos progressos sociais propostos no relatório. Espero que isso contribua para mobilizar todos no dia 7 de Junho.

Monica Giuntini, *relatora de parecer da Comissão do Desenvolvimento Regional*. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, na minha qualidade de relatora de parecer, gostaria particularmente de me pronunciar sobre as alterações ao FEG, o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, e de manifestar o meu apreço pela proposta da Comissão relativa ao acordo obtido com o Parlamento em primeira leitura.

Congratulo-me particularmente com o seguinte: em primeiro lugar, por termos alargado temporariamente a possibilidade de utilizar o FEG, fazendo dele um instrumento do plano de relançamento europeu para dar resposta à crise económica e financeira mundial e apoiar os trabalhadores que perderam o emprego; em segundo lugar, por termos reduzido o número mínimo de despedimentos necessários de 1000 para 500 para se beneficiar do fundo; em terceiro lugar, por termos aumentado a taxa de co-financiamento da UE para 65% em casos particulares durante esta fase.

Por último, espero, tal como já afirmei no parecer da Comissão do Desenvolvimento Regional, que a Comissão proceda a uma avaliação dos efeitos das medidas temporárias até ao final de 2011 e proporcione a oportunidade, eventualmente necessária, de o Parlamento rever a legislação.

Cornelis Visser, *relator de parecer da Comissão da Cultura e da Educação*. – (NL) Senhor Presidente, a importância da agenda social renovada é óbvia, particularmente no contexto da actual crise económica. O relator, senhor deputado Silva Peneda, colocou um grande empenho na elaboração deste relatório. Nós, na Comissão da Cultura e da Educação, demos o nosso contributo através deste parecer. São quatro as questões no centro das atenções, nomeadamente, o ensino e o mundo empresarial e a relação entre os dois, a aprendizagem ao longo da vida, a importância do multilinguismo e o desporto.

Em primeiro lugar, gostaria de abordar a relação entre o ensino e o mundo empresarial. É necessário um maior diálogo entre empresas, institutos de formação, organizações sindicais e o mundo associativo, a fim de identificar novas competências para a economia. A educação de adultos desempenha aqui um papel importante no desenvolvimento destas competências.

Os conteúdos educativos devem ser conformes às exigências vocacionais e práticas. É também necessário promover a cooperação entre as universidades e o mundo empresarial. Deve ser construída uma ponte entre os currículos e o mundo empresarial, devendo ser facultada à comunidade empresarial a possibilidade de complementar programas curriculares, oferecer estágios e organizar jornadas “porta aberta” para estudantes.

A aprendizagem ao longo da vida é também muito importante. É fundamental conciliar a vida familiar, o trabalho e a formação. A guarda de crianças em instituições públicas e privadas desempenha aqui um papel importante e deve ser alargada para que os pais possam participar ao longo das suas vidas.

O desporto é outro instrumento, e gostaria de o referir na perspectiva da Comissão da Cultura e da Educação, que também promove o desporto. O desporto fomenta o desenvolvimento de valores como a lealdade, a solidariedade, o respeito pelas regras e o espírito de equipa, desempenhando ainda um papel importante no domínio da saúde. Importa também motivar os Estados-Membros para estes aspectos.

Marie Panayotopoulos-Cassiotou, *relatora de parecer da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros*. – (EL) Senhor Presidente, redigi o parecer da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros sobre o relatório em matéria de inclusão activa das pessoas excluídas do mercado de trabalho, da senhora deputada Lambert, que gostaria também de congratular pela sua vontade de incluir, tanto quanto possível, o parecer da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros.

A igualdade entre os géneros e o respeito do princípio de não discriminação em geral são condições prévias fundamentais para a inclusão activa no mercado de trabalho e para a integração social que a deve acompanhar. Considero particularmente importante que a tónica seja colocada no apoio aos membros das famílias, de todas as idades, na solidariedade intergeracional e no auxílio que deve ser prestado aos grupos vulneráveis da população nos períodos difíceis que as famílias podem vir a atravessar, para que estas possam ser sempre úteis à sociedade e sem que as circunstâncias difíceis deixem as suas marcas. É por isso que a transição de uma situação para a outra é muito importante e deve ser apoiada recorrendo a todos os meios disponibilizados pelo Estado, pelas agências da segurança social, pelos parceiros sociais e pelo sector associativo, para que a sociedade sinta solidariedade e responsabilidade mútua por todos os seus membros.

Espero que o relatório da senhora deputada Lambert proporcione o impulso necessário à proposta de resolução incluindo as modificações introduzidas pelo meu grupo político, para que não inclua apenas o apoio ao rendimento, mas também apoio generalizado à criação de condições de vida condignas, que abranja os participantes mais importantes, os menos importantes e também os não participantes no mercado de trabalho.

Othmar Karas, *em nome do Grupo PPE-DE*. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente da Comissão, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhoras e Senhores Deputados, estamos agora a debater três relatórios. Dois destes relatórios foram elaborados por relatores do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e

dos Democratas Europeus e um por um relator do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia. Afirmo-o porque isso demonstra claramente que o Grupo Socialista no Parlamento Europeu não possui o monopólio dos temas sociopolíticos e que estas questões nos dizem respeito a todos.

Na qualidade de vice-presidente do Grupo PPE-DE, gostaria de agradecer especialmente ao senhor deputado Silva Peneda e à senhora deputada Stauner pelo seu trabalho, dado que são representantes credíveis do modelo social e de vida europeu da economia social de mercado e porque são defensores importantes, no seio do nosso grupo, de um diálogo social aprofundado. Estes relatórios devem procurar que a política da União Europeia reaja de forma eficaz aos desafios económicos e sociais. Têm por objectivo proporcionar oportunidades a mais pessoas, melhorar o acesso a serviços de elevada qualidade e demonstrar solidariedade para com os que sofrem consequências negativas com as alterações.

Tudo o que pretendemos da Comunidade tem também de ser aliciente para a maioria dentro dos próprios Estados-Membros, porque não temos autoridade para fazer tudo o que as pessoas esperam de nós. Infelizmente, em matéria de política social ainda não podemos fazer tudo. No entanto, o Tratado de Lisboa constitui um importante passo em frente. O pleno emprego irá tornar-se um objectivo, a economia social de mercado sustentável será o modelo económico e social europeu e os direitos sociais fundamentais passarão a estar consagrados no Tratado.

Todavia, dispomos não apenas de pouca autoridade, mas também de pouco dinheiro. Por conseguinte, insto a Comissão a apresentar uma proposta relativa à introdução de um imposto sobre as transacções financeiras até ao final do ano e a avançar com uma iniciativa europeia concreta com dois objectivos. O primeiro é a utilização das receitas especificamente para a criação de postos de trabalho sustentáveis, uma vez que tudo o que cria emprego cria segurança e estabilidade social. O segundo é colocar em cima da mesa um projecto europeu claro destinado à Cimeira do G20 que se realiza na Primavera.

Presentemente, os trabalhadores que foram despedidos em resultado da crise económica e financeira mundial podem também ser apoiados, e aumentámos o co-financiamento para 65%.

Apesar de existir margem para melhoramentos, como seria o futuro sem o nosso modelo social europeu? É necessário consolidá-lo, tal como o senhor deputado Silva Peneda insiste, reforçando a legislação laboral fundamental através do desenvolvimento de normas mínimas em matéria de direitos do trabalho, combatendo a discriminação, reforçando a coesão social, modernizando os sistemas de segurança social, lutando contra a pobreza, promovendo a transição para o trabalho por conta própria e reforçando os Fundos Estruturais. Estamos a avançar, mas ainda há muito para fazer.

Jan Andersson, em nome do Grupo PSE. – (SV) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhor Presidente em exercício do Conselho, concentrar-me-ei naquilo que era suposto ser uma cimeira e que acabou por não se concretizar.

O senhor Presidente do Eurogrupo Jean-Claude Juncker afirmou ontem que estarmos a passar de uma crise financeira e económica para uma crise social. Estamos igualmente a evoluir para uma crise do emprego. O desemprego aumentará ao longo dos próximos anos e, dentro de mais ou menos um ano, a UE terá 26 milhões de habitantes desempregados.

É esta a situação e foi *nestas circunstâncias* que o Conselho e os governos de centro e de direita decidiram reduzir a cimeira do emprego a uma reunião da Tróica. Vários dirigentes não participarão nesta reunião. Isto indica que o Conselho e os governos não estão a dar prioridade à questão do emprego. Partilho da opinião do Comissário Barroso. A Comissão pretendia uma cimeira. É esta evolução inevitável? Não, não é. É necessário fazer mais e fazê-lo de forma coordenada, e tem de ser já. É uma questão de bons investimentos do ponto de vista ambiental que, embora sejam a longo prazo, criam empregos a curto prazo. É uma questão de eficiência energética nas casas, que não só cria empregos agora como também torna as casas melhores para o futuro. É uma questão de aprendizagem ao longo da vida, que nunca cumpriu os objectivos de consolidação da Europa para o futuro. Se o fizermos agora, as pessoas terão a formação necessária e isso consolidará a Europa no futuro e reduzirá o desemprego. Podem ser substituídos por jovens que estudam e que conseguem entrar no mercado de trabalho, em vez de ficarem desempregados. Podemos investir em ajuda ao consumo para os grupos com maiores dificuldades – reformados, estudantes e desempregados. Isto irá criar emprego e consumo.

A mobilidade é importante, como se declarou no seminário de Praga. É importante – extremamente importante – tanto do ponto de vista profissional como do ponto de vista geográfico, mas se não garantirmos a igualdade de tratamento, a igualdade de termos e condições e o direito à greve para obter igualdade de tratamento no

mercado de trabalho europeu, o proteccionismo aumentará. Assim, é da responsabilidade da Comissão alterar a directiva relativa ao destacamento de trabalhadores.

Resumindo, é possível fazer alguma coisa já, é possível reduzir o desemprego e é possível consolidar a Europa para o futuro. Embora se trate de dois aspectos complementares, muito pouco está a ser feito neste momento.

Ona Juknevičienė, *em nome do Grupo ALDE*. – (LT) Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Comissário, gostaria dar os meus sinceros parabéns a todos relativamente a um relatório – que pode, efectivamente, considerar-se um relatório para as pessoas da Europa. É frequente os europeus perguntarem o que fazemos no Parlamento Europeu, o que fazemos em seu benefício.

Creio que este é um daqueles relatórios que se destinam a ajudar as pessoas e, assim, gostaria de felicitar todos os meus colegas, a relatora, senhora deputada Strauner, a Comissão e o Conselho, por terem chegado a acordo numa primeira leitura. Este relatório será adoptado amanhã, num procedimento especialmente célere, não só por ser importante para as pessoas mas porque este fundo se destina agora à crise, de modo a que as pessoas que perderam o emprego possam beneficiar de apoio.

Tenho apenas uma dúvida. Foi este relatório efectivamente elaborado para as pessoas e receberão elas a ajuda? Como recordará, Senhor Comissário, durante o grande debate realizado na nossa comissão, nós, Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, afirmámos que apoiaríamos esta ajuda às pessoas desde que não se limitasse a ser atribuída a burocratas ou outras estruturas.

Infelizmente, um ano de experiência ensinou-me que, pelo que me é dado a ver, no meu país o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização é utilizado da mesma forma que o Fundo Social Europeu, nomeadamente para reconversão profissional. Pouco ou nada é utilizado para todas as outras medidas a que se destina. Precisamos de dinheiro para chegar às pessoas, para as apoiar, e é errado que a administração e os centros de emprego e formação recebam directamente o dinheiro, dêem formação às pessoas e depois estas não consigam arranjar emprego.

Gostaria de chamar a sua atenção para esta questão, Senhor Comissário, para que verifique se este regulamento é correctamente aplicado nos Estados-Membros. O regulamento foi correctamente transposto para as legislações nacionais? É frequente a legislação não permitir a aplicação do regulamento.

Dir-me-á que é um assunto da competência dos governos dos Estados-Membros, mas eu afirmo que não! Fomos eleitos pelo povo, não somos representantes dos nossos governos. Fomos eleitos para defender os interesses dos cidadãos europeus, para defender os interesses dos nossos povos e para garantir que o dinheiro chega às pessoas e não aos burocratas.

Brian Crowley, *em nome do Grupo UEN*. – (EN) Senhor Presidente, agradeço aos relatores a extraordinária quantidade de trabalho que desenvolveram nestes relatórios que, como afirmámos num debate anterior, surgem numa altura muito importante, em que as pessoas procuram respostas e procuram ideias sobre como avançar.

Creio que, em muitos aspectos, podem ser divididos em quatro domínios separados e, contudo, ligados. Em primeiro lugar, no que respeita à educação e formação, quer se trate da aprendizagem ao longo da vida, da requalificação de competências existentes ou de dar novas competências às pessoas.

Em segundo lugar, todo o domínio da inovação, sendo necessário determinar que áreas criarão empregos no futuro e garantir que as pessoas têm as competências e a formação necessárias.

Em terceiro lugar, todo o domínio da sustentabilidade, sendo necessário proteger e apoiar efectivamente as pessoas que já estão empregadas, para garantir que, no espaço de um ou dois anos, não perdem os empregos e tenham de repetir todo o ciclo de requalificação e reconversão profissional para obter um novo emprego – ou seja, manter os empregos existentes.

Em quarto lugar, tentar prever – se possível – em que direcção temos de avançar no futuro.

Se os senhores deputados recordarem a década de 1990, em que tivemos todo o plano Delors, com o Livro Branco sobre o pacote social e outras medidas, isso foi considerado pioneiro e inovador. Esse plano continha muitos dossiers difíceis e muitas ideias complexas a que se opunham muitas pessoas, sobretudo a nível da indústria, mas a que também se opunham, invulgarmente, muitas pessoas envolvidas nos sindicatos.

Se a nossa experiência desde 1994 nos pode ensinar algo, é que, antes de mais, temos de garantir que toda a política social assenta na obtenção de resultados para as pessoas – que não se limita a manipular os números mas que, efectivamente, contribui para melhorar as vidas das pessoas.

Em segundo lugar, demonstra que, independentemente da qualidade da formação, da educação ou das competências, haverá pessoas que ficarão no desemprego, pelo que é necessário garantir que dispõem de uma rede de segurança que lhes permita ter um nível de vida adequado e digno.

Além disso, como o próprio senhor Presidente Barroso referiu, justificadamente, apesar de nos últimos anos haver elevados níveis de participação no mercado de trabalho em muitos países, muitas pessoas com deficiência estavam desempregadas, apesar de terem tido acesso a educação e a formação, devido às barreiras psicológicas e ao bloqueio – num total de 74%.

Peço desculpa por me ter alongado, mas gostaria de terminar rapidamente com o velho ditado “dá um peixe a um homem e alimentá-lo-ás por um dia; ensina-o a pescar e alimentá-lo-ás para sempre”.

Jean Lambert, *em nome do Grupo Verts/ALE*. – (EN) Senhor Presidente, gostaria de analisar alguns aspectos do ponto de vista do emprego – incluindo o contexto, tendo em conta que, a dada altura, era suposto a cimeira da Primavera ser a “cimeira do desenvolvimento sustentável”, e de fazer a ligação com o documento sobre novas competências e novos empregos apresentado pela Comissão no fim do ano passado. Esse documento mencionava que a transição para economias de baixo carbono teria um impacto importante a nível do emprego. É muito importante que nos lembremos disso e que não o esqueçamos no debate geral que está a decorrer.

Aquilo que gostaria de ver, como resultado de muita da actual preocupação sobre o emprego, seria um pacote muito coerente no que respeita a novas indústrias e a novo investimento. Actualmente, não vemos isso. Actualmente, temos lá em baixo um excelente exemplo de tecnologia solar e de como essa tecnologia se está a desenvolver numa região da Alemanha, enquanto, ao mesmo tempo, assistimos à perda de empregos no sector da energia solar em Espanha e no sector da energia eólica no Reino Unido. No exacto momento em que procuramos novas competências no domínio das novas tecnologias, corremos igualmente o risco de as perder por falta de uma estratégia de investimento clara e também de uma estratégia de desenvolvimento de competências clara.

Assim, quando abordamos muitas das questões em torno da reconversão profissional e do desenvolvimento de competências, etc., devíamos também analisar o chamado Programa de Transição Justa, desenvolvido em conjunto com a OIT, a CSI e a ONU, dado que as competências que procuramos actualmente estão a começar a mudar. Precisamos de desenvolver as competências daqueles que ainda têm problemas de literacia e numeracia e, também, de TI, mas procuramos igualmente competências transversais – outro ponto que não consta do documento da Comissão. Deveríamos igualmente considerar o que fazemos com sectores que, no que respeita ao desenvolvimento de competências, têm sido sectores órfãos – incluindo, actualmente, o sector de prestação de cuidados – e encontrar efectivamente um meio de garantir a igualdade nesses sectores.

Gabriele Zimmer, *em nome do Grupo GUE/NGL*. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, os meus colegas da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, através dos relatórios que elaboraram, puseram o dedo na ferida e tornaram claro que a acção conjunta por parte dos Estados-Membros e da União Europeia é essencial para garantir que as consequências da crise económica e financeira global não sejam suportadas pelos que mais são por ela afectados, nomeadamente, aqueles que ocupam os escalões mais baixos da sociedade.

Assim, estou também muito desiludida por a chamada Cimeira do Emprego de 7 de Maio não passar, na verdade, de uma farsa e creio ser extremamente embaraçoso para todos os que temos responsabilidades a nível da União Europeia que essa cimeira se realize com esse nome. Em minha opinião, isso demonstra claramente que as actuais políticas ainda não têm em conta que o combate à crise económica e financeira só é possível se, simultaneamente, combatermos a pobreza, a exclusão social, as perdas de empregos e a degradação geral das normas laborais.

A Comissão apresentou recentemente números impressionantes no que respeita à evolução do emprego e à situação do emprego, tanto na União Europeia como na zona euro. É altura de tomar medidas coerentes! É necessário pôr finalmente termo à privatização dos serviços públicos, nomeadamente de sistemas de segurança como o regime de pensões de velhice. Continuo a não perceber por que motivo, na cimeira de Março, a Comissão e o Conselho ainda instavam os Estados-Membros a continuar a privatizar os regimes

de pensões e a criar fundos de pensões. Isto é totalmente contraproducente – em resultado disso, há cada vez mais pessoas na pobreza e o problema da pobreza na velhice agrava-se.

Precisamos de sistemas de segurança social que combatam a pobreza, precisamos de um pacto social para a Europa, como foi exigido pelos sindicatos europeus. A luta contra a pobreza poderia ser uma forma verdadeiramente humanitária de começar a combater a crise económica e financeira a nível global e a União Europeia tem o dever de o fazer.

Derek Roland Clark, em nome do Grupo IND/DEM. – (EN) Senhor Presidente, se a globalização provoca despedimentos, haverá um défice de receitas e o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização não disporá do dinheiro que quer gastar. Não combatam a globalização – juntem-se a ela, incentivando a concorrência na UE, e aprendam a competir nos mercados mundiais.

Querem renovar a agenda social através da directiva relativa ao tempo de trabalho, que tem dois objectivos. Em primeiro lugar, deveria proporcionar mais empregos através da limitação das horas de trabalho de modo a que as empresas tivessem de contratar mais pessoal – mas mais pessoal implica um maior custo dos encargos sociais e, consequentemente, um aumento dos custos unitários. As pequenas empresas deixam de ser competitivas e perdem encomendas, o que provoca uma redução dos horários de trabalho ou até o encerramento. E depois os trabalhadores ficam sem emprego. O que tem isto de social?

Em segundo lugar, destinava-se a proporcionar mais tempo com a família, mas de que serve isso se o salário levado para casa passa a ser insuficiente? Onde está o aspecto social se a família for privada de algumas das boas coisas da vida? Deixem que as pessoas encontrem soluções para a sua própria salvação. Muitos países têm uma estrutura de salário mínimo que apoio. Não queremos ver explorados os problemas sociais das pessoas, mas até isso foi agora destruído pela UE com uma das suas próprias instituições, o TJE, em que as decisões relativas ao processo Laval e a outros processos destruíram as políticas de salário mínimo dos Estados-Membros. O que tem de social subverter a forma como os parlamentos nacionais tentaram proteger os trabalhadores? Essas medidas são nada menos que uma tentativa de criar uma economia centralizada ao estilo soviético, e todos sabemos como isso funcionou.

Carl Lang (NI). – (FR) Senhor Presidente, “errar é humano, perseverar no erro é diabólico”. Ao ouvir os debates de hoje, tudo o que posso dizer é que, na verdade, apesar do enorme impacto económico, financeiro, social e demográfico da crise que atravessamos, nem as instituições europeias nem os Chefes de Estado e de Governo compreenderam toda a dimensão da tragédia e das suas consequências para todos nós.

Há minutos, ouvi o Presidente em exercício do Conselho dizer-nos que os desempregados têm de conseguir melhorar as suas competências e que precisamos de aumentar a motivação das pessoas na procura de emprego. Senhor Presidente, acredita realmente que as centenas de milhares de desempregados vítimas desta crise se encontram nesta situação por não terem capacidade para trabalhar? Tudo isto é, claramente, fruto de uma opção ideológica e de doutrina, de uma espécie de pensamento de grupo, de teoria económica, que é a teoria económica do mercado livre e do comércio livre.

Por último, a União Europeia – que promove o conceito de liberdade de circulação de capitais, de bens, de serviços e de pessoas – gostaria de globalizar esta escolha económica, esta doutrina; contudo isso é económica e socialmente criminoso. Precisamos de realizar a concorrência internacional global.

Se não conseguirmos aplicar uma política de preferência social através da preferência económica, uma política de segurança social através da segurança económica, se não conseguirmos aplicar uma política de protecção comercial, nesse caso, Senhoras e Senhores Deputados, deixaremos o que resta dos nossos agricultores, artesãos e indústrias à mercê da lei da selva da globalização.

Há nesta Assembleia globalistas liberais, socioglobalista e alterglobalistas. Orgulho-me de me contar entre os anti-globalistas, aqueles que querem reconquistar o mercado interno, aqueles que querem aplicar a regra da preferência nacional e comunitária e a regra da protecção nacional e comunitária, para servir o nosso povo.

Elisabeth Morin (PPE-DE). – (FR) Senhor Presidente, aprez-me estar aqui hoje para defender a revisão do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, pois acredito que, face à crise económica e financeira, e à crise social daí resultante que enfrentamos actualmente, é importante defender os empregos.

Se vamos defender o futuro dos nossos trabalhadores temos, evidentemente, de lhes proporcionar mobilidade profissional, para lhes permitir uma melhor adaptação às necessidades em mudança das empresas, tanto actualmente como no futuro. O relançamento económico, o futuro do emprego e a competitividade dos

nossos países dependem do desenvolvimento das competências dos trabalhadores, dado que são eles que determinam os padrões para as nossas empresas.

Evidentemente, a integração no mercado de trabalho constitui o primeiro passo da luta contra a exclusão social. Temos de promover este modelo social e trabalhar em conjunto para promover este capital “humano”. Todos os trabalhadores têm direito a trabalhar.

A nossa eficiência política será avaliada pela rapidez com que tomamos medidas para garantir que a mobilidade, a capacidade de adaptação e a validação da experiência adquirida podem, no futuro, tornar-se fortes alavancas para todos os homens e mulheres dos nossos países europeus, para todos os homens e mulheres que trabalham nas nossas empresas. É isto que nos interessa e foram estes aspectos que orientaram o trabalho desenvolvido pela nossa Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais.

Jean Louis Cottigny (PSE). – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, creio que o senhor Comissário Špidla estava certo quando sugeriu que nós, na Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, devíamos rever o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG) que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2007.

O Parlamento deve adoptar esta proposta sem alterações, dado que visa alargar o âmbito do FEG a situações de crise económica e financeira. O Presidente desta comissão, o senhor deputado Jan Andersson, propôs, justificadamente, um texto adoptado por ampla maioria na Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, para transmitir a todas as comissões e, em especial, à Comissão dos Orçamentos, a importância de comunicar com os Estados-Membros para que todos os trabalhadores, todos os membros de um sindicato e todos os membros do público possam ser informados, na sua língua materna, da existência deste Fundo Europeu.

Graças a este trólogo, e porque todas as alterações foram rejeitadas por ampla maioria na Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, podemos orgulhar-nos do seguinte: co-financiamento de 65% pela UE e de 35% pelos Estados-Membros; redução, para 500 trabalhadores, do número de despedimentos necessários para beneficiar do Fundo Europeu; despedimentos contados a partir do anúncio do plano social da empresa; intervenção do Fundo Europeu para fazer face às consequências da crise económica; disposições excepcionais mais favoráveis à aplicação do Fundo, que se manterão até ao final de 2011; e, por último, um período de 24 meses para aplicação do FEG.

A nossa comissão estava certa, mas temos de ir mais longe. Peço a todos os Estados-Membros que façam tudo o que estiver ao seu alcance para garantir que todos os trabalhadores em situação de dificuldade possam beneficiar destas disposições o mais depressa possível. Solicito ao Senhor Comissário Špidla que esta alteração entre em vigor a partir de 1 de Maio de 2009, desde que obtenhamos amanhã a ampla maioria necessária para a adopção da proposta em primeira leitura. Culminemos a nossa legislatura com a adopção desta alteração ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, que nos permitirá ajudar os nossos trabalhadores em dificuldades.

O que quer um trabalhador despedido? Quer saber como será a sua vida no fim do mês. Quer saber o que fará com a sua vida amanhã. Quer saber se pode utilizar os conhecimentos adquiridos quando estava empregado. Tenham em conta que poderá precisar de formação adicional para avançar para o futuro.

Assim, no fim desta legislatura, dirijo-me a todos os membros da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, independentemente do lado que ocupam: certifiquem-se, por favor, de que este texto pode ser aplicado imediatamente.

PRESIDÊNCIA: MORGANTINI

Vice-Presidente

Elizabeth Lynne (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, na qualidade de relatora-sombra do relatório sobre a inclusão activa das pessoas excluídas do mercado de trabalho, concentrar-me-ei sobretudo nesse relatório. Gostaria de felicitar a relatora, senhora deputada Jean Lambert. Apresentou um excelente relatório. Congratulo-me por a maioria das alterações por mim propostas, em especial as que se referem à luta contra a discriminação, terem sido aprovadas na Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais. Como sabem, é um assunto que me é caro.

As pessoas são excluídas do mercado de trabalho por muitas razões, mas parece-me absolutamente incrível que isto continue a acontecer em razão da deficiência, idade, religião ou crença, ou orientação sexual – apesar

da Directiva 2000/78/CE do Conselho que estabelece um quadro geral para a igualdade de tratamento no emprego e na actividade profissional.

Estou igualmente satisfeita com a aprovação da alteração por mim proposta no que respeita à idade de reforma obrigatória. Sempre considerei errado que uma pessoa atinja uma determinada idade e seja posta de parte. Contudo, mesmo que as pessoas não sejam excluídas do mercado de trabalho, se não conseguirem aceder ao mesmo isso conduz igualmente à exclusão. Aprecia-me, por isso, que a alteração por mim proposta no que respeita à adopção de uma nova directiva abrangente destinada a combater a discriminação tenha igualmente sido aprovada pela Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais.

Lamento, contudo, que o Grupo PPE-DE tenha apresentado uma resolução alternativa. Acredito que o fizeram sobretudo para eliminar qualquer referência a uma nova directiva sobre a luta contra a discriminação, dado que sei que a maioria se lhe opõe. Parece-me incrível que alguém queira privar as pessoas dos seus direitos básicos a nível da UE, simplesmente em razão da idade, deficiência, religião ou crença, ou orientação sexual.

Os outros aspectos que procurei abordar dizem respeito à confusão enganosa entre migração económica e procura de asilo, e entre estas situações e a imigração clandestina – todas questões distintas e separadas que têm de ser resolvidas de forma diferente. Considero, nomeadamente, que os requerentes de asilo devem poder trabalhar enquanto aguardam o tratamento dos respectivos pedidos de asilo. Isto reduziria a sua dependência das prestações. É também necessário desenvolver mais esforços para integrar as pessoas com problemas de saúde mental e aqueles que têm problemas de dependência do álcool ou de drogas.

Por último, gostaria de fazer uma breve referência ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização. Congratulo-me por termos chegado a uma conclusão célere a respeito desta matéria. É importante que o âmbito de competência deste fundo seja alargado, de modo a incluir os trabalhadores despedidos em virtude do declínio económico – e não só da globalização – e que o número de despedimento necessários tenha diminuído de 1 000 para 500. Isto é extremamente importante quer para os eleitores do meu círculo eleitoral de West Midlands quer das restantes regiões do Reino Unido.

Ewa Tomaszewska (UEN). – (PL) Senhora Presidente, 16% dos europeus estão em risco de pobreza: Esta crise está a produzir uma série de despedimentos colectivos. A falta de trabalho é a principal causa de pobreza profunda. A pobreza fomenta a exclusão social e restringe o acesso à educação e aos cuidados de saúde. Não obstante a crise económica, queremos preservar modelos sociais europeus que fomentem a coesão social e a solidariedade, e isso implica combater a pobreza. A independência económica garante dignidade. Daí a importância de proteger os empregos e os rendimentos e também de melhorar as qualificações profissionais que aumentam a mobilidade no mercado de trabalho.

A capacidade de participar nos processos decisórios é um dos aspectos que nos permite sentir que temos verdadeiro controlo sobre as nossas vidas. Assim, é fundamental respeitar as opiniões dos parceiros sociais, o processo do diálogo social, os acordos colectivos e os acordos sociais. Devíamos trabalhar em conjunto para garantir que existem condições que permitam que as pessoas ganhem o suficiente para participar na vida da sociedade e para sustentar a família, sobretudo quando têm muitos filhos. Devíamos igualmente combater a discriminação no mercado de trabalho, em especial quando afecta pessoas com deficiência. O facto de, durante a crise, terem sido usados pouco menos de 3% dos fundos disponíveis no Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, representa uma acusação para os políticos. Felicito os relatores.

Sepp Kustatscher (Verts/ALE). – (DE) Senhora Presidente, a agenda de Lisboa previa uma casa europeia assente em três pilares: os pilares económico, social e ambiental. Criticámos frequentemente o facto de o pilar económico ser sobrevalorizado comparativamente aos outros dois. A agenda social consolidou significativamente o pilar social. Assim, agradecemos ao relator, senhor deputado Silva Peneda, e à maioria da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais.

Dispomos agora de um documento significativamente melhor que a vaga proposta original apresentada pela Comissão. Nós, Verdes, apresentámos mais de 40 propostas de alteração na Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, contribuindo assim para uma melhoria mais concreta das declarações sociopolíticas de base. A política social implica mais! Tem de incluir mais que apenas algumas exigências gerais no que respeita a mais empregos. Para que as condições de trabalho e de vida possam ser melhoradas, tem de haver maior equidade na distribuição de bens, uma luta empenhada contra a pobreza, uma verdadeira igualdade dos géneros, integração social em vez de exclusão, solidariedade internacional, reestruturação, respeito pelos direitos fundamentais e pelos direitos humanos – incluindo em relação aos emigrantes –, interesse na saúde e no ambiente e, por último, têm de existir claras directivas da UE, que não podem ser postas em causa pelo Tribunal de Justiça Europeu.

Muitos destes aspectos são agora contemplados neste relatório que será aprovado nesta última sessão do Parlamento. Resta-nos esperar que o Conselho e a Comissão encarem igualmente estas exigências com seriedade. Só então se poderá criar uma Europa social e firmemente unida, uma Europa que os cidadãos da UE esperam e que aceitarão de bom grado.

Roberto Musacchio (GUE/NGL). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, centrar-me-ei no Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização. Como outros deputados já referiram, o nosso debate sobre este fundo está a decorrer em plena crise económica e social, muito forte e dramática. Embora seja boa ideia o fundo ser usado de forma mais directa, como parte das medidas destinadas a atenuar o impacto do desemprego, como temos vindo a referir, é necessário debater mais aprofundadamente o seu papel e o contexto dos instrumentos necessários para enfrentar a crise.

Em primeiro lugar, temos de zelar para garantir que a situação de emergência não prolifera e, deste modo, deixar claro, nomeadamente, que todos aqueles que utilizam dinheiros públicos da Europa ficam obrigados a não despedir trabalhadores. Além disso, precisamos igualmente de medidas europeias de intervenção no domínio da crise para orientar as opções estruturais nesta conjuntura especial no sector automóvel; isto diz respeito à Itália e à nossa relação com os Estados Unidos e a Alemanha. Em segundo lugar, precisamos não só de políticas industriais e ambientais como também de políticas de coesão que ponham cobro às práticas de *dumping* na Europa.

Em terceiro lugar, os recursos são deploravelmente inadequados, sobretudo quando comparados com os utilizados, nomeadamente, pelo Governo dos Estados Unidos. É inútil recorrer a medidas de suavização: precisamos de uma mudança radical ao nível das políticas.

Kathy Sinnott (IND/DEM). – (EN) Senhora Presidente, saúdo as alterações ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização. Embora a redução, de 1 000 para 500, do número de despedimentos necessários para a candidatura a este Fundo constitua uma melhoria, esse valor elevado continua a discriminar países de pequena dimensão e trabalhadores que perdem o emprego em menor número.

Nos meus círculos eleitorais, aqueles que perderam o emprego devido ao encerramento de duas empresas – a Waterford Crystal e a Dell – poderiam candidatar-se ao fundo. Isso é extremamente positivo e apelo ao Governo irlandês para que se candidate imediatamente ao financiamento a seu favor. Contudo, milhares de pessoas perderam os empregos devido às condições económicas mundiais e é injusto que não possam recorrer ao fundo porque não trabalham para grandes multinacionais mas para pequenas e médias empresas.

Sugiro que tornemos este sistema mais equitativo, quer desistindo do critério numérico de 500 postos de trabalho quer analisando a perda de empregos com base no sector ou na região e não na empresa. Deste modo, poderíamos alargar este financiamento a 500 trabalhadores que perderam os empregos em sectores como a agricultura, o agro-alimentar ou as tecnologias da informação, ou numa região específica, como Tipperary, Waterford, Limerick, Cork ou Kerry.

Outro obstáculo para os trabalhadores que tentam recorrer ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização é o facto de este apenas estar disponível para os trabalhadores se o respectivo Governo estiver disposto a candidatar-se ao fundo e a pagar a contribuição nacional. O que acontece aos trabalhadores cujos governos não se candidatam ao fundo? Neste caso, estou a pensar no Governo irlandês que, até à data, não se candidatou ao fundo.

É possível que os próprios países cujas economias são atingidas mais fortemente e que têm as taxas de desemprego mais elevadas sejam os que menor capacidade têm para pagar a contribuição necessária para ajudar os seus trabalhadores e, contudo, são os países que mais precisam do fundo.

Juan Andrés Naranjo Escobar (PPE-DE). – (ES) Senhora Presidente, intervirei a respeito da agenda social renovada. Permitam-me começar por agradecer sinceramente o trabalho desenvolvido pelo relator, senhor deputado Silva Peneda – tendo em conta o seu contributo para esta Assembleia no domínio da política social e do emprego, creio que podemos falar do “legado de Silva Peneda”.

Senhora Presidente, a desconfiança e o medo instalaram-se nas nossas sociedades: o desemprego está a aumentar e, no meu país, está a aumentar drasticamente. Temos de inverter esta situação e a agenda social deve ajudar a consegui-lo. O progresso económico e o progresso social não são caminhos divergentes, muito pelo contrário: se queremos estimular o crescimento e proporcionar mais e melhores postos de trabalho, precisamos de aplicar a agenda social e devemos fazê-lo, começando por tudo aquilo que inspira maior consenso.

Não há tempo a perder – não devemos entrincheirar-nos em posições defensivas, mas antes superar os interesses locais e a curto prazo e olhar mais além, para as gerações futuras. A Europa social deve ser um âmbito que nos une, não que nos separe, porque estamos a falar de interesses comuns europeus. A agenda social não pode ser separada de uma Estratégia de Lisboa renovada, porque o sucesso económico sustenta os benefícios sociais e estes também contribuem para o sucesso económico.

Nos próximos anos a Europa enfrentará um período de estagnação e o envelhecimento progressivo da sua população. Não podemos enterrar a cabeça na areia – precisamos de modernizar o nosso modelo social, precisamente para o melhorar e para o tornar mais equitativo e mais sustentável. Senhora Presidente, há debilidades estruturais que são um fardo pesado e que nos impedem de avançar. Temos de nos livrar desse fardo e de aplicar a agenda social.

Gabriela Crețu (PSE). – (RO) Há muito que a União Europeia é admirada pelo seu modelo social. Contudo, há já vários anos que assistimos à deterioração do direito ao trabalho e dos direitos sociais. Um país que tivesse todos os pobres da UE teria o mesmo número de habitantes que a Alemanha.

Estão a surgir novos fenómenos sociais. Depois do último alargamento, parece que a Europa social se está a desenvolver a duas velocidades, ambas em recuo. Em resposta a isto, a Comissão apresentou uma agenda social modesta. Presentemente, foi desencadeada uma crise financeira com um impacto económico que é tudo menos modesto e, simultaneamente, aumentou o perigo de deterioração da situação daqueles que já estão em risco.

Perante este cenário, há um princípio fundamental que tem de ser aplicado: quando existe um conflito, os direitos e objectivos sociais têm prioridade sobre as liberdades económicas. Temos de contrariar a tradição de longa data que afirma que as guerras e as crises são provocadas pelos ricos mas são pagas pelos pobres. Rejeitemos a noção – defendida por alguns – de que os lucros são repartidos a nível privado mas as perdas são partilhadas pela sociedade.

Precisamos de um política europeia de solidariedade e coesão, apoiada por medidas legislativas, fiscais e financeiras específicas. Contudo, para o concretizar, precisamos de vontade política e essa vontade política é expressa nos seguintes conceitos essenciais: inclusão activa, empregos, distribuição inteligente do trabalho, igualdade de tratamento e de salários, bem como desenvolvimento sustentável e “verde”. A celebração e a execução de um acordo no domínio do progresso social e do emprego constituiriam prova desta vontade política. Não podemos esperar!

Philip Bushill-Matthews (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, permita-me começar por agradecer as observações de abertura da Presidência em exercício – observações prudentes, equilibradas e sensatas, adjectivos que associamos, cada vez mais, à Presidência checa.

Permita-me igualmente agradecer as observações do senhor Presidente da Comissão Durão Barroso, em especial quando nos recorda a importância do emprego e, sobretudo, a necessidade de nos concentrarmos nas pessoas que, infelizmente, ainda não têm emprego.

Por último, ambos se referiram, justificadamente, ao excelente trabalho desenvolvido pelos três relatores, mas gostaria de salientar a referência feita ao relatório do senhor deputado Silva Peneda, por ter sido qualificado de “ambicioso e de grande alcance”. É-o, e tem de sê-lo, em virtude da importância deste tema específico.

O senhor deputado Silva Peneda apresentou-nos várias prioridades para o que temos a fazer. Gostaria de acrescentar algumas coisas que, idealmente, não devíamos fazer. Temos de evitar, em especial, duas coisas: a primeira é a rigidez excessiva dos mercados de trabalho que paralisa as oportunidades, fomenta o desemprego e, muito simplesmente, incentiva a economia paralela. Presentemente, assistimos a isto em especial em Espanha e temos de aprender as lições dos fracassos socialistas nesse país.

Em segundo lugar, temos de evitar concentrarmo-nos exclusivamente na protecção daqueles que ainda têm emprego, em detrimento daqueles que procuram emprego e dos empregadores que procuram dar emprego. São estes grupos que precisam verdadeiramente da nossa ajuda.

Por último, permitam-me dizer que apesar de, claramente, todos nós, de todos os quadrantes desta Assembleia, termos opiniões diferentes, temos em comum o facto de todos nos preocuparmos com estas questões e é por isso que tantos de nós ultrapassámos o tempo de intervenção.

Congratulo-me pela realização deste importante debate. Congratulo-me, pessoalmente, por a minha última intervenção na qualidade de coordenador, a minha última intervenção neste hemiciclo, versar sobre um

assunto tão importante. Gostaria de desejar as maiores felicidades a todos os colegas que vão regressar e, em especial, ao senhor deputado Stephen Hughes. Um dia, Stephen, sentirá a minha falta e eu sentirei a sua, sem dúvida, mas estarei a observá-lo, mesmo não estando aqui presente!

Presidente. – Sentiremos verdadeiramente a sua falta e lembrar-nos-emos de si.

Proinsias De Rossa (PSE). - Senhora Presidente, não tenho dúvidas de que o senhor deputado também fará pressão junto de nós!

O facto de alguns Estados-Membros não quererem a Cimeira do Emprego desta quinta-feira não prenuncia nada de positivo. O facto de, na semana passada, uma minoria de Estados-Membros ter bloqueado o compromisso sobre a directiva revista relativa ao tempo de trabalho também não prenuncia nada de positivo para o futuro desenvolvimento de uma economia social de mercado. Se o empenho da Europa numa economia social de mercado é real, as políticas económicas, sociais e ambientais têm de ser integradas enquanto elementos iguais de todo o pacote.

As múltiplas crises que enfrentamos neste exacto momento não serão ultrapassadas se nos limitarmos a injectar nos bancos quantias maciças de poupanças dos contribuintes, em detrimento das necessidades dos nossos cidadãos enquanto seres sociais. A coordenação das políticas de pensões, emprego, educação, saúde e serviços de prestação de cuidados tem de ir além do método aberto de coordenação.

Contudo, alguns dos nossos Estados-Membros são claramente incapazes de pensar para além do quadro económico, que considera as políticas sociais e ambientais como luxos dispendiosos que devem ser eliminados como uma restrição ao mercado. Se queremos garantir progressos no que respeita à concretização do nosso objectivo de uma sociedade melhor, é necessário que isso mude urgentemente.

Anja Weisgerber (PPE-DE). – (DE) Senhora Presidente, os modelos sociais europeus enfrentam grandes desafios. É necessário coordenar as medidas a nível europeu, sobretudo face ao cenário da actual crise financeira. Assim, gostaria igualmente de agradecer o excelente trabalho desenvolvido pelos relatores.

Não só temos de tomar medidas imediatas para regular o mercado financeiro, como temos igualmente de coordenar as medidas sociopolíticas e criar um quadro social. Neste caso, devemos igualmente ter em conta as competências dos Estados-Membros. Nesta época de crise, sou a favor de se dar prioridade à criação e ao desenvolvimento do emprego e também de se levar por diante a concretização do princípio da flexigurança. Contudo, recuso-me a aceitar a exigência de introdução de salários mínimos em todos os Estados-Membros, como prescrito no ponto 14 do relatório do senhor deputado Silva Peneda, cujo trabalho gostaria de agradecer, com excepção deste ponto. Esta exigência, que respeita a uma decisão que deve ser da exclusiva competência dos Estados-Membros, viola o princípio da subsidiariedade.

Os regulamentos e sistemas do mercado de trabalho diferem muito de um Estado-Membro para outro. Em minha opinião, deve garantir-se que todas as pessoas têm um rendimento suficiente para levarem uma vida digna. Isso pode concretizar-se através de um rendimento mínimo apoiado por mais benefícios sociais do Estado. Em que nível seria fixado o salário mínimo? Ao nível da Roménia, talvez? Nesse país, ronda 72 euros por mês.

Apoio especialmente a ideia de termos de garantir um rendimento básico para todos, mas creio ser da competência dos Estados-Membros fixar os limites adequados. Sou a favor de uma Europa social. A Europa tem de criar um quadro social e, simultaneamente, ter em conta os poderes dos Estados-Membros.

Stephen Hughes (PSE). - (EN) Senhora Presidente, inicialmente prometeram-nos uma verdadeira cimeira do emprego, a ter lugar esta semana, e o que temos é uma Tróica de meio dia. Que mensagem terrível isso envia aos cidadãos europeus, que se juntam às filas de desemprego a uma velocidade alarmante! Que mensagem negativa isso envia aos muito mais que temem perder os empregos! As previsões mostram que, em 2010, pode haver até 27 milhões de desempregados na UE e eu temo que o número possa ser superior. Espero sinceramente que a Cimeira de Junho dedique, no mínimo, um dia inteiro a analisar a forma como resolvemos este problema.

Em vez de fingirmos que a resposta se limita ao nível internacional, precisamos de respostas sólidas e coerentes à escala europeia, que coordenem as acções aos níveis europeu, nacional e regional. Precisamos de medidas urgentes para conservar postos de trabalho viáveis, sempre que possível. As suspensões do contrato de trabalho devem ser um último recurso: em vez disso, deve recorrer-se à partilha do trabalho e à requalificação. Precisamos de investir na criação de empregos verdes e inteligentes no sector da economia de baixo carbono impulsionada pelo conhecimento. Precisamos de investir para dar aos trabalhadores as competências

necessárias para trabalharem nessa nova economia. Precisamos de políticas de mercado de trabalho sólidas e activas para a rápida reintegração dos trabalhadores dispensados e precisamos de sistemas de protecção social sólidos e viáveis para apoiar as pessoas que ficam desempregadas por motivos que lhes são alheios.

Isto é mais do que suficiente para ocupar um dia inteiro na Cimeira de Junho. Esta Tróica de meio dia é uma resposta patética.

E, por último, senhor deputado Philip, sentirei a sua falta – um pouco como uma dor de dentes!

(Risos)

Oldřich Vlasák (PPE-DE). - (CS) Senhora Presidente, a par do colapso dos mercados financeiros, o aumento do desemprego é um dos dois principais problemas resultantes da actual crise económica. É minha firme convicção que a União Europeia, se tenciona combater esse aumento, tem de evitar todas as formas de protecçãoismo. Considero igualmente fundamental coordenar as medidas dos Estados-Membros no âmbito da União Europeia. São necessárias medidas que motivem as pessoas que ficam desempregadas a tentar procurar novos empregos. Neste contexto, considero positiva a proposta de que as pessoas que perderam o emprego em resultado da actual crise económica possam recorrer rapidamente ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização. Contudo, a questão que se coloca é saber se estamos a ir demasiado longe no que respeita às alterações das regras do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização. Em minha opinião, o nível de co-financiamento de 75% recentemente proposto é demasiado elevado. É necessária a cooperação dos Estados-Membros e não podemos esquecer a necessidade de simplificar a administração do fundo.

Senhoras e senhores deputados, estamos certamente de acordo quanto ao facto de, na sequência da crise económica e financeira, a manutenção do emprego e a criação de novas oportunidades de trabalho ser uma das principais tarefas da União Europeia. Neste contexto, a próxima cimeira europeia do emprego deve estabelecer claramente um quadro comum e propostas específicas, devendo também encerrar o debate sobre as alterações ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização.

Jan Cremers (PSE). - (NL) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quando a agenda social da Comissão foi inicialmente debatida, no fim do ano passado, afirmei considerar que o programa era pouco ambicioso, que era muito pouco e demasiado tarde. Gostaria de agradecer a recente cooperação do relator, senhor deputado Silva Peneda, neste domínio. Creio que este relatório mostra que, em todo o caso, o Parlamento Europeu pretende ver muito mais ambição neste domínio.

Inicialmente, quando surgiu a ideia da União Europeia, era evidente que queríamos basear a nossa política social num quadro regulamentar existente em quase todos os Estados-Membros e, nomeadamente, legislação laboral sólida para garantir que ninguém perde postos de trabalho, e negociação colectiva para salvaguardar a posição dos trabalhadores no mercado de trabalho.

A isto, tivemos agora de acrescentar a protecção social dos cidadãos vulneráveis. Apesar do crescimento registado na Europa, assistimos a um novo fenómeno: o dos trabalhadores pobres. Gostaria igualmente de agradecer ao relator, senhor deputado Silva Peneda, o facto de o ter incluído no seu relatório.

David Casa (PPE-DE). - (MT) É para mim uma honra ter trabalhado nos dois domínios que debatemos. Gostaria de agradecer sinceramente aos relatores e a todos os envolvidos, que nos ajudaram a chegar à actual posição. Antes de mais, temos de defender os trabalhadores que, infelizmente, foram dispensados em resultado desta crise; além disso, considero ser actualmente mais fácil ajudá-los a voltar ao mercado de trabalho.

Hoje concordámos igualmente fazer tudo o que está ao nosso alcance para criar mais empregos na Europa. Podemos criar mais postos de trabalho sem recorrer, como os socialistas pretendem, à restrição das horas extraordinárias feitas pelos trabalhadores. Pelo contrário, queremos que os trabalhadores decidam por si próprios. Enquanto políticos, não podemos impor a quantidade de horas extraordinárias que podem ser feitas. Esta decisão tem de ser deixada ao trabalhador. Assim, na sequência da declaração do Senhor Comissário Almunia, de que iremos enfrentar uma crise de emprego na zona euro, concordo termos de fazer tudo o que está ao nosso alcance para criar mais e melhores empregos para todos os trabalhadores europeus.

Colm Burke (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, saúdo vivamente a revisão dos critérios que regem o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização. Vivemos numa época de profunda crise económica, a mais profunda desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Deste modo, precisamos de soluções inovadoras para resolver os enormes problemas económicos que enfrentamos.

O Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização é exemplo disso. Fui o primeiro deputado irlandês desta Assembleia a identificar a possibilidade de utilizar estes fundos nas recentes crises laborais em Limerick, Waterford e Tralee, três localidades importantes do meu círculo eleitoral. Assim, saúdo o trabalho desenvolvido pelos relatores no sentido de aumentar a flexibilidade dos critérios de recurso ao fundo, no contexto da crise económica. Deve ser feita menção especial ao novo rácio de financiamento entre a Comissão e os Estados-Membros, e igualmente à redução temporária do limiar do desemprego de 1 000 para 500.

Creio que estas reformas transmitirão àqueles que tiveram o azar de ser atingidos pelos ventos tempestuosos da crise económica, um forte sinal do coração da Europa de que dispõem de apoio para os ajudar a requalificar-se e a melhorar as suas competências com vista à prosperidade futura.

Katrin Saks (PSE). - (ET) Apoio igualmente a reorganização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização. Este fundo não foi utilizado no meu país natal, a Estónia, e quando perguntei o motivo foi-me dito que as condições eram muito rigorosas e que o limite, que até agora era de 1 000 pessoas, o impossibilitava. Embora não tenhamos empresas dessa dimensão, houve outras mais pequenas que faliram. Assim, efectivamente, a redução do limite para 500 abriria oportunidades para a Estónia, onde a taxa de desemprego é já muito elevada, e a alteração da percentagem de financiamento exigida seria também muito favorável. Deste modo, saúdo uma vez mais as alterações introduzidas relativamente a este fundo.

Theodor Dumitru Stolojan (PPE-DE). - (RO) Gostaria igualmente de saudar as propostas – que considero especialmente úteis e que apoiarei com o meu voto – de transformação do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização num instrumento eficaz de combate ao mais doloroso impacto da crise económica, nomeadamente, a perda de empregos.

A actual situação, em que apenas se podia recorrer a este fundo em situações de perda de empregos devido a deslocalização das empresas – um cenário frequente em países desenvolvidos – não era correcta. As alterações propostas permitirão que os Estados-Membros em desenvolvimento, que incluem a Roménia, possam recorrer a este fundo.

Alexandr Vondra, Presidente em exercício do Concelho. - (EN) Senhora Presidente, em primeiro lugar gostaria de agradecer este útil debate. Creio que o debate foi muito importante e construtivo, apenas no que respeita aos méritos dos temas. Creio estarmos simplesmente a beneficiar do facto de este debate ser muito oportuno, por ser realizado imediatamente antes da reunião que terá lugar na quinta-feira, em Praga.

Assim, permitam-me agradecer todos os vossos contributos. Penso que nada será omitido ou esquecido. Creio que este debate contribuirá para o resultado da cimeira, na mesma medida de todo o trabalho preparatório que desenvolvemos com a Comissão e que se concretizou sob a forma dos três importantes seminários realizados em Estocolmo, Madrid e Praga.

Àqueles de vós que referiram a dimensão ou o alcance da reunião: sim, inicialmente tencionávamos realizar uma cimeira de maior dimensão, mas temos de ter presente a situação geral no domínio do emprego. É um domínio em que as competências nacionais são muito importantes e o contributo da Comunidade não é o único instrumento que está em causa. Disse-o nas minhas observações iniciais, em que indiquei algumas das nossas expectativas no que respeita à cimeira desta semana. Não devemos esquecer que, independentemente da Estratégia Europeia de Emprego, a política do emprego continua a ser essencialmente da responsabilidade dos Estados-Membros.

O papel da aprendizagem mútua na procura de uma solução para problemas comuns no domínio do emprego tem sido um elemento fundamental da estratégia em vigor desde 1997. Esta abordagem continua a ser fundamental no presente, numa altura em que enfrentamos uma das piores crises económicas dos últimos tempos, e tem igualmente um papel a desempenhar na cimeira desta semana.

Contudo, acima e além das medidas tomadas a nível nacional, a própria União tem um papel a desempenhar e é neste contexto que devem ser plenamente utilizados os instrumentos financeiros disponíveis, incluindo o Fundo Social Europeu e o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, que está actualmente em fase de alteração – evidentemente, com o acordo do Parlamento – para alargar o seu alcance de modo a incluir as perdas de empregos resultantes da actual crise.

É precisamente este o nosso objectivo e creio termos motivo para acreditar que a reunião em Praga – que contará com a presença da Comissão, da Presidência, das próximas presidências e dos parceiros sociais – produzirá resultados sob a forma de recomendações e sugestões. Posteriormente, voltaremos a ter

oportunidade de reunir, enquanto 27 Estados-Membros, no Concelho Europeu que terá lugar em Junho, para tomar decisões.

Assim, temos esperança que – com a ajuda dos parceiros sociais europeus e com base nos trabalhos preparatórios, que resultaram nos três seminários que referi, e igualmente no presente debate – a Cimeira Europeia do Emprego consiga identificar medidas adicionais que possam ser tomadas com carácter de urgência para responder à grave situação que os nossos cidadãos enfrentam actualmente, e que nos ajudem a criar uma União que, no futuro, seja mais forte e também mais competitiva.

Vladimír Špidla, *Membro da Comissão*. – (CS) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, durante os cinco anos em que trabalhei na Comissão tive várias oportunidades de reunir com relatores e, assim, a qualidade dos seus relatórios não constituiu qualquer surpresa. É evidente que estamos a reunir numa altura em que a Europa e o mundo enfrentam uma crise. Esta crise é frequentemente comparada à crise da década de 1930 e teme-se que venha a ter consequências semelhantes – é, claramente, uma crise grave. Comparativamente à crise anterior, contudo, várias coisas mudaram. Existe a União Europeia e o continente europeu não é assolado por tensões e ódios mútuos. Existe um modelo social europeu, que desenvolveu um sistema de protecção social muito abrangente, e isso constitui uma mudança substancial. Creio haver igualmente um aumento progressivo da vontade e da capacidade de actuar conjuntamente, porque agora, pela primeira vez, a Europa respondeu à crise de forma coordenada, com o plano de renovação económica, utilizando o poder de coordenar a nível comunitário e a nível de cada um dos Estados-Membros. É igualmente evidente que, ao falarmos de uma crise, estamos a pensar sobretudo no desemprego e nas suas consequências sociais. A Comissão encara a questão do emprego e do desemprego como uma prioridade da sua agenda e propõe que seja considerada uma prioridade da agenda da UE como um todo. Vários deputados criticaram o facto de o objectivo inicial da cimeira de Chefes de Estado e de Governo ter sido alterado para um formato diferente. O Presidente da Comissão expressou claramente a opinião apoiada pela Comissão e que representa a ideia inicial. Contudo, gostaria de dizer que a cimeira de Praga é um evento excepcional. Está a ser preparada de um modo excepcional. Inclui intervenientes que nunca participaram em eventos deste tipo e é igualmente um passo para o Concelho Europeu. Isto significa que a questão do emprego e do desemprego será abordada ao nível de primeiros-ministros e presidentes.

Senhoras e Senhores Deputados, debatemos vários assuntos diferentes no âmbito da agenda social e, durante o debate, surgiram várias questões relacionadas com alterações aos fundos individuais. Gostaria de salientar que a agenda proposta foi elaborada em grande parte antes do início da crise e quero que fique claro que, apesar disso, era e continua a ser uma boa base para enfrentar a crise. Proporciona igualmente uma boa base para que sejam tomadas medidas depois da crise. Considero que o modelo social europeu é mais que uma simples reacção à crise, por mais grave que esta possa ser. É um processo e é uma estratégia política e social a muito longo prazo, e é precisamente esse aspecto de longo prazo que integra a agenda social. No que respeita à questão do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização e à questão das alterações ao Fundo Social Europeu, gostaria de expressar o meu agradecimento pela excelente cooperação, uma vez que o diálogo foi tão construtivo que a concretização dos nossos objectivos está ao alcance desta reunião, facto que considero ser extremamente importante. Na Checoslováquia, temos um ditado que diz que “quem dá depressa, dá em dobro”. Não sei se os nossos antepassados determinaram isto através de cálculos precisos, mas é evidente que uma resposta rápida conta para alguma coisa e é mais útil que a hesitação.

No debate foram levantadas algumas questões específicas a que gostaria de responder. A primeira é a questão colocada pelo senhor deputado Cottigny no que respeita ao dia 1 de Maio do corrente ano, ou ao mês de Maio, e à utilização do fundo. Gostaria de esclarecer que todas as requisições entregues depois do dia 1 de Maio do corrente ano, no âmbito da proposta que está em fase de conclusão, serão processadas de acordo com as novas regras. A senhora deputada Juknevičienė estava preocupada com o facto de, muitas vezes, o dinheiro do fundo não chegar aos que dele necessitam. Creio ser necessário acompanhar permanentemente a eficácia. Tive oportunidade de visitar a Carélia Oriental, onde foi debatida a utilização do fundo para ajudar as pessoas que tinham perdido o emprego devido à reestruturação da Nokia, e posso afirmar, com base nessa experiência, que os debates demonstraram claramente que a grande maioria dos que perderam o emprego considerava a ajuda obtida através do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização como uma ajuda rápida e necessária, que lhes foi útil. Por altura da minha visita, 60% dessas pessoas já tinham encontrado novos empregos. É óbvio que isso não equivalia a 100%, mas, ainda assim, era evidente que este mecanismo estava a funcionar. Outra questão suscitada diz respeito ao co-financiamento. É evidente que o senhor deputado Vlasák tem razão ao afirmar que o co-financiamento desempenha um papel significativo; contudo, penso que o aumento do nível de co-financiamento numa altura de crise foi a proposta adequada, dado que alguns Estados que se encontram em situação de grande dificuldade têm graves problemas em obter co-financiamento. Assim, para facilitar essa obtenção, propusemos um nível de 75%. Na sequência do debate no Parlamento,

o nível proposto foi reduzido para 65% e creio tratar-se de um passo importante que facilita realmente a utilização do fundo. Gostaria também de salientar um ponto que não foi explicitamente sublinhado no debate, embora o Fundo Social Europeu seja uma instituição devidamente estabelecida que ajuda anualmente milhões de pessoas e que as ajuda de forma muito eficaz. Também no caso deste fundo alterámos conjuntamente as regras em debate com os senhores deputados e creio que isso facilitará a utilização e a eficácia do fundo. A relatora, senhora deputada Lambert, salientou a importância da inclusão social. Creio ser importante sublinhar que a nossa posição é absolutamente clara. O modelo social europeu é o modelo de uma sociedade activa, em que a actividade no mercado de trabalho é um elemento fundamental. Não é, no entanto, um modelo que aceita apenas aqueles que participam no mercado de trabalho, dado que, por diversos motivos, uma grande proporção dos nossos cidadãos não participa no mercado de trabalho e, contudo, é extremamente importante que tenham a oportunidade de participar activamente na sociedade e que nela desempenhem um papel activo. O relator, senhor deputado, Silva Peneda sublinhou a importância do diálogo social. Não posso deixar de concordar com a sua opinião de que, nesta altura específica, o diálogo social é mais importante que nunca.

Senhoras e senhores deputados, gostaria de dizer que, em minha opinião, a importância da agenda social e da agenda do emprego está a aumentar e que isso é um processo que, progressivamente, se está a fazer sentir em todas as estratégias da UE, bem como em todas as propostas de alterações aos planos de longo prazo e nas perspectivas da União Europeia. Gostaria de vos agradecer e de terminar por expressar a minha profunda convicção de que o modelo social europeu é um modelo que apela à integração europeia; não é um modelo que possa ser desenvolvido e mantido no interior das fronteiras de Estados nacionais que actuem isoladamente e, deste modo, gostaria de concluir dizendo que, em minha opinião, a Europa e a integração europeia são uma condição essencial para o maior desenvolvimento do modelo social europeu.

Gabriele Stauner, relatora. – (DE) Senhora Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Comissário, gostaria de acrescentar alguns pontos às observações do Senhor Comissário a respeito do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG). O FEG faz igualmente parte do modelo social europeu. O senhor Comissário afirmou, justificadamente, que “mais vale prevenir que remediar”. Mantivemos conversações intensivas com a Comissão e gostaria de salientar que, neste caso, a nossa reacção, apesar de célere, é de elevado calibre no que respeita ao conteúdo e à qualidade. É um compromisso de que eu e os meus colegas muito nos orgulhamos.

Gostaria de resumir alguns aspectos do debate: no que respeita ao FEG, felizmente acabou por haver amplo consenso durante a revisão. Gostaria de dirigir um pequeno apelo à Comissão: por favor não se limitem a transferir os saldos residuais do Fundo Social Europeu (FSE) para o FEG, recorram igualmente a outros saldos residuais do orçamento. Para aqueles de entre nós que têm interesse na política social seria ideal, evidentemente, que os fundos do FSE fossem aplicados inteiramente nos objectivos do FSE e que os fundos do FEG proviessem de outros saldos residuais – poderíamos então fazer o dobro pelos trabalhadores.

Aos meus colegas, senhoras deputadas Lynne e Sinnott e senhor deputado Burke, direi, a título de exemplo, que embora o FEG possa ajudar bastante, não pode, certamente, resolver todos os problemas regionais. Isso é muito claro e não é a isso que se destina. Os Estados-Membros ainda têm alguma responsabilidade. Gostaria de fazer outro apelo à Comissão: talvez possam evitar esgotar os fundos destinados a assistência técnica – 0,35% – que, em conformidade com o regulamento, estão à disposição da Comissão. Deste modo, os trabalhadores teriam ainda mais benefícios. A observação do senhor deputado Naranjo Escobar foi muito exacta e refere-se a uma tarefa para o futuro. Face à crise económica e financeira, temos igualmente de rever a Estratégia de Lisboa.

Gostaria de dirigir uma observação ao Senhor Deputado Hughes: uma cimeira do emprego seria certamente positiva, mas digo-lhe, com toda a honestidade, que uma reunião da Tróica também é adequada se produzir resultados racionais. Não precisamos de realizar uma cimeira só para dizer que o fazemos. Precisamos de resultados positivos e céleres!

José Albino Silva Peneda, relator. – Nesta fase do debate gostaria de deixar três comentários. Em primeiro lugar, dizer que a política social não é um monopólio de nenhuma força política desta Câmara. O PPE, força política que aqui represento, na política social contribuiu, durante este mandato, de uma forma, a meu ver, muito decisiva. Fui parte muito activa em vários relatórios, em vários dossiês, relembro a revisão do Fundo Social Europeu, o Fundo de Ajustamento à Globalização, a Flexigurança, o Relatório sobre o Modelo Social Europeu, a Directiva Tempo de Trabalho e, agora, a Agenda Social Europeia.

Desta experiência deste mandato, estou convencido que é possível ter grandes consensos nas questões da política social. Mas grandes consensos, não só na concepção das políticas - que julgo foram estabelecidos -, mas temos que ser mais exigentes no sentido de obter consensos na acção política. E aqui, a sensação que tenho é que, a nível da Comissão, a nível das Instituições europeias devíamos criar muito mais incentivos para que a nível local e a nível regional fossem dados meios financeiros, sob condição de haver convergência entre diversas entidades e acções para que se possam resolver os problemas sociais.

O terceiro comentário que queria fazer tinha a ver com o problema da confiança. A confiança não se decreta, a confiança não é possível legislar, depende em larga medida do comportamento das Instituições. Julgo que uma cultura de cooperação na concepção de políticas ajuda ao restabelecimento da confiança. Julgo que durante este mandato, aqui no Parlamento Europeu, demos um bom exemplo no sentido de cooperação e o resultado deste trabalho da Agência Social Renovada tem por base, claramente, esta ideia.

Estou de acordo com o Senhor Comissário, quando disse que o diálogo social tem que estar no centro da discussão, mas mais do que o diálogo social, julgo hoje estarmos num tempo onde a política social tem que estar no centro da discussão política. Por isso, estou muito favorável com as palavras que aqui foram ditas no sentido da cimeira sobre políticas de emprego e políticas sociais. Acho que tem todo o cabimento, nesta fase, ser discutido este assunto.

Finalmente, é a minha última intervenção neste Parlamento, queria saudar, em nome do Senhor Presidente, todos os Colegas, e o Senhor Comissário e a Comissão, pela forma como cooperaram comigo durante estes cinco anos de actividade intensa e entusiasmante, neste Parlamento Europeu. Muito obrigado!

Jean Lambert, relator. – (EN) Senhora Presidente, lamento profundamente que alguns dos nossos mais caros colegas nos deixem no final deste mandato.

Surgiram alguns pontos no debate, incluindo no que respeita ao combate à discriminação e à importância de tais medidas, mesmo em tempos de declínio económico. Foi levantada uma questão sobre o trabalho que desenvolvemos neste domínio na Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros. Foi igualmente suscitada a questão do apoio mútuo.

Gostaria de sublinhar, nesta altura, que um dos aspectos que focámos no relatório de inclusão foi o da dimensão do nível local e, certamente, as dimensões da economia local. Falamos muito das economias nacionais e internacionais, mas a economia local tem uma importância fundamental: o acesso das pessoas – mesmo que não sejam muito abastadas – aos serviços bancários, ao microcrédito e às cooperativas de crédito. Temos de ter cuidado para que as pessoas mais pobres não sejam obrigadas a contrair cada vez mais dívidas com taxas de juro muito elevadas, recorrendo a usurários e outros semelhantes. Temos de garantir que isso não acontece, dado que desgasta verdadeiramente as pessoas.

Contudo, no que respeita à dimensão da autoridade local e à dimensão dos serviços – que também foram debatidas no âmbito do relatório – outro domínio que a comissão pretendia salientar especialmente era a questão da habitação, dado que, uma vez mais, em tempos de declínio económico, há uma pressão cada vez maior sobre as pessoas que podem eventualmente não conseguir pagar as suas casas. Assim, será necessário concentrarmo-nos nessa questão e talvez pudéssemos recorrer ao método aberto de coordenação para analisar as melhores práticas em todos os Estados-Membros.

Por último, gostaria de referir o Fundo Social Europeu. Preocupa-nos muito que esta questão não seja arrastada para uma dimensão muito restrita sobre aquilo que constitui o emprego e o grau de preparação para o emprego, dado que não queremos perder muitos dos programas imaginativos e muito produtivos e interessantes que, há já tanto tempo, têm ajudado as pessoas a conseguir emprego a partir de pontos de partida extremamente difíceis.

Presidente. – Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quarta-feira, 6 de Maio de 2009.

Declarações escritas (artigo 142.º)

Kelam, Tunne (PPE-DE), por escrito. – (EN) Dentro de alguns dias, os dirigentes e as partes interessadas da Europa irão reunir-se na Cimeira do Emprego. O rápido aumento do desemprego tornou-se o problema central da actual crise financeira. É um problema de cariz profundamente humano: na verdade, é a maior injustiça social a nível da Europa. É necessário que os dirigentes governamentais e os políticos resolvam a situação recorrendo à imaginação e a medidas concretas.

2009 é o ano da inovação e da criatividade. A Europa tem de aproveitar esta oportunidade para reduzir o desemprego. E a melhor forma de o fazer é incentivar a criação de novos empregos. A questão principal é o apoio às pequenas e médias empresas. Uma forma prática de o fazer passa igualmente pela simplificação das regras burocráticas nas candidaturas a fundos europeus. As PME criam empregos e, futuramente, serão um importante instrumento de redução do desemprego, desde que recebam apoio eficiente por parte da UE.

Além disso, a Europa tem de investir na educação e, sobretudo, na aprendizagem ao longo da vida. O desemprego constituiu um grande choque para todos. Em primeiro lugar, a UE e os Estados-Membros têm de ajudar as pessoas a ultrapassar esse choque e a estarem preparadas para soluções alternativas, de modo a poderem voltar ao mercado de trabalho o mais rapidamente possível. O investimento na inovação, na investigação e desenvolvimento, e na aprendizagem ao longo da vida é a melhor forma de o fazer.

Magda Kósáné Kovács (PSE), *por escrito*. – (HU) Apesar de todos os esforços que envidámos desde a nossa adesão em 2004, desenvolveu-se gradualmente uma situação de pobreza “competitiva” na UE. Evidentemente, a crise económica exacerbou esta situação, tanto a nível dos Estados-Membros como entre os cidadãos comuns. Os conflitos sociais daí decorrentes ameaçam os actuais quadros europeus. Afinal, os cidadãos comuns esperam, justificadamente, que as instituições europeias não se limitem a ajudar os bancos, mas que também lhes proporcionem segurança social.

A concorrência a nível do mercado – que está em recessão devido à crise – está a intensificar-se tanto entre as empresas como entre os trabalhadores. As tensões sociais subjacentes na UE são melhor ilustradas pelas reacções excessivas decorrentes dos acórdãos do TJCE no que respeita à directiva relativa ao destacamento de trabalhadores.

É essencial que nos familiarizemos com a actual situação jurídica para dissipar medos infundados. A próxima Comissão deveria avaliar a transposição da directiva relativa ao destacamento de trabalhadores nos Estados-Membros.

Além das medidas constantes do pacote social, são necessários outros instrumentos para combater a crise e resolver as tensões. Pode ser muito difícil garantir a paz social sem um salário mínimo europeu. A definição de emprego digno e de condições de vida dignas e os contratos colectivos transfronteiriços são apenas algumas das questões relativamente às quais a Comissão ainda tem trabalho a fazer.

Para concretizar os objectivos sociais, a longo prazo, evidentemente, é possível que o Tratado de Lisboa e a Carta dos Direitos fundamentais – já ratificados por 25 Estados-Membros – garantam uma competência europeia mais abrangente através do estabelecimento da igualdade de direitos económicos e sociais, sem, ao mesmo tempo, substituírem de modo algum o pacote de medidas rápidas a curto prazo.

Iosif Matula (PPE-DE), *por escrito*. – (RO) O Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG) é um importante instrumento usado pela Comissão Europeia para mitigar a crise económica e prestar assistência às pessoas directamente afectadas. Há indústrias e sectores da economia – nomeadamente, o sector financeiro, a indústria automóvel e o sector das vendas – que sentem mais fortemente o impacto da crise dado que foram obrigados a reduzir as suas actividades e a despedir funcionários, algo que também constatamos na Roménia. Segundo um estudo, durante o primeiro trimestre de 2009 registaram-se três vezes mais despedimentos do que novos empregos criados na União Europeia.

Ao aplicar medidas que contrariem os efeitos da crise económica global, podemos igualmente concretizar o objectivo de coesão social, económica e territorial. Creio que a melhor forma de o concretizar é direccionar o FEG para desempregados provenientes da mesma região ou de regiões vizinhas, e até de diferentes Estados-Membros que partilhem fronteiras comuns. Por um lado, temos de mostrar solidariedade para com os que perdem os empregos e, por outro, temos de os ajudar a regressar ao mercado de trabalho. A reconversão profissional e a especialização de acordo com os domínios de desenvolvimento e os recursos específicos disponíveis em cada região poderão ajudar à criação de novos empregos.

Siiri Oviir (ALDE), *por escrito*. – (ET) Na actual era de crise económica global (ou seja, a recessão económica e o aumento do desemprego), assiste-se no mercado de trabalho da UE à realidade do despedimento de um número cada vez maior de pessoas, o que aumentará ainda mais o número total de pessoas que sofrem de pobreza e alienação na Europa.

Presentemente, é muito importante que se procure envolvimento social e políticas de mercado de trabalho conexas, através de uma abordagem integrada e coesa no âmbito do plano de relançamento da economia europeia.

Além disso, os Estados-Membros não devem sacrificar os assuntos sociais, a saúde e a educação em cortes realizados aquando das revisões orçamentais, dado que são precisamente esses domínios que contribuem para reintegrar na sociedade as pessoas em risco de pobreza.

É preciso reconhecer que, muitas vezes, é complicado ligar a assistência social e a participação activa no mercado de trabalho ao nível dos Estados-Membros, sobretudo quando os empregos que se conseguem são temporários, sazonais ou a tempo parcial, e se as condições de obtenção de apoio e a assistência social ou as taxas de imposição mínimas não motivarem as pessoas para aceitarem esses empregos. Nestas novas condições, temos de flexibilizar a assistência social – a actual situação exige que o façamos.

Creio que a assistência social tem de garantir um rendimento mínimo suficiente para assegurar uma vida humana que ultrapasse o limiar da pobreza e suficiente para ajudar as pessoas a sair da pobreza, não devendo exacerbar ainda mais essa pobreza devido à sua inflexibilidade.

Esko Seppänen (GUE/NGL), por escrito. – (FI) É espantoso – aliás, é imperdoável – que a cimeira social da EU e o diálogo com os parceiros sociais sejam realizados a nível da Tróica, sem a presença dos Chefes de Estado e de Governo. Isto demonstra, por parte dos dirigentes da UE, pouco interesse no desenvolvimento da dimensão social. Revela que estamos muito longe do objectivo de fazer da União uma Europa para os Cidadãos. Evidentemente, os bancos são salvos através do recurso a fundos estatais e da nacionalização das dívidas, mas ninguém se preocupa com o bem-estar das pessoas.

PRESIDÊNCIA: Diana WALLIS

Vice-Presidente

11. Período de perguntas (perguntas à Comissão)

Presidente. – Segue-se o período de perguntas (B6-0231/2009).

As perguntas que se seguem são dirigidas à Comissão.

Pergunta n.º 23 do deputado **Manuel Medina Ortega** (H-0206/09)

Assunto: Concorrência e transparência da fiscalidade sobre os rendimentos

Considera a Comissão compatível com a livre concorrência a manutenção, no território da União Europeia, de sistemas opacos de fiscalidade dos rendimentos? Se for caso disso, quais as medidas que a Comissão prevê adoptar a fim de pôr cobro a tais sistemas em países, ou parte dos países, da União Europeia?

Andris Piebalgs, Membro da Comissão. – (EN) Antes de mais, gostaria de relembrar que, de acordo com a legislação comunitária actual, os Estados-Membros continuam a ter uma grande liberdade para estabelecer os seus sistemas de fiscalidade directa em função das suas exigências e objectivos políticos nacionais. Contudo, nos últimos anos chegaram a um acordo comum no que respeita a diversas medidas propostas pela Comissão que visam combater o problema da erosão das bases tributáveis e da distorção das repartições dos investimentos. Ao fazê-lo, os Estados-Membros reconheceram que a cooperação comunitária e a existência de normas equitativas em matéria de concorrência fiscal são vitais para proteger as receitas.

No que respeita à questão da transparência, levantada por um deputado do Parlamento, gostaria de relembrar que, muito recentemente, em 28 de Abril de 2009, a Comissão Europeia adoptou uma comunicação que identifica medidas para a promoção da boa governação na área fiscal, o que significa transparência, intercâmbio de informação e concorrência leal em matéria fiscal.

Em primeiro lugar, a comunicação identifica a forma como a boa governação na área fiscal pode ser melhorada na União Europeia, para reforçar o argumento que visa convencer outras jurisdições a cooperar. Apela a que Estados-Membros adoptem rapidamente as propostas apresentadas pela Comissão sobre as directivas relativas à cooperação administrativa e à assistência mútua em matéria de cobrança de créditos respeitantes a impostos e à tributação dos rendimentos da poupança. Os Estados-Membros devem igualmente continuar a dar a prioridade adequada ao desmantelamento dos regimes fiscais prejudiciais no domínio da fiscalidade das empresas. Especificamente, a proposta da Comissão sobre cooperação administrativa inclui uma disposição que proíbe a invocação do sigilo bancário como fundamento da recusa de um Estado-Membro em fornecer,

a outro Estado-membro, informações relativas a contribuintes não residentes no primeiro. Isto está absolutamente de acordo com o consenso internacional no que respeita ao intercâmbio de informações no domínio fiscal.

Em segundo lugar, para alargar a promoção da boa governação para além da União Europeia, a comunicação sugere formas de assegurar uma maior coerência das políticas ao nível comunitário com o objectivo de garantir que o aprofundamento das relações económicas entre a UE e as suas jurisdições parceiras seja acompanhado pela adesão aos princípios da boa governação. Dá-se especial ênfase à garantia de apoio aos países em desenvolvimento que aderiram aos princípios da boa governação.

A comunicação propõe igualmente formas de garantir maior coerência entre as posições políticas dos Estados-Membros no domínio fiscal internacional e os princípios da boa governação acordados. Isso incluiria, nomeadamente e se necessário, uma resposta coordenada às jurisdições que recusam aplicar os princípios da boa governação. A Comissão apresentou hoje a comunicação aos ministros das Finanças da UE reunidos no Conselho Ecofin, com vista a obter o seu apoio no que respeita à abordagem proposta para a última reunião do Conselho Ecofin da Presidência Checa, em Junho de 2009.

Manuel Medina Ortega (PSE). - (ES) Senhor Comissário, muito obrigado pela sua resposta. Abordou vários aspectos, nomeadamente, a transparência; contudo, senti falta, na sua intervenção, de uma referência aos recentes acordos no âmbito do G20, no que respeita à luta contra os paraísos fiscais e as chamadas “jurisdições não cooperantes”. Contribuiu a Comissão para a proposta do G20 ou manteve-se totalmente à margem deste tipo de negociações?

Andris Piebalgs, Membro da Comissão. - (EN) A Comissão é participante de pleno direito no G20 e participa plenamente neste processo.

Já referi algumas das medidas que a Comissão gostaria de incentivar os Estados-Membros a tomar. A Comissão está plenamente envolvida no processo do G20.

Hubert Pirker (PPE-DE). - (DE) Senhora Presidente, Senhor Comissário, em princípio sou contra a introdução de novos impostos. Acima de tudo, afectam a classe média. Afectam a criação de riqueza e não estimulam o investimento.

Contudo, temos de analisar os impostos no contexto de lucros de valores imobiliários de curto de prazo. Considera que os impostos sobre lucros de valores imobiliários de curto prazo decorrentes de vendas a descoberto poderão vir a ser afectados à criação de novos empregos?

Avril Doyle (PPE-DE). - (EN) Pode o Senhor Comissário tranquilizar a Assembleia de que está firmemente empenhado em que toda a fiscalidade directa – imposto sobre o rendimento e imposto sobre as sociedades – continue a ser da competência exclusiva dos Estados-Membros? Agradeço que confirme ser essa a sua opinião.

Andris Piebalgs, Membro da Comissão. - (EN) Evidentemente, existe um Tratado e esse Tratado é muito claro. Sabemos que é possível que se realize um novo referendo na Irlanda sobre o Tratado de Lisboa, mas estes artigos são muito claros sobre a divisão das competências no texto e a Comissão não tenciona elaborar um novo tratado com responsabilidades diferentes.

É também esta, em parte, a resposta à utilização da política fiscal para criar empregos. Dado que há diferentes países em diferentes situações, é possível que um instrumento de tributação europeu não atinja os mesmos objectivos num Estado-Membro específico.

Por vezes, os instrumentos de tributação são efectivamente positivos no que respeita à criação de incentivos ou ao desenvolvimento da economia, mas isso depende em grande medida da situação que se vive em cada Estado-Membro.

Presidente. - Pergunta n.º 24 do deputado **Nikolaos Vakalis** (H-0240/09)

Assunto: Política da UE face aos sismos - medidas tomadas pela Comissão na sequência do recente sismo catastrófico em Itália

Em Novembro de 2007, o Parlamento Europeu adoptou a Resolução (P6_TA(2007)0507) sobre a gestão integrada dos sismos pela UE (prevenção, resposta e reabilitação) em que convidava à tomada de medidas concretas em matéria de protecção civil, reforço dos edifícios (com ênfase particular para os edifícios históricos e de importância cultural), financiamento, investigação, informação do público, etc.

Nas cartas que enviei ao Comissário para o ambiente (10.1.2008) e ao Presidente da Comissão (22.5.2008) chamei a atenção para a urgência da publicação de uma Comunicação especial, exclusivamente dedicada à gestão eficaz dos sismos.

Depois do recente e mortífero sismo em Itália, considera a Comissão que está coberta pela sua resposta escrita de 22.7.2008 (P-3470/08) e pelas respostas dos Srs. Barroso e Dimas, ou propõe-se tomar outras iniciativas para a protecção dos cidadãos europeus contra os sismos?

Stavros Dimas, Membro da Comissão. – (EL) Senhora Presidente, a Comissão está plenamente empenhada em ajudar a proteger as pessoas dos sismos. Essa protecção tem de fazer parte de uma abordagem integrada para enfrentar situações que podem ser provocadas por diversos perigos. A Comissão adoptou recentemente uma comunicação intitulada “Abordagem comunitária sobre a prevenção de catástrofes naturais ou provocadas pelo homem” que abrange igualmente os sismos. Esta comunicação surge na sequência das medidas tomadas pela Comissão ao longo dos últimos anos e que estão de acordo com muitas das recomendações formuladas pelo Parlamento Europeu na sua resolução de 2007. Esta medida concreta refere-se, em especial, à difusão das melhores práticas, ao desenvolvimento de abordagens comuns à identificação e à avaliação dos riscos, e à educação e consciencialização do público, procurando simultaneamente reforçar a coesão e as sinergias entre os meios financeiros e legislativos de prevenção já existentes e, desse modo, consolidar o valor acrescentado da acção da União Europeia. A Comissão envidará todos os esforços no sentido de atenuar os impactos dos sismos, incentivando os Estados-Membros a procederem a uma integração plena dos códigos europeus comuns aplicáveis à concepção de edifícios e obras de construção civil (em especial o “Eurocódigo 8”) na respectiva regulamentação nacional. A Comissão aguarda, com especial interesse, a resposta do Parlamento Europeu à abordagem proposta na sua comunicação.

Nikolaos Vakalis (PPE-DE). – (EL) Senhora Presidente, peço desculpa mas a pergunta mantém-se. Sinceramente, não compreendo: por que motivo a Comissão se recusa a fazer sobre os tremores de terra o que já fez relativamente às inundações? Qual é a diferença? Na realidade, até fico muito surpreendido, porque este debate se realiza depois da recente catástrofe ocorrida em Itália. Quanto à mais recente comunicação a que V. Exa. se referiu, ela menciona, de passagem, os tremores de terra em três pontos. Acha V. Exa., sinceramente, que uma referência aos tremores de terra numa comunicação é suficiente para responder à enorme necessidade que sentimos de haver, na Europa, uma comunicação especificamente dedicada aos tremores de terra? Gostaria, muito sinceramente, de ter uma resposta.

Stavros Dimas, Membro da Comissão. – (EL) Senhora Presidente, a comunicação que divulgámos em Fevereiro de 2009 parte de uma abordagem integrada das questões genéricas, independentemente da origem do perigo. Consideramos que esta é a melhor perspectiva. No que se refere às inundações, temos uma comunicação sobre a falta de água e a seca. Há comunicações sobre perigos ou problemas específicos existentes mas consideramos que a perspectiva integrada, que queremos empregar, é a mais adequada.

Aguardamos a resposta do Parlamento e, se houver motivos importantes que obriguem a abandonar esta perspectiva, então considerá-los-emos. No entanto, devo dizer a V. Exa. que a comunicação da Comissão também ajudará, em parte, a prevenir as consequências dos tremores de terra.

Como tal, ela é dirigida aos Estados-Membros que, de modo muito exclusivo, reservam o princípio da subsidiariedade no que se refere às competências para esta matéria, para que possam incorporar nas leis nacionais as recomendações da União Europeia sobre edifícios, sejam elas as normas constantes do Eurocódigo 8 relativas às novas construções, ou as normas sobre o reforço das estruturas dos edifícios antigos. Deixemos que o façam, deixemos que empreendam as outras acções que são necessárias, como o rigoroso cumprimento das decisões sobre planeamento, para que possa ser evitada a maioria das catástrofes.

Hubert Pirker (PPE-DE). – (DE) Senhora Presidente, senhor Comissário, ligada à falha geológica que atravessa os Apeninos, há uma outra falha geológica que atravessa a Eslovénia. Como decerto V. Exa. saberá, a central nuclear de Krško está situada sobre essa falha. Por nossa iniciativa, foram aí instalados diversos dispositivos de alerta. Que medidas pensa tomar, depois do devastador tremor de terra ocorrido em Itália, para garantir a segurança da central nuclear de Krško, que se encontra numa falha ligada a essa? Pensa V. Exa. que poderá tomar medidas preventivas que cheguem, inclusivamente, ao encerramento de Krško?

Giorgos Dimitrakopoulos (PPE-DE). – (EL) Senhora Presidente, eu também fico surpreendido pela posição aqui expressa hoje pela Comissão porque, como é natural, nós respeitamos a posição expressa na resposta que foi dada, relativamente à questão da subsidiariedade, e eu estou absolutamente de acordo com as exigências específicas, embora isso não resolva o problema da falta de uma proposta política colectiva, por parte da Comissão Europeia, que abranja todos os aspectos dos desastres causados por um tremor de terra. O senhor

Deputado Pirker deu outro contributo para este debate e nós, naturalmente, daremos outros. Mas a questão mantém-se: por que motivo, para lá do princípio da subsidiariedade e das medidas específicas citadas pelo senhor comissário, não temos uma proposta global por parte da Comissão Europeia?

Stavros Dimas, *Membro da Comissão*. - (EL) Senhora Presidente, como disse anteriormente, aguardamos a resposta do Parlamento Europeu à comunicação que emitimos sobre a prevenção de tremores de terra. Quando tivermos uma resposta, analisaremos a questão para sabermos qual é a melhor perspectiva. No caso particular que foi citado, existem normas específicas para instalações nucleares, além da Directiva Seveso II, aplicável às instalações industriais.

Presidente. - Pergunta n.º 25 da deputada **Avril Doyle** (H-0211/09)

Assunto: Electricidade produzida a partir da energia térmica solar e plano de relançamento económico

Para fazer face aos enormes desafios energéticos e económicos na União Europeia, a Comissão, no seu pacote de apoio ao relançamento, propôs medidas para apoiar tanto o relançamento da economia como os objectivos em matéria de energia. Mas a produção de electricidade a partir da energia térmica solar – uma das mais promissoras fontes de energia renováveis – não está incluída na lista de sectores beneficiários deste plano.

Além disso, a indústria europeia é actualmente líder mundial nesta área mas só poderá manter esta posição se o mercado doméstico continuar a crescer e se a I&D continuar a ser fomentada.

Pode a Comissão indicar a razão da exclusão do sector da energia térmica solar dos importantes apoios financeiros previstos no plano de relançamento? Que outras fontes de financiamento poderão apoiar a energia térmica solar?

Andris Piebalgs, *Membro da Comissão*. - (EN) A electricidade produzida a partir da energia térmica solar nunca foi excluída do Plano Europeu de Recuperação Económica. Ela só não foi incluída pelo facto de termos começado por abordar as necessidades energéticas mais urgentes. Isto significa que demos atenção às áreas onde a crise teve o maior impacto e onde havia projectos que não podiam ser materializados.

A primeira questão foi a interligação. Nenhuma produção de energia eléctrica, em especial se provém de novas fontes de energia, pode ser aproveitada se houver problemas de rede e de distribuição. Por isso, abordámos, considerando-as urgentes, a questão das redes de distribuição de electricidade e a interligação entre os Estados-Membros.

Além disso, tivemos a crise do gás, que mostrou com clareza que, em alguns casos, a falta de infra-estruturas físicas tem um impacto enorme quando há interrupções no fornecimento de gás. Esta é a maneira mais fácil de abordar a questão da segurança do fornecimento de gás.

Nós abordámos, ainda, dois outros temas que penso que teriam sido definitivamente adiados se não tivessem beneficiado do apoio da Comunidade: em primeiro lugar, a energia eólica *offshore*, que é um projecto de grande dimensão que precisa de ser ligado à rede continental, e, em segundo lugar, a captura e armazenamento de carbono, domínio em que precisamos de encorajar a indústria a criar, o mais depressa possível, um projecto de grande escala.

Por este motivo, não considerámos outras áreas elegíveis. Foi só por isso que não incluímos a electricidade produzida a partir da energia térmica solar e não porque eu não acredite nela. Acredito nessa forma de produzir electricidade, mas tivemos de ocupar-nos do que era mais urgente.

E quais são os recursos disponíveis para apoiar a futura evolução da electricidade produzida a partir da energia térmica solar? Em primeiro lugar, temos o Sétimo Programa-Quadro. Dispomos de 2,35 mil milhões de euros para os anos de 2007 a 2013. Em segundo lugar, esta é uma área onde está nas vossas mãos a ferramenta que tornará possível alcançar esse objectivo. A partir do próximo ano, temos a oportunidade emitir 300 milhões de licenças para os novos participantes. São elegíveis os projectos de energias renováveis, como o da electricidade produzida a partir da energia térmica solar. Portanto, se surgirem os projectos, serão muito bem recebidos.

Também podemos, para o mesmo efeito, recorrer a verbas do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Encorajamos uma maior utilização da sinergia das fontes de energia. E, em especial, aumentámos os limites da quantidade de energias renováveis que podem ser utilizados no domínio da habitação e da eficiência energética. Alargámos, por isso, as condições de admissibilidade para estas medidas.

Além de tudo isto, no Verão ou no início do Outono, a Comissão irá preparar uma nova comunicação sobre o financiamento das tecnologias com baixo teor de carbono. Tentaremos desenvolver esta perspectiva para que essas tecnologias possam ser apoiadas não apenas pelo orçamento da Comunidade mas, também, pela indústria e pelos Estados-Membros, definindo-a como um objectivo que nos permitirá alcançar rapidamente o novo desenvolvimento tecnológico e o nosso objectivo de, até 2020, conseguirmos que 20% da energia consumida na Europa seja proveniente de fontes renováveis. Mas talvez possamos ser ainda mais ambiciosos a este respeito.

Portanto, não houve uma exclusão. Só que temos várias áreas de que devemos ocupar-nos e decidimos ocupar-nos daquelas que requerem, neste momento, um maior investimento neste momento.

Avril Doyle (PPE-DE). - (EN) Obrigado, Senhor Comissário, por uma resposta que foi muito completa e muito útil. Tomei boa nota do que disse.

No caso de algum dos projectos que tenham sido especificamente seleccionados ao abrigo do Plano de Recuperação não estarem em posição de obter o financiamento até ao final do prazo de 30 de Junho de 2010, terá V. Exa. aquilo a que me referirei como uma lista de projectos de reserva que possam avançar, para que o dinheiro seja efectivamente canalizado para este sector, para a eficiência energética e para um menor consumo de energia?

No domínio da energia térmica solar, por exemplo, há projectos importantes prontos para começarem a ser construídos no final do ano de 2009 e no início de 2010. Há vários projectos prontos a avançar. Poderemos ter uma lista de reserva para que todo o dinheiro seja utilizado, no caso de aqueles que foram escolhidos para serem financiados não estarem, nesse momento, em posição de arrancar?

Andris Piebalgs, Membro da Comissão. - (EN) Ao fazermos a lista, tivemos em atenção a maioria dos projectos existentes e também envolvemos os Estados-Membros e, nesta fase, devo dizer que não tenho motivo para acreditar que não venhamos a estar em condições de despender ou de mobilizar todas as verbas disponíveis.

Se houver alguns atrasos, ou se alguns dos projectos não estiverem suficientemente preparados para arrancar, já o saberemos em Março de 2010. Se houver a possibilidade de parte das verbas estarem disponíveis, eu já prometi, no âmbito dos nossos trilogos, que a Comissão reconsiderará, se for adequado, fazer a proposta que for necessária para o efeito. Mas é prematuro prometê-lo, porque isso depende do modo como consigamos mobilizar as verbas disponíveis, porque já hoje temos hoje um número limitado de projectos que acreditamos estarem bastante avançados para poderem utilizar este dinheiro.

Presidente. - Pergunta n.º 26 da deputada **Marie Panayotopoulos-Cassiotou (H-0218/09)**

Assunto: Centrais nucleares

Segundo informações do Instituto da Energia do Sudeste da Europa, muitos países da UE, e outros países em vias de adesão à UE, do Sul e do Leste da Europa e da Bacia Oriental do Mediterrâneo examinam projectos de ampliação ou de construção de centrais nucleares para produção de energia eléctrica. Pergunta-se à Comissão que acções e iniciativas tenciona desenvolver para pôr condições e limites a estas iniciativas tendo em conta as particularidades geológicas e climáticas bem como as possibilidades de financiamento e a viabilidade desses projectos?

Andris Piebalgs, Membro da Comissão. - (EN) Bem, o meu colega Stavros Dimas já respondeu a uma pergunta suplementar sobre este assunto.

Basicamente, o que está definido, no que se refere à energia nuclear, é que cada país terá uma entidade reguladora para a segurança nuclear com a responsabilidade total de fazer aplicar medidas de segurança neste domínio. Ao mesmo tempo, cada Estado-Membro decidirá se vai usar, ou não, a energia nuclear. Isto está abrangido pelo Tratado Euratom e é muito claro que há requisitos adicionais. E os requisitos adicionais implicam que cada projecto apresentado seja também analisado pela Comissão e que façamos uma recomendação sobre os projectos que devem ser desenvolvidos. Foi o que fizemos nos casos de Belene e de Mochovce.

Existe, também, uma obrigação clara de cumprimento dos requisitos de avaliação do impacto ambiental, tal como foi determinado pela legislação comunitária, devendo aplicar-se ainda os requisitos adicionais da Convenção de Espoo sobre a Avaliação de Impacto Ambiental num Contexto Transfronteiriço, das Nações Unidas.

Portanto, seja qual for o projecto apresentado, nós não fazemos discriminação entre Estados-Membros. Há requisitos claros que devem ser preenchidos e cada projecto é analisado em função dos seus próprios méritos, com base no acervo comunitário e na legislação ambiental. Posso assegurar-vos que este processo é tão estrito que nenhuma autorização de construção de uma central nuclear foi alguma vez emitida sem que todos os requisitos de segurança estivessem cumpridos.

Marie Panayotopoulos-Cassiotou (PPE-DE). - (EL) Senhora Presidente, gostaria de perguntar, relativamente ao que disse o senhor Comissário sobre a avaliação de cada proposta, se pode ser efectuado um estudo *ex-ante* para a área em questão, considerando a cooperação euro-mediterrânica e as particularidades específicas desta área para que haja critérios que possam ser tidos em conta e seguidos por todos os países, desde o primeiro momento e durante o planeamento.

Andris Piebalgs, Membro da Comissão. - (EN) Em primeiro lugar, cada um dos países aprova a sua própria legislação que lhe permite decidir sobre o processo de cada candidatura. Mais tarde, o processo depende, em muito, da legislação nacional e da legislação Euratom, sobre as quais se baseia. Em função disto, nós não podemos ter uma perspectiva regional. Temos de considerar a situação específica de todos os Estados-Membros e, ao mesmo tempo, todos e cada um dos projectos.

Nós não podemos encarar uma situação que possa servir de padrão, na região, e afirmar que a região não é adequada à utilização da energia nuclear. Isso seria uma mentira porque não podemos desenvolver um projecto mais ou menos utilizável em todos os locais. É uma questão de custos, de condições e de tempo necessário. Não podemos, portanto, ter uma perspectiva regional. Precisamos de encarar, por si, cada projecto concreto, porque está é a única forma de garantir a segurança total de cada projecto.

Paul Rübig (PPE-DE). - (DE) Senhora Presidente, senhor Comissário, minhas senhoras e meus senhores. Senhor Comissário, gostaria de felicitar V. Exa. pelo pacote nuclear que apresentou, muito em especial no que se refere às novas centrais nucleares e à proposta de que, no futuro, as normas da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA) sejam vinculativas.

Gostaria de saber se V. Exa. acha que poderia preparar uma proposta para a criação de uma autoridade de regulação para o conjunto da União Europeia ou que permitisse a transformação da Associação de Reguladores Nucleares da Europa Ocidental (WENRA) num organismo capaz de emitir critérios vinculativos para o próximo período legislativo ou, ainda, se poderíamos tornar as normas da AIEA de aplicação obrigatória para todos os Estados-Membros.

Andris Piebalgs, Membro da Comissão. - (EN) No que se refere à segunda parte, acredito que, graças a este grupo de alto nível de reguladores nucleares, poderemos avançar com normas mais rigorosas. Encontramo-nos, apenas, num ponto de partida; e ele foi o menor denominador comum que pudemos encontrar.

Ao mesmo tempo, e por a questão ser muito sensível – politicamente e também, por vezes, culturalmente –, duvido, muito seriamente, que um regulador europeu possa desempenhar o papel que lhe é exigido. Não diria que não se pode confiar num regulador europeu, mas que esse regulador precisa de guardar alguma distância face às instalações de energia nuclear. Penso que a responsabilidade total pela segurança deve caber, sempre, a um regulador nacional, por ser o mais adequado e por evitar o debate sobre se o regulador central não estará a forçar demasiado a utilização de energia nuclear.

É positivo estabelecer um quadro comum, mas a responsabilidade deve continuar a fazer parte da competência dos reguladores que, como é proposto na directiva sobre a segurança nuclear, devem dispor de plenos poderes e de todos os instrumentos necessários para fazer aplicar essa política. Temos reguladores muito bons na área da segurança nuclear em toda a União e, por isso, não é necessária uma reorganização drástica. Só precisamos de reforçar as normas vinculativas, partindo do nível que actualmente temos e, trabalhando juntos, demonstrar ao mundo que é possível tornar ainda mais estritas as normas aplicáveis à indústria nuclear.

Presidente. - Pergunta n.º 27 do deputado **Brian Crowley** (H-0232/09)

Assunto: Promoção da energia sustentável nas cidades

Na minha cidade natal, Cork, as autoridades locais e as empresas estão a promover a criação de políticas de energia sustentável. Que medidas está a Comissão a tomar no sentido de apoiar cidades como Cork nos seus esforços para a promoção de energia sustentável?

Andris Piebalgs, Membro da Comissão. – (EN) Fico muito satisfeito por V. Exa. ter feito esta pergunta porque eu tenho muito orgulho desta nossa realização que é o Pacto entre Presidentes de Câmara.

Em 2008, apoiámos a iniciativa das cidades de formalizar um Pacto entre Presidentes de Câmara. Com ele, as cidades assumem a obrigação vinculativa de reduzirem o CO₂ em mais de 20 por cento até 2020. E desenvolvem planos energéticos sustentáveis para que isso possa acontecer. Também criaram um Gabinete do Pacto entre Presidentes de Câmara para assegurar a coordenação e a promoção das suas iniciativas. Nós apoiamos estas acções por intermédio do Centro Comum de Investigação, com o objectivo de garantir a fundamento científico e o apoio técnico à preparação, aplicação e avaliação dos planos de acção das energias sustentáveis. Para os municípios mais pequenos, a Comissão negocia com outras entidades de governo nacionais, regionais e locais a possibilidade de elas apoiarem as cidades mais pequenas.

Também existe a intenção de aplicar, este ano, um sistema avançado de boas práticas, os Indicadores de Excelência.

Criámos, ainda, uma entidade de apoio financeiro, por intermédio do Banco Europeu de Investimento (BEI), por onde são distribuídos os subsídios e também usamos o BEI para determinar os objectivos de desenvolvimento sustentável das cidades. O BEI já esteve envolvido em projectos específicos, como no caso de Barcelona, cujas negociações estão bastante avançadas.

Eu sei que a cidade de Cork ainda não subscreveu este Pacto, mas cabe a Cork aproveitar esta oportunidade. Ela é uma boa forma de conseguir mobilizar o apoio dos cidadãos a iniciativas desta natureza.

Ao mesmo tempo, há outros instrumentos aplicáveis ao desenvolvimento sustentável e a política de coesão garante um apoio significativo às cidades para porem em prática iniciativas e políticas energéticas sustentáveis. Na totalidade, para o período de 2007 a 2013, serão directamente investidos em iniciativas de energia sustentável 9 mil milhões de euros, provenientes dos fundos de coesão. O Programa Operacional para os países do Sul e do Leste, que abrange a cidade de Cork, investirá 699 milhões de euros na região, o que vai contribuir para alcançar os objectivos de criação de emprego e de crescimento definidos em Lisboa.

Estes fundos de coesão irão apoiar directamente os projectos de energias sustentáveis na região e contribuirão para mobilizar um maior investimento nacional. O financiamento pode ser utilizado para estimular a eficiência energética e a produção de energias renováveis, o desenvolvimento de sistemas de gestão de eficiência energética e a promoção de transportes públicos limpos e sustentáveis, em especial nas áreas urbanas.

O Programa Operacional inclui o “Gateway Challenge Fund”, que é baseado numa estratégia integrada de desenvolvimento sustentável para Cork.

Por fim, o Fundo de Desenvolvimento Regional foi recentemente alterado para proporcionar a todos os Estados-Membros a possibilidade de utilizarem fundos regionais para a melhoria da eficiência energética e para a integração de energias renováveis nas habitações já existentes. Esta utilização pode abranger até 4% do total das verbas afectas ao Fundo Regional.

Resumindo, acredito que conseguimos criar um quadro de referência para as cidades que comungam da ambição de desenvolver modelos sustentáveis para os seus habitantes e que isso está consubstanciado no Pacto de Presidentes de Câmara. O Pacto inclui presidentes de câmara simpatizantes, como Nova Iorque e Rochester, bem como participantes de outros países que não pertencem à União Europeia, conseguindo, assim, disponibilizar muitos conhecimentos através do gabinete que foi criado.

No que se refere ao apoio financeiro, nós não dispomos, nesta altura, de nenhum programa dedicado à eficiência energética, mas dispomos dos Fundos Estruturais, temos o programa Energia Inteligente para a Europa e temos, também, o Banco Europeu de Investimento. Estamos a utilizar todos estes instrumentos para apoiar as iniciativas em curso. O Banco Europeu de Investimento é uma entidade muito activa neste processo. Não obstante, nesta fase, não se trata tanto de uma questão financeira, mas antes de bons projectos e de opções políticas bem determinadas por parte das cidades.

É o que eu posso responder à sua pergunta, que foi muito importante. Acredito que as cidades dispõem de todas as oportunidades para abrirem caminho em direcção a um futuro baseado nas energias sustentáveis.

Brian Crowley (UEN). – (EN) Agradeço ao senhor Comissário Piebalgs a sua resposta. Senhor Comissário, já indicou, na sua resposta, que há poupança, em termos económicos, com a eficiência energética mas o certo é que nós precisamos de dar agora um passo em frente. Mais do que promover apenas a sustentabilidade

e a eficiência energéticas, precisamos de utilizar os fundos para criar novas formas de produzir energia para tornar as cidades ainda mais auto-suficientes e que vá mais longe do que a simples importação de combustíveis ou a construção de centrais nucleares, como dissemos anteriormente. Precisamos de encontrar formas, melhores e mais inteligentes, para alcançar esse objectivo e talvez V. Exa. possa olhar, de futuro, não apenas para o banco de investimentos mas para novas ideias que também possam surgir no seio da própria Comissão.

Andris Piebalgs, Membro da Comissão. – (EN) Estamos a tentar responder a esta questão. Estamos a planear, até ao final do ano, desenvolver um novo plano de eficiência energética que seja uma resposta a esses problemas. Estamos, também, a preparar uma comunicação sobre o financiamento de novas fontes de energia com baixo teor de carbono.

É muito importante que sejam as partes interessadas a tomar a iniciativa e eu espero que as cidades apresentem propostas e exerçam pressão sobre os senhores deputados do Parlamento Europeu e sobre os Estados-Membros para que sejam criados, à escala europeia, instrumentos adequados em todas as áreas envolvidas.

Sem esta perspectiva, de baixo para cima, não conseguiremos aproveitar as oportunidades existentes. As cidades europeias são tão diferentes entre si e há tantas ideias, e tão boas, que não devemos tentar aplicar uma perspectiva de cima para baixo a todas as cidades.

Acredito que o Pacto de Presidentes de Câmara vai dar-nos o contributo intelectual e a experiência necessária para chegarmos às decisões políticas que precisamos de formular para termos cidades sustentáveis. Não se trata, apenas, de poupar. Há muitas questões envolvidas. Trata-se, também, de criar redes inteligentes, de integrar as energias renováveis e os transportes públicos sustentáveis – os autocarros movidos a hidrogénio e os veículos eléctricos. Há um vasto número de oportunidades.

Todas e cada uma das cidades podem desenvolver os seus próprios programas porque aquilo que o Pacto de Presidentes de Câmara fez foi estabelecer a obrigação de reduzir as emissões de CO₂ em 20 por cento. E isso não precisa de ser conseguido, necessariamente, por intermédio da eficiência energética. Pode ser por intermédio de uma outra política completamente diferente. É algo que depende, em muito, das circunstâncias locais.

Presidente. – Atendendo à hora, não poderei aceitar mais perguntas complementares. Lamento, Senhor Deputado Rübzig, mas já fez uma pergunta e o senhor Comissário já nos deu respostas completas.

Presidente. – Pergunta n.º 28 do deputado **Claude Moraes** (H-0216/09)

Assunto: A crise económica e a necessidade de evitar o protecçãoismo

Enquanto Comissário responsável do comércio afirmou muito justamente que temos de evitar o protecçãoismo nas respostas que entendermos dar à actual crise económica já que é praticamente do consenso geral que não é com restrições ao comércio que conseguiremos sair da recessão económica.

De que maneira está a Comissão a trabalhar para evitar o aumento das tendências proteccionistas nas negociações comerciais internacionais em que participa? Tem quaisquer progressos a registar quanto à conclusão do ciclo de Doha?

Como tenciona a Comissão garantir o equilíbrio entre a promoção do comércio livre e as prioridades de desenvolvimento da UE, nomeadamente no que diz respeito às principais normas laborais e à sustentabilidade ambiental?

Meglana Kuneva, Membro da Comissão. – (EN) A União Europeia tomou, desde o eclodir da crise económica, uma posição firme contra o protecçãoismo puro, em coerência com o compromisso que assumiu relativamente ao comércio livre justo e aberto.

A Comissão está a acompanhar intensamente as medidas proteccionistas postas em prática pelos seus mais importantes parceiros comerciais para empreender, se necessário, as acções adequadas. Além disso, a UE apoiou, vivamente, a iniciativa da Organização Mundial de Comércio de fornecer informações regulares sobre todos os desenvolvimentos relacionados com o comércio, durante a crise económica e financeira.

Desde o começo da actual crise que a UE assumiu, mais do que nunca, um compromisso relativamente ao multilateralismo, à transparência e aos mercados abertos com base em regras que beneficiem, do mesmo modo, os países desenvolvidos e em desenvolvimento. A UE defendeu, coerentemente, que um desfecho ambicioso e equilibrado da Ronda de Doha poderá ser um dos instrumentos mais importantes para a prevenção do protecçãoismo comercial e para a expansão económica.

Esta é também a mensagem divulgada pela OMC na sua recente análise da política comercial da UE, que elogiou o papel desempenhado pela UE no reforço do sistema comercial multilateral. O papel primordial que a Ronda de Doha poderia desempenhar na actual crise foi também reconhecido pelo plano global do G20 para a recuperação e a reforma económicas, do passado dia 2 de Abril. Os líderes dos países que integram o G20 expressaram o seu compromisso renovado de alcançar uma conclusão rápida nas negociações da Ronda de Doha.

Finalmente, o compromisso da UE relativamente ao comércio aberto tem acompanhado, e continuará a acompanhar, o compromisso também assumido para com o desenvolvimento sustentável, que é um objectivo de política global da UE, no contexto das várias iniciativas de política comercial.

O desenvolvimento sustentável e, em especial, as considerações ambientais e sociais são componentes importantes da nossa política comercial. E isto é testemunhado pela inclusão de recomendações relativas ao desenvolvimento sustentável centradas nas normas sobre trabalho e ambiente que fazem parte dos nossos acordos bilaterais de comércio.

Claude Moraes (PSE). - (EN) Muito obrigado, senhora Comissária, e eu tenho presente que está a substituir a senhora Comissária Ashton. Quero felicitar a Comissão, e também os distintos membros desta Câmara que estão na Comissão do Comércio Internacional, por lutarem pela dissuasão das tendências proteccionistas.

Gostaria de pedir um esclarecimento sobre a questão relacionada com os países em desenvolvimento e sobre o modo como podemos assegurar-nos de que conseguimos aumentar, ou tornar mais fácil, o comércio tanto com os países em desenvolvimento como entre eles, por exemplo, por intermédio do aumento da ajuda relacionada com o comércio. Esta é uma componente importante que devemos ter em consideração. Globalmente, no entanto, tenho visto alguma actividade muito encorajadora da Comissão e do Parlamento que é favorável às tendências proteccionistas, o que seria um passo atrás.

Meglana Kuneva, Membro da Comissão. - (EN) Os relatórios da OMC e de acompanhamento da própria Comissão mostram que não há o risco iminente de uma escalada proteccionista generalizada. Nenhum dos maiores países comerciais optou, até ao momento, por restrições com efeitos gerais em matéria de comércio e de investimento. Os desenvolvimentos ocorridos em certos países – por exemplo, a Rússia, a Indonésia e a Argentina – requerem uma aproximação mais cuidada porque foram estes países, até agora, os que mais recorreram a medidas alfandegárias para restringir o comércio. Globalmente, os sectores mais atingidos têm sido a agricultura e os produtos alimentares, o ferro, o aço e os metais, os automóveis, os têxteis e os brinquedos.

David Martin (PSE). - (EN) Aceitará a Comissão que, além de dar lições aos outros e de acompanhar a sua actividade, para evitar o risco do proteccionismo, devemos ser, nós próprios, cuidadosos e termos a certeza de que, ao usarmos os instrumentos de defesa comercial eles estão a ser empregues para os objectivos com que foram criados e não como medidas proteccionistas?

Meglana Kuneva, Membro da Comissão. - (EN) A Comissão está a fazer tudo o que é possível para se assegurar de que este acompanhamento é rigoroso em todos os seus aspectos e, em especial, na questão que V. Exa. levantou. Posso transmitir a mensagem à senhora Comissária Ashton para obter uma perspectiva mais precisa e uma resposta mais específica. Mas, até ao momento, não há sinais que possam ser tidos como perturbadores.

Presidente. - Pergunta n.º 29 do deputado **Seán Ó Neachtain** (H-0234/09)

Assunto: Pirataria na Internet no Canadá

O Canadá tem um dos níveis de pirataria na Internet mais elevados do mundo, facto que é agravado por sérias deficiências ao nível legislativo e executivo. Com efeito, a lei canadiana sobre os direitos de autor carece de revisão urgente, a fim de ser harmonizada com as actuais normas internacionais de protecção do ambiente em linha, como as estabelecidas nos Tratados da OMPI de 1996 sobre a Internet e na directiva comunitária relativa aos direitos de autor (2001/29/CE). Quanto mais tempo esta situação se mantiver, mais tempo os titulares de direitos de autor europeus – em particular o sector criativo (autores, compositores, artistas intérpretes ou executantes, letristas e produtores de fonograma) – estarão privados dos instrumentos jurídicos de que necessitam para pôr cobro à violação em linha dos seus direitos, que atinge proporções alarmantes no Canadá. Os prejuízos causados pela pirataria na Internet aos referidos titulares são enormes. A gravidade da situação exige que sejam adoptadas medidas legislativas imediatamente, sem se esperar pela próxima cimeira comercial UE-Canadá que terá lugar em Maio e pelas subsequentes negociações comerciais bilaterais.

Dada a urgência da questão, o que faz a Comissão para garantir que o Canadá altere de imediato a sua legislação relevante?

Meglana Kuneva, Membro da Comissão. – (EN) A Comissão está ciente das questões relacionadas com a protecção e a aplicação dos direitos de propriedade intelectual do Canadá. Preocupa-nos muito o facto de a reforma proposta pelo Canadá para a sua lei dos direitos de autor (Copyright Act) parecer estar a ser objecto de tão reduzida prioridade.

É essencial à sobrevivência futura das indústrias criativas que haja uma protecção razoável dos direitos de propriedade intelectual. Embora diversos Estados-Membros estejam agora a debater intensamente a melhor maneira de adaptar os direitos de propriedade intelectual ao mundo em linha, devemos, de facto, prestar toda a atenção aos riscos da pirataria na Internet que provêm de terceiros países.

Uma das questões essenciais em jogo é a de encontrar um equilíbrio justo entre os interesses dos detentores dos direitos e os interesses dos consumidores, respeitando ao mesmo tempo as normas relativas à protecção de dados. Recordar-se-á V. Exa. de que este foi um ponto central dos debates da iniciativa da Comissão sobre Conteúdos criativos em linha no mercado único lançada pela Comunicação de 3 de Janeiro de 2008.

As preocupações da Comissão já foram energicamente transmitidas às autoridades canadianas há algum tempo. O facto de irmos, em breve, começar a negociar um acordo de comércio livre com o Canadá dar-nos-á uma nova oportunidade para conseguirmos introduzir melhorias significativas na protecção dos direitos de propriedade intelectual por este país. Entretanto, a Comissão irá apresentar a questão às autoridades canadianas ao mais alto nível. A Comissão também pedirá a revisão, o mais cedo possível, da lei canadiana dos direitos de autor, de preferência durante a presente sessão parlamentar.

Seán Ó Neachtain (UEN). – (GA) Senhora Presidente, gostaria de agradecer à senhora Comissária a resposta que deu. Mas gostaria, também, de fazer uma pergunta: qual é a expectativa que a Comissão tem de que seja bem sucedido o esforço que está a fazer relativamente ao Canadá e quais são os planos directos da Comissão para travar a pirataria na Internet e a sua prática? Se não conseguimos chegar a um acordo com um país como o Canadá, com esse objectivo, que hipóteses teremos, noutros casos?

Meglana Kuneva, Membro da Comissão. – (EN) Como já antes disse, um acordo comercial proporcionará o quadro legal que nos permitirá abordar algumas das divergências em matéria de comércio e alguns problemas que existem entre a UE e o Canadá, como é o caso das normas de aplicação dos direitos de propriedade intelectual e algumas práticas anticoncorrenciais. Estamos optimistas desde que sabemos que iremos ter as negociações para um acordo de comércio livre.

President. – Pergunta n.º 30 do deputado **David Martin** (H-0245/09)

Assunto: Acordo de comércio livre com a Coreia

Na sequência das recentes discussões entre a Comissão e Ministro do Comércio da Coreia do Sul, poderá a Comissão indicar o estado de desenvolvimento das negociações da UE do acordo de comércio livre (ACL) com a Coreia?

Meglana Kuneva, Membro da Comissão. – (EN) As negociações sobre um acordo de comércio livre com a Coreia são as que estão mais avançadas nas negociações comerciais que a UE mantém nesta altura. Depois de dois anos de negociações, está agora ao nosso alcance um acordo generalizado com o quarto maior parceiro comercial da UE fora da Europa.

O acordo de comércio livre com a Coreia vai criar um novo acesso ao mercado mundial em muitas áreas de interesse para os exportadores da UE. Podemos ilustrá-lo: o acordo irá eliminar rapidamente 1,6 mil milhões de euros de tarifas aduaneiras, em benefício dos exportadores da UE; vai disciplinar solidamente as barreiras não pautais em sectores prioritários, como o sector automóvel, a indústria farmacêutica ou os objectos eléctricos de consumo; vai oferecer um novo acesso ao mercado em áreas de serviços que são de especial interesse para os prestadores de serviços da UE; vai proporcionar o mais ambicioso pacote de normas que até agora obtivemos sobre os direitos de propriedade intelectual, contratos públicos, desenvolvimento sustentável e outras questões normativas e vai prever novas maneiras de envolver a sociedade civil no acompanhamento da aplicação do acordo de comércio livre, protegendo as nossas sensibilidades com disposições adequadas.

O acordo de comércio livre também constituirá um útil de ponto de referência para outras negociações. Além disso, a conclusão deste acordo nesta altura também será um testemunho do empenhamento das duas partes nos mercados abertos, como resposta conjunta ao actual ambiente económico.

No final da oitava ronda de negociações, em Março de 2009, as duas partes obtiveram progressos técnicos muito importantes ao seu nível, mas ainda há um certo número de assuntos difíceis que estão por resolver.

A senhora Comissária Ashton, que tem o pelouro do Comércio, e o ministro do Comércio da Coreia, Kim Jong-hoon, reuniram-se, subsequentemente, em Londres, em 2 de Abril de 2009. Apesar dos debates intensivos que se realizaram não foi possível estabelecer pontes nos assuntos que ainda falta resolver, como o são o reembolso das taxas aduaneiras e as regras de origem.

A Comissão está, nesta altura, a fazer consultas sobre a melhor maneira de avançar nesta matéria.

David Martin (PSE). - (EN) Muito obrigado, Senhora Comissária, pela sua resposta. Em primeiro lugar, estou inteiramente de acordo com o facto de um acordo de comércio livre com a Coreia trazer benefícios enormes tanto para a União Europeia como para a Coreia e de ele ser um sinal positivo da nossa determinação de manter os mercados abertos. Parece, no entanto, que o risco de não conseguirmos chegar a esse acordo parece estar mais nas mãos dos Estados-Membros do que nas mãos do nosso parceiro de negociações.

Se for esse o caso e nós não conseguirmos chegar a um acordo com a Coreia, aceitará a Comissão que o Director-Geral da Direcção-Geral do Comércio faça as malas e regresse a casa, no que se refere a acordos de comércio livre, porque, se não conseguirmos chegar a um acordo com a Coreia, não vamos entender-nos com a Índia nem com a ASEAN nem conseguir chegar a qualquer outro acordo que estejamos a negociar?

Meglana Kuneva, Membro da Comissão. - (EN) Ao contrário, os Estados-Membros confirmaram, recentemente, o seu interesse em chegarem a um acordo ambicioso e equilibrado com a Coreia.

Como é costume, a Comissão defenderá os princípios que tenham por base aquilo que negociamos com todos os países.

Glyn Ford (PSE). - Muito obrigado. Talvez a senhora Comissária queira comentar a posição do Governo alemão sobre esta matéria.

Tal como o senhor deputado Martin, eu apoio este acordo de comércio livre com a República da Coreia. No entanto, precisamos de ser cuidadosos com os pormenores e com a oportunidade. Estima-se que sejam vendidos na Europa 650 000 carros coreanos por ano. Havendo já alguma produção na Europa Oriental, registar-se-á um volume significativo de novas importações.

Muitos estudos indicam que estes veículos substituirão os carros japoneses produzidos e vendidos na Europa, como é o caso dos que são construídos na fábrica da Honda que existe no meu círculo eleitoral, em Swindon. Esta fábrica está actualmente parada e os seus trabalhadores estão com a actividade suspensa. Para que não seja exacerbada esta situação nem a que se verifica em toda a Europa, poderá V. Exa. assegurar que teremos um período dilatatório significativo antes de serem autorizadas essas importações?

Meglana Kuneva, Membro da Comissão. - (EN) Compreendo as preocupações do senhor deputado sobre a situação que se vive na indústria automóvel. Desde o início das negociações com a Coreia que a Comissão investiu um número considerável de recursos na obtenção de um bom resultado para a indústria automóvel da UE. Os exportadores europeus de automóveis beneficiarão da combinação da eliminação das taxas aduaneiras da Coreia sobre a importação de automóveis e da remoção efectiva das barreiras técnicas. As barreiras mais significativas serão removidas a partir do primeiro dia da aplicação do acordo.

Presidente. - Pergunta n.º 31 do deputado **Georgios Papastamkos (H-0257/09)**

Assunto: Diferendo comercial entre a UE e os EUA sobre a carne de bovino com hormonas

Pode a Comissão informar sobre o resultado das negociações em curso com as autoridades americanas com vista a, na sequência da decisão de suspensão provisória, evitar definitivamente as chamadas sanções carrossel no âmbito do diferendo comercial transatlântico sobre a carne de bovino com hormonas, e a levantar as sanções em vigor?

Meglana Kuneva, Membro da Comissão. - (EN) A Comissão ainda continua em negociações com os Estados Unidos e estamos optimistas quanto à possibilidade de delas sair, muito em breve, uma solução mutuamente aceitável. Nas últimas semanas, mantivemos contactos transatlânticos intensivos sobre este assunto. A

senhora Comissária do Comércio da UE, Catherine Ashton, e o senhor representante do Comércio dos EUA, Ron Kirk, chegaram a acordo, em 22 de Abril, para manter novas conversações que permitam encontrar uma solução negociada para o conflito, que se mantém há tanto tempo, sobre a carne de bovinos tratada com hormonas.

Os representantes das duas partes confirmaram o seu desejo de resolver esta difícil questão que afecta as empresas e os consumidores, tanto na UE como nos EUA e, para tornarem as negociações mais fáceis, a senhora Comissária Ashton e o senhor representante do Comércio dos EUA, Ron Kirk, acordaram que a imposição pelos EUA das chamadas sanções “carrossel” a certos produtos da UE seria adiada por mais duas semanas, depois da data limite inicial de 23 de Abril.

A Comissão está empenhada em fazer o melhor possível para encontrar uma solução positiva e duradoura para este problema e as conversações estão, presentemente, a cargo de representantes de topo das duas partes. A Comissão tem como objectivos finais para estas negociações o fim definitivo das sanções carrossel e a revogação das medidas de retaliação em vigor. Confiamos que está ao nosso alcance um acordo que salvguarde por completo a nossa saúde pública e a protecção do consumidor.

Georgios Papastamkos (PPE-DE). - (EL) Senhora Presidente, na ausência da respectiva Comissária, a senhora Ashton, gostaria de agradecer à senhora Comissária Kuneva a resposta que deu e pedir-lhe que transmita os meus agradecimentos à senhora Comissária Ashton, por servir de mediadora e por estar a aconselhar o lado americano quanto ao levantamento das medidas de retaliação “Carrossel”, aplicadas pelos Estados Unidos da América. Esta é uma acção que, no mínimo, ultrapassa os limites da relação de parceiros existente entre os Estados Unidos da América e a União Europeia, que são os dois principais protagonistas comerciais e que também desempenham um papel líder no quadro de negociações da Ronda de Doha, sob a égide da Organização Mundial do Comércio.

Meglena Kuneva, Membro da Comissão. - (EN) Senhor Papastamkos, transmitirei com muito gosto a mensagem de V. Exa. à senhora Comissária Ashton e, sem ir demasiado longe no que digo, penso que os resultados serão, realmente, bastante satisfatórios.

President. - Pergunta n.º 32 da deputada **Giovanna Corda** (H-0209/09)

Assunto: Incumprimento do Regulamento (CE) n.º 261/2004 por parte das companhias de aviação

Em 22 de Dezembro de 2008, o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias proferiu um acórdão nos termos do qual uma companhia de aviação não pode recusar-se a indemnizar os passageiros na sequência da anulação de um voo por motivos de natureza técnica do avião. Consultado pelo Provedor de Justiça, um tribunal sueco acaba de adoptar uma decisão semelhante.

Pode a Comissão indicar em que medida terá em conta os referidos acórdãos, que demonstram, uma vez mais, a má vontade das companhias, a formulação demasiado vaga do Regulamento (CE) n.º 261/2004⁽¹⁾ no atinente às “circunstâncias extraordinárias” que justificam uma anulação, bem como a passividade da Comissão face às inúmeras violações deste Regulamento em detrimento dos passageiros?

Antonio Tajani, Vice-Presidente da Comissão. - (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, penso que, antes de mais, devemos salientar que não é função da Comissão interpretar as decisões do Tribunal de Justiça. Estas decisões referiam-se a questões decididas por acórdãos preliminares de tribunais nacionais com o objectivo de assegurar a aplicação uniforme da legislação comunitária.

Nos termos do Artigo 16.º do Regulamento (CE) n.º 261/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Fevereiro de 2004, que estabelece regras comuns para a indemnização e a assistência aos passageiros dos transportes aéreos em caso de recusa de embarque e de cancelamento ou atraso considerável dos voos, os Estados-Membros são responsáveis pela aplicação das normas e estão obrigados a processar as companhias aéreas que não cumprirem o disposto nas respectivas cláusulas. Quando receberem as queixas dos passageiros que lhes sejam enviadas, as respectivas autoridades nacionais, designadas pelos Estados-Membros segundo as normas vigentes, devem, evidentemente, tomar em conta as decisões do Tribunal de Justiça. O papel da Comissão é o de acompanhar a correcta aplicação do que está regulamentado pelas autoridades competentes, em especial à luz das decisões relevantes proferidas pelo Tribunal de Justiça.

⁽¹⁾ JO L 46 de 17.2.2004, p. 1.

A reunião mais recente entre a Comissão e as autoridades nacionais competentes realizou-se no início de Dezembro do ano passado, ou seja, algumas semanas antes da decisão do Tribunal de Justiça. A Comissão tem prevista nova reunião para o dia 14 deste mês. Durante esta reunião, será analisada a recente decisão do Tribunal de Justiça sobre o caso C-549/07.

As autoridades nacionais terão oportunidade de fazer os seus comentários sobre a decisão proferida e de descrever a forma de avaliar o comportamento das companhias aéreas relativamente aos passageiros, no caso de haver cancelamentos à luz deste precedente, bem como as consequências práticas da decisão do tribunal.

Giovanna Corda (PSE). - (IT) Agradeço-lhe, senhor Comissário, porque acho que deve ser dada a devida atenção a este assunto. Tanto quanto percebi, os Estados-Membros devem tratar destes casos mas V. Exa. também poderá ver se alguma coisa mais pode ser feita. Agradeço-lhe, portanto, a resposta e estaremos atentos ao que acontecer a seguir.

Antonio Tajani, Vice-Presidente da Comissão. - (FR) Muito obrigado por ter falado em italiano. Sei que é de origem italiana e, mais uma vez, muito obrigado. A Comissão irá, naturalmente, acompanhar tudo o que acontecer porque acredito que os direitos dos passageiros são muito importantes para todos nós. Este é um dos objectivos do meu trabalho como Comissário.

Disse-o quando a minha nomeação foi aprovada pelo Parlamento. E continuarei, por isso, a garantir que o acompanhamento será levado a efeito para verificar se os Estados-Membros estão a respeitar os direitos dos passageiros. Estamos todos empenhados, até mesmo a senhora Comissária Kuneva, em tentar defender eficazmente os direitos dos cidadãos em todas as áreas.

Glyn Ford (PSE). - (EN) Serei breve, já que tenho a noção de que dispomos de muito pouco tempo. Senhor Comissário, devo dizer que a questão da aplicação dos direitos que temos é, francamente, uma anedota, neste momento. Eu estive, recentemente, em Amesterdão e vi como a KLM lidou com passageiros de voos atrasados, remetendo-os para lugares noutros voos que tiveram, eles próprios, de ir marcar. O pessoal, de forma sistemática e sem nada perguntar aos passageiros, recusou a compensação e a assistência a que eles tinham direito.

Poderá haver, aqui, algum tipo de acompanhamento, por parte da Comissão? Poderemos ter, de facto, pessoas nos aeroportos a ver o que fazem as companhias aéreas? Porque, muito francamente, parece-me que isto tudo se transformou numa anedota.

Antonio Tajani, Vice-Presidente da Comissão. - (FR) Senhora Presidente, a Comissão tenciona dar conta ao Parlamento e ao Conselho do modo como é aplicado o Regulamento (CE) n.º 261/2004, e dos seus resultados, por intermédio de uma comunicação que deverá ser aprovada na segunda metade deste ano.

Esse documento irá analisar os quatro anos de aplicação do Regulamento e proporá quaisquer outras acções que sejam necessárias, para reduzir o número de incidentes e para melhorar a protecção dos direitos dos passageiros das linhas aéreas.

Todos os aeroportos serão, por isso, examinados. Espero que o trabalho da Comissão contribua para melhorar esta situação e para dar aos cidadãos as respostas que esperam. Posso, deste modo, assegurar-vos do meu empenho como Comissário. Comecei e continuarei a fazê-lo e quero confirmar-vos o meu empenho.

Presidente. - Pergunta n.º 33 do deputado **Emmanouil Angelakas** (H-0212/09)

Assunto: Privatização de companhias aéreas na UE

Dado o modelo bem sucedido utilizado para a privatização da Olympic Airways e a sua transferência para um investidor privado, pergunta-se à Comissão se este modelo poderia ser utilizado para outras empresas que se deparam com problemas semelhantes?

Que estimativas faz a Comissão sobre as próximas privatizações de companhias aéreas na UE? Em que medida contribuem as fusões de companhias aéreas para fazer face à crise sem criar situações de monopólio e reduzir a concorrência?

Antonio Tajani, Vice-Presidente da Comissão. - (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a Comissão comunga da opinião que V. Exa., expressou no texto da pergunta que fez, de que, por outras palavras, as decisões da Comissão conduziram, obviamente, à determinação de venda de algumas empresas

da Olympic Airlines e da Olympic Airways Services. Foram, decerto, operações bem sucedidas, do ponto de vista da política de transportes e da competitividade.

A Alitalia recorreu ao mesmo modelo e ele pode ser utilizado por todas as companhias aéreas que se vejam em dificuldades sérias. Esta decisão levou, assim, à criação de um novo modelo de companhia aérea, do que deve ser a companhia aérea do futuro: não mais companhias pertencentes ao Estado mas companhias totalmente privatizadas. Foi este o trabalho que a Comissão tentou apoiar. Acredito que o objectivo da privatização é, também, partilhado por outras companhias aéreas e tenho em mente a Austrian Airlines, a Malev e a Czech Airlines.

De acordo com o Tratado, a Comissão deve, não obstante, manter-se neutra, no que se refere à posse pública ou privada das empresas. A Comissão é favorável à consolidação do sector das companhias aéreas da Comunidade, que ainda considera ser demasiado fragmentado, em especial tendo em vista a actual crise.

Esta consolidação não deve, no entanto, prejudicar a competitividade ao ponto de pôr em risco o funcionamento efectivo do mercado comum. A Comissão, ou a competente autoridade nacional, é responsável pelo acompanhamento das concentrações realizadas com este propósito, nos termos dos regulamentos comunitários aplicáveis, dependendo da magnitude da respectiva operação de concentração.

Emmanouíl Angelákis (PPE-DE). - (EL) Senhora Presidente, agradeço ao senhor Comissário os seus comentários e a sua resposta. Gostaria de tirar partido da presença do senhor Comissário para lhe perguntar se houve alguma avaliação, por parte da Comissão, da perda de empregos nas companhias de aviação europeias ao longo dos últimos oito meses, desde que a crise começou, e, se houve, quais as medidas que acredita que podem ser tomadas para inverter a situação.

Antonio Tajani, Vice-Presidente da Comissão. - (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, não possuo dados definitivos sobre o número de postos de trabalho perdidos devido à crise, mas estou bem ciente do que está a acontecer no sector do transporte aéreo.

Todas as minhas acções enquanto Comissário para os Transportes têm visado apoiar esta forma de transporte e não me surpreende que estejamos de novo a discutir uma questão, a questão das faixas horárias, que tem por objectivo evitar que a situação no sector do transporte aéreo piore nesta época de crise: isto passa também por procurar reduzir a perda de postos de trabalho, ou seja, pela contenção dos níveis de emprego no seio da União Europeia, no sector do transporte aéreo.

Presidente. - Pergunta n.º 34 do deputado **Bernd Posselt** (H-0214/09)

Assunto: Eixo ferroviário "Magistrale für Europa" e túnel ferroviário do Brenner

Pode a Comissão prestar informações circunstanciadas sobre o calendário concreto e a planificação financeira no respeitante ao troço do eixo ferroviário de alta velocidade para a Europa entre Estrasburgo e Viena, bem como sobre o túnel ferroviário do Brenner, troço fundamental da linha Berlim-Roma? Que outras medidas estão previstas? Propicia o plano conjuntural possibilidades adicionais?

Antonio Tajani, Vice-Presidente da Comissão. - (IT) Senhora Presidente, Senhor Deputado Posselt, como sabem, o eixo ferroviário Berlim-Palermo é um dos 30 projectos prioritários no que concerne à rede de transporte transeuropeia e o projecto do túnel ferroviário do Brenner é uma parte essencial desse eixo.

A Comissão dá todo o seu apoio a este elemento fundamental do projecto prioritário que possibilitará ligar redes ferroviárias de ambos os lados dos Alpes através de uma linha de alta velocidade de grande capacidade, destinada, essencialmente, ao transporte de mercadorias. O projecto irá, pois, contribuir simultaneamente para o eficaz funcionamento do mercado interno, para o cumprimento das metas ambientais e para a recuperação económica.

Neste contexto, a Comissão deseja dar uma resposta concreta às expectativas dos cidadãos. Foi também por esse motivo que acelerámos a concessão de financiamento no final do ano passado, após terem sido autorizados 786 milhões de euros para o financiamento do projecto prioritário n.º 1. O coordenador, Karel van Miert, supervisiona o projecto desde 2005, na minha opinião com bons resultados.

Iniciámos um processo de consulta junto dos Estados-Membros da UE com o objectivo de renovar o mandato dos coordenadores europeus, para o período 2009-2013. Os coordenadores poderão assim prosseguir o seu trabalho, nomeadamente no que respeita ao acompanhamento dos projectos prioritários. Em 22 de Março de 2009, as autoridades austríacas apresentaram o seu programa plurianual relativo às infra-estruturas,

que inclui o financiamento do túnel ferroviário do Brenner. Em 17 de Abril de 2009, após a conclusão da avaliação do impacto ambiental, emitiram uma licença de construção para o projecto.

As autoridades italianas, por seu lado, apresentaram o respectivo projecto para o túnel ferroviário ao Comité Interministerial de Programação Económica (CIPE), para que o financiamento possa ser aprovado em Maio. O senhor Ministro Matteoli, com quem conversei, confirmou a vontade do Estado italiano de se manter fiel ao objectivo, ou seja, de financiar o projecto, e penso que as autoridades austríacas e italianas estão em absoluta consonância relativamente a esta questão.

Projecto prioritário 17 – a construção do troço de ligação de alta velocidade Estrasburgo-Viena, que faz parte do eixo ferroviário Paris-Estrasburgo-Estugarda-Viena-Bratislava, prossegue de forma satisfatória em todos os Estados-Membros envolvidos: França, Alemanha, Áustria e Eslováquia. A maior parte do troço de 831 km entre Estrasburgo e Viena – mais especificamente, as secções Estrasburgo-Estugarda e Linz-Viena – estará concluída até 2015. A secção Estugarda-Ulm, que representa o estrangulamento mais grave, estará concluída até 2020.

O correspondente protocolo financeiro será assinado em 2 de Abril deste ano. Neste momento, a secção que apresenta mais complicações parece ser a secção transfronteiriça na Baviera, entre Munique e Salzburgo. O Governo alemão está a efectuar uma revisão do seu programa plurianual, pelo que teremos de esperar pelo final do ano para podermos começar a discutir esta importante secção. O troço Estrasburgo-Viena irá custar 10 mil milhões de euros e o projecto, no total, 13 500 milhões de euros.

Penso que estas informações poderão ser úteis e que cobrem todos os itens incluídos na pergunta do senhor deputado Posselt.

Bernd Posselt (PPE-DE). – (DE) Senhor Comissário, gostaria de agradecer-lhe a sua resposta, muito boa e muito completa, e também o excelente trabalho que desenvolveu nestes dois importantes projectos que se cruzam em Munique. Só tenho mais duas breves questões a colocar-lhe:

Em primeiro lugar, correm rumores de que o túnel ferroviário do Brenner poderá ficar reduzido ao transporte de passageiros. Pode infirmar esta alegação?

Em segundo lugar, na Áustria e em Estugarda, a construção da ferrovia principal de Estrasburgo a Viena e Budapeste está avançar bem. No entanto, temos o problema da variante de Munique, da ligação ao aeroporto de Munique e do troço de Munique a Mühldorf, Freilassing e Salzburgo, ou seja, o Triângulo Químico e o troço que serve Mühldorf. Queria chamar a sua atenção para este aspecto em particular, pois aqui o progresso continua a ser muito lento.

Antonio Tajani, Vice-Presidente da Comissão. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, no que respeita à ligação Berlim-Palermo, posso garantir-lhes que tais rumores, embora seja natural que suscitem receios, parecem ser absolutamente infundados.

Gostaria de lhes comunicar alguns factos novos, dado que estão particularmente interessados na secção Estrasburgo-Viena. Em 31 de Março, a Comissão Europeia publicou dois convites à apresentação de propostas RTE-T. No âmbito destas propostas, a secção Estrasburgo-Viena obteve apoio financeiro a título do programa anual de 2009 – 140 milhões de euros para estudos e projectos de construção – e do Plano Europeu de Recuperação Económica, ou seja, 500 milhões de euros exclusivamente destinados a projectos de construção a iniciar, o mais tardar, até ao final de 2010.

Compete, naturalmente, aos governos nacionais enviar propostas de co-financiamento, que serão avaliadas em concorrência com as propostas de outros Estados-Membros. Isto significa que se a Alemanha tem a intenção de apresentar um plano relativo a esta secção, de grande interesse para o país, esse plano será cuidadosamente avaliado pela Comissão.

Relativamente aos progressos do Projecto 17, devo informar-vos de que a Comissão decidiu conceder um apoio financeiro significativo a vários projectos ao longo deste eixo, mais especificamente no que respeita às três secções transfronteiriças e aos nós de estrangulamento.

Presidente. – As perguntas que, por falta de tempo, não obtiveram resposta obtê-la-ão ulteriormente por escrito (ver Anexo).

Está encerrado o período de perguntas.

(A sessão, suspensa às 20h10, é reiniciada às 21 horas.)

PRESIDÊNCIA: KRATSA-TSAGAROPOULOU*Vice-Presidente***12. Pedido de defesa da imunidade parlamentar: Ver Acta****13. Vinhos rosés e práticas enológicas autorizadas (debate)**

Presidente. – Segue-se na ordem do dia a discussão conjunta:

- da pergunta oral (O-0067/2009) apresentada pelos deputados Astrid Lulling, Jean-Pierre Audy, Joseph Daul, Françoise Grossetête, Véronique Mathieu, Elisabeth Morin, Margie Sudre, Oldřich Vlasák e Dominique Vlasto, em nome do Grupo PPE-DE, Patrick Louis, em nome do Grupo IND/DEM, Jean Marie Beaupuy, Anne Laperrouze, Nathalie Griesbeck e Marielle De Sarnez, em nome do Grupo ALDE, e Sergio Berlato, Cristiana Muscardini, Roberta Angelilli, Domenico Antonio Basile, Alessandro Foglietta, Antonio Mussa, Sebastiano (Nello) Musumeci, Giovanni Robusti, Umberto Pirilli e Salvatore Tatarella, em nome do Grupo UEN, à Comissão: Vinhos rosés e práticas enológicas autorizadas (B6-0228/2009) e

- da pergunta oral (O-0068/2009) apresentada pelos deputados Luís Manuel Capoulas Santos, Katerina Batzeli, Vincent Peillon, Vincenzo Lavarra, Stéphane Le Foll e Alessandro Battilocchio, em nome do Grupo PSE, à Comissão: Vinhos rosés e práticas enológicas autorizadas (B6-0229/2009).

Astrid Lulling, autor. – (FR) Senhora Presidente, Senhora Comissária, os produtores de vinhos de qualidade e os consumidores informados – os verdadeiros conhecedores dos produtos da nossa terra – não querem ouvir falar de loteamento.

É compreensível que os viticultores de várias regiões da Europa tenham receio das consequências económicas, sociais e ambientais do levantamento da proibição à mistura de vinho tinto e branco para produzir vinho rosé.

A inevitável concorrência desleal que resultará de uma tal decisão poderá penalizar regiões inteiras, que se especializaram na produção de um rosé de qualidade, adaptado a uma procura crescente. A Comissão já tomou medidas relativamente ao primeiro pedido incluído na nossa pergunta oral, adiando a tomada de decisão, inicialmente prevista para o final de Abril, pelo que manifesto o meu sincero agradecimento.

No entanto, tenciona a Comissão utilizar este período para satisfazer o nosso segundo pedido, nomeadamente, levar a cabo uma ampla concertação com os profissionais do sector com base num estudo aprofundado das possíveis consequências económicas, sociais e ambientais do levantamento da proibição do loteamento?

E que soluções propõe a Comissão no caso de não retirar a sua proposta de levantamento da proibição do loteamento, para evitar o colapso deste frágil mercado do vinho rosé, de ciclo curto, e o enfraquecimento do tecido económico de toda uma região, que desenvolve uma grande variedade de actividades culturais e turísticas em torno da indústria vitivinícola?

A Comissão está ciente de que as soluções de rotulagem recomendadas já foram rejeitadas pelas regiões tradicionalmente produtoras, dado que o termo «rosé» não ficará exclusivamente reservado aos vinhos que aí são produzidos com castas tintas?

Patrick Louis, autor. – (FR) Senhora Presidente, Senhora Comissária, a reforma da Organização Comum de Mercado (OCM) imposta pelas forças unidas dos grupos de pressão e dos eurocratas irá causar três graves problemas. A reforma visa eliminar os mecanismos de regulação de mercado, liberalizar os direitos de plantação a partir de 2015 e permitir a coabitação de categorias de vinhos muito diferentes sob rótulos praticamente idênticos. Estas três heresias serão fatais para a viticultura europeia, particularmente em França. Os consumidores serão induzidos em erro nas suas escolhas, os produtores de vinho verão os seus rendimentos cair e a industrialização do sector conduzirá à perda de conhecimento especializado.

Este desmantelamento sistemático dos princípios fundamentais que definem a natureza específica da viticultura europeia responde a uma lógica peculiar. Encurralada entre a sua submissão à Organização Mundial do Comércio (OMC) e a influência do todo-poderoso *lobby* europeu das grandes empresas, o CEEV, a Comissão tem-se dedicado sistematicamente, desde 2004, a abrir as portas do galinheiro europeu a todas as raposas que vagueiam pelo planeta. Parece estar, cada vez mais, a actuar como a «calçadeira» da globalização. Esta lógica incoerente torna-se evidente quando examinamos dois conjuntos de números.

Na Europa, foram arrancados 170 000 hectares de vinhas, enquanto a área cultivada de vinha aumentou na Nova Zelândia 240%, na Austrália 169% e na China 164%. Na Europa, a redução da oferta com vista a manter os preços num nível aceitável não consegue resistir à acção dos grandes produtores de vinho que estão a escoar os seus excedentes a preços baixos, invadindo os mercados que ficam por abastecer. Isto resume o funcionamento obscuro do mercado do vinho rosé. Revela as contradições que existem entre os princípios da OMC e os que são efectivamente necessários para organizar um sector de forma a promover o investimento, a qualidade e o conhecimento específico. No passado, sabíamos, que a qualidade levaria, no futuro, à quantidade. Com as reformas realizadas pela senhora Comissária, torna-se evidente que as decisões do presente irão acabar com o conhecimento especializado do futuro.

Senhora Comissária, é imperativo proibir o loteamento antes de 7 de Junho. Depois disso, a única arma que restará aos viticultores para se fazerem ouvir será o voto.

Anne Laperrouze, autora. – (FR) Senhora Presidente, o que estão eles a tentar fazer-nos engolir? Uma mistura de vinho tinto e branco disfarçada de rosé? Os nossos cidadãos estão a reagir de forma muito negativa a esta iniciativa da Comissão, a qual tem a concordância dos Estados-Membros, incluindo a França.

Reparei em dois tipos de reacção: em primeiro lugar, os nossos cidadãos interrogam-se por que razão a União Europeia está a intrometer-se no rosé, quando tem tantas outras questões com que se preocupar, nomeadamente o grave problema da crise económica. Em segundo lugar, os produtores dos vinhos rosé tradicionais, que são produzidos através de uma rápida maceração e uma prensagem delicada, encaram isto como um grave atentado à denominação 'rosé' à imagem de qualidade, desenvolvidas ao longo de tantos anos, de vinhos como os rosés da Provença, que ainda conservam o aroma da terra e que têm garantido o sucesso dos vinhos rosé em geral.

Durante a última reunião do Intergrupo "Vinho, Qualidade, Tradição", compreendemos finalmente a motivação da Comissão Europeia e dos Estados-Membros. O consumo dos vinhos de mesa rosé está a aumentar por todo o mundo e representa quase 30% do consumo do vinho. Os países terceiros estão a produzir misturas. O mercado da União Europeia está a começar a ser alvo destas misturas de países terceiros.

O mercado britânico é especialmente dominado por vinhos provenientes dos Estados Unidos. É bem sabido que o tradicional rosé tem uma vida útil curta. É muito mais fácil produzir vinho rosé por encomenda usando provisões de vinhos branco e tinto. Para os Estados-Membros, trata-se portanto de adaptar a produção de vinhos de mesa rosé ao mercado internacional.

A não ser que possam ser descobertas outras práticas enológicas de produção de vinho rosé, poderíamos, por exemplo, inspirar-nos em Pierre Dac, que disse: 'Enxertem rosas nas videiras para obterem um vinho rosé natural!' Isto não é possível. Tal como muitos dos meus colegas, penso que a Comissão Europeia e os Estados-Membros devem regressar ao estirador, trabalhar na denominação 'vinho rosé', e assegurar que o termo 'rosé' fica reservado exclusivamente aos vinhos que são produzidos de acordo com os métodos tradicionais, quer seja na União Europeia ou nos países terceiros.

Entretanto, Senhora Comissária, convidamo-la a descobrir um desses pequenos rosés de Gaillac, com milhares de cores do Tarn, a desfrutar com responsabilidade, é claro.

Cristiana Muscardini, autora. – (IT) Senhora Presidente, Senhora Comissária, minhas senhoras e meus senhores, o vinho não é para nós apenas um produto agrícola, ele representa igualmente cultura e tradição.

Temos ouvido frequentemente neste Hemiciclo que é preciso garantir um certo futuro ao mercado do vinho europeu. Ora isto só é possível se nos concentrarmos na qualidade, e não podemos alcançar a qualidade se não respeitarmos os métodos de produção tradicionais. Por esta razão, Senhora Comissária, não podemos senão opor-nos à introdução de novas práticas de produção de vinho inventadas e que nada têm a ver com a ciência da vinicultura, porque acreditamos que elas podem levar a uma deterioração da imagem do vinho e desvalorizar a relação de confiança entre o consumidor e os produtos, com graves consequências para a qualidade, e talvez até mesmo para a saúde.

Os produtos europeus de qualidade desfrutam do seu estatuto porque se baseiam no respeito pelos ingredientes, métodos de produção de pequena escala, tradição e sabores característicos, obtidos utilizando produtos e métodos de produção específicos. Receio que ao fazer todas estas concessões, ao derrubar as nossas práticas vinícolas tradicionais, a União possa permitir que sejam adicionados pedaços de cascos de madeira para acelerar o processo de aromatização, conduzindo a uma aromatização artificial, e antes que possamos dar-nos conta estaremos a acrescentar água e a fazer vinho sem uvas.

Não me parece que este seja o caminho certo, Senhora Comissária, para relançar e desenvolver o sector nos mercados interno e externo. A procura internacional do vinho rosé não está a diminuir, mas a aumentar, e, neste caso, a abordagem correcta não é produzir mais com práticas vinícolas que mais têm a ver com manipulações químicas do que com qualquer outra coisa; precisamos pois de investir na qualidade, na especialização e na caracterização dos vinhos europeus, na comercialização e na promoção do vinho verdadeiro em geral, por forma a alargar o mercado e, finalmente, tornar mais fácil aos jovens a entrada na actividade vinícola.

Gilles Savary, *autor.* – (FR) Senhora Presidente, Senhora Comissária, por acaso, não me encontro a meio de uma campanha eleitoral porque não estarei aqui no próximo Parlamento. A senhora Comissária pode, portanto, conceder-me a honra de não exagerar. Todavia, eu sou de Bordéus. A senhora visitou a minha região, que produz poucas quantidades de vinho rosé, mas que aprecia bastante o que produz.

Queria dizer-vos que fiquei particularmente chocado quando soube que a Comissão Europeia tencionava legalizar a produção de rosé autorizando a mistura de tinto com branco. Na minha opinião, o resultado é um produto falsificado, numa época em que somos convidados a lutar contra as falsificações na indústria. Significaria autorizar ou inventar um derivado do vinho, numa altura em que estamos a combater os derivados financeiros.

Na realidade, tudo isto deriva exactamente do mesmo objectivo, ou seja, encontrar novos produtos que produzam ainda mais lucro. Desde que o lucro e a competitividade da União europeia estejam assegurados, então está tudo bem. Permitam que me divirta, fazendo uma sugestão. Aqui temos um vinho rosé. Acabei de produzir este vinho rosé aqui, no Parlamento Europeu, juntando ao vinho branco algumas beterrabas. Posso garantir-lhes que tem exactamente a mesma tonalidade e, além disso, podemos ter toda a gama cromática, se quisermos, e provavelmente uma certa gama de sabores. Isto permitir-nos-ia resolver os problemas da indústria do açúcar e da chaptalização usando um produto alimentar natural. O que isto muito simplesmente significa é que, se permitirmos que se dê este primeiro passo, então não nunca mais acabará. Outros deputados disseram praticamente o mesmo, que a falsificação da comida vai imperar cada vez mais. Por isso, dizemos-lhe: ‘olhe para o que já está a acontecer nalguns países’.

Actualmente, um quinto da produção de vinho rosé envolve mistura. Defendo que a Comissão não tem de sangrar sistematicamente os restantes quatro quintos. Houve pessoas que se esforçaram por garantir a existência do vinho rosé e a sua conversão num vinho genuíno, produzido através de métodos enológicos genuínos. Estamos agora a puxar o tapete a essas pessoas sob o pretexto de que seria mais lucrativo navegar no mercado rosé com uma mistura de tinto e branco. Creio que isto é profundamente amoral. Pessoalmente, penso que a rotulagem não será suficiente ou, se for usada, este tipo de vinho não deve ser denominado ‘rosé’. Dê-lhe o nome de ‘água-chilra’ se quiser, Senhora Comissária, pois é uma denominação bem mais adequada à qualidade do produto.

Mariann Fischer Boel, *Membro da Comissão.* – (EN) Senhora Presidente, o mundo do vinho rosé tem uma história muito longa, mas não existe nenhuma definição do vinho rosé na legislação da UE ou no âmbito da Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV). Permanecem todos em silêncio.

Em certas regiões, os fabricantes de vinho investiram um grande esforço para desenvolverem um vinho rosé de elevada qualidade, baseados em especificações de produto precisas, e limitaram as práticas vinícolas para o vinho rosé aos métodos tradicionais. Todavia, outras denominações de origem protegida (DOP) não impõem restrições na produção do vinho rosé. A especificação do produto como champanhe permite a mistura de tinto e branco para produzir champanhe rosé. Ao nível da UE, a proibição de misturar vinho tinto e branco limita-se actualmente à produção de vinho de mesa.

O debate sobre as práticas vinícolas, incluindo a mistura, iniciou-se em 2006, durante as negociações acerca da reforma do sector vinícola. Com a reforma, a Comissão adquiriu competência para autorizar novas práticas enológicas e deverá basear-se nas recomendações da OIV.

Após um amplo debate que teve lugar no Outono passado com as partes interessadas e com todos os Estados-Membros, a Comissão propôs a abolição da proibição da mistura de vinho tinto e branco. Isto foi sujeito a uma votação indicativa no Comité de Regulamentação das bebidas espirituosas, em Janeiro, quando a maioria dos Estados-Membros, incluindo a França, votaram a favor.

O projecto de regulamento foi notificado à Organização Mundial do Comércio no âmbito do procedimento previsto no Acordo sobre as Barreiras Técnicas ao Comércio, e aceitámos recentemente que os países terceiros tivessem mais tempo para analisar a nossa proposta. Assim, o regulamento será formalmente sujeito a

votação no Comité de Regulamentação das bebidas espirituosas, em Junho, mais provavelmente em 19 de Junho, porque mais atrasos podem impedir-nos de implementar as novas práticas enológicas a partir de 1 de Agosto deste ano, como previsto pelo Regulamento do Conselho.

Os senhores deputados também solicitaram uma avaliação específica do impacto antes do levantamento da interdição da mistura. Foram realizadas avaliações de impacto detalhadas pelos serviços da Comissão no momento da elaboração da reforma do sector vinícola e, portanto, não tencionamos reiniciar os trabalhos realizados em 2006 e 2007 para preparar a reforma do sector vinícola, nem realizar uma avaliação detalhada do impacto de cada uma das várias práticas vinícolas; baseamo-nos, pois, no trabalho que está a ser realizado no OIV.

Os economistas do sector vinícola já salientam que esta reforma não irá enfraquecer os vinhos rosé tradicionais, uma vez que estes vinhos rosé com uma *denominação* não estão em competição com os vinhos de mesa. É evidente que o rosé tradicional é um produto de qualidade, que é muito apreciado pelos consumidores e associado ao lugar de origem deste produto.

Permitir a mistura do vinho de mesa irá conduzir a uma concorrência leal entre países europeus e países terceiros, uma vez que demos permissão aos países terceiros – como já foi mencionado aqui hoje – que fizessem esta mistura. Concorro plenamente com a senhora deputada Laperrouze. Porque iríamos nós colocar os nossos produtores de vinho numa situação competitiva pior do que aqueles que podem vender vinho na União Europeia?

Há algumas semanas, tive uma reunião aqui em Estrasburgo com os produtores de vinho rosé oriundos da Provença, em França, e tivemos uma discussão muito franca e aberta acerca da situação. É evidente que compreendo que procurem salvaguardar o rosé tradicional, e por essa razão a Comissão tem vindo a analisar diversas soluções sobre a questão da rotulagem. Efectivamente, propusemos duas opções de rotulagem diferentes: 'rosé tradicional' e 'rosé por mistura'. Os Estados-Membros podem então decidir se pretendem tornar uma ou ambas as opções de rotulagem obrigatórias para o vinho rosé produzido no seu território. Desta forma, oferecemos aos produtores a possibilidade de terem uma ideia mais exacta do que estão a comprar.

Os produtores argumentaram que a denominação 'rosé tradicional' era um pouco antiquada e que consideravam o vinho rosé como uma forma moderna de produzir vinho. Indiquei claramente que, caso surgissem outras ideias, eu estaria obviamente preparada para as escutar, mas ainda não ouvi qualquer sugestão sobre uma alternativa ao vinho rosé. Como Comissária para os produtos agrícolas, preocupo-me em encontrar as soluções certas que proporcionem aos nossos produtores de vinho condições equitativas.

Agnes Schierhuber, em nome do Grupo PPE-DE. – (DE) Senhora Presidente, Senhora Comissária, fico muito satisfeita por a encontrar aqui novamente. Em todos os meus anos de actividade política – tanto na Áustria como nos meus quase 15 anos de Parlamento Europeu – tenho visto que os debates sobre o vinho foram sempre muito emocionais. Podemos verificá-lo aqui, mais uma vez.

Em minha opinião, o vinho é um dos produtos mais elegantes que a agricultura nos pode dar. É do interesse da produção de qualidade dos vinicultores europeus – e, em especial, dos austríacos – que seja dada prioridade à qualidade e à diferenciação do vinho entre as várias regiões.

Nós acreditamos que a mistura de vinhos, o *blending*, não é um processo enológico. O vinho rosé provém de um processo enológico especial e muito tradicional. Por isso, Senhora Comissária, eu apoio todos os meus colegas deputados que, como eu, rejeitam esta mistura de vinho branco com vinho tinto. É tempo de haver uma definição clara para a produção de vinhos rosés tradicionais.

Senhora Comissária, deve ser também possível, como a senhora já disse, que os Estados-Membros aumentem os seus conhecimentos para encararem certas decisões de forma diferente ou, mesmo, alterá-las. É o que eu lhe peço que faça, a bem da produção de vinho de qualidade na Europa.

Alessandro Battilocchio, em nome do Grupo PSE. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores, encontramos-nos mais uma vez nesta Câmara a defender um legado alimentar, cultural e rural que nos foi outorgado por uma tradição cuja idade se perde no tempo, um legado estimável que é a inveja do mundo e que representa uma contribuição extraordinária para a economia, mas também para a identidade, da nossa União.

Hoje, este legado corre o risco de vir a encontrar-se em dificuldades muito sérias devido à intenção da Comissão e do Conselho de levantar a proibição da produção do vinho rosé através da mistura de vinhos.

Esta intenção surgiu como resultado de fortes pressões e será ratificada sem a possibilidade de uma intervenção do Parlamento, o organismo que representa oficialmente milhões de cidadãos, incluindo produtores e consumidores, que serão afectados por esta iniciativa.

A Comissão propõe a autorização da produção de vinhos rosés pela simples mistura de vinhos tintos e vinhos brancos, como é feito por países que não possuem os nossos conhecimentos e o nosso profissionalismo e sob o simples pretexto de responder à concorrência internacional.

Como co-signatário desta intervenção, eu quero salientar que baixar a qualidade da produção – que resulta de centenas de anos de tradição e de estudo, de enormes investimentos, de paixão e de atenção ao pormenor – não é a resposta de que necessitamos, em especial nesta época de crise económica, quando o consumidor médio está, decerto, a prestar maior atenção ao preço do que àquilo que se encontra escrito no rótulo.

Esta decisão pode ser posta em prática pela simples atribuição de um nome ao novo produto e pela informação, aos consumidores, de que há dois tipos de vinho rosé, com qualidades diferentes, e que é importante prestar o devido reconhecimento ao trabalho e aos esforços dos profissionais do sector. Mas quem vai pagar tudo isto? Terá a Comissão autorizado algum tipo de programa de apoio ou serão os produtores a pagar, depois de lhes ter sido pedido que lutassem contra a concorrência *low cost*, com armas desiguais e numa época que já é extremamente dura?

Espero que a Comissão e o Conselho sejam capazes de tomar a decisão certa e, se necessário, de reverem todo este procedimento.

Jean-Claude Martinez (NI). – (FR) Senhora Presidente, Senhora Comissária, nós já temos chocolate sem cacau e já existe uma interdição ao queijo feito com leite tirado directamente da vaca. O nosso Roquefort foi sujeito a taxas aduaneiras de 300% e já chegámos quase ao ponto de ter galinhas lavadas com lixívia e, até, uma hormona para a lactação, a somatotrofina.

Agora, estamos a ponderar a ideia de colorir o vinho branco com vinho tinto para termos vinho rosé. Se me permite, como dizemos em França, esta foi a gota de água que fez transbordar o copo, com esta água a ser também autorizada para misturar no vinho, como já foram autorizados os vinhos com sabor a madeira que são feitos com aparas de madeira em vez de serem estagiados em barris, e como estiveram quase a ser autorizados os vinhos feitos com mostos importados. Desta maneira, até a Tailândia poderia produzir vinho.

O problema é a reacção psicanalítica que esta ideia suscita, por ser um ataque à cultura. Qual é a definição de vinho? Se é um produto industrial, então pode ser misturado e, até, dar origem a uma *Coca-Cola* com vinho. Mas se é um produto alimentar agrícola, então não se pode mexer nele porque, se o fizermos, estaremos a provocar um choque cultural. “Este é o meu sangue; bebe-o em minha lembrança.” Se misturarmos sangues, então teremos sangue contaminado.

Compreenderá a senhora esta reacção desproporcionada? Com esta ideia sobre o rosé, foram postos em causa 2 500 anos de um legado do Império Romano, que já foi obrigado a enfrentar os bárbaros. Senhora Presidente, era isto que eu queria dizer: “É uma questão freudiana que não diz respeito aos produtores de vinho”.

Françoise Grossetête (PPE-DE). – (FR) Senhora Presidente, Senhora Comissária, quando aqui cheguei fiquei extremamente aborrecida. Tendo ouvido o que a senhora tinha para dizer, sinto-me agora irritada. Não é aceitável, e então neste período eleitoral, que a Comissão autorize a mistura de vinho branco com vinho tinto.

Fui, muito recentemente, à Provença e à Córsega para falar com produtores de vinho do meu círculo eleitoral, que escolheram o rumo da qualidade mas que, agora, se sentem abandonados. Recordo-me de um discurso, feito pelo senhor Presidente Barroso há dois anos, onde foi afirmado que a produção de vinho é importante e que ela faz parte da economia. Ele disse, nessa altura, que precisávamos de exportar mais e que, para exportarmos mais, precisamos de ter qualidade. Lembro-me desse discurso com grande clareza.

A Comissão Europeia impôs o arranque das vinhas para que obtivéssemos maior qualidade e menor quantidade. Os vinicultores do Sul de França aceitaram essa imposição mas veja-se onde isso os conduziu. Arrancaram tantas vinhas que, em breve, terão de importar vinho só para satisfazerem o consumo local.

Com a vossa política, V. Exas. decretaram a pena de morte para os nossos vinicultores. Agora, estão a autorizar a mistura de vinho branco com vinho tinto, sob a designação de vinho rosé. Isto é um insulto aos nossos vinicultores. E ainda vão pedir-lhes que incluam uma frase adicional, a frase “vinho tradicional”, para o vinho

produzido da forma convencional, porque os nossos amigos espanhóis precisam de vender os excedentes de vinho branco porque não procederam ao arranque de vinhas. Os nossos vinicultores, que optaram pela qualidade, não deviam ter de justificar o valor do seu vinho. De qualquer modo, isso seria sempre a última coisa a fazer.

Esse vinho misturado não é rosé, é vinho de mistura. Chamemos as coisas pelos seus nomes. Nós devíamos deixar de permitir que os comerciantes de vinho que põem o lucro à frente da qualidade queiram tapar os olhos e a cabeça aos consumidores mas é essa a opção que V. Exa., apoia, Senhora Comissária Fischer Boel. Faço daqui um apelo aos meus colegas parlamentares, aos que vão regressar a esta Câmara na próxima legislatura: vamos redobrar os nossos esforços para garantir que esta medida desta Comissão seja reprovada, de uma vez por todas e não apenas provisoriamente. Atenção ao 19 de Junho!

Ioannis Gklavakis (PPE-DE). - (EL) Senhora Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores, produz-se vinho no meu país há três mil anos. E eu quero expressar a minha oposição, o meu pesar e a minha preocupação pelo que estamos prestes a fazer. O vinho rosé é um produto artificial. O vinho é um produto fermentado e não uma mistura. Se for aplicada uma medida destas, ela resultará numa situação de concorrência injusta para os nossos produtores, que fazem os nossos maravilhosos vinhos.

Em segundo lugar, mas não menos importante, há que dizer que a reputação do vinho europeu ficará, mais uma vez, prejudicada. E vejo que, se formos por esse caminho, não haverá fim para o que está a acontecer. Debatemos, há algum tempo, a adição de pedaços de madeira ao vinho. Invocámos, para isso, o envelhecimento dos nossos solos e os custos económicos. Também aprovámos a adição de açúcar ao vinho. Dissemos que era por motivos económicos e nem tivemos a coragem de decidir que essas técnicas deviam ficar escritas nos rótulos. Nem teremos coragem para o fazer agora.

A Europa só pode afirmar-se com os vinhos de muito alta qualidade que tem. Que Deus nos ajude se acreditarmos que podemos concorrer com vinhos australianos ou americanos baratos – e este é um ponto em que devemos insistir. Já o disse, quando aprovámos a prática de adicionar açúcar ao vinho. Nós, que tomamos estas decisões, vamos ficar na história da enologia europeia como as pessoas que minaram as fundações dos vinhos europeus de excelência. Imploro-vos, por isso, que abandonemos o caminho escorregadio que são estas decisões.

Elisabetta Gardini (PPE-DE). – (IT) Senhora Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores, devo dizer que concordo com aquilo que foi dito pela senhora deputada Grossetête porque vim aqui movida pela intenção de trazer comigo a dor, o pesar e o descontentamento do mundo dos produtores de vinho de Itália e aquilo com que me deparo é com a indiferença, como se estivesse a falar com uma parede de tijolo. Tinha a esperança de que aquilo que enfrentamos pudesse ser um subproduto do processo impessoal de tradução das nossas intervenções mas, pelo que ouvi, parece não haver nenhuma abertura e nenhuma esperança e que aquilo que está diante de nós é um precipício.

Não há muito tempo, realizou-se na minha região – sou de Veneto – mais uma edição de um evento conhecido por Vinitaly, que é um dos mais importantes eventos do mundo do vinho e nasceu aí uma petição, que fez grande êxito, em defesa dos vinhos rosé. Foi assinada por grandes produtoras de vinho e por grandes vinicultores de Itália mas também nos chegaram assinaturas de outras partes da Europa, do público da Holanda, de França, da Bélgica, do Luxemburgo, da Eslovénia, da Polónia, da Lituânia e da Ucrânia. A paixão pelo vinho rosé, como V. Exas. podem ver, é autêntica e não conhece fronteiras, salvo na Comissão Europeia, apesar de estarmos a falar de cultura, de valores locais e de tradição.

Falando como mulher, também gostaria de deixar-vos algo em que pudessem pensar: quando lutamos contra o mau uso do álcool, acham que estamos a prestar um bom serviço às novas gerações, ao oferecer-lhes uma bebida de baixa qualidade a que nem se pode chamar vinho, uma bebida alcoólica de baixo preço que nada tem a ver com uma área geográfica, uma cultura ou qualquer tipo de qualidade? Conseguiremos educá-las no consumo do vinho e do álcool como fazendo parte de um conjunto mais vasto de bons hábitos e de boas práticas?

Queria deixar-vos com os meus pensamentos, porque penso que V. Exas. estão a assumir grandes responsabilidades em muitos sentidos.

Christa Klauß (PPE-DE). – (DE) Senhora Presidente, Senhora Comissária, em anos recentes V. Exas. tiveram oportunidade de ver como o vinho é um produto sensível. Hoje e aqui, o que estamos essencialmente a fazer é a debater a liberalização da regulamentação do mercado do vinho. Falam na abertura ao mercado mundial. E eu, por vezes, ponho-me a pensar: quem guia quem, neste processo?

A vinicultura evoluiu na Europa, de acordo com a tradição. As nossas tradições e a nossa identidade regional são o que caracteriza o nosso vinho e é isso que deve, também, guiar-nos nas nossas deliberações sobre a regulamentação do mercado do vinho. Eu fiquei chocada pelo facto de haver coisas que foram incorporadas nas normas para o mercado do vinho, por intermédio da Comissão, que nós nunca debatemos no Parlamento!

A questão, senhora Comissária, é saber se as normas nacionais e regionais ainda existem. Quais são as restrições ou interdições que os Estados-Membros podem impor às suas regiões que produzem vinhos com o mais baixo teor alcoólico? É disso que se trata, porque não estamos a falar de vinhos com denominação de origem ou indicação geográfica mas sobre os vinhos de mais baixo teor alcoólico. Por exemplo: a interdição de misturar vinho tinto e vinho branco será uma lei de incidência regional ou nacional? Isso já seria possível, no futuro, para estes vinhos de baixo teor alcoólico?

Ou, no caso da interdição da indicação da casta e da colheita: isto também nos causa problemas, por querermos ser capazes de diferenciar os nossos vinhos, os vinhos de mais baixo teor alcoólico dos que são descritos como vinhos com indicação geográfica ou denominação de origem. Por isso, as designações “rosé français” ou “Riesling alemão” carecem de uma regulamentação clara e sem ambiguidades. Elas estão ligadas ao que fazem os nossos produtores tradicionais e pensamos que isso pode ter uma grande importância no futuro. É para isso que pedimos o vosso apoio.

Astrid Lulling, author. - (FR) Senhora Presidente, Senhora Comissária Fischer Boel, a senhora deu uma resposta negativa à nossa segunda pergunta, argumentando que, ao tempo da reforma da OCM do vinho, já levava a cabo a avaliação que nós pedimos. Fico surpreendida por isso: porque, durante esta reforma, nunca se pôs a questão de permitir uma prática enológica que consistisse na mistura de vinho branco com vinho tinto para fazer vinho rosé.

Pergunto-lhe por que motivo não dá seguimento ao nosso pedido que, por acaso, é perfeitamente razoável, para consultar a indústria? Quer tomar uma decisão a 19 de Junho mas não há que ter pressa. Além do mais, ninguém, alguma vez, pediu para que fosse autorizada esta prática enológica. Não sei quem pôs esta proposta na vossa cabeça quando ninguém, na Europa, o está a pedir.

Gostaria de acrescentar, no que se refere à rotulagem, que a senhora deveria reconhecer que os produtores do vinho rosé tradicional nunca estarão de acordo em chamar a essa mistura – incluindo a que o senhor deputado Savary preparou – “rosé”. Por isso, Senhora Comissária, insisto que deve, verdadeiramente, dar uma resposta positiva aos nossos dois pedidos.

Françoise Grossetête, autora. - (FR) Senhora Comissária, disse, antes, que não recebera nenhuma sugestões e que aguardava propostas.

Mas, ao contrário, foram-vos apresentadas sugestões. Encontrou-se com os nossos vinicultores. Eles disseram-lhe que não querem isto. Disseram-lhe, também, que, pessoalmente, não querem ser obrigados a utilizar a designação “vinho rosé tradicional” para distinguir o que produzem do vinho rosé que, naturalmente, não levará a designação “mistura” ou “*blended*”. Por isso, não poderá a senhora dizer que ninguém lhe sugeriu nada.

Acima de tudo, e no que se refere ao Champanhe rosé, estamos bem cientes de que ele é um produto enológico que nada tem a ver com a mistura aqui proposta: a mistura de vinho branco com vinho tinto. Nós pedimos-lhe, Senhora Comissária Fischer Boel, que não chame à mistura de vinho branco com vinho tinto “vinho rosé”. É o que lhe pedimos. É a sugestão que lhe fazemos. Não penalize os produtores de vinho verdadeiro.

Como espera a senhora que os nossos concidadãos compreendam uma atitude destas por parte da Comissão Europeia? A senhora mostra-se surda a todos os nossos argumentos e isso é absolutamente incompreensível.

Gilles Savary, autor. - (FR) Senhora Comissária, permita-me que use da palavra mais uma vez para lhe dizer que ouvi os seus argumentos e que estou certo de que não teve essa ideia sozinha. Ela há-de ter surgido de alguns lobistas.

Eu não penso, no entanto, que seja do melhor interesse da Europa nivelar sempre por baixo, quando se trata de produtos alimentares. Os países que não nivelam por baixo na indústria encontram-se, actualmente, entre os líderes globais, no que se refere ao comércio. Os alemães, em especial, sempre combateram a tentação de nivelar por baixo. Pois eu acredito, no que se refere ao sector alimentar, que a Europa deve combater esta tentação permanente de nivelar por baixo para que não se vá demasiado longe.

Por isso, o que nós propomos é que seja evitada, a todo o custo, a manutenção de duas designações para o rosé: tradicional ou de mistura. Há o vinho rosé e há outra coisa diferente. Organize um concurso à escala europeia para dar nome a essa coisa, se acha que ela deve ser legalizada. Pessoalmente, eu acho que a Europa faria bem em enfrentar a OMC no que se refere a este tipo de produto. Mas estão sempre a dizer-nos que devemos “capitular”, no que refere a tudo o que vem de fora.

Patrick Louis, autor. - (FR) Senhora Comissária, indicar “vinho rosé” na garrafa não faz sentido, já que os bons vinhos rosés, como o Bandol que lhe trouxe, não especificam a palavra “rosé”.

Além do mais, pôr a indicação “rosé tradicional” no rótulo é uma estupidez. O vinho rosé deve ser bebido jovem; é um vinho moderno, mesmo que a sua produção requeira um *know how* tradicional. Por isso, há aqui ambiguidade a mais. Não há 36 soluções diferentes mas apenas uma, já que, como aqui foi bem cedo explicado, o rosé é um vinho cultural, é um produto feito por especialistas. Não estamos a tratar de qualquer negócio antigo. Aquilo de que precisamos é de uma interdição pura e simples de todo o tipo de *blending* e de misturas na Europa e, muito especialmente, em França.

Mariann Fischer Boel, Membro da Comissão. - Senhora Presidente, foi ótimo ter estado a ouvir V. Exas. esta noite, porque ainda acredito que têm toda a paixão, toda a energia e toda a emoção que já vi existir no sector vinícola quando tivemos as nossas discussões sobre a reforma do vinho. O legado cultural e as tradições associadas ao vinho estão bem vivas entre nós, aqui no Parlamento Europeu.

No entanto, algumas das questões aqui levantadas esta noite reabrem, totalmente, o compromisso político que assumimos relativamente à reforma do vinho e, por isso, não vou abordar essas questões, concentrando-me apenas no principal problema que aqui discutimos.

Estou inteiramente de acordo com quem disse que a qualidade deve ser o futuro dos nossos produtos agrícolas europeus. Foi por esse preciso motivo que, durante a reforma do vinho – como estou certo de que V. Exas. se recordam –, reservámos uma enorme quantia para a promoção do vinho europeu nos mercados do Terceiro Mundo: o número citado nesses debates foi o de 125 milhões de euros por ano. E isto aconteceu porque nós sabemos que temos um produto de alta qualidade que terá uma grande procura nos novos países emergentes e em desenvolvimento. Portanto, aqui, estamos no mesmo comprimento de onda.

Eu tenho também, no entanto, uma certa simpatia pelos produtores de vinho da Europa que têm de concorrer com o vinho produzido por meio de outras práticas enológicas autorizadas nos países do Terceiro Mundo. Uma delas, por exemplo, é a mistura de vinho tinto e de vinho branco para fazer rosé. É permitido, faz parte das práticas enológicas da OIV e, por isso, a União Europeia importa hoje vinho rosé produzido exactamente desta maneira. Por que deveríamos, então, impedir os nossos produtores de vinho de concorrerem com vinho importado dentro das fronteiras da União Europeia? Acho que adoptámos uma perspectiva equilibrada nesta questão.

Era importante que tivéssemos encontrado uma maneira de rotular os nossos vinhos para termos a certeza de que os consumidores sabem o que estão a comprar e hoje, com as DOP (denominações de origem protegida), temos a possibilidade de inserir informações no rótulo, para informar os consumidores de que este é um vinho produzido pelo método tradicional. Disse, na minha primeira intervenção, que me encontrei com alguns produtores de vinho da Provença. Eles não gostam da designação “rosé tradicional” exactamente pelo motivo que foi citado – por ser um bocadinho fora de moda. Pedi novas ideias para encontrarmos outra forma de colocar no rótulo a indicação do método tradicional mas, até agora, não recebi propostas sobre isso. A ideia é deixar a opção aos Estados-Membros de tornarem obrigatório, ou não, no âmbito do seu território, que os produtores incluam no rótulo a informação de que se trata de um *coupage* ou de um produto tradicional.

Voltaremos a ter esta discussão no comité de regulamentação. Como disse, a votação será, provavelmente, efectuada em 19 de Junho de 2009 e, nessa altura, apreciaremos o resultado, que expressarão o modo como os Estados-Membros representam as opiniões dos seus governos. O resultado será interessante mas eu ainda estou muito convicta de que aquilo que propusemos, e que está de acordo com as práticas enológicas da OIV, será a maneira de os nossos vinicultores se manterem competitivos no mercado global.

Presidente. - O debate está encerrado.

Declarações Escritas (Artigo 142.º)

Stéphane Le Foll (PSE), *por escrito*. – (FR) Os produtores de rosé europeus estão hoje preocupados pelo projecto da Comissão que prevê o levantamento da interdição da mistura de vinhos de mesa branco e tinto para fazer vinho rosé.

Esta nova prática mina a produção de qualidade e ignora o trabalho árduo desenvolvido pelos produtores ao longo de muitos anos para conseguirem criar um vinho rosé que, depois de ter sido desacreditado durante muito tempo, já encontrou o seu verdadeiro lugar no mercado e à mesa de inúmeros consumidores. E isto é tanto mais verdade quanto uma prática como a que se pretende aceitar poderá induzir em erro os consumidores.

Se o plano da Comissão para esta mistura for confirmado pelos Estados-Membros nas próximas semanas, nós, com o senhor deputado Savary, meu colega, esperamos que seja introduzida a rotulagem obrigatória, permitindo a distinção entre o verdadeiro vinho rosé de um produto novo oriundo de uma mistura que, consequentemente, não poderá ser designado como “rosé”.

Véronique Mathieu (PPE-DE), *por escrito*. – (FR) Perante a decisão irada dos vinicultores europeus, a Comissão Europeia decidiu adiar, até 19 de Junho, a sua apressada decisão de autorizar a produção de vinho rosé pela mistura de vinho tinto e branco.

Por tudo isto, este adiamento não pode, de forma alguma, ser considerado satisfatório. Nem o pode ser a decisão de propor uma distinção entre o “rosé tradicional” e o “rosé de mistura” nos rótulos dos produtos à venda, que nunca seria suficiente para contrariar a injusta concorrência que os produtores vão ter de enfrentar, no caso de esta decisão ser tomada.

Ao longo de anos sem conta, os vinicultores da União Europeia puseram esforços e investimentos consideráveis na produção de vinho rosé de alta qualidade mas, agora, a decisão da Comissão irá destruir estes vultuosos esforços que, apesar de tudo, tiveram um efeito muito positivo na economia e no desenvolvimento regional dos nossos territórios.

A questão que eu e os meus colegas de Parlamento hoje pomos à Comissão exige que esta clarifique as suas intenções e que assegure que a decisão que vai tomar seja baseada numa consulta exaustiva aos produtores europeus de vinho rosé.

Vincent Peillon (PSE), *por escrito*. – (FR) Senhora Comissária, não escondo a profunda insatisfação que sinto perante as suas tentativas de explicar a mistura de vinhos para fazer vinho rosé”

A senhora não oferece respostas de tipo nenhum aos produtores de vinho com quem tive a oportunidade de falar à vontade, na Provença, e que dependem da qualidade dos seus produtos. Eles receiam ver hoje destruídos os esforços de 30 anos para estabelecerem uma reputação para o vinho rosé, esforços esses que foram coroados por êxitos comerciais reais.

A senhora não oferece respostas de tipo nenhum a quem vê na autorização da mistura de vinhos a maior contradição que imaginar se pode relativamente à dolorosa política de arranque de vinhas em massa. Não é pela tentativa de fazer baixar os nossos custos de produção para qualquer quantia de outros tempos que conseguiremos emergir como vencedores na competição à escala internacional. Ao contrário, só o conseguiremos fazer pela melhoria da reputação dos nossos vinhos.

A senhora não oferece respostas de tipo nenhum aos que lhe dizem que a rotulagem não será suficiente por não ter qualquer efeito em garrafas de vinho designadas por “rosé produzido por mistura”.

Ao adiar a decisão de autorização para depois das eleições de 7 de Junho, a senhora está, em definitivo, a jogar a carta do eurocepticismo.

É por isso que, solenemente, lhe peço que retire esta proposta tão prejudicial que ameaça do mesmo modo a economia e a cultura.

Dominique Vlasto (PPE-DE), *por escrito*. – (FR) A pretexto de rever práticas enológicas autorizadas, a Comissão Europeia pode estar prestes a autorizar a mistura de vinho tinto e branco sob a designação de “vinho rosé”.

Objecto a que se chame “vinho rosé” a uma mistura de diferentes vinhos. Não é apenas a cor do vinho que lhe deve dar o nome mas a variedade da uva, o solo e a experiência dos vinicultores que criam um vinho e não a cor final deste ou daquele líquido.

Para produzir um rosé de mistura, a base – mais de 95% – deve ser constituída por um vinho branco que é tintado pela adição de vinho tinto. O facto é que o vinho rosé é, na realidade, produzido a partir da fermentação de uvas, ou mosto, predominantemente tintas. Desse modo, ao autorizar a mistura de vinhos, a Comissão Europeia estaria a autorizar uma contrafacção directa do vinho rosé: ou seja, é como se estivesse a enganar o consumidor.

Para lá do insulto aos vinicultores que estão a desenvolver uma política de qualidade, em especial na Provença, seria inaceitável legitimar um produto derivado que resultasse de uma mistura de produtos terminados e que permitiria referências enganadoras à cor rosada que caracteriza o rosé.

Se não for encontrada outra solução, os rótulos de uma bebida dessas devem reflectir, ao mesmo tempo, o seu verdadeiro conteúdo: “vinho misturado” ou “mistura de vinhos”.

14. Processo democrático na Turquia (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a declaração da Comissão sobre o processo democrático na Turquia.

Olli Rehn, Membro da Comissão. - Senhora Presidente, receio que venhamos a ter de pôr neste debate, sobre a democracia na Turquia, a mesma paixão que pusemos no processo da reforma do vinho, durante a segunda metade do jogo do Arsenal contra o Manchester United, que é um bom retrato instantâneo da Europa em 2009.

Mas isto é, no entanto, mais sério, porque se trata de um assunto grave que é, na realidade, uma questão muito substantiva, no que se refere ao desenvolvimento da democracia na Turquia. Em primeiro lugar, quero dizer que estou profundamente entristecido e chocado pelo massacre que ocorreu em Bilge, na Turquia, na noite passada, em que foram mortas 44 pessoas. Transmito as minhas sinceras condolências aos familiares e amigos das vítimas e confio que os homicidas sejam apresentados à Justiça o mais cedo possível. Não há justificação moral ou ética para um ataque horrível como este.

Permitam-me, também, que expresse o meu pesar, e da Comissão, pela morte de nove soldados e de um polícia turcos, em consequência dos ataques terroristas da semana passada. Os nossos pensamentos estão com os familiares daqueles que perderam a vida.

Nós condenamos o terrorismo e apoiamos a Turquia na sua luta contra o terrorismo. O PKK figura na lista de organizações terroristas, da UE. Mas, entre 14 e 18 de Abril, mais de 200 dirigentes e membros do Partido da Sociedade Democrática foram presos numa operação policial realizada em toda a Turquia e, em especial, na sua região sudeste.

Sabemos que, entre as acusações feitas a essas pessoas, figura o ser-se membro de uma organização terrorista, embora ainda não haja uma acusação formal. Ficamos à espera de poder ver essa acusação formalizada, como parte de um processo judicial objectivo e transparente.

A Comissão não pode interferir em processos legais em curso. Mas a nossa perspectiva é clara: embora apoiemos a luta contra o terrorismo, temos coerentemente salientado que ela deve ser conduzida no respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais, em particular a liberdade de expressão e de associação.

O pluralismo político é parte integrante de qualquer democracia. A Grande Assembleia Nacional turca é, hoje, largamente representativa da diversidade política do país. O Partido da Sociedade Democrática tem contribuído para o pluralismo na Turquia e os resultados das recentes eleições autárquicas de Março confirmaram a sua legitimidade política.

Ao mesmo tempo, o povo do sudeste da Turquia precisa de paz, precisa de estabilidade e de prosperidade e não de mais violência ou de mais confrontos. A condenação de todo o uso da força e da violência é um dever de todas as partes envolvidas neste processo. Todas elas devem usar de contenção e comprometerem-se com o emprego de meios pacíficos e, apenas, de meios pacíficos. Isto também é uma parte integrante de qualquer democracia.

Continuaremos a acompanhar de muito perto os desenvolvimentos deste caso. É essencial que prevaleçam os princípios da democracia e do Estado de Direito, incluindo os direitos dos que são acusados.

A Comissão também continua a acompanhar de muito perto o processo de extinção movido contra o DTP e que está actualmente pendente no Tribunal Constitucional. Neste contexto, as regras actuais relativas à extinção de partidos políticos na Turquia não se coadunam com a Convenção Europeia sobre os Direitos do

Homem nem com as práticas europeias, como foi recentemente afirmado num parecer da Comissão de Veneza. Já pedimos à Turquia que tomasse plenamente em conta este parecer e que o fizesse reflectir no quadro constitucional e legislativo turco, revendo-o com esse objectivo.

Para concluir, quero afirmar que continuamos a encorajar as autoridades turcas a resolverem os problemas do sudeste do país e do seu povo, de modo a poder melhorar as oportunidades económicas, sociais e culturais de todos os cidadãos turcos, independentemente das suas origens étnicas, religiosas ou linguísticas.

Ao abrigo dos critérios políticos de Copenhaga, espera-se que a Turquia proteja a sua diversidade cultural e defenda os direitos culturais de todos os seus cidadãos, como está estabelecido no nosso acordo de Parceria de Adesão. Neste contexto, o estabelecimento de um novo canal de emissão da TRT em língua curda é um passo em frente. Ele já revela uma mudança de mentalidade, e eu quero encorajar as autoridades turcas a empreenderem novos passos nessa direcção.

Nós continuaremos a acompanhar a situação no sudeste da Turquia e registá-lo-emos no nosso próximo relatório de progresso. Esta é uma parte essencial do processo de democratização da Turquia.

Frieda Brepoels, *em nome do Grupo PPE-DE*. – (NL) Senhora Presidente, Senhor Comissário, no seguimento das eleições autárquicas de 29 de Março, em que o Partido Democrático da Sociedade curdo (DTP) obteve uma vitória sensacional – quase duplicando o seu número de presidentes de câmaras, de 52 para 98 –, ficou claro que a questão curda já não pode ser reduzida a uma questão socioeconómica, como o têm feito até agora o Sr. Erdoğan e o seu Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP). Existe uma necessidade clara de uma solução de carácter político e o DTP também deve ser aceite como um parceiro de pleno direito em todas as discussões.

Numa situação destas, pensar-se-ia que estaria ultrapassada a possibilidade de uma intervenção repressiva mas, no entanto, as autoridades turcas voltaram a lançar uma vaga generalizada de detenções. Mais de 400 destacados membros do DTP foram presos por exigirem uma solução para a questão curda. A pergunta que quero fazer à Comissão é o que a seguir descreverei. Este é o quinto, ou mesmo sexto, partido criado pelos curdos, tendo actualmente o nome de DTP. Tem 21 deputados e 98 presidentes de câmaras mas, apesar disso, os curdos continuam a ser marginalizados.

Senhor Comissário, não terá chegado a altura de a União Europeia iniciar um esforço de mediação entre o Governo turco e o DTP? Se não for o caso, esta situação manter-se-á num impasse completo. Por outras palavras, é necessário lidar com as causas de um tão grande número de actividades ditas terroristas. Penso que a vitória alcançada nas eleições de há algumas semanas também prova que o sentido de nacionalidade dos curdos está vivo e é muito firme e que devem ser ao mesmo tempo lançadas, e rapidamente, reformas estruturais que promovam o aumento da autonomia dos curdos.

Também gostaria de chamar a atenção para outro problema urgente, à margem deste debate, que é o facto de mais de 1 500 menores terem sido presos e estarem a ser julgados pelo mesmo tribunal, como se fossem adultos, o que é totalmente contrário à Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança. O que tenciona fazer a Comissão a este respeito?

Vural Öger, *em nome do Grupo PSE*. – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores, Senhor Comissário Rehn, a Turquia tem sido uma prioridade na agenda da UE durante este sexto período legislativo. Antes do início das negociações do processo de adesão, a Turquia tinha dado passos gigantescos na direcção da reforma do seu sistema e a UE reconheceu-o adequadamente.

Mas, hoje, a tendência parece ter mudado. Nós estamos a ficar crescentemente preocupados com o rumo do processo de democratização na Turquia. A liberdade de imprensa e a protecção das minorias, tal como a reforma do poder judiciário, devem ser objecto de acompanhamento permanente. Quanto ao julgamento do processo Ergenekon, que decorre na Turquia, gostaria de dizer que ele não deve ser politizado. É um facto que estão a fazer-se detenções e buscas domiciliárias. Devem, por isso, evitar-se os comentários apressados. É fundamental que o que se escreva sobre o que se passa seja feito com o maior cuidado.

Foi feito um importante progresso na questão curda. A solução do problema curdo é essencial para o processo de democratização e para a protecção das minorias. Preocupa-me, no entanto, a actual posição de alguns chefes de Governo da UE. A ambiguidade dos sinais que a UE possa transmitir também conduzirão, de vez em quando, a hesitações no processo democrático na Turquia. A este respeito, gostaria de recordar que um compromisso claro da UE relativamente ao estatuto de membro de pleno direito da Turquia representaria

um impulso enorme para o processo de reformas. De outro modo, haverá sempre terreno fértil para o fundamentalismo e para o nacionalismo e o problema curdo só se agravará.

Afinal, o objectivo comum é a transformação da Turquia numa democracia mais moderna, estável e próspera, assente num Estado secular e numa sociedade pluralista. Isto não é só do interesse da Turquia mas, também, do interesse estratégico da União Europeia.

Alexander Graf Lambsdorff, em nome do Grupo ALDE. – (DE) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores, esta é a última reunião plenária deste período legislativo. O senhor deputado Öger, meu colega, já disse que a Turquia é uma prioridade. Nos últimos anos, na qualidade de relator do meu grupo, tive a oportunidade de ocupar-me deste tema e devo dizer que fico muito satisfeito por, nesta última sessão, estarmos, mais uma vez, a ocupar-nos do assunto fundamental que é a questão da democracia na Turquia.

O que aqui está em questão é o primeiro critério de Copenhaga. Há opiniões diversas sobre o modo como a Turquia evoluiu. No entanto, eu penso que há consenso num aspecto: o ritmo das reformas na Turquia parece ter abrandado e a impressão que fica, no final deste período legislativo, é que a Turquia ainda tem um longo caminho a percorrer até estar pronta para a adesão, caminho esse que é ainda mais longo do que parecia ser no início do mandato da Comissão e do período legislativo deste Parlamento.

Para o Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, as questões da liberdade de imprensa e de opinião são especialmente importantes neste contexto. Como sabem, não se pode ver o You Tube na Turquia. Os direitos dos jornalistas, dos editores, dos comentadores, dos colunistas e dos autores são limitados por certas normas legais. A Comissão assinalou no seu relatório de progresso, reconhecidamente, que esse é um problema. Na opinião de muitos observadores, estes problemas aumentaram. Ficaria grato se a Comissão se pronunciasse sobre este tema e que esclarecesse se pensa que a situação piorou ou melhor. O resultado seria realmente surpreendente.

Acresce que há outros temas importantes, como a protecção das minorias religiosas e a salvaguarda dos direitos das mulheres. No entanto, a questão central neste momento é a da liberdade de imprensa, a revogação da acreditação dos jornalistas críticos, pelo Primeiro-Ministro, as detenções largamente injustificadas dos jornalistas e dos editores críticos, no decurso das investigações sobre a rede claramente criminosa Ergenekon, a compra do grupo de comunicação social ATV-Sabah pela Scharlach-Holding, que é propriedade do genro do Primeiro-Ministro, ou por ele controlada, os apelos públicos do Primeiro-Ministro ao boicote à comunicação social, o processo contra o grupo Doğan e a multa que lhe foi imposta, de 380 milhões de euros, com o objectivo de o marginalizar, por ter noticiado o escândalo de financiamento do “Farol” e o tratamento preferencial que esta associação concedeu ao AKP. Aqui já não estamos apenas no domínio da liberdade de imprensa porque se trata de algo que assusta os investidores, que ficam a duvidar da segurança jurídica na Turquia.

A Turquia é um vizinho importante da UE e um parceiro igualmente importante e respeitado da NATO. Nós queremos continuar a apoiar a Turquia e esta é a opinião do meu grupo. Acreditamos, no entanto, que ainda há muito a fazer neste caso e que o Governo turco deve demonstrar que não continuará a espezinhar os direitos considerados fundamentais na Europa como acontece neste momento. Ficáramos gratos se isto pudesse ficar convincentemente documentado no próximo período legislativo.

Penso, além disso, que deveríamos ter este debate não em Estrasburgo mas em Bruxelas.

Joost Lagendijk, em nome do Grupo Verts/ALE. – (NL) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores, no que se refere à democratização na Turquia, o quadro é, em minha opinião, complexo, havendo progressos em alguns pontos e estagnação e deterioração noutros.

É um progresso que não tenha havido tumultos no dia 1 de Maio na Praça Taksim, em Istambul, mas apenas dirigentes sindicais a assinalarem a tragédia de 1977. É um progresso que a Turquia e a Arménia tenham acordado em melhorar as suas relações. O meu apelo ao Governo turco vai no sentido de continuar neste rumo e de não se deixar travar, ou ser desviado, pelos nacionalistas de Ancara ou de Baku. É um progresso que tenham sido detidas as pessoas suspeitas de prepararem um golpe de Estado ou de estarem envolvidas em assassinatos políticos, como no caso Ergenekon.

O aviso que faço às autoridades turcas vai no sentido de continuarem a manter as suas acções dentro da lei, porque qualquer contravenção será usada para desviar as atenções da substância e será também aproveitada por aqueles que não querem encontrar uma solução para este problema nem chegar ao completo esclarecimento das coisas.

Há, no entanto, desenvolvimentos negativos. É mau que o Primeiro-Ministro tenha apelado à população que deixe de comprar certos jornais. É muito mau que tenham sido presos muitos dos mais destacados membros de um partido democraticamente votado para o Parlamento turco. A detenção em massa de proeminentes membros do Partido da Sociedade Democrática curdo (DTP) é tão inaceitável como uma proibição formal deste partido porque o resultado prático é o mesmo. A possibilidade de encontrar uma solução política para a questão curda ficou drasticamente reduzida. Isto são muito boas notícias para os extremistas de ambos os lados, mas muito más para a maioria dos turcos e dos curdos, que há muito anseiam por uma solução pacífica para este problema.

A situação de progresso, por um lado, e de estagnação, por outro, só poderá terminar, em minha opinião, se o Governo turco optar, sem ambiguidades, por aprofundar as suas reformas, se a oposição as apoiar pelas palavras e pelos actos e também, minhas senhores e meus senhores, se a UE mantiver a sua garantia de que a Turquia poderá tornar-se um membro de pleno direito da União Europeia desde que preencha os nossos critérios democráticos.

Isto traz-me, Senhora Presidente, ao meu comentário final. Embora esteja muito satisfeito por ver o modo generalizado com que todos os partidos anseiam pela democratização da Turquia, não nutro qualquer simpatia pelos membros do Parlamento Europeu que criticam a Turquia mas que não estão preparados para a aceitar como membro de pleno direito se estes problemas forem resolvidos. Mesmo depois de terminado o meu mandato, continuarei a defender as reformas necessárias para que a Turquia possa tornar-se um membro de pleno direito da União Europeia.

PRESIDÊNCIA: SENHOR COCILOVO

Vice-Presidente

Felekna Uca, em nome do Grupo GUE/NGL. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores, um rapaz de 14 anos foi espancado em Hakkari por forças especiais da Polícia, tendo ficado em coma. Outro jovem de 14 anos, em fuga de um ataque com gás lançado pela Polícia, afogou-se num rio. Em 4 de Abril, duas pessoas morreram numa manifestação perto de Urfa, em consequência de uma operação policial. Actualmente, em Diyarbakir, estão detidos mais de 185 menores. Centenas de políticos, eleitos democraticamente, e de activistas do DTP foram detidos, entre eles três dirigentes do partido. Há mais de 207 processos movidos contra deputados do DTP.

É este o meu balanço do processo democrático da Turquia nos dias de hoje. E a lista é mais extensa. Esta vaga de repressão começou pouco depois de 29 de Março, quando o DTP obteve grandes vitórias nas eleições autárquicas no sudeste do país e quase duplicou o seu número de presidentes de câmaras enquanto o partido de governo, o AKP, sofreu perdas severas na região curda, que queria dominar. Em minha opinião, há uma ligação clara entre o êxito eleitoral do DTP e a onda repressiva que sobre ele se abateu.

Ouviu-se, então, os círculos governamentais dizerem que a extensão do êxito obtido nas eleições pelo DTP até à fronteira com a Arménia era um risco para a segurança do país. Em vez de tentar compreender o sentido claro do voto, nomeadamente o de uma mensagem inequívoca dos curdos, de que deve ser encontrada uma solução no âmbito do sistema político, está a ser feita uma tentativa de reprimir, e pela brutalidade policial se necessário, a vitória política do DTP.

Infelizmente, não penso que até o altamente elogiado AKP tenha a força ou a determinação para desenvolver e fazer avançar uma estratégia abrangente para a resolução deste conflito, que dura há décadas. Como sabem, desde o último relatório de progresso não houve desenvolvimentos significativos no que se refere à liberdade de imprensa e de expressão, ao reconhecimento da realidade curda, dos direitos das minorias religiosas e da desmilitarização do regime. Como partido dominante, o AKP deve, finalmente, pôr em prática uma reforma constitucional genuína e impulsionar um novo dinamismo, que possa regenerar constitucionalmente e democraticamente o país e aceitar a sua realidade social pluralista, multi-étnica e multi-cultural. De outro modo, não poderá haver uma democratização efectiva na Turquia. E isto deve ser claro para todos nós.

Bastiaan Belder, em nome do Grupo IND/DEM. – (NL) Senhor Presidente, a União Europeia cometeu dois erros fundamentais no seu relacionamento com a Turquia. Em 1999, forçou a Turquia a tornar-se um país candidato e, em 2005, prosseguiu neste rumo errado ao iniciar negociações com Ancara com vista à adesão à UE. O Conselho e a Comissão pensam que, ao fazê-lo, podem ignorar a herança histórica da República da Turquia.

Hoje, esta herança histórica – ou fardo, melhor dito – manifesta-se numa verdadeira batalha cultural entre o sector kemalista e a frente conservadora e religiosa que rodeia o partido do Governo, o Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP), quanto ao rumo que deve tomar a República da Turquia. Uma consequência nociva deste conflito é o julgamento sensacionalista do caso Ergenekon, em que são acusados destacados kemalistas. Quando se trata das atitudes nacionalistas relativamente às minorias religiosas e étnicas do país, pouco diferencia os kemalistas do Primeiro-Ministro Erdoğan. A constante privação dos direitos destas minorias – que fazem parte da história da República da Turquia – está, naturalmente, em contradição com as políticas impostas para a adesão à UE.

Eu gostaria de chamar a atenção do Conselho e da Comissão para um provérbio holandês bem conhecido: é preferível parar a meio caminho do que continuar a errar. As instituições europeias e as autoridades turcas há muito que deveriam ter aprendido este conselho sábio. Esta é a única maneira de preparar o caminho para que haja um melhor e mais realista relacionamento entre as duas partes.

Roberto Fiore (NI). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, é claro, pelo que ouvi, que a Turquia é um país com problemas muito grandes em matéria de democracia.

Vimos e ouvimos que há 15 000 menores detidos, ouvimos falar de centenas de detenções com base em acusações duvidosas, estamos cientes de que o problema curdo se mantém, tal como, acima de tudo, o problema arménio que é muito antigo mas que continua completamente vivo hoje em dia. Assistimos ao homicídio de sacerdotes ou missionários ao longo dos últimos dois anos e continuamos a ver que existem outros problemas sem fim. Se compararmos esta situação com a de outro país, como a Bielorrússia, por exemplo, que ainda é considerada uma nação pária na Europa e que parece fazer parte de um eixo do mal, é difícil compreender como podemos continuar a falar na hipótese de a Turquia se juntar à Europa.

Há lóbis evidentemente fortes que promovem e desejam, a todo o custo, que a Turquia faça parte da Europa. Independentemente de tudo o resto, não podemos deixar passar em claro que existe, neste caso, um problema, como é o caso de Chipre, que é único na sua essência: por outras palavras, estamos a falar de um país que é candidato à adesão à UE e que ocupa o território pertencente a outro país e que continua a ocupá-lo, alargando o seu domínio a esta ilha e exercendo um poder absoluto e não liberal sobre o povo dessa ilha.

Acredito que os europeus estão atentos às suas consciências e que compreendem, cada vez melhor, a inevitabilidade de uma decisão contrária à entrada da Turquia na Europa. Recordar-vos-ei alguns factos: a Turquia tem 90 milhões de habitantes, um crescimento demográfico muito forte e não devemos esquecer, acima de tudo, que os países da Ásia Central que falam turco estão a pedir a cidadania turca e que o Estado turco parece disposto a concedê-la. Isto significa que a entrada da Turquia não seria, apenas, a adesão da Turquia mas, também, de outros povos e de outros países. Não esqueçamos que, em termos históricos, a Turquia foi inimiga da Europa e que hoje actua como um importante posto de observação de duas potências que não são obviamente europeias: os Estados Unidos e Israel.

Finalmente, não devemos negligenciar o factor religioso: a entrada de milhões de turcos na Europa levaria à abertura de milhares e milhares de mesquitas e, por isso, seguramente, a uma diminuição da identidade cristã e da identidade civil da Europa. Também não devemos esquecer-nos de que as mesquitas são sempre cúmplices de bom grado de ideais fortemente contrários às liberdades, voltados contra as mulheres e o público europeu.

Richard Seeber (PPE-DE). – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário, tal como o Senhor Comissário, eu também gostaria de enviar os meus pêsames aos familiares das vítimas deste selvagem ataque. Também gostaria de dizer, antes de mais, que apoio todos os esforços e todas as iniciativas que a Turquia está a fazer no sentido da democratização. Têm, certamente, a intenção de aproximar a Turquia da União Europeia, de aproximar, repito, e não de fazer entrar.

Penso, também, que devemos manter uma política de tolerância zero na área dos direitos humanos e da democratização, devendo afirmar padrões extremamente elevados. Os exemplos dados pelos nossos colegas falaram por si próprios e podemos ver que a Turquia ainda tem um caminho muito, muito longo a percorrer antes de alcançar os padrões da UE. Eles também demonstram que, até ao momento, a Turquia não tem dado a devida atenção às reformas constitucionais fundamentais nem as tem aplicado.

O sistema turco caracteriza-se, ainda, pelo facto de não haver uma divisão clara de poderes entre as várias estruturas de autoridade do Estado e esta é a raiz de muitos dos problemas com que nos deparamos na vida política turca dos nossos dias. Infelizmente, também deve dizer-se que a lista de problemas por resolver tem estado a aumentar e não a diminuir.

Refiro-me, por exemplo, aos direitos parlamentares: há défices especialmente grandes na área do controlo orçamental parlamentar dos gastos efectuados com as Forças Armadas. O Parlamento quase não tem uma palavra a dizer sobre isso e, o que é pior, há fundos especiais sobre os quais o Parlamento não dispõe de qualquer controlo.

Acresce que a imunidade dos membros do Parlamento é regulamentada de uma maneira extremamente ambígua. Neste aspecto, há a necessidade de uma reforma muito grande na Turquia. Infelizmente, a Turquia também não conseguiu assinar diversos acordos europeus e internacionais, como a Convenção contra a Tortura, por exemplo. Acho que está realmente nas mãos da Turquia dar um bom exemplo nesta matéria e ir ao encontro dos respectivos padrões europeus e internacionais.

Podia enumerar ainda mais pontos mas fico-me por aqui e apelo à Comissão para que preste uma atenção mais rigorosa ao progresso que possa ser feito nestes domínios.

Metin Kazak (ALDE). – (BG) Eu partilho da preocupação que suscita o processo democrático na Turquia à luz das detenções que foram recentemente efectuadas, depois das eleições autárquicas. Independentemente disso, não me parece que seja possível apoiar políticos que tenham laços íntimos com organizações que recorrem a métodos de violência para alcançar os seus objectivos. A violência nunca foi um meio aceitável e justificável para proteger direitos e liberdades.

Acredito que os curdos devem beneficiar de mais direitos culturais e educativos e respeito muito as reformas que continuam a ser feitas, incluindo o lançamento de um canal de televisão em língua curda a emitir 24 horas por dia. No entanto, distintos colegas, os direitos e as liberdades não podem ser obtidos através da violência, mas pelo uso de meios pacíficos e políticos e por intermédio do diálogo e do respeito mútuo.

É por isso que o nosso apoio sincero às reformas na Turquia também servirá para encorajar a defesa dos valores que são fundamentais para a UE, sendo um deles, e um dos mais importantes, o respeito pelas diferenças e pela diversidade étnicas e religiosas. Estou certo de que a perspectiva promissora de adesão à União Europeia apressará o respeito pelos direitos humanos e as reformas na Turquia.

Vittorio Agnoletto (GUE/NGL). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, em primeiro lugar gostaria, Senhor Presidente, de saudar o presidente do partido DTP, o Sr. Ahmet Türk, que se encontra entre nós, como convidado VIP a acompanhar os nossos trabalhos. Caro Sr. Ahmet, sabe que estamos consigo e que apoiamos a luta democrática que o seu partido conduz na Turquia pelo reconhecimento dos direitos fundamentais do povo curdo.

Reconhecemos que o DTP é uma ferramenta essencial para a protecção da democracia na Turquia e, por este motivo, condenamos com firmeza as operações policiais que o Primeiro-Ministro Erdoğan ordenou contra si e o seu partido, prendendo os três vice-presidentes do DTP além de mais 300 militantes e simpatizantes. A vitória do DTP nas mais recentes eleições autárquicas mostra que o DTP é um partido que goza de forte apoio popular e democrático. O Parlamento Europeu decidiu solicitar ao Primeiro-Ministro Erdoğan que iniciasse negociações directas com o DTP mas, em vez disso, a resposta que deu foi mais opressão, mais Polícia, mais autoritarismo e mais detenções.

Todos sabem que o meu grupo parlamentar e a esquerda europeia têm, até agora, apoiado a candidatura da Turquia à adesão à União Europeia, ao mesmo tempo que apoiam o processo de reformas nesse país. Acredito, no entanto, que, ao longo dos últimos dois anos, e em especial durante os últimos meses, o Sr. Erdoğan revelou a sua outra face, a de um líder que está de mãos dadas com o pior sector das Forças Armadas turcas que apenas deseja massacrar os curdos.

O processo reformista está praticamente morto, as prisões estão cheias de curdos; e o próprio Sr. Erdoğan está a coarctar quaisquer perspectivas de a Turquia poder aderir à UE. É inteiramente dele a responsabilidade pelo que está a acontecer nas relações euro-turcas e pela crescente perplexidade da opinião pública europeia perante o que se passa na Turquia.

Quero daqui enviar uma mensagem política muito firme ao Sr. Erdoğan: procure uma solução política negociada para a questão curda que, e deixem-me ser muito claro nisto, é um processo que passa por negociações directas com o DTP, ou seremos nós a exigir a suspensão das negociações para a adesão à União Europeia. O caminho para a adesão da Turquia à União passa por Diyarbakir e pelo DTP ou seremos nós, as pessoas que mais apoiaram o processo de adesão, a pedir uma pausa para reflexão que pode mesmo tornar-se permanente.

Patrick Louis (IND/DEM). – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a Turquia parece hoje funcionar como uma democracia, mas a União Europeia não está em posição de dar intermináveis lições de bom comportamento, quando a própria UE ignora, alegre e irresponsavelmente, a vontade soberana dos povos que a constituem, expressa em referendos.

Basicamente, a Turquia está ainda muito longe de respeitar os valores das nações europeias, conforme o demonstra a situação das incontáveis minorias étnicas e religiosas que constituem o país. A situação de milhões de curdos tarda em melhorar. As relações com os arménios ou mesmo com os seus vizinhos gregos estão sob permanente pressão diplomática ou militar. Chipre continua sob ocupação militar turca, naquilo que constitui um desafio ao direito internacional. Esta situação dura há 35 anos. A situação das minorias religiosas não é melhor. Os direitos das comunidades não recenseadas nos tratados são regularmente desprezados, perante a manifesta indiferença da Comissão Europeia, que continua, tal como o Parlamento, a apoiar a adesão deste país à União Europeia.

Sejamos coerentes. Embora a cooperação com a Turquia seja essencial, quaisquer planos para a adesão da Turquia devem respeitar a vontade expressa pelas democracias europeias, nomeadamente através de referendos.

Marios Matsakis (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, alicerçámos muitos dos nossos esforços e baseámos muitas das nossas políticas na esperança de que, se fôssemos simpáticos para a Turquia, este país transformaria o seu fascismo kemalista num comportamento próximo do democrático e, no limite, aceitável. Estávamos absolutamente enganados e depressa ficámos extremamente decepcionados e frustrados. O processo de reforma democrática da Turquia tem avançado ao passo de uma tartaruga com três pernas.

Senhor Comissário, nós e a esmagadora maioria dos cidadãos europeus que representamos esgotámos a nossa paciência. Estamos fartos. O regime que governa a Turquia demonstrou não ter capacidade nem vontade de conduzir o seu país para um grau de civilização compatível com o século XXI. Senhor Comissário, a técnica da cenoura fracassou gloriosamente, e o senhor tem de o admitir. Chegou a altura de começarmos a utilizar o bastão.

Andrew Duff (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, temo que o Parlamento esteja a revelar-se, uma vez mais, volúvel na questão da Turquia. Gostaria que o senhor Comissário nos apresentasse a sua franca avaliação do caso Ergenekon. Concorde o senhor Comissário em que este caso é um sinal positivo de que se está a limpar a casa e de que o sistema judiciário está finalmente a atacar a profunda corrupção que mina partes do Estado turco?

Alexander Graf Lambsdorff (ALDE). – (DE) Senhor Presidente, gostaria de responder ao senhor deputado Lagendijk. Também nós vemos, naturalmente, o papel diplomático positivo que a Turquia pode desempenhar em relação à Arménia e em relação ao Médio Oriente. No entanto, diplomacia e democracia são duas coisas diferentes. Estamos particularmente apreensivos com as medidas tomadas pelo Primeiro-Ministro Erdoğan contra o grupo editorial de Ahmed Doğan. Até a *Der Spiegel*, que não tem nada a ver com Doğan ou com Springer, escreve sobre a vingança pessoal de Erdoğan contra Doğan.

Já referi o relatório de progresso da Comissão. Uma vez mais, gostaria de fazer uma pergunta à Comissão. Está a Comissão mais ou menos preocupada com a liberdade de opinião e com a liberdade de imprensa na Turquia do que estava à época da publicação do relatório de progresso? Se está menos, porque deixou de se preocupar? Se está mais, que medidas concretas tenciona a Comissão tomar? De que importância se reveste a questão da liberdade de imprensa e de opinião no contexto das negociações de adesão em curso? Como disse, trata-se, afinal, do primeiro critério de Copenhaga, o critério político.

Olli Rehn, Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, quero agradecer às senhoras e aos senhores deputados, em primeiro lugar, por um debate muito sério e consistente sobre o processo democrático na Turquia e, esta noite, quero também agradecer ao Parlamento Europeu o seu contributo para a política comunitária em relação à Turquia. Tem sido um apoio crítico, mas construtivo, para o nosso compromisso com a Turquia durante um período muito difícil. Penso que a abordagem do Parlamento – tal como, na minha opinião, a abordagem da Comissão – pode ser descrita como imparcial e firme em relação à Turquia e ao processo de adesão deste país à União Europeia.

Na minha opinião, temos efectivamente de ser imparciais e firmes, e apenas se formos simultaneamente imparciais e firmes podemos alcançar resultados. O que eu quero dizer é que temos de ser imparciais no sentido de manter a perspectiva comunitária como vector crítico das reformas no país e de manter a nossa palavra e dar à Turquia a possibilidade de mostrar que será capaz de responder aos critérios de adesão à UE.

Simultaneamente, temos de ser firmes e impor condições rigorosas, especialmente no que respeita às liberdades fundamentais e aos princípios democráticos. Estes dois elementos fundamentais – imparcialidade e firmeza – apenas funcionam juntos e não podem ser separados. Penso que esta é, claramente, a melhor forma de apoiar uma transformação democrática na Turquia, que é o nosso objectivo, na medida em que faz da Turquia um parceiro melhor e um possível futuro Estado-Membro da União Europeia, de acordo com o quadro de negociações adoptado na madrugada do dia 4 de Outubro de 2005.

A situação actual está repleta de contradições, como descreveu Joost Lagendijk, o presidente da Delegação do Parlamento Europeu à Comissão Parlamentar Mista UE-Turquia. Às vezes, parece que dão dois passos para a frente e um para trás, mas antes assim do que ao contrário.

Aliás, e já que o senhor deputado Duff levantou a questão, penso que a investigação Ergenekon é um bom exemplo disso. Tendo em conta os resultados até agora obtidos pela investigação, afigura-se fundamental que esta rede por detrás de potenciais ataques políticos ou de outra natureza tenha sido revelada e continue a ser revelada no espírito do Estado de direito e do secularismo democrático.

Por outro lado, em relação às mais recentes fases da investigação Ergenekon podemos perguntar-nos se foram efectivamente aplicados todos os princípios do Estado de direito ou se estas detenções foram ditadas por objectivos políticos. Ainda não é muito claro. Estamos a acompanhar atentamente esta situação e, naturalmente, não deixaremos de a referir no próximo relatório de progresso, que será divulgado no Outono.

Na minha perspectiva, há três princípios particularmente importantes. Em primeiro lugar, os princípios democráticos: realização da reforma constitucional, no âmbito da qual é essencial reformar as regras que regem os partidos políticos, depois das experiências do ano passado, deste ano e de anos anteriores, em que vimos as ciladas do quadro constitucional turco nesta matéria, conforme foi sublinhado pela Comissão de Veneza do Conselho da Europa.

Em segundo lugar, a liberdade de expressão, que, como disse o senhor deputado Graf Lambsdorff, é o alicerce da democracia. Esta questão foi discutida muito recentemente na reunião da Comissão Parlamentar Mista do Parlamento com a Grande Assembleia Nacional turca. Estou preocupado com a liberdade de imprensa e com a sua evolução na Turquia, e estou certo de que esta questão será objecto de uma secção especial no nosso relatório de progresso do próximo Outono.

É verdade que houve uma evolução positiva no que respeita às consequências da reforma do infame artigo 301.º, há um ano ou dois. No entanto, uma evolução relativamente positiva no que respeita ao artigo 301.º não justifica ataques indiscriminados à liberdade de imprensa, conforme foi referido em diversas intervenções esta noite.

Por último, o Estado de direito, que está subjacente ao funcionamento de toda a sociedade e da economia, e que constitui o valor essencial da União Europeia: isto está ilustrado na luta contra o terrorismo, que nós apoiamos, desde que seja levada a cabo no respeito do Estado de direito e dos princípios de justiça, na melhor tradição europeia.

Neste contexto, o ritmo das negociações com a Turquia dependerá, essencialmente, da evolução e da intensidade das reformas em prol do respeito das liberdades fundamentais e do Estado de direito no país, em todas as circunstâncias e em cada esquina do país. É essa a base do processo de negociações. Os progressos das negociações técnicas serão função dos progressos, da intensidade e da realização efectiva destas reformas em prol das liberdades fundamentais, dos direitos humanos e do secularismo democrático. Estes valores estão consagrados no Tratado da União Europeia e nos nossos valores europeus comuns. É esse o critério decisivo do progresso da Turquia rumo à União Europeia.

Presidente. – Está encerrado o debate.

15. Protecção dos animais no momento da occisão (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o relatório (A6-0185/2009) do deputado Wojciechowski, em nome da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, sobre a proposta de regulamento do Conselho relativo à protecção dos animais quando da occisão (COM(2008)0553 – C6-0451/2008 – 2008/0180(CNS)).

Janusz Wojciechowski, relator. – (PL) Senhor Presidente, a nossa civilização é uma civilização que utiliza animais. Matamos milhares de milhões de animais por causa da carne, por causa das peles e pelas mais variadas necessidades económicas. Às vezes também os matamos sem qualquer razão económica – por

desporto, como é o caso da caça, ou por diversão, como é o caso das corridas de touros. Para mim, matar animais não é desporto, nem diversão, nem cultura; mas não vamos por ora alongar-nos neste tema, já que o tema do nosso debate é o abate de animais por razões económicas.

A protecção dos animais aquando do abate. É isto possível? É possível proteger um animal que vamos abater? Sim, é possível, nomeadamente poupando-lhe sofrimento desnecessário. Ao proteger os animais de um tratamento desumano, estamos a proteger a nossa própria humanidade. O regulamento proposto melhora as normas de protecção dos animais aquando do abate, introduz normas técnicas superiores e melhores, e promove um melhor acompanhamento da sua aplicação. Introduce uma maior responsabilidade pessoal pela adequada manipulação dos animais, bem como o requisito de designar um responsável pela protecção dos animais nos matadouros. O novo regulamento, que substitui a directiva de 1993, representa um progresso óbvio no sentido da protecção dos animais, pelo que, enquanto relator, subscrevo o regulamento.

Várias foram as áreas que suscitaram controvérsia. Um exemplo claro é a questão do abate ritual. O princípio básico consiste em abater os animais depois de estes terem sido atordoados ou privados de consciência, mas é prevista uma excepção por razões religiosas: os animais podem ser abatidos sem atordoamento prévio se tal método for prescrito por razões religiosas. Esta derrogação tem em vista os muçulmanos e os judeus, que abatem os animais sem atordoamento prévio. As alterações que visavam impor uma proibição geral do abate ritual na União Europeia foram rejeitadas pela Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural. Os membros da comissão consideraram que uma proibição desse tipo seria inviável.

A comissão rejeitou ainda uma proposta que visava conferir a cada Estado-Membro o direito de proibir o abate ritual na legislação nacional. Essa questão é objecto da alteração 28. Gostaria de sublinhar que uma votação favorável a esta alteração significa que os Estados-Membros não poderão proibir o abate ritual no seu território. Uma votação contra a alteração significa o retorno à posição da Comissão Europeia, que permite a imposição de uma proibição do abate ritual na legislação nacional.

Outra questão controversa é a designação de um centro de referência nacional por cada Estado-Membro. A Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural rejeitou esta ideia na alteração 64. Pessoalmente, penso que deveriam ser criados centros de referência nacionais e que estes poderiam igualmente ter um papel a desempenhar no acompanhamento da manipulação dos animais aquando do abate.

Gostaria de chamar a atenção para as sugestões da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural que constam do meu relatório. Em primeiro lugar, as medidas tendentes a introduzir normas mais elevadas de protecção do bem-estar animal aquando do abate devem obter apoio financeiro da União Europeia. Não é possível atingir o nobre objectivo de proteger o bem-estar animal sem enquadramento financeiro e incentivos materiais à introdução de normas mais elevadas.

Em segundo lugar, o relatório propõe que as normas melhoradas sejam aplicáveis não só aos produtores da União Europeia, mas também aos importadores de produtos à base de carne para a Europa. Queremos ter a certeza de que o mercado da UE será abastecido exclusivamente com produtos de origem animal provenientes de animais abatidos de acordo com a legislação comunitária.

Senhoras e Senhores Deputados, a última sessão do Parlamento Europeu é, em grande medida, consagrada à protecção dos animais. Hoje decidimos proibir a importação de produtos derivados de focas que tenham sido abatidas com crueldade, decidimos impor normas mais elevadas para a protecção dos animais utilizados em ensaios para fins científicos e estamos agora a debater normas mais elevadas de protecção dos animais aquando do abate. Congratulo-me por o Parlamento estar a fazer tanto pela protecção dos animais e congratulo-me por fazer parte deste processo. O espírito de São Francisco de Assis está presente nesta Câmara. Que possa igualmente estar presente na próxima legislatura.

Androulla Vassiliou, Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, gostaria de agradecer ao Parlamento Europeu e, em especial, ao relator, senhor deputado Wojciechowski, por terem apoiado os principais elementos da proposta da Comissão sobre a protecção dos animais quando da occisão.

Congratulo-me muito especialmente com o facto de o Parlamento Europeu ter aceite a abordagem geral da proposta, que visa assegurar a conformidade da legislação em matéria de bem-estar animal aplicável aos matadouros com o pacote sobre higiene adoptado em 2004.

A legislação em vigor em matéria de protecção dos animais no abate remonta a 1993 e não está, de modo nenhum, em conformidade com a evolução mais recente nos domínios da segurança dos alimentos, da saúde animal e do bem-estar animal. Nos termos da presente proposta, os operadores de matadouros terão de

estabelecer procedimentos operacionais normalizados e de utilizar indicadores de bem-estar para o atordoamento, devendo o pessoal receber formação sobre bem-estar animal.

Quanto ao abate religioso, gostaria de sublinhar que a Comissão, tal como o Parlamento Europeu, atribui a maior importância à liberdade de religião e tenciona manter o *status quo* no que respeita a esta questão sensível. O Tratado afirma claramente a necessidade de ter em conta as práticas religiosas na formulação da política comunitária. É óbvio que existem muitas práticas diferentes em matéria de abate religioso nos Estados-Membros da União.

A Comissão sugere que a subsidiariedade deve ser mantida nesta área. Funcionou bem nos últimos 15 anos e deve continuar a funcionar bem no futuro. A este propósito, podemos aceitar em princípio, embora devam ser reformuladas, as alterações que reflectem a abordagem da legislação em vigor, que salvaguarda o direito de liberdade de religião, mas permite que os Estados-Membros adoptem ou mantenham normas mais estritas. Sobre este ponto, importa notar que, aparentemente, existe acordo no Conselho em relação a esta posição.

Permitam-me agora algumas palavras sobre a prática do abate no quintal. Hoje em dia, o abate de animais para consumo privado é autorizado fora dos matadouros (com excepção dos bovinos), mas os suínos, ovinos e caprinos têm de ser previamente atordoados. Alguns cidadãos dos Estados-Membros abatem, tradicionalmente, porcos pelo Natal e borregos pela Páscoa. A preservação destas tradições é importante para a Comissão, mas não há necessidade de prever uma derrogação à obrigação de atordoamento dos animais e de, dessa forma, comprometer o bem-estar dos animais. Em consequência, a Comissão considera que o atordoamento prévio deve ser obrigatório quando suínos ou ovinos são abatidos fora dos matadouros.

Outro ponto da proposta diz respeito ao estabelecimento de um centro de referência nacional. Pensamos que este elemento é essencial para garantir a boa aplicação das medidas propostas. Nos matadouros, os inspectores oficiais procedem a controlos de segurança dos alimentos, que incidem, principalmente, em carcaças. Dispõem de pouco tempo e de competências limitadas para avaliar parâmetros de bem-estar animal. Actualmente, o equipamento de atordoamento é complexo e difícil de avaliar no que respeita à sua eficácia em termos de bem-estar. Os centros nacionais de referência responderiam à necessidade de informação técnica e científica sobre o bem-estar dos animais no abate, pelo que a Comissão considera que este requisito deve ser mantido na proposta.

A Comissão considera ainda que os certificados de aptidão necessários para o pessoal dos matadouros devem ser emitidos no seguimento de um exame independente. Este sistema foi desenvolvido noutras áreas do bem-estar animal, tanto no sector público como no privado. Nos casos em que foi convenientemente aplicado, o sistema deu bons resultados. Deve, pois, ser tornado extensivo a todos os matadouros comunitários.

Também para evitar a propagação de doenças, um grande número de animais é abatido fora dos matadouros. É verdade que já existem requisitos para efeitos de saúde animal, mas os requisitos actuais não têm em conta o bem-estar dos animais. As pessoas pensam que os abates maciços para efeitos de luta contra doenças devem ser efectuados da forma mais humana possível. É, portanto, necessária transparência, ou seja, uma boa comunicação. Além disso, a experiência adquirida com situações de emergência deste tipo demonstra que é fundamental recolher informações sobre boas práticas e sobre erros que possam ter ocorrido. Deve, pois, ser exigido um bom acompanhamento e uma boa comunicação em matéria de bem-estar animal em caso de abate maciço.

Gostaria de poder contar com o vosso apoio para a proposta da Comissão. Se for adoptada, a União Europeia terá condições para liderar e inovar, a nível mundial, em matéria de bem-estar animal.

Jens Holm, *relator de parecer da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar*. – (SV) Todos os anos, centenas de milhões de animais – porcos, vacas, ovelhas, galinhas, cavalos e outros animais – são abatidos e transportados por toda a Europa. São ainda abatidos 25 milhões de animais para produção de peles com pêlo. Isto acarreta um extraordinário sofrimento para os animais. Naturalmente, a melhor solução seria não os consumirmos e não vestirmos animais sob a forma de peles com pêlo.

Contudo, não é bem disso que este regulamento trata, mas antes da forma como podemos reduzir o sofrimento dos animais nos matadouros. A proposta da Comissão representa um passo em frente, mas deve ser tornada mais rigorosa numa série de pontos. Na Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar, adoptámos o meu parecer, no qual pedimos, entre outras coisas, períodos de transporte e períodos de espera nos matadouros mais curtos, investimentos em matadouros móveis, que os animais para produção de peles com pêlo sejam incluídos no âmbito de aplicação deste regulamento, que os Estados-Membros possam ir mais longe e adoptar disposições mais rigorosas, e que os inspectores das condições de protecção do bem-estar

dos animais e os centros de referência nacionais para o bem-estar dos animais sejam independentes e disponham de competências mais vastas.

É gratificante que a Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural apoie a nossa proposta relativa a matadouros móveis e à inclusão de animais para produção de peles com pêlo. Não obstante, estou profundamente apreensivo em relação a diversas outras alterações avançadas por esta comissão e por deputados individuais. É lamentável que a Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural tenha eliminado completamente os limites de tempo propostos para o transporte para o matadouro e para o tempo de espera no interior do matadouro. Por favor, votem a favor da alteração 125, proposta pelo Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde, para recuperarmos estes requisitos. Não compreendo a razão por que a Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural quer eliminar a proposta relativa a centros de referência nacionais para o bem-estar dos animais. É também extraordinariamente importante que os Estados-Membros possam ir mais além e adoptar disposição mais ambiciosas do que as aqui estabelecidas. Exorto-vos a votar a favor da alteração 124. Por último, estou seriamente preocupado com o facto de a Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural não querer autorizar os Estados-Membros que, neste momento, proíbem totalmente o abate sem atordoamento a manterem a proibição. É o caso, por exemplo, do meu país, a Suécia. Encontrámos um equilíbrio entre tradição religiosa e bem-estar animal que satisfaz a maior parte das pessoas. Por favor, votem a favor da alteração 28, proposta pelo relator.

Sebastiano Sanzarello, *em nome do Grupo PPE-DE*. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, por feliz coincidência, cabe-me a mim falar esta noite pela última vez, pelo menos durante esta legislatura, sob a sua presidência, que julgo ser a sua última presidência, já que decidiu não se recandidatar. É com o maior prazer, Senhor Deputado Cocilovo, que expresso a minha satisfação pelo que fez neste Parlamento e pela estima que dedicou a todos os deputados deste Parlamento, e não apenas aos italianos. Fui eleito pelo mesmo círculo eleitoral que o senhor; somos opositores políticos, mas sinto que devo desejar-lhe um bom futuro político na defesa dos interesses do nosso país, mas também da Europa.

Agora, vou directo ao assunto. Penso que nós, na Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, fizemos um excelente trabalho. Depois de ouvirmos os consultores e depois de ouvirmos diferentes grupos profissionais, tentámos melhorar o texto que nos foi fornecido pelo Conselho e pela Comissão, tornando-o mais aplicável e mais coerente, e salvaguardando a expressão das práticas religiosas e o direito ao seu exercício, em todas as suas facetas. Havia algumas contradições, porque, apesar de a Comissão e o Conselho terem afirmado que o abate ritual seria salvaguardado, alguns requisitos obrigatórios tornavam-no impossível na prática – refiro-me ao facto de pendurar os animais de cabeça para baixo e ao muito discutido tópico do atordoamento.

De uma perspectiva dialéctica, isto parece crueldade, mas, na realidade, um corte preciso provoca o mesmo nível de dor que o atordoamento – que é efectuado com um êmbolo retráctil na testa e que elimina a sensação de dor –, pelo que atordoar os animais depois de a sua garganta ter sido cortada ainda aumentaria a crueldade. Nestas circunstâncias, não me parece que os animais sejam tratados com crueldade se não forem atordoados depois de lhes cortarem a garganta.

A Carta dos Direitos do Homem afirma que, em caso de conflito com os direitos dos animais, os direitos humanos têm precedência; por outras palavras, o direito a práticas religiosas, e não apenas muçulmanas, não apenas judaicas, mas também cristãs – como discutimos exaustivamente na comissão –, deve ser protegido e integralmente protegido. Até porque, como temos relações recíprocas com países não membros, pessoas que praticam certos tipos de religiões não poderiam, se assim não fosse, comer carne na Europa, porque na UE não poderia ser produzida carne de acordo com as suas práticas, nem importada carne que satisfizesse essas condições. Não me parece que isto fosse justo.

Rosa Miguélez Ramos, *em nome do Grupo PSE*. – (ES) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, como já foi dito, a proposta que estamos a discutir hoje substitui uma directiva que o progresso tecnológico tornou obsoleta e dará origem a um novo regulamento que permitirá que os requisitos comunitários em matéria de bem-estar animal sejam aplicados uniformemente em toda a União Europeia.

No contexto do mercado interno, e dado que o respeito da regulamentação pode ser prejudicial para a competitividade, o novo regulamento vai permitir que todos os operadores comunitários observem normas de concorrência similares. Com efeito, a Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, que optou por dispensar os pequenos operadores da observância de alguns requisitos, agravou a responsabilidade dos

grandes operadores – é este o texto que estamos a discutir hoje – e criou ainda o lugar de responsável pelo bem-estar dos animais nas grandes empresas.

O relatório que estamos a discutir melhora a proposta da Comissão em aspectos fundamentais. Por exemplo, a proposta actual já não procura alterar disposições aplicáveis ao transporte de animais e relativas ao tempo total de transporte – algo que consideramos absolutamente inadmissível – e mantém a actual proibição de transporte de animais que, pelas suas características específicas, não devam ser transportados.

Além disso, corrige e clarifica as responsabilidades das empresas quanto à observância da regulamentação em matéria de bem-estar dos animais: os operadores, mais do que os trabalhadores, são responsáveis pela aplicação das normas.

Por último, Senhora Comissária, gostaria que tivesse presente que, na União Europeia, não há duas ordens jurídicas iguais nas várias regiões e países; são todas diferentes. Se, como a Comissão sugere na sua proposta e a senhora referiu na sua intervenção, fossem criados centros de referência nacionais, teriam de ser criados 17 centros de referência nacionais em Espanha, e não apenas um centro de referência nacional. Em Espanha, as competências do governo central estão descentralizadas nas comunidades autónomas, pelo que seria necessário estabelecer 17 destes centros nacionais que a senhora julga possíveis. Ora, isto seria ridículo: um centro para cada região. É por esse motivo que propomos que a autoridade competente tenha a responsabilidade de zelar pela correcta aplicação das normas.

Zdzisław Zbigniew Podkański, em nome do Grupo UEN. – (PL) Senhor Presidente, o relatório Wojciechowski sobre a proposta de regulamento do Conselho relativo à protecção dos animais quando da occisão levanta a importantíssima questão do bem-estar dos animais. Indirectamente, levanta a questão de saber se a humanidade contemporânea é capaz de pôr termo à crueldade e de criar uma nova ordem de valores que seja sensível à dor, ao sofrimento, ao medo e à ansiedade perante a morte, não só das pessoas, mas também dos animais.

Infelizmente, apesar do desenvolvimento da civilização e da tecnologia, todos os anos ainda são abatidos milhares de milhões de animais e de aves, muitas vezes com crueldade e até sem atordoamento. Esta situação levanta outras questões, como a de saber por que razão o comportamento de pessoas inteligentes e educadas em relação aos animais é muitas vezes idêntica ao de tribos primitivas, obrigadas a lutar pela sua sobrevivência. Que devemos fazer para mudar esta atitude?

O relatório responde, em grande medida, as estas perguntas, mas não resolve muitos problemas fundamentais ligados, por exemplo, à legislação, ao abate ritual e à formação da consciência da sociedade. Estes problemas terão ainda, em consequência, de ser resolvidos pelo Conselho, pela Comissão e pelo novo Parlamento. Espero que os trabalhos posteriores com vista a melhorar o bem-estar dos animais sejam feitos com a consciência de que os animais são seres vivos, que sentem dor e sofrimento, e não objectos, e de que as pessoas lhes devem respeito, protecção e cuidados.

Alyn Smith, em nome do Grupo Verts/ALE. – (EN) Senhor Presidente, quero, também eu, felicitar o nosso relator, Janusz Wojciechowski, por ter tratado um dossiê muito complexo e emotivo com bastante segurança e por ter sabido gerir uma série de pontos de vista diferentes. Nesta intervenção, que é provavelmente a minha última intervenção neste mandato, quero sublinhar que este é aquilo que eu chamo um dossiê europeu clássico do Parlamento Europeu. É técnico, é complexo, é um pouco distante dos nossos cidadãos, mas importa lembrar que o bem-estar animal se reveste de crucial importância para os nossos cidadãos e que a justiça é de crucial importância para os nossos produtores, os nossos consumidores e o nosso mercado.

Parecem-me especialmente importantes as alterações 45 e 46, que visam assegurar que os países terceiros que pretendam exportar para o nosso território respeitem as nossas normas. Trata-se de um elemento crucial de justiça para com os nossos produtores e para garantir a confiança dos consumidores nos nossos mercados, pelo que é de saudar muito vivamente.

Do mesmo modo, a proporcionalidade da medida objecto das alterações 65 a 67, que permite a formação em exercício, assume particular importância para os pequenos matadouros e para os pequenos operadores da União Europeia e deve ser saudada. Também as derrogações que dispensam os pequenos matadouros da presença do responsável pelo bem-estar dos animais devem ser apoiadas.

No que respeita ao abate religioso, penso que a Comissão está absolutamente certa. Entendo que não necessitamos de regular essa questão neste pacote, o que é bom para os consumidores. O que foi feito é bom para a confiança no mercado comunitário da carne e é, globalmente, um bom trabalho. As minhas felicitações.

Maria Petre (PPE-DE). – (RO) Senhor Presidente, antes do mais, gostaria de felicitar o relator e de lhe agradecer a abertura que demonstrou.

Concordo com as propostas da Comissão que estipulam que os animais devem ser sistematicamente abatidos por um método que garanta a sua morte imediata ou após atordoamento, aceitando, contudo, excepcionalmente, o abate no âmbito de rituais religiosos. Apoio ainda o facto de este regulamento não ser aplicável ao abate de animais para consumo privado e no contexto das tradições de importantes festividades religiosas, como a Páscoa e o Natal, durante os dez dias que precedem estas festividades.

O pessoal que executa os abates e outras actividades conexas deve seguir cursos de formação adequados, organizados de forma normal, no termo dos quais é emitido um certificado de aptidão.

A regulamentação comunitária em matéria de protecção dos animais é uma das mais rigorosas do mundo. Esta regulamentação acarreta custos de produção mais elevados e pode distorcer a concorrência com Estados com uma legislação menos rigorosa nesta matéria. Por este motivo, exorto a Comissão a zelar por que os produtos à base de carne e outros produtos de origem animal importados de países não comunitários satisfaçam as normas comunitárias. O ideal seria que a Comissão pudesse realizar inspecções em matadouros autorizados a exportar os seus produtos para a União Europeia e confirmar que, para além dos certificados sanitários exigíveis, a regulamentação em matéria de protecção animal é respeitada.

Neil Parish (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, quero agradecer à senhora Comissária Vassiliou pelo seu trabalho neste Parlamento. A senhora Comissária só tomou conta do dossiê nos últimos dois anos e realizou um trabalho extraordinário, pelo qual a felicito. Gostaria ainda de felicitar o senhor deputado Janusz Wojciechowski pelo excelente relatório que elaborou e por ser um excelente vice-presidente da Comissão da Agricultura.

Penso que as normas de bem-estar animal na Europa são absolutamente decisivas para o facto de produzirmos carne de alta qualidade. Queremos certificar-nos de que os animais são abatidos com cuidado e segundo normas elevadas, tanto de higiene como de bem-estar animal. Sou favorável à ideia de matadouros móveis, porque penso que estes irão desempenhar um papel muito positivo. Penso ainda que temos de ser cuidadosos, porque, no passado, foram encerrados muitos pequenos matadouros em toda a Europa – nomeadamente no meu Estado-Membro –, pelo que a nossa regulamentação deve ser adequada, mas não excessiva e susceptível de os obrigar a encerrar.

Agora vou ser bastante controverso. Penso que os animais nascem e que somos nós, homens, que decidimos exactamente de que forma eles vão ser abatidos. Penso que a Comissão tem de se decidir. Ou aceita o abate religioso e o facto de os animais não serem atordoados, e permite que o mesmo processo seja utilizado noutros países nos animais que queremos abater pelo Natal, ou defende efectivamente aquilo que me parece certo, ou seja, que nós, homens, decidimos da forma por que os animais são abatidos e que os animais devem ser atordoados antes de serem abatidos. Penso que é óbvio que é assim que as coisas se devem passar. Em alguns Estados-Membros, pratica-se o pré-atordoamento e o pós-atordoamento de animais, quer no abate halal, quer no abate judaico. Gostaria de saber por que razão esta prática não pode ser tornada extensiva a toda a Europa, já que devemos ter a certeza absoluta de que tratamos todos os animais da mesma maneira. Embora aceite a subsidiariedade, gostaria que a Comissão pressionasse os Estados-Membros para que garantissem futuramente o abate e o atordoamento adequados.

Também não vejo problemas no que respeita à rotulagem. Por que razão os animais não hão-de ostentar rótulos que indiquem a forma como foram abatidos? Se não há problema com o abate halal e o abate judaico, por que razão devemos ter problemas em indicá-lo no rótulo? Vamos rotular os animais convenientemente, de modo a que, no futuro, as pessoas saibam exactamente o que estão a comprar, porque é muito importante para a agricultura europeia que haja normas de elevado nível de exigência.

Marios Matsakis (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, do meu ponto de vista, a liberdade de culto não pode desrespeitar a regulamentação dos nossos países e não pode violar de forma tão profunda as nossas normas em matéria de higiene no abate e de bem-estar animal. Nestas circunstâncias, não vejo por que razão, em nome da religião, devemos tolerar métodos de abate de animais anacrónicos, pouco higiénicos e até sádicos, executados por vezes em cerimoniais pomposas, diante de adultos e crianças.

Penso que os animais apenas devem ser abatidos nas condições controladas de um matadouro autorizado e passível de inspecção, e que nenhum animal deve ser abatido sem atordoamento prévio. A liberdade de culto é uma coisa, causar dor desnecessária aos animais e violar as regras de higiene é outra. Na União Europeia, as regras e as leis devem ser as mesmas para todos, seja qual for a sua religião.

Friedrich-Wilhelm Graefe zu Baringdorf (Verts/ALE). – (DE) Senhor Presidente, Senhora Comissária, penso que, neste debate, o tema do bem-estar dos animais foi praticamente reduzido à questão de saber se devemos ou não recorrer ao atordoamento. Não é que eu seja contra o atordoamento; penso é que não nos devemos esquecer de que, originalmente, o atordoamento foi introduzido, não por preocupação com o bem-estar dos animais, mas por razões económicas, para permitir o abate de animais na agricultura industrial, com abates maciços em matadouros, sem que a ansiedade provocada pelo abate afectasse ou diminuísse a qualidade da carne.

No abate religioso, trata-se do exercício da superior arte do abate sem causar sofrimento adicional aos animais; a questão do atordoamento nos matadouros vai além de saber se se deve ou não recorrer ao atordoamento: envolve a manipulação dos animais no transporte e durante o tempo de espera nos matadouros. Concordo com o senhor deputado Parish no que respeita à rotulagem dos animais abatidos de forma ritual, para que os consumidores saibam o que estão a comprar e o que estão a apoiar.

Androulla Vassiliou, Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, o debate de hoje sobre o relatório Wojciechowski reflecte as preocupações do Parlamento, da Comissão e, naturalmente, da opinião pública sobre o bem-estar dos animais aquando do abate. A proposta da Comissão introduz inovações importantes, que eu espero que possam apoiar.

Presentemente, a legislação comunitária prevê que os operadores de países terceiros que exportam para a UE apliquem normas equivalentes às comunitárias. Além disso, os certificados de importação de carne devem confirmar que os estabelecimentos de exportação respeitaram as normas comunitárias. Por conseguinte, no que respeita à proposta da Comissão, pensamos que o princípio da equivalência deve continuar a ser aplicado.

Escutei atentamente todos os vossos comentários, e penso que este contributo é muito útil no contexto dos nossos esforços para proteger o bem-estar dos animais de forma verdadeiramente eficaz. Com a adopção deste relatório, estamos a enviar à opinião pública os sinais certos – de que estamos a dar resposta às suas preocupações – e, simultaneamente, estamos a estabelecer normas modernas para as práticas mundiais em matéria de bem-estar dos animais aquando do abate. Agradeço ao Parlamento e ao relator pelo seu apoio.

Por fim, dado que esta é a última vez que me dirijo a esta Assembleia, gostaria de dizer que foi um prazer trabalhar com todos vós e desejar-vos o maior êxito para a vossa carreira e as maiores felicidades.

Janusz Wojciechowski, relator. – (PL) Senhor Presidente, Senhora Comissária, gostaria de subscrever esses votos e de dizer que estou muito satisfeito com o facto de a última intervenção da senhora Comissária no Parlamento ser no contexto da apresentação daquilo que é realmente um bom projecto e um bom regulamento – e parece-me evidente que a maioria dos que intervieram neste debate concorda plenamente com esta afirmação. Desejo sinceramente que o resultado final deste trabalho, deste trabalho conjunto do Parlamento, da Comissão e do Conselho, não altere significativamente aquilo que a Comissão propôs, porque não há dúvida de que a Comissão apresentou excelentes propostas. Contudo, na abordagem da protecção dos animais, nas medidas que visam melhorar o bem-estar dos animais, há duas coisas importantes.

A primeira é dinheiro. Lamentavelmente, a sociedade só aceitará o reforço destas normas se estivermos em condições de garantir o seu adequado financiamento. Para atingirmos os objectivos que foram fixados, são essenciais recursos comunitários. Não é possível introduzir normas mais estritas como estas sem dinheiro, repercutindo todos os custos nas entidades que têm de se conformar às normas.

A segunda prende-se com a equivalência, para que as normas melhoradas não reduzam a competitividade dos produtores no interior da União Europeia. Penso que estamos no bom caminho para garantir esta equivalência. Estou satisfeito com o facto de as propostas terem sido bem acolhidas por esta Assembleia.

Uma vez mais, gostaria de agradecer à senhora Comissária. Gostaria igualmente de agradecer a todos os colegas deputados que intervieram neste debate, e estou satisfeito com o facto de a ideia de elevar as normas de bem-estar dos animais ser universalmente aceite nesta Câmara.

Presidente. – Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quarta-feira, 6 de Maio de 2009.

16. Revisão geral do Regimento (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o relatório (A6-0273/2009) do deputado Corbett, em nome da Comissão dos Assuntos Constitucionais, sobre a revisão geral do Regimento do Parlamento Europeu (2007/2124(REG)).

Richard Corbett, relator. – (EN) Senhor Presidente, tenciono utilizar menos do que os meus quatro minutos agora, na apresentação, e talvez um pouco mais na minha intervenção no final, se houver questões que necessitem de esclarecimento.

Este relatório é fruto de muito trabalho. As fontes das reformas que gostaríamos de introduzir no nosso Regimento são constituídas, em parte, pelo trabalho do Grupo de Trabalho sobre a Reforma, instituído pela Conferência dos Presidentes e competentemente presidido pela minha colega deputada Dagmar Roth-Behrendt, que apresentou uma série de propostas que foram aprovadas pela Conferência dos Presidentes e nos foram transmitidas para que as integrássemos, da melhor forma possível, no Regimento.

A segunda fonte é uma série de pequenas alterações que, de muitas formas, estão na calha há muito tempo, mas que agrupámos, para evitar que houvesse vários relatórios a alterar o Regimento em aspectos de pormenor. Algumas destas alterações são técnicas, outras são clarificações que tornam o Regimento mais legível, como é o caso da alteração que funde os artigos 141.º, 142.º e 143.º num único texto codificado que regula a forma como organizamos os nossos debates em sessão plenária. É neste contexto que se inscreve a alteração inovadora relativa ao procedimento do cartão azul, que permite que os deputados interrompam os outros no decurso de uma intervenção. Por exemplo, neste momento, o senhor deputado Duff pode querer fazer-me uma pergunta sobre aquilo que acabo de dizer; ao abrigo desta regra, se for aprovada, poderia fazê-lo durante 30 segundos. Estou certo, Senhor Presidente, de que já o deixaria interromper-me se ele assim o quisesse, mas, felizmente, ele não quer.

Há algumas medidas inovadoras que tornarão os nossos debates um pouco mais vivos. Lembro-me de que, quando propus o período para intervenções segundo o procedimento *catch-the-eye* no final dos debates ordinários, todos disseram: ah não, não podemos fazer isso, vamos perturbar o período de intervenção dos grupos e por aí fora. No entanto, esse período agora existe, é uma parte aceite dos nossos procedimentos e, segundo penso, é do agrado da maior parte dos deputados. Estou tentado a sugerir que com o procedimento do cartão azul vai acontecer a mesma coisa: agora há algumas hesitações, mas temos de experimentar, ver como funciona, e estou confiante de que pode funcionar bem.

Há ainda algumas alterações que surgiram da discussão deste tema, quer no trabalho da comissão, quer agora em sessão plenária. Por exemplo, foi sugerido que todas as votações finais de propostas legislativas se processem por votação nominal – penso que foi a senhora deputada Dahl que apresentou esta sugestão. Achei a sugestão muito interessante e incluí-a no meu relatório. Muitos deputados sugeriram que o Regimento incluísse algo sobre os intergrupos, pelo menos para delimitar muito claramente aquilo que eles são e aquilo que não são, a fim de que fique claro que eles são informais e que não podem assumir as responsabilidades de órgãos do Parlamento.

O relatório está, pois, repleto de coisas interessantes. Há ainda a alteração que incide no estranho sistema que temos de colocar o deputado mais velho a presidir à nossa sessão inaugural, em vez de colocarmos, por exemplo, o Presidente cessante, a exemplo do que acontece em alguns parlamentos, ou até, no caso de o Presidente não ser reeleito, um Vice-presidente cessante, por exemplo. Trata-se de uma melhoria muito sensível dos nossos procedimentos.

Vou concluir aqui. Não utilizei todo o meu tempo, mas, se for necessário, terei todo o gosto em intervir no final e em responder a perguntas e esclarecer dúvidas.

József Szájer, em nome do Grupo PPE-DE. – (EN) Senhor Presidente, gostaria de saudar esta proposta e de agradecer ao senhor deputado Richard Corbett pelo seu trabalho árduo e nem sempre recompensador.

Muitas vezes, quando alteramos o Regimento, os nossos colegas preocupam-se com o que está a acontecer. Muitos deles apenas se apercebem do que aconteceu e das alterações que foram introduzidas quando estas entram em vigor, quando já nada pode ser mudado. Apoio firmemente a maior parte das propostas apresentadas, especialmente porque reflectem não só o nosso trabalho árduo, mas também – como o senhor deputado referiu – o trabalho árduo do grupo sobre a reforma parlamentar, presidido pela senhora deputada Dagmar Roth-Behrendt, que também preparou muito bem esta proposta.

No entanto, no decurso do processo de reforma parlamentar, deixei muito claro perante o nosso grupo, durante as nossas discussões, que este relatório sobre a reforma parlamentar tem de ser aprovado através de alterações ao Regimento. Este é um procedimento democrático que termina com uma votação. Nada pode ser mudado apenas com discussões no grupo, e trabalhámos muito nestes termos.

Gostaria igualmente de dizer que fui algo crítico em relação ao que acaba de ser referido, nomeadamente em relação à intenção de institucionalizar alguns procedimentos informais do Parlamento. Tenho algum receio, porque penso que, se temos uma tradição, é preferível mantê-la como tradição a mudar as regras.

Mas, para o nosso grupo, o aspecto mais importante é a proporcionalidade. No nosso Parlamento, as comissões desempenham um papel muito importante. Na preparação das votações aqui no Parlamento, a tarefa desta Assembleia é grandemente facilitada pelas votações em comissão. Não se trata apenas de uma simples questão de procedimento, mas de uma questão de democracia, que as comissões reflectam as proporções que existem no plenário quando se tomam decisões sobre questões importantes. Penso que se trata de uma questão básica de democracia e, em nome do PPE-DE, apoio o relatório.

Costas Botopoulos, em nome do Grupo PSE. – (EN) Senhor Presidente, sou um desses curiosos animais constitucionais que pensam que o Regimento reflecte o nosso trabalho aqui, no nosso Parlamento. Penso, portanto, que estamos perante um importante trabalho do senhor deputado Richard Corbett, que é o nosso eminente especialista nesta matéria. Devo dizer, em seu louvor, que esta é a segunda alteração do Regimento. Há coisas que foram alteradas há muito pouco tempo e que vamos alterar de novo, porque verificámos que a prática do nosso Parlamento requer essas mudanças.

Esta noite, quero apresentar-vos uma observação geral e três observações específicas. A observação geral é que penso que é também muito importante falar sobre o segundo aspecto do relatório do senhor deputado Corbett: o impacto do Tratado de Lisboa no nosso Regimento. É muito importante falar também sobre isso, porque uma alteração do Regimento sem essa segunda parte seria imperfeita.

As minhas três observações específicas: a primeira diz respeito a uma alteração em que eu próprio fui chamado a desempenhar um pequeno papel. Prende-se com o facto de estarmos a tentar incorporar no Regimento esta ideia de uma ágora, de também os cidadãos terem a possibilidade de se dirigir ao Parlamento Europeu e de participar em debates no Parlamento Europeu. Penso que esta é uma iniciativa com importância simbólica que tomámos com o meu amigo e colega deputado Gérard Onesta, e penso que seria bom que fosse consagrada no Regimento.

A segunda coisa que é importante, na minha opinião, é a alteração que introduzimos nos relatórios de iniciativa: o facto de, dada a forma como os relatórios de iniciativa funcionam na prática, reintroduzirmos a possibilidade de alterações, embora subscritas por um décimo dos deputados. O terceiro aspecto é o procedimento do cartão azul. Sou a favor de tudo o que possa tornar mais vivos os nossos debates, pelo que esta possibilidade de os deputados se interromperem de forma civilizada e de assim intervirem se me afigura uma boa ideia.

Andrew Duff, em nome do Grupo ALDE. – (EN) Senhor Presidente, em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao senhor deputado Corbett pelo seu trabalho. O Grupo ALDE vai apoiar o pacote. Esta é uma reforma que moderniza o Parlamento e que agradecemos: vai tornar-nos mais eficazes e mais pluralistas, e espero que acabe por nos tornar mais atractivos para a opinião pública e, naturalmente, para a imprensa.

Tenho, contudo, duas ou três objecções. A primeira é sobre o ponto que o senhor deputado Szájer referiu: a tentativa de obrigar as comissões a serem rigidamente proporcionais à disposição dos partidos no Parlamento. Penso que, na realidade, é perfeitamente legítimo que um grupo político expresse a sua preferência por colocar mais membros seus numa comissão que considere particularmente importante. Penso que, se aprovarmos a alteração 42, os grupos e os deputados vão achar a nova situação frustrante e acabarão por pedir maior flexibilidade.

Gostaria ainda de defender veementemente as mudanças aprovadas na Comissão dos Assuntos Constitucionais ao artigo 45.º, n.º 2, e às quais o senhor deputado Costas Botopoulos acaba de se referir. Precisamos de ter uma forma de, em caso de necessidade, melhorar os relatórios de iniciativa, e a nossa experiência desde Julho, quando a alteração anterior entrou em vigor, demonstra que os relatórios de iniciativa precisam, frequentemente, de ser melhorados em sessão plenária.

Gostaria ainda de elogiar a alteração 68, relativa ao procedimento de reformulação. Penso que o Parlamento se impôs regras demasiado estritas e que deveríamos reflectir melhor o acordo interinstitucional de 2001

nos nossos procedimentos, de modo a que as comissões pudessem falar de alterações substanciais de partes de directivas ou regulamentos que a Comissão pretende reformular, mas de forma muito restrita.

Por último, gostaria de ver excluída a adenda relativa à votação por partes e à votação separada ao procedimento que permitirá que o Presidente devolva à comissão um relatório que tenha motivado mais de 50 alterações.

Monica Frassoni, em nome do Grupo Verts/ALE. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o Grupo Verdes/Aliança Livre Europeia nunca esteve muito disponível para as grandes reformas parlamentares realizadas pelo senhor deputado Corbett – ele é meu amigo, trabalhamos juntos durante muitos anos, ele sabe que é assim e não usará isto contra mim –, porque estas reformas tendem a transformar o nosso Parlamento numa máquina burocrática em que o papel dos deputados individuais, dos grupos minoritários e até das comissões deve sujeitar-se ao crescente e parcialmente arbitrário poder decisório da Conferência dos Presidentes e da administração. Além disso, tornam a relação entre a comissão competente e as comissões encarregadas de emitir parecer no processo legislativo confusa e basicamente conflituosa.

Devo dizer que estou espantada com o facto de esta noite, neste debate, não estarmos a falar sobre as coisas que consideramos serem os problemas fundamentais desta reforma processual. A primeira coisa é a confusão que se gerará inevitavelmente entre a comissão competente e a comissão encarregada de emitir parecer, porque se a comissão competente rejeitar as alterações da comissão que emite parecer, essas alterações podem acabar directamente na Câmara, criando, obviamente, um potencial extremamente arriscado de confusão jurídica – como, aliás, se verificou no caso do REACH.

Além disso, nenhuma comissão encarregada de emitir parecer está, na realidade, livre para realizar o seu trabalho, devido ao mecanismo confuso e absolutamente inaceitável que permite a realização de votações conjuntas e a designação de co-relatores para temas particularmente importantes para as nossas competências legislativas.

Por último, Senhor Presidente, há um outro elemento que nos suscita grande preocupação. Um dos resultados dos trabalhos do grupo de trabalho sobre a reforma interna, de que fiz parte, e que originalmente considerámos positivo, foi a proposta que visava reforçar significativamente as competências e o papel da Comissão das Petições. Contudo, nesta reforma, o papel da Comissão das Petições acabou por ser eliminado, no sentido em que a Comissão das Petições deixará de poder aceder directamente à Câmara sem inenarráveis complicações e eventuais conflitos com a comissão competente.

Por todas estas razões, o nosso grupo considera que esta reforma ainda não está pronta, e pensamos que será um erro se a maioria do nosso Parlamento a adoptar.

Presidente. – Muito obrigado, Senhora Deputada Frassoni. O senhor deputado Corbett terá, naturalmente, o direito de responder, mas não posso deixar de notar que, enquanto não chegam os cartões azuis, a Senhora Deputada Frassoni utilizou um cartão vermelho.

Hanne Dahl, em nome do Grupo IND/DEM. – (DA) Senhor Presidente, o Regimento constitui a base de todo o trabalho de um Parlamento democraticamente eleito. Um Regimento claro garante a igualdade de tratamento de todos os que participam no processo político. Não é possível mudar as regras para impedir que certos grupos, certas pessoas ou certas atitudes tenham influência. Não é possível mudar as regras apenas porque isso nos dá jeito.

Na semana passada, por exemplo, a Conferência de Presidentes discutiu um pedido para que se contornasse a votação do relatório Staes. Felizmente, o Serviço Jurídico rejeitou o pedido. O resultado de uma votação tem de ser respeitado. Em consequência, também o meu grupo apresentou alterações no sentido de todas as votações serem electrónicas. Desta forma, evitar-se-iam erros e, simultaneamente, assegurar-se-ia a existência de quórum. Apelo a todos os deputados para que votem a favor destas alterações.

Jo Leinen (PSE). – (DE) Senhor Presidente, é difícil reformar a União Europeia, mas é ainda mais difícil reformar o Parlamento Europeu, conforme pudemos ver no debate sobre a revisão do Regimento e no trabalho do nosso colega deputado Richard Corbett. Gostaria de agradecer ao senhor deputado Corbett pelo extraordinário empenhamento que demonstrou e pelo esforço em conciliar muitos interesses diferentes para proceder a esta revisão do nosso Regimento em sessão plenária. O Grupo Socialista no Parlamento Europeu apoiará este relatório.

Estamos à espera do Tratado de Lisboa, que reforça o poder legislativo do Parlamento, e devemos preparar-nos para colocar a actividade legislativa no centro do nosso trabalho. Os relatórios de iniciativa terão de ser relegados para segundo plano; a actividade legislativa terá de ser prioritária.

Devemos igualmente reforçar o nosso trabalho pelo mundo. As deslocações de delegações parlamentares a diferentes países, a diferentes partes do mundo devem estar associadas às comissões técnicas do Parlamento. Se uma delegação for tratar de um tema como as alterações climáticas ou a protecção social, deve integrar igualmente especialistas da comissão técnica competente.

Saúdo o facto de estarmos a tornar os nossos debates mais atractivos: futuramente, não serão os cartões vermelhos, mas os cartões azuis que darão maior dinamismo. Isto é excelente. A cooperação entre comissões, estas comissões conjuntas, trata-se de um ensaio, dado que a prática anterior não era satisfatória. Sejamos honestos, a comissão consultiva praticamente não tinha hipóteses. Neste contexto, a experiência das reuniões conjuntas de duas comissões constitui uma nova tentativa de encontrar algo melhor.

Esta reforma é essencial. E também é bom que a estejamos a realizar antes das eleições e que não a adiemos para a próxima legislatura. Quero agradecer uma vez mais ao senhor deputado Corbett e a todos os que participaram.

Andrzej Wielowieyski (ALDE). – (FR) Senhor Presidente, embora seja excelente, o relatório do senhor Corbett incorre, infelizmente, num erro grave. O nosso objectivo consiste em fornecer serviços parlamentares de alta qualidade. Em consequência, devemos evitar erros e estar em condições de melhorar os textos.

Apenas a alteração 8, relativa ao artigo 45.º, nos permitirá, com o apoio de 75 deputados – que não será fácil de obter –, apresentar alterações em sessão plenária. O relator e a Comissão dos Assuntos Constitucionais decidiram rejeitar este procedimento, por temerem ser inundados por alterações.

As alterações que propusemos em nome do Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa e do Grupo Verdes/Aliança Livre Europeia visavam conferir este direito a dois ou três grupos políticos. Temos coordenadores e relatores-sombra que são competentes e acompanham o processo legislativo.

Rejeitar a alteração proposta pela Comissão dos Assuntos Constitucionais significa recusar a possibilidade de melhorar um texto no âmbito de um procedimento normal, o que constitui um erro grave.

Nils Lundgren (IND/DEM). – (SV) Obrigado, Senhor Presidente. *Schadenfreude* é a única alegria verdadeira, dizem os cínicos. No entanto, até aqueles de entre nós que não são cínicos admitem, naturalmente, que *Schadenfreude* é uma forma de alegria, e é este tipo de alegria que eu estou a sentir. Porquê? Bem, no ano passado, nós, a Lista de Junho e o Grupo Independência e Democracia, começámos a pedir que todas as votações finais fossem nominais. Lembro-me de que o senhor Presidente Pöttering nos admoestou e ridicularizou, alegando que isso custaria uma fortuna. Agora, a comissão propõe que todas as votações finais de propostas legislativas sejam nominais. E com toda a razão! Para poderem exigir responsabilidade política aos seus deputados, os eleitores têm de conhecer o sentido do seu voto. Como votaram o senhor deputado Hannan, a senhora deputada Wallis ou a senhora deputada Svensson, para referir apenas alguns dos meus deputados favoritos? Esta proposta constitui um importante passo no sentido de um processo democrático e reforça o controlo dos eleitores sobre os seguidistas desta Assembleia. Quero agradecer ao senhor deputado Corbett por esta medida e quero agradecer ao senhor Presidente por me ter dado a palavra.

Bruno Gollnisch (NI). – (FR) Senhor Presidente, na realidade, imagine o que aconteceria se o quórum se aplicasse às nossas deliberações. Hoje, somos apenas 11 a debater questões de extrema importância, que dizem respeito ao próximo Parlamento. É por isso que eu penso que o próprio princípio subjacente a estas alterações é altamente questionável.

Mais questionável ainda – independentemente do trabalho realizado pelo senhor deputado Corbett – é que uma alteração que foi rejeitada pela Comissão dos Assuntos Constitucionais nos seja devolvida pelos dois principais grupos deste Parlamento para alterar – em circunstâncias que sabemos perfeitamente que se prendem com um indivíduo – a disposição tradicional comum a todos os parlamentos do mundo e que prevê que a sessão inaugural seja presidida pelo deputado mais velho.

Esta disposição é particularmente válida, e querer alterá-la apenas porque o próximo deputado mais velho pode não ser agradável para os grupos maioritários é, sem sombra de dúvida, uma atitude particularmente mesquinha. Aliás, isto resume o problema do Parlamento. Sou deputado desta Casa há quase 20 anos. Tive a ocasião de observar que, a cada vez que a minoria exerce um direito, o Regimento é alterado. Mais valia revogar o Regimento e limitarmo-nos a aceitar a vontade dos grupos maioritários.

Richard Corbett, *relator*. – (EN) Senhor Presidente, quero começar por agradecer aos meus relatores-sombra, que tiveram de tratar este tema tão delicado: senhores deputados Szájer e Duff, e senhoras deputadas Frassoni e Dahl. Sem a sua ajuda e dedicação não teria sido possível levar este trabalho a bom termo.

Em segundo lugar, gostaria de confirmar o que já disse. Na realidade, este relatório foi dividido em dois. Há um outro relatório, que ainda não subiu ao plenário – ao qual teremos de voltar na próxima legislatura –, sobre a forma de adaptar os nossos procedimentos ao Tratado de Lisboa, se este entrar em vigor. Naturalmente, considerámos isto uma preparação, sem prejuízo da ratificação que, esperamos, terá lugar amanhã no Senado checo e mais perto do final do ano na Irlanda; se o Tratado for ratificado, voltaremos a este tema com o trabalho preparatório já realizado.

Em segundo lugar, quero confirmar que há, efectivamente, regras que revêem, como sublinhou o senhor deputado Szájer, reformas recentes e que resultam do primeiro relatório do grupo de trabalho sobre a reforma presidido pela senhora deputada Dagmar Roth-Behrendt. Prendem-se com a questão dos relatórios de iniciativa, relativamente aos quais aplicamos presentemente um procedimento que muitos deputados consideram demasiado inflexível. Tornámo-lo um pouco mais flexível. Para começar, o debate deixará de ser limitado a uma breve apresentação pelo relator, a resposta da Comissão e mais nada. Passará a ser possível um máximo de 10 minutos de intervenções pelo procedimento *catch-the-eye*.

Além disso, presentemente não é possível propor alterações aos relatórios de iniciativa. A única possibilidade é os grupos apresentarem propostas de resolução alternativas. Este direito será mantido, mas, paralelamente, passam a ser possíveis alterações, desde que propostas por um décimo dos deputados do Parlamento. O senhor deputado Wielowieyski, que acaba de sair, criticou este ponto, mas o facto é que actualmente não é possível qualquer alteração a um relatório de iniciativa. Passamos a ter esse direito, ainda que com restrições.

Não queremos abrir as comportas e ser inundados por centenas de alterações propostas por uma comissão composta por setecentos e tal deputados, o que corresponderia a reescrever extensas resoluções; por outro lado, achámos que prever um direito limitado de alteração quando essa necessidade é fortemente sentida representaria um compromisso razoável e um justo equilíbrio.

A proposta do Grupo ALDE relativa à reformulação revê igualmente uma reforma levada a cabo há alguns anos. Penso que se trata de um ajustamento oportuno dos procedimentos actuais.

Quero ainda confirmar que muitas novas ideias foram apresentadas por outros deputados. Já referi algumas. Esqueci-me de mencionar o artigo sobre a água, cuja paternidade pode ser reclamada pelos senhores deputados Botopoulos e Onesta. Há outras ideias sobre a votação nominal dos relatórios legislativos – não em todas as votações finais, mas nas votações finais de relatórios legislativos, que penso que já referi.

Por último, vou abordar os pontos em relação aos quais discordo de alguns colegas. Senhor Deputado Duff, a regra respeitante à possibilidade de o Presidente solicitar a uma comissão, no caso de serem apresentadas muitas alterações em sessão plenária, que examine essas alterações: não se trata de uma devolução do relatório à comissão. A comissão apenas funciona como filtro das alterações apresentadas em sessão plenária, para não termos de passar várias horas a votar e votarmos apenas as alterações que têm um certo apoio. Não se trata de uma devolução.

Em segundo lugar, a questão levantada pela senhora deputada Frassoni sobre o direito das comissões consultivas de apresentar alterações em sessão plenária. Tenho sérias dúvidas sobre se se trata de uma boa ideia, mas foi avançada pelo grupo de trabalho sobre a reforma de que a senhora deputada fez parte. Foi aprovada pela Conferência dos Presidentes. Foi uma ideia que suscitou bastante consenso, pelo que estamos a submetê-la à Assembleia, que a aprovará ou rejeitará. Veremos como esta Assembleia irá votar amanhã.

Por último, não vou abordar as questões relativas à Comissão das Petições, porque vamos ter um debate especificamente sobre elas e sobre elas me pronunciarei então. Vou apenas dizer, em resposta ao senhor deputado Gollnisch, que ele está enganado em dois pontos. Não é a mesma alteração que foi rejeitada na comissão. É uma alteração diferente, uma abordagem diferente da questão. Tive sérias reservas em relação à alteração que foi apresentada na comissão. Tenho, contudo, todo o gosto em apoiar a alteração que foi apresentada em sessão plenária.

Em segundo lugar, a regra do deputado mais velho não é comum a todos os parlamentos do mundo, contrariamente ao que ele sugeriu. É comum a muitos, mas não é, de forma alguma, o único sistema que existe, pelo que nós, Parlamento Europeu, temos toda a legitimidade para escolher, de entre os diferentes sistemas que existem, aquele que mais se adequa às nossas circunstâncias. É a Assembleia que terá de decidir.

Presidente. – Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quarta-feira, 6 de Maio de 2009.

17. Revisão do regimento no que diz respeito ao procedimento de petição (debate)

Presidente. Segue-se na ordem do dia o relatório (A6-0027/2009) do senhor deputado Onesta, em nome da Comissão dos Assuntos Constitucionais, sobre a revisão das disposições do Regimento sobre o procedimento das petições (2006/2209(REG)).

Gérard Onesta, relator. – (FR) Senhor Presidente, depois do grande bolo que foi o relatório Corbett, não sei se este é a cereja; penso que é mais o biscoito que nos servem com o café, ao mesmo tempo que nos apresentam a conta.

Vou falar de petições. Já vimos que o Regimento, com a sua redacção actual, nos causou alguns problemas, com regras que são difíceis de interpretar ou que podem mesmo conduzir a um impasse político quanto à admissibilidade deste ou daquele texto. Procurámos, portanto, arrumar, clarificar e consolidar, mas não se trata de uma revolução.

Em primeiro lugar, queremos identificar melhor o peticionário, porque, presentemente, quando recebemos meia tonelada de petições, não é evidente qual é a pessoa de contacto. Em consequência, vamos pedir aos peticionários que indiquem quem é, por assim dizer, o seu líder; se não, decidiremos utilizar o primeiro nome da primeira página.

Instituímos o direito de retirada de uma petição. Dizemos aos cidadãos: «Pode apresentar uma petição, mas pode igualmente renunciar a esse direito e pedir que o seu nome seja retirado da lista de signatários».

Como sabem, o Parlamento pode receber correspondência em línguas minoritárias, como o galego, o basco, o catalão, etc., desde que essas línguas sejam reconhecidas pelos Estados-Membros. Decidimos tornar este direito extensivo às petições. Se recebermos correspondência em línguas que a Mesa reconheça como línguas de comunicação escrita com os cidadãos, responderemos nas mesmas línguas.

Mas a verdadeira reforma reside na admissibilidade. Até agora, era por vezes muito difícil os membros da Comissão das Petições chegarem a acordo sobre se um determinado documento dizia ou não respeito ao direito comunitário. Afinal, como a Europa afecta todos os domínios, as pessoas acabavam por entrar pela porta dos fundos. Procurámos simplificar as coisas, atribuindo uma espécie de incentivo à admissibilidade.

Se um quarto dos membros da Comissão das Petições considerar um texto admissível, este será considerado, uma vez que está fora de questão restringirmos um direito essencial, um direito que decorre do direito primário. Em caso de declaração de inadmissibilidade, procuraremos mesmo recomendar vias de recurso possíveis.

A transparência será assegurada, na medida em que o nome do peticionário e o conteúdo da petição serão sempre publicados nos nossos registos; contudo, se, para proteger a sua vida privada, o peticionário solicitar o anonimato, este ser-lhe-á assegurado. O mesmo se aplica no caso de ser pedida a confidencialidade dos debates.

Naturalmente, os peticionários mantêm o direito de uso da palavra, à discrição do presidente da comissão.

Quanto ao direito de tomar medidas de seguimento, alargámos, até certo ponto, esse direito – ou melhor, clarificámo-lo –, porquanto, no passado, a Comissão das Petições podia elaborar relatórios de iniciativa sobre praticamente tudo. Não vemos razão para esta comissão ter mais direitos do que as outras. Naturalmente, a Comissão das Petições conservará este direito, desde que a Conferência dos Presidentes não levante objecções.

É prevista a criação do registo electrónico. Se necessário, serão organizadas visitas de investigação *in situ*, para estabelecer factos ou para procurar uma solução. Este é um papel de mediação; trata-se de algo um pouco original que decidimos introduzir e cujo crédito terá de ser atribuído ao Parlamento.

Se necessário, solicitaremos a assistência da Comissão, que esta noite está representada ao mais alto nível, para prestar esclarecimentos sobre a aplicação do direito comunitário e para nos fornecer informações. As informações obtidas serão, naturalmente, facultadas à Comissão, ao Conselho e ao peticionário.

Contudo, e se o Tratado de Lisboa for ratificado? Como sabem, este Tratado prevê um novo tipo de petição – para além das petições apresentadas ao Parlamento Europeu, que já existem há muito tempo –, mais concretamente, petições apresentadas à Comissão Europeia, com, no mínimo, um milhão de assinaturas.

Muito simplesmente, decidimos que, no caso de o Tratado de Lisboa ser ratificado, se uma questão conexa for levantada numa petição apresentada por um milhão de cidadãos à Comissão, nós, no Parlamento, verificaremos se estamos a tratar de um assunto idêntico e se a petição apresentada à Comissão interfere com o nosso trabalho, caso em que, muito simplesmente, informaremos os peticionários.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, penso que resumi a situação. Não há, pois, qualquer revolução, apenas algumas clarificações e a prevenção de eventuais impasses.

Richard Corbett, *em nome do Grupo PSE*. – (EN) Senhor Presidente, é com todo o gosto que o meu grupo está em condições de anunciar o seu apoio ao relatório do senhor deputado Onesta, que fez um excelente trabalho quando abordou este tema, e fê-lo há já algum tempo. Não deixa de ser curioso o facto de a Conferência dos Presidentes ter levado tanto tempo a inscrever este relatório na ordem do dia no nosso plenário.

No entanto, o facto de ter esperado tanto tempo e de o ter inscrito na ordem do dia ao mesmo tempo que o meu relatório significa que há um ponto de convergência entre os nossos dois relatórios, a que o senhor deputado Frassoni aludiu no nosso debate anterior. É a questão da cooperação entre a Comissão das Petições e a comissão competente quanto à matéria de fundo. Todos concordam que as comissões têm de cooperar e de trabalhar em conjunto, mas esse acordo não existe quanto àquilo a que se pode chamar a questão de fundo: se as comissões não chegarem a acordo, qual delas tem a última palavra?

Não é difícil compreender ambas as partes. Os membros da Comissão das Petições consideram que receberam as petições, debruçaram-se sobre a questão, poderão mesmo ter organizado audições e visitas, poderão ter encontrado algo menos correcto na legislação, de que a comissão competente se ocupou, e consideram que têm de resolver o assunto e, por conseguinte, ter a última palavra, se não chegarem a acordo com a comissão competente. Por outro lado, a posição da comissão competente também é compreensível. Por que motivo passa a haver, de repente, outra comissão responsável quanto à matéria de fundo, só porque alguém enviou uma petição a essa comissão? Não é difícil compreender ambas as partes.

O que eu procurei fazer para conciliar as duas posições foi dizer que sim, com certeza que devem trabalhar em estreita colaboração e, no final, a Comissão das Petições deve escutar atentamente os pontos de vista da comissão competente. Pode, se assim o quiser, afastar-se do ponto de vista da comissão competente – está autorizada a fazê-lo –, mas, se o fizer, a comissão competente tem o direito de apresentar alterações em sessão plenária.

Penso que é uma contrapartida razoável. Não compreendo porque é que a senhora deputada Frassoni afirmou que isto destruiria a Comissão das Petições. Não consigo compreender como é que ela chegou a essa conclusão. Na realidade, os membros da Comissão das Petições do meu grupo disseram-me que estão satisfeitos com este compromisso e que o consideram viável. É um compromisso. É evidente, que os extremistas de uma e outra posição não estarão satisfeitos, mas penso que este compromisso é perfeitamente viável. É perfeitamente compatível com o excelente relatório do senhor deputado Onesta, e penso que, globalmente, este pacote vai funcionar.

Jo Leinen (PSE). – (DE) Senhor Presidente, o senhor deputado Onesta afirmou que o seu relatório não é revolucionário, mas, não obstante, opera uma reforma importante, que reforça os direitos dos cidadãos, bem como da Comissão das Petições. O direito de petição é um direito conferido aos cidadãos, e serão feitos alguns melhoramentos que incentivarão os cidadãos a colocar questões ao Parlamento. Penso ainda que está certo que não seja o presidente da comissão a decidir da admissibilidade de uma petição. Embora eu próprio seja presidente de uma comissão, também penso que, se um quarto dos membros pensa que um assunto deve ser discutido, esse assunto deve ser discutido.

Gostaria de corrigir uma coisa que o senhor deputado Onesta afirmou: a iniciativa dos cidadãos europeus não é uma petição – é um *aliud*. Trata-se de uma petição popular europeia, de outro tipo. Não é dirigida ao Parlamento, mas à Comissão, pelo que não as devemos confundir. Os representantes da sociedade civil atribuíram grande importância a isto.

Este é, provavelmente, o último relatório do senhor deputado Onesta aqui no Parlamento. Gostaria de lhe agradecer muito sinceramente pelo seu trabalho, sob muitos aspectos excelente, enquanto vice-presidente

e membro da nossa comissão. Gostaria ainda de referir a Ágora, o fórum do Parlamento com a sociedade civil, que está a fazer história e que constitui um instrumento realmente importante. Em consequência, apoiamos o relatório Onesta e queremos agradecer-lhe, uma vez mais, pela sua construtiva cooperação.

(Aplausos)

Presidente. – Devo corrigir o senhor deputado Leinen porque, dado que se tem ocupado também da política imobiliária, o senhor deputado Onesta vai deixar muitas obras permanentes, para além das ligadas à iniciativa política.

Costas Botopoulos (PSE). – *(FR)* Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, também eu quero agradecer ao senhor deputado Onesta pelo seu trabalho e pela sua presença no Parlamento. Gostaria de tecer algumas observações sobre o seu último relatório. Estou persuadido, tal como a senhora deputada Frassoni, de que o direito de petição é um direito importante; contudo, devo dizer que a Comissão das Petições é uma comissão muito estranha; é importante, interessante, mas é estranha. Este tribunal em miniatura em que se discute tudo e nada é muito importante, mas também é interessante e diferente daquilo que fazemos.

Gostaria de retomar, muito brevemente, três pontos. Em primeiro lugar, as línguas minoritárias. Estou de acordo com o princípio, mas isto não deve abrir a porta a línguas cuja utilização pelo Parlamento não seja inteiramente legal. Em segundo lugar, a admissibilidade. Estou plenamente de acordo, e é bom que o objectivo seja admitir e não rejeitar petições. Por último, gostaria de dizer que concordo com o nosso presidente, o senhor deputado Leinen. Com efeito, o direito de iniciativa dos cidadãos não tem nada a ver com o direito de petição, que é um direito democrático e constitucional perante o Parlamento, e é importante não confundir esses dois direitos.

Por último, e principal razão por que pedi a palavra, quero agradecer ao senhor deputado Onesta pelo seu trabalho.

Presidente. – Peço desculpa ao senhor deputado, porque fui imediatamente repreendido por ter pronunciado mal o seu apelido, que é Botopoulos e não Botopoulos; uma vez mais, as minhas desculpas.

Monica Frassoni (Verts/ALE). – *(IT)* Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, também eu quero agradecer ao senhor deputado Onesta em nome do Grupo Verdes/Aliança Livre Europeia. Por acaso, estivemos ambos numa festa antes de vir para aqui e daqui a pouco lá regressaremos para concluir os agradecimentos e as celebrações.

A este propósito, gostaria, naturalmente, de dizer que apoiamos este relatório, embora pensemos que a questão da relação com a comissão competente continua a ser uma questão espinhosa da reforma Corbett e, sobre este aspecto, tenho a dizer ao senhor deputado Botopoulos: a Comissão das Petições não é uma comissão estranha, é uma comissão que tem um papel muito específico e, na maior parte dos casos, as petições dizem respeito à aplicação do direito comunitário, a violações de directivas e de legislação que, como é evidente, nem sempre tem uma relação muito clara com a comissão competente.

Iria mesmo mais longe, ao ponto de afirmar que qualquer pessoa que tenha qualquer coisa, por muito pequena que seja, a ver com os trabalhos da Comissão das Petições sabe que ela é uma espécie de «Gata Borralheira» do nosso Parlamento. Sabe também que a comissão competente não responde aos pedidos da Comissão das Petições, que não se dá, de maneira nenhuma, ao trabalho de responder a qualquer coisa que a Comissão das Petições diga, faça ou proponha.

O meu receio é este: que a Comissão das Petições, que nem sempre, mas muitas vezes, de ocupa de questões relacionadas com a aplicação das directivas comunitárias, tenha, de alguma forma, de esperar pela autorização das comissões responsáveis pela formulação da legislação – e que, por conseguinte, são chamadas a desempenhar um papel diferente – e tenha de pedir autorização à Conferência dos Presidentes para verificar a aplicação da legislação, o que não tem nada a ver, repito, com a função legislativa das comissões parlamentares.

É por este motivo que manifesto a minha apreensão em relação à reforma proposta pelo senhor deputado Corbett respeitante às petições, embora concorde, no essencial, com o que o senhor deputado Onesta afirmou; muito obrigada, Senhor Vice-Presidente, pela sua flexibilidade em relação ao tempo.

Presidente. – Na realidade, foi uma cortesia por se tratar da última intervenção da noite, com excepção da resposta do nosso relator, senhor deputado Onesta, a quem dou agora a palavra.

Gérard Onesta, relator. – (FR) Senhor Presidente, vou tentar responder aos meus colegas deputados. Senhor Deputado Leinen, está absolutamente certo: foi um lapso. O procedimento de recurso perante a Comissão ao abrigo do eventual futuro Tratado de Lisboa e o procedimento de recurso por petição perante o Parlamento são completamente diferentes.

No entanto, decidimos que, na eventualidade de estes dois tipos de recurso – que são muito diferentes em termos de local e de formato – dizerem respeito a um assunto idêntico, os peticionários devem ser notificados para determinar se devemos ou não prosseguir as nossas investigações. Optámos, simplesmente, por reforçar a coordenação neste cenário. Eu enunciei as coisas, mas fez bem em pedir-me este esclarecimento linguístico.

Vou continuar as minhas explicações linguísticas com a pergunta do senhor deputado Botopoulos. Como é evidente, está fora de questão complicar mais esta Torre de Babel que é já extremamente complexa: basta vermos o número de intérpretes que ainda se encontram aqui esta noite. É claro que é a Mesa do Parlamento que decide que petições e que correspondência com peticionários serão elaboradas noutras línguas utilizadas num Estado-Membro. Naturalmente, estas línguas têm de ser reconhecidas no Estado, e é o Estado que deve solicitar a sua utilização. Presentemente, este é o caso de apenas quatro línguas. Se amanhã eu quisesse escrever em Volapük – uma língua imaginária –, esta língua não seria, naturalmente, reconhecida por qualquer Estado, e nem o Parlamento nem a Mesa responderiam nessa língua; tudo isto é claramente enunciado.

Quanto aos conflitos entre comissões, para os quais o senhor deputado Corbett chamou a nossa atenção, gostaria de salientar que o meu relatório indica que, em conformidade com o artigo 46.º e com o anexo VI, a Comissão das Petições pode solicitar o parecer de outra comissão que tenha «especial competência para a matéria em apreço». Afirma que, mesmo neste caso, poderão surgir conflitos. Bem, criámos um árbitro, na medida em que a Comissão das Petições não poderá emitir relatórios de iniciativa nem opor-se a relatórios de iniciativa de uma comissão competente, excepto se a Conferência dos Presidentes o autorizar. Temos um ponto de direccionamento, nomeadamente a Conferência dos Presidentes, que decidirá se incumbe à Comissão das Petições ou à comissão competente tomar medidas, no caso de as comissões não chegarem a acordo. Previmos, portanto, uma salvaguarda, seja qual for o caso.

Penso que, prestados estes esclarecimentos, podemos terminar, Senhor Presidente. Esperei quase 20 anos para ter o direito de falar durante seis minutos nesta Câmara, mas fazê-lo perante uma audiência como esta foi realmente um prazer.

Presidente. – Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quarta-feira, 6 de Maio de 2009.

18. Ordem do dia da próxima sessão: ver Acta

19. Encerramento da sessão

(A sessão é suspensa às 23H50)